UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

WILMA ANTUNES MACIEL

Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Militares de esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961-1974)

Wilma Antunes Maciel

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em História Social
Área: História Social
Orientadora: Profª Drª Maria Aparecida de Aquino

São Paulo
2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

Wilma Antunes Maciel

Militares de esquerda: formação, participação política
e engajamento na luta armada (1961-1974)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de Historia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em História Social

Aprovada em:

Banca Examinadora

_____
Profª Drª Maria Aparecida de Aquino (orientadora) Universidade de São Paulo

_____
Profª Drª Carla Reis Longhi – Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP

_____
Profº Drº Antonio Rago Filho – Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP

_____
Profº Drº Marcelo Siqueira Ridenti – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

_____
Profª Drª Sara Albieri – Universidade de São Paulo – USP

Aos meus pais Daniel e Aurélia,
pela simplicidade e sabedoria

A todos os militares de esquerda do Brasil

Agradecimentos

Ao escrever uma tese descobrimos muito de nós mesmos, mas principalmente das pessoas que nos ajudam e aparecem sempre na hora certa.

Primeiro, à minha orientadora, a Profª Drª Maria Aparecida de Aquino, por todos esses anos em que me acompanhou, agradeço a sua compreensão, apoio, e pelo que contribuiu no meu amadurecimento intelectual.

À Fapesp pela bolsa concedida e, na pessoa de seu (sua) parecerista, pela leitura atenta dos relatórios e sugestões apontadas.

Ao Profº Drº Marcelo Ridenti por toda ajuda, cedendo material de pesquisa, indicações bibliográficas e sugestões no exame de qualificação.

Ao Profº Drº Antonio Rago, pela participação e sugestões no exame de qualificação.

À Profª Drª Carla Reis Longhi, companheira das trilhas acadêmicas, e pela gentileza em aceitar contribuir com este trabalho.

Aos professores da PUC/SP Vera Lúcia Vieira e Lúcio Flávio de Almeida pelo apoio de sempre.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social, na pessoa de sua coordenadora, a Profª Drª Sara Albieri, pela dedicação e atenção às nossas solicitações.

Ao pessoal do Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp.

Aos meus entrevistados, que tão gentilmente me receberam e se dispuseram a ajudar com as suas memórias de lutas e de histórias. São eles: Amarantho Jorge Rodrigues, Ariston Lucena, Darcy Rodrigues, Dulce Maia, Idalina Pinto, Jacques D'Ornellas, Jelcy Corrêa, João Quartim de Moraes, José Nóbrega e Pedro Lobo.

À Kahtia Pinto pela gentileza em me enviar as fotos e cartas de seu pai Onofre Pinto.

Aos amigos da Pós-Graduação, Admar Mendes, Eloísa Aragão, Letícia de Moraes, Marco Aurélio Vannucchi, Pérola Sestini e Walter Cruz, pela ajuda e troca de idéias.

À Mariana Joffily, pelas leituras, amizade e principalmente por compartilhar os meus impasses e momentos importantes.

À Arleandra Ricardo pela força nos momentos finais.

Ao André pela revisão e paciência com meus atrasos.

Ao Gumercindo Sanchez *(in memoriam)* que sempre torceu por mim e não teve tempo de ver o final do meu trabalho.

À Lílian Vaz, amiga que me acompanhou pelo interior para fazer as entrevistas.

Aos meus pais Daniel e Aurélia pela compreensão, carinho e orações.

À minha irmã Wanda pela ajuda e por suprir a minha ausência.

Ao meu sobrinho Daniel com seus sábios conselhos para que eu não andasse em círculos e conseguisse sair do deserto.

Ao Vicente Mathias pelo esforço na leitura, sugestões para melhorar o texto e no acompanhamento das entrevistas.

Agradeço a Deus por ter chegado até aqui e por tudo que aprendi.

“Soldados! Irmãos! Não atirem
nos irmãos operários!”
Laura Brandão

RESUMO

O presente estudo buscou analisar a participação política e engajamento na luta armada de militares dissidentes das Forças Armadas. No período anterior ao golpe civil militar de 1964 que derrubou o governo do presidente João Goulart, vivenciaram com grande intensidade uma contradição entre seu papel de militar, idealizado pelas instituições, de mantenedor da ordem social vigente, e as aspirações e lutas de sua classe de origem. Esses militares foram cassados ou deixaram as Forças Armadas após o golpe, outros permaneceram na ativa e foram presos por estarem ligados a grupos armados. Combateram o desenvolvimento econômico nacional baseado no sistema capitalista associado e dependente e vislumbraram, no sistema socialista, uma alternativa de organização mais justa e digna. O golpe militar teve um grande impacto destrutivo nas suas trajetórias de vida e eles encontraram na luta armada, uma maneira de dar continuidade às suas atividades e aspirações políticas. Organizações de esquerda como o MNR e a VPR, principalmente pela capacidade de organização e aglutinação do sargento do Exército Onofre Pinto, representaram uma alternativa concreta contra a dispersão desses agentes políticos, provocada pelos órgãos repressivos.

[WAM1] Comentário: Verificar pontuação. Tem vírgula após encontraram?

Palavras-chave: regime militar, participação política, luta armada, militares de esquerda, repressão judicial.

ABSTRACT

The present study looked to analyse the political participation and commitment in the armed combat of military dissidents of the Armed Strength. In the period previous to the civil military blow of 1964 that knocked down the government of president João Goulart, they survived with great intensity a contradiction between his soldier's paper, idealized by the institutions, of bread-winner of the social order in force and the aspirations and struggles of his class of origin. These soldiers were revoked or they left the Strength Armed after the blow, others remained in the active service and were imprisoned because of being tied to armed groups. They fought the economical national development based on the capitalist associate and dependent system and glimpsed, in the socialist system, the most just alternative of organization and worthy. The military blow had a great destructive impact in his trajectories of life and they found, in the armed combat, a way of giving continuity to his activities and political aspirations. Left-wing organizations as the MNR and the VPR, principally for the capacity of organization and agglutination of the sergeant of the Army Onofre Pinto, represented a concrete alternative against the dispersal of these political agents, provoked by the repressive organs.

Key words: military regime, political participation, armed combat, left-wing soldiers, judicial repression.

Sumário

Introdução, 11

1. A formação militar, 31

1.1. O anticomunismo nas Forças Armadas, 47

1.2. Entre a origem social e a identidade militar, 57

1.2.1. Os oficiais militares, 76

2. A participação política dos militares, 84

2.1. A explosão de consciência dos sargentos, 86

2.2. A Revolta dos Sargentos de Brasília, 89

2.3. O movimento dos marinheiros, 96

2.4. O golpe de Estado, 103

3. O engajamento na luta armada, 110

3.1. O nacionalismo revolucionário (MR-26, MNR, MAR e RAN), 113

3.2. Da Polop à VPR, Colina e VAR-Palmares, 129

3.3. Dissidências do PCB: ALN, MR-8, 144

4. Um sargento, impasses e a repressão, 148

4.1. Onofre Pinto, um sargento do Exército, 150

4.2. Militarismo e trabalho político, 158

4.3. A repressão, 170

Considerações Finais, 178

Referências bibliográficas, 181

Fontes documentais, 191

Anexos, 193

Introdução

A proposição central deste estudo é analisar a participação política e o engajamento de militares dissidentes das Forças Armadas na luta armada contra o regime militar no Brasil, instaurado em 1964, com um golpe civil militar que depôs o presidente João Goulart. Ao discutir o ofício do historiador, Edward Hallet Carr afirma que a escrita da história deve se preocupar com o que as pessoas realizaram, sejam vitoriosas ou derrotadas, pois "[...] os fracassos aparentes de hoje podem vir a ser contribuições vitais para as realizações de amanhã [...] A história é, de uma maneira geral, um registro daquilo que as pessoas fizeram, não do que elas deixaram de fazer: nesta medida, é uma história inevitavelmente bem-sucedida."[1] Dentro dessa perspectiva, este trabalho buscou compreender as realizações, as práticas e os problemas que se colocaram a esses homens frente às transformações da sociedade em que viveram, particularmente na luta armada dos anos de 1960 e início da década de 1970.

Militares de esquerda: cabem antes de tudo algumas ponderações, acerca do que se adotou sobre "ser de esquerda" e, ainda, referente ao período estudado: "as esquerdas". Norberto Bobbio tratou a díade esquerda/direita em função do ideal de igualdade. Para a esquerda a igualdade deve ser a regra e a desigualdade a exceção, e mais, para a pessoa de esquerda "[...] qualquer forma de desigualdade precisa ser de algum modo justificada, ao passo que, para a pessoa de direita, vale exatamente o contrário, ou seja, que a desigualdade é a regra e que, se alguma relação de igualdade deve ser acolhida, ela precisa ser devidamente justificada".[2]

Reportando-nos mais especificamente para a(s) esquerda(s) no Brasil, valem as pertinentes observações de dois autores. O primeiro, Jacob Gorender, afirma: "[...] entendo por esquerda o conceito referencial de movimentos e idéias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas. Os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes".[3] O segundo, Emir Sader, que, partindo das definições de Norberto Bobbio, também situa o sentido da esquerda nos movimentos de luta armada no Brasil dos anos 60/70. De acordo com o autor: "[...] a direita se compõe dos conservadores, daqueles que se interessam pela reprodução e manutenção do sistema vigente, o capitalismo; e

[1] CARR, Edward Hallet. **Que é história**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 159 e 161.
[2] BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** 2ª edição, Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Ed. Unesp, 2001, p. 23.
[3] GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** 4ª edição, São Paulo: Ática, 1990, p. 7.

a esquerda se caracteriza por integrar aqueles que desejam a evolução e a superação de tal sistema".[4]

Ao questionar a inevitabilidade do golpe de 1964, Jacob Gorender assinala que havia um fato novo na época: a participação política dos subalternos das Forças Armadas apresentando reivindicações próprias ao Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícias Militares, causando enorme preocupação na alta oficialidade. O fator novo devia-se à autonomia dos movimentos em relação à direção de oficiais.[5] Pode-se acrescentar ainda o lançamento de candidaturas dos militares de baixa patente nas eleições proporcionais.

Apesar do elemento novo nos anos 60, de acordo com o filósofo João Quartim de Moraes as rebeliões de militares subalternos datam de 1915 e 1916, com duas revoltas de sargentos: na primeira, cerca de duzentos e cinquenta sargentos foram expulsos do Exército e deportados do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, uma nova revolta também seria reprimida.[6] Do Levante dos 18 do Forte de Copacabana, passando pelo Tenentismo e pela Coluna Prestes, os movimentos militares e as rebeliões dos quartéis foram constantes.

José Murilo de Carvalho apresenta, no período de 1930 a 1945, as Forças Armadas fragmentadas com movimentações que vão desde conspirações de generais, manifestações de oficiais subalternos a rebeliões de praças. Enfatiza que as análises da história militar de 1889 a 1945 privilegiam os movimentos do oficialato, e aponta as inúmeras rebeliões dos subalternos em diferentes estados, com repressão desencadeada até mesmo por tenentes reformistas.

A insatisfação dos graduados esteve sempre relacionada a salários, carreira e falta de assistência, sendo uma preocupação constante da cúpula militar. Góes Monteiro, quando ministro, não reconhecia a Federação dos Sargentos, pois não considerava os sargentos uma classe e, sim, uma categoria dentro da classe militar, cujos defensores seriam os seus chefes e o próprio Exército. Afirmava que: "Nunca houve no Exército, e com ele é incompatível essa idéia de classe no sentido moderno (sindical) de se contraporem umas às outras em busca de benefícios exclusivos. E é claríssima a nocividade de tais criações esdrúxulas nas classes armadas".[7] Eurico Gaspar Dutra, em 1937, alertava para o perigo comunista que poderia

---

[4] SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 21 e 64.

[5] GORENDER, Jacob. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, Caio Navarro. **1964 Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo.** Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 112. O autor lembra que o único precedente fora a Revolta da Chibata dos marinheiros em 1910.

[6] MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes.** Vol. I, 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 171-172.

[7] Citado em CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 70.

surgir nas associações beneficentes de sargentos. O coronel Bertoldo Klinger, ao ser informado que oficiais estariam conspirando juntamente com sargentos, considerou tal atitude crime de lesa disciplina.[8]

A ligação entre esquerda e militares não consiste em nenhuma novidade. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve no seu mais importante quadro um capitão do Exército: Luiz Carlos Prestes, e tantos outros, como o sargento Gregório Bezerra e o cabo Giocondo Dias. No entanto, a visão corrente sobre os militares, principalmente após o regime militar, é identificá-los com a repressão e violência contra os movimentos sociais, o que não é uma visão falsa, e sim assentada na realidade. Entretanto, parcelas significativas das Forças Armadas nem sempre estiveram contra o povo.

Diversos momentos da história do Brasil, como o movimento de 1935 e a luta armada nos anos 60/70, contaram com importante participação de militares. Logo após o golpe de 1964, uma das categorias mais atingidas foi a dos militares de esquerda ou antigolpistas democráticos. E não se pode esquecer, também, dos militares que se posicionaram contra os pressupostos da segurança nacional e as equipes de tortura que atuaram nos Destacamentos de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna, os DOI-CODIs: "[...] centenas de oficiais e de suboficiais tiveram, nos casos mais favoráveis, suas carreiras truncadas e sua cidadania pisoteada e, nos casos mais cruéis, pagaram com tortura e até com a vida o preço de suas convicções".[9]

Quanto à presente pesquisa, referente ao último momento, o dos anos 1960/70, o movimento dos militares foi analisado sob a perspectiva da esquerda armada e considerado em conjunto, ou seja, os oficiais e os baixas patentes, tendo em vista que os primeiros tiveram uma participação reduzida nos grupos de esquerda. A relevância do tema pesquisado deve-se ao fato de que os trabalhos sobre a luta armada e suas diversas organizações ainda não abordaram esse grupo específico de militantes de origem militar, os quais, ao contrário daqueles que tomaram o poder por meio de um golpe civil-militar, colocaram-se contrariamente a estes, lutando ao lado das forças de oposição.

Segundo João Quartim de Moraes, no início da década de 1960 havia três movimentos de militares de esquerda – o dos oficiais nacionalistas, o dos sargentos e o dos marinheiros –

---

[8] Ibidem. O autor ao longo de seu texto mostra que as divisões eram bem mais profundas e complexas, analisando as clivagens tanto no âmbito do Exército, entre praças e oficiais, como no da política com as diferentes formas, na visão dos oficiais, de como o Exército deveria se relacionar com a política. São questões, porém, que não cabem neste breve relato descrito apenas para apontar que os movimentos de militares têm um histórico durante o período republicano.

[9] MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil: da Coluna à Comuna**. Vol. II. São Paulo: Siciliano, 1994, p. 10.

que perderam espaço dentro das Forças Armadas de um só golpe. Segundo ele, a esquerda militar foi importante na criação da Petrobrás, na resistência aos golpes de 1955 e 1961 e na realização do plebiscito de 1963, que devolveu os poderes de presidente a João Goulart. Quanto à derrota dessa esquerda militar, ela se insere na mesma derrota de toda a esquerda brasileira e no desastre que significou o golpe de 1964 para toda a nação.[10] O autor define 'esquerda militar' como aquela que "[...] se opõe à 'esquerda civil', designando, portanto, não os civis (de esquerda) que se armaram para combater a ditadura num determinado momento de nossa história, mas os militares que, em diferentes situações e períodos de nossa evolução política, assumiram posições de esquerda ou pelo menos se colocaram à esquerda no interior da corporação armada do Estado".[11]

Ainda segundo João Quartim, até 1964 havia uma presença marcante da esquerda entre os militares, mas depois do golpe "[...] os militares de esquerda se tornaram espécie em via de extinção, por terem sofrido um expurgo político-ideológico sem precedentes nas instituições armadas do Estado brasileiro", sugerindo, assim, que a esquerda militar teria desaparecido. Paulo Ribeiro da Cunha, no texto de apresentação do primeiro volume de *A esquerda militar no Brasil*, discorda da sugestão de Quartim, pois considera que o conceito de esquerda militar ainda pode ser válido no pós-64 e suscitar hipóteses de investigação.

As possibilidades a que o autor se refere são: o grupo de militares ligados ao PCB da Força Pública de São Paulo, que sobreviveram ao golpe em 1964, mas foram expurgados e duramente reprimidos em 1975. Outro grupo foi o dos militares cassados que se organizaram na luta pela anistia, e por último os militares que tentaram interferir na Constituinte de 1988, com propostas de redefinição do papel das Forças Armadas. Quanto a este trabalho, mesmo considerando que na luta armada o grupo do capitão Carlos Lamarca teve presença ostensiva de militares e em outros grupos os militares tiveram certa hegemonia na sua condução, como afirmou Paulo Ribeiro Cunha[12], optou-se por adotar a análise de João Quartim de Moraes, ou seja, no pós-64 denominar o grupo de militares que atuaram na luta armada contra a ditadura militar como militares de esquerda.[13]

---

[10] Entrevista a Augusto Buonicore para a revista *Princípios*. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em: 20.07.2008.

[11] MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil: da Coluna à Comuna.** Vol. II, p.8.

[12] Paulo Ribeiro da Cunha é cientista social, coordenador do Grupo de Estudos: *Militares e Esquerda no Brasil* na Unesp/Marília, e autor de **Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2002. Nesse texto de apresentação o autor também tece comentários e cita trabalhos sobre a temática de movimentos ligados a setores militares como os da Coluna Prestes e do Tenentismo.

[13] MORAES, J. Q. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes.** Vol. I, p. 42-43.

Apesar de concordar que o conceito "esquerda militar" seja um tema em aberto e sugira uma reflexão instigante. No presente estudo eles não se constituem como um grupo militar atuando em conjunto, mesmo tendo participação expressiva após o golpe e em algumas tentativas de levantes militares, até mesmo por força da repressão, eles estiveram integrados aos demais civis nas diversas organizações.[14]

Ainda são poucos os trabalhos dedicados aos militares de esquerda ou à esquerda militar no pré-64. Sobre as primeiras décadas do período republicano os volumes já citados de João Quartim de Moraes são as principais referências. Entretanto, o tema já vem despertando o interesse de estudos como os realizados na Universidade Federal Fluminense (UFF). Sobre a década de 1950, o estudo de Karla Guilherme Carloni, *Forças Armadas e democracia no Brasil: o movimento 11 de Novembro,* analisa o movimento armado do general Henrique Teixeira Lott que garantiu a posse dos candidatos vitoriosos Juscelino Kubitschek e João Goulart em agosto de 1954. Da mesma universidade foi publicado recentemente *Praças em pé de guerra*, de Paulo Parucker, sobre os movimentos de sargentos de Brasília em 1963.[15]

Na Universidade de São Paulo (USP), Andréa Paula dos Santos, a partir da metodologia de história oral de vida, apresentou a trajetória de militares de esquerda nacionalistas cassados após o golpe de 1964. Flávio Luís Rodrigues estudou o movimento dos marinheiros no pré-64 e a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). Na Pontifícia Universidade Católica (PUC), Nilo Dias de Oliveira estudou a vigilância e repressão do serviço secreto da DOPS/SP, no período da década de 1950, sobre a cúpula militar das Forças Armadas, particularmente no Clube Militar.[16]

Portanto, partindo do contato com esses estudos da movimentação de oficiais nacionalistas e da participação política dos praças no pré-64, ambos duramente reprimidos

---

[14] Encontram-se casos nos processos em que os militares esconderam a sua condição de ex-militares ao serem presos, pois o fato de terem pertencido às Forças Armadas várias vezes foi invocado pela acusação nos tribunais, como um agravante. Além de que, também, provocava a fúria dos agentes dos órgãos de repressão.

[15] CARLONI, Karla Guilherme. **Forças Armadas e democracia no Brasil: o movimento 11 de Novembro.** Niterói: UFF-ICHF, Dissertação de Mestrado em História Social, 2005 e PARUCKER, Paulo Eduardo Castelo. **Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

[16] SANTOS, Andrea Paula dos. **À esquerda das Forças Armadas brasileiras: História oral de vida de militares nacionalistas de esquerda.** São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado em História Social, 1998, RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do Mar: O movimento dos marinheiros e o golpe de 64.** São Paulo: Cortez, 2004 e OLIVEIRA, Nilo Dias. **A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil - década de 1950) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática.** São Paulo: PUC/SP, Dissertação de Mestrado em História, 2008. Esses foram os trabalhos aos que tive acesso, possivelmente deve haver outros e certamente pesquisas em desenvolvimento. O historiador Carlos Fico elaborou um guia bibliográfico sobre a temática do regime militar e no item *Militares*, além dos citados, encontra-se também a seguinte referência: O'REILLY, Marcos de Mendonça. **A ideologia da corrente militar "Revolucionário-Nacionalista" (1961-1964).** Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1985. Consultar: FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.** Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 174.

após o golpe de Estado, este trabalho de pesquisa buscou acompanhar a participação daqueles militares que, no pós-64, ingressaram nas diversas organizações armadas, e somar-se a essas importantes contribuições, na compreensão da história dos militares no conjunto da esquerda no Brasil.

As fontes

A base empírica para o desenvolvimento da pesquisa foram os processos que tramitaram na esfera da Justiça Militar entre 1963 e 1979, reunidos no Projeto Brasil: Nunca Mais. Os documentos encontram-se no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) na Unicamp/SP. O acervo foi organizado por um grupo de especialistas que trabalharam de forma sigilosa ainda durante o governo militar. Em 1979, valeram-se da lei de Anistia, que permitia aos advogados o acesso aos processos para redigirem as petições de seus clientes. Dessa maneira, conseguiram fotocopiar cerca de um milhão de páginas entre processos e documentos anexados aos mesmos. O mapeamento da documentação resultou num relatório de 12 volumes, intitulado *A pesquisa BNM*, e um resumo no livro *Brasil: Nunca Mais*.[17]

Para se chegar aos processos que foram a nossa base empírica para análise e identificação dos nomes de cada um, primeiramente identificamos o número de militares denunciados a partir dos Quadros de Organizações de Esquerda no Brasil, contidos no livro do sociólogo Marcelo Ridenti[18]. Neles estão quantificados os participantes da esquerda armada por ocupação profissional e por grupos armados de que faziam parte. O número total de militares encontrado foi de 68 participantes. Já a lista com os nomes de todos os processados pelo regime, constantes na pesquisa BNM Tomo II – Volume 2 – *Os Atingidos*, encontra-se em ordem alfabética e informa a profissão de todos os denunciados de 1964 a 1979, seguida do número do processo[19], e contém um total de 7.367 denunciados. Diante desse número imenso, o nosso trabalho foi facilitado pela gentileza do professor Marcelo Ridenti, da Unicamp, que nos cedeu as listas de seu arquivo informatizado em que já estão

[17] ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil Nunca Mais: um relato para a história.** 23ª edição, Petrópolis: Vozes, 1985. Para conhecer a história do projeto e como foi organizado o arquivo, consultar: WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores.** Tradução de Tomás Rosa Bueno e Celso Nogueira. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

[18] RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Ed. Unesp/Fapesp, 1993, p. 71.

[19] Cada processo recebeu a denominação BNM e um número depois da reorganização dos documentos e seu acondicionamento em caixas-arquivo, servindo como referência para sua identificação.

organizadas, a partir dos dados do BNM, as relações de militantes por profissão e organização a que pertenceram.

Foi elaborada, então, uma nova listagem com um total de 77 militares de baixa patente e 20 oficiais, num total de 97 participantes. O acréscimo, em relação ao número original, deve-se ao fato de terem sido identificados, pelo nome, alguns denunciados militares cujas profissões não constavam ou que foram registrados com outra profissão. Também foram retirados alguns nomes e acrescentados outros, pois vários constavam na lista mas não participaram da luta armada, tendo sido processados por falha na repressão, caso de um grupo de soldados e um sargento no Vale do Ribeira, aprisionados pelo grupo Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do capitão Carlos Lamarca.

Por outro lado, temos participantes cujos nomes não foram encontrados. Foi necessário, então, procurá-los em outras listas que não a de denunciados da qual partiu a lista original, como as de indiciados ou de testemunhas. Vários nomes foram acrescentados no decorrer da pesquisa, alguns encontrados nos processos referentes a outros militares, outros na bibliografia e ainda por informação dos entrevistados. Há, ainda, nomes que não constam das listas do BNM.[20] Finalmente, as pesquisas resultaram em 69 processos distribuídos em 16 organizações e em um 17º grupo com denunciados vinculados a mais de um grupo. Foram estudados 24 processos sobre 9 organizações, mais um processo conjunto envolvendo três organizações, e todos eles abarcaram 54 militares de um total de 97. A periodização adotada foi a 1961, quando se inicia a importante participação dos sargentos pela posse do vice-presidente João Goulart, até 1974, quando se encerra o ciclo das guerrilhas da qual participaram os militares de esquerda.

[20] Ridenti lembra que: "*Os números do BNM ficam aquém da real extensão das punições aos militares dissidentes.*" RIDENTI, Marcelo. **Op. cit.**, p. 211. Maria Helena Moreira Alves apresenta dados estatísticos, com base no *Diário Oficial da União*, dos militares que foram punidos pelos Atos Institucionais nºs 1, 2 e 5, entre 1964 e 1980, num total de 4.787, e alerta *"[...] que se tratam de dados incompletos, relativos ao que foi publicado ou é do conhecimento dos protagonistas políticos. É apenas uma amostra da extensão da repressão."* ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil 1964-1984.** Bauru: Edusc, 2005, p. 163-164. Portanto, no que se refere aos militares que participaram da luta armada, excluindo os atingidos em 1964, permanecem as mesmas dificuldades em relação aos dados.

Quadro 1 – Militares subalternos por patentes e Forças

	Exército	Marinha	Aeronáutica	Polícia Militar	Não Identificado	Total
Subtenente	3	—	—	—	—	3
Sargento	19	3	10	3	4	39
Cabo	2	6	—	1	2	11
Soldado	1	—	—	—	5	6
Marinheiro	—	15	—	—	—	15
Grumete	—	1	—	—	—	1
Agente da Polícia Federal	—	—	—	—	1	1
Policial	—	—	—	1	—	1
Total	25	26	10	5	11	77

Quadro 2 – Militares pesquisados

	Exército	Marinha	Aeronáutica	Polícia Militar	Não Identificados	Total
Oficiais*	4	3	—	3	1	11
Sub-Oficiais**	22	4	4	2	1	33
Soldados	1	—	—	1	—	2
Marinheiros	—	8	—	—	—	8
Total	27	15	4	6	2	54

* Capitão-Tenente 2, Major 3, Capitão 5, Tenente 1.
** Sub-Tenente 3, Sargento 24, Cabo 6.

O estudo da oposição de militares ao regime militar é apontado pela pesquisa BNM no *Perfil dos atingidos*, como um dos setores sociais que mereceu atenção especial dos órgãos de segurança. Os processos reunidos no Projeto BNM foram divididos em dois itens. O primeiro apura atividades de organizações partidárias clandestinas e grupos de luta armada. O segundo é contra réus que representam setores sociais como: militares, sindicalistas, políticos, jornalistas e religiosos, e, segundo os pesquisadores do BNM, são tão significativos que mereceriam um estudo em separado.[21]

O número de processos instaurados para julgar os membros das Forças Armadas está dividido da seguinte forma: 34 no ano de 1964 e quatro nos anos seguintes. Os réus, em todos os casos, foram afastados do serviço ativo da Força a que pertenciam, independentemente do resultado do processo judicial, demonstrando que "[...] o saneamento de focos de discordância no interior das Forças Armadas foi uma das primeiras e prioritárias decisões do regime emergente".[22]

Quanto à delimitação do nosso tema no que diz respeito à especificidade do grupo estudado, a seleção apontada pela pesquisa BNM não foi seguida em seu todo, pois os

[21] BRASIL NUNCA MAIS. **Perfil dos atingidos.** Petrópolis: Vozes, 1988, p. 15.
[22] Idem, ibidem, p. 120.

componentes desse grupo estão vinculados a outros processos, instaurados a partir de 1967, e estão reunidos em diversas organizações armadas. Acrescentamos apenas três: o BNM 140, processo que trata da Rebelião dos Sargentos de 1963, e os BNMs 508 e 639, sobre a Rebelião dos Marinheiros na assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos e a revolta de outro grupo de marinheiros no cruzador Tamandaré. Neste último também são denunciados Edson Neves Quaresma e Edgar de Aquino Duarte, cujos nomes não encontramos nos processos referentes à luta armada e constam como desaparecidos. Esses processos são importantes pois ajudam a compreender a trajetória e opção pela luta armada de muitos dos militares que participaram desses movimentos.

Foram incluídos ainda mais dois processos de 1964 que não estão entre os referentes às Forças Armadas, mas deles fazem parte militares que tinham ligação com o Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T), julgados no BNM 8. O outro processo, o BNM 144, faz parte daqueles relacionados aos setores sociais, nesse caso os sindicalistas. Refere-se às atividades da Superintendência de Reforma Agrária de São Paulo (SUPRA), em que são processados o seu diretor, civis e militares, sobretudo sargentos, que teriam se apresentado para participarem, a pedido do diretor, para ajudar na desapropriação de terras para a reforma agrária. A escolha desses dois processos deve-se, inicialmente, por indicarem na relação de nomes o sargento Onofre Pinto, para o qual procurou-se dar um destaque, por ter sido um dos principais dirigentes da VPR, organização que congregou o maior número de militares.

A análise desses processos foi importante pois permitiu uma compreensão do movimento histórico vivenciado pelos sujeitos sociais, no pré-64 e logo após o golpe, podendo-se dizer que esses cinco processos serviram de suporte para os dezenove referentes à luta armada. Portanto, prevalece a observação do BNM de que a categoria dos militares processados em 1964 é um setor social que recebeu atenção especial dos órgãos de segurança e, quanto aos que foram selecionados sobre a participação na luta armada, potencializou-se essa atenção pelo fato de não só discordarem, mas enfrentarem o regime na tentativa de uma tomada do poder, merecendo, portanto, um estudo em separado.

Além dos processos, utilizaram-se como fontes os Anexos, que são documentos apreendidos pelos órgãos de repressão, e neles encontram-se panfletos, informes, programas das organizações, manifestos coletivos ou individuais, cartas a companheiros ou opinião pública, recortes de jornais. Foram selecionados cinco anexos, e outros que analisamos encontravam-se anexados aos processos. Esses documentos forneciam as provas para incriminarem os réus, mas como fonte histórica permite conhecer os projetos, ações e pensamentos dos grupos ou dos indivíduos.

Quanto à característica do processo como fonte de pesquisa, o historiador José D'Assunção Barros, no estudo sobre as diversas abordagens historiográficas, quando se refere às fontes para a História Social, aponta a importância que vem sendo dada aos arquivos judiciais e policiais, pois nesses registros podemos encontrar as vozes de diversas classes sociais, principalmente aqueles grupos menos privilegiados.

Essas fontes reúnem um universo de depoentes, testemunhas, autoridades, revelando as contradições e relações de classe. Segundo o autor:

> [...] as fontes de natureza repressiva – como os processos criminais ou os registros inquisitoriais – constituem registros múltiplos, polifônicos por excelência. A própria diversidade social pode estar presente em um processo judicial ou inquiridor – afinal, o modo como devem ser organizados os processos, entrecruzando indivíduos dos mais diversos tipos, acaba conferindo a este tipo de fonte uma posição muito rica no repertório de documentos à disposição de um historiador social.[23]

O aspecto inquisitorial se aproxima da especificidade dos processos de crime de natureza política, como os da Justiça Militar, pela obsessão em rastrear e registrar a vida dos indivíduos, buscando a culpabilidade e os "desvios ideológicos".

O relatório BNM aponta ainda que, além dos anexos: "Cada processo é também a possibilidade de recuperar a história individual dos denunciados [...]".[24] Da mesma forma o cardeal Paulo Evaristo Arns afirma que a documentação proporciona reconstituir "[...] o pensamento e a história dos atingidos. Diante dos tribunais depuseram os próprios atores da história, falando de seus partidos, entidades e pessoas".[25] Partindo da indicação do cardeal Arns, a documentação permitiu não só perceber como foram julgados e quais os mecanismos da administração judicial, mas também apreender o registro da história que contaram diante dos tribunais.

A respeito dos processos judiciais, a tramitação inicia-se quando o juiz recebe a denúncia do crime e finaliza-se com a sentença, podendo haver recurso do Ministério Público ou da defesa ao Superior Tribunal Militar (STM) ou, finalmente, para o Supremo Tribunal Federal (STF), onde a sentença é definitiva e irrecorrível. Anteriormente à instauração do processo, há a etapa de formação do Inquérito Policial Militar (IPM), que será a base para o procurador oferecer a denúncia de crime.

Quanto à natureza dos processos judiciais, uma das características é a diversidade de informações constantes em diferentes documentos e momentos, seja em relação aos

---

[23] BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 4ª edição, Petrópolis: Vozes, 2004, p. 124.
[24] BRASIL NUNCA MAIS. **A pesquisa BNM (os instrumentos e a fonte).** Tomo II, vol. 1, 1985, p. 4.
[25] ARNS, Paulo Evaristo. (Prefácio) BNM **Perfil dos Atingidos**. p. 8.

representantes da Justiça, da defesa e os próprios réus. Relatórios de IPM, depoimentos de testemunhas, informantes – no caso dos militares, prestavam depoimentos seus superiores hierárquicos –, réus, sentenças e, ainda, as razões de acusação e defesa, portanto, diferentes versões sobre os mesmos acontecimentos.

Aos historiadores do regime militar coloca-se o problema das fontes, basicamente as oficiais e as produzidas pelos órgãos de repressão policiais e judiciais. Quando se trata de trazer a história dos opositores e atingidos surgem as objeções, que são pertinentes, pela forma como foram produzidas, principalmente na fase policial em que, nos interrogatórios, os acusados não contavam com a presença de advogados e eram em grande parte das vezes prestados em locais clandestinos, incomunicáveis e sob tortura.

Já a documentação do BNM refere-se à fase judicial, em que o preso contava minimamente com alguns "direitos", como os depoimentos em juízo, onde era possível retificar ou negar as declarações anteriores. Por isso, são documentos que tem sido reputados como válidos para gerar um conhecimento a respeito da história dos atingidos.

De acordo com o historiador Paulo Parucker, que também fez uso dos processos da Justiça Militar no seu estudo sobre a Revolta dos Sargentos de Brasília em 1963, o trabalho se tornou viável:

> Primeiro, porque freqüentemente pude contar com inúmeras possibilidades de cruzar, de checar as informações, inclusive através de 'posições' diferentes (por exemplo: oficiais, praças, Ministério Público Militar, defesa entre outras). Em segundo lugar, estes depoimentos não diferem em essência de muitos outros considerados 'válidos', aos quais, sem exceção, caberia alguma desconfiança sobre seu 'percentual de verdade'. A História é mais que o mero documento: constrói-se no entrechoque das versões e na busca permanente da objetividade.[26]

O historiador Carlo Ginzburg na sua crítica ao relativismo pós-moderno e à idéia de Nietzsche de que a retórica seria um sistema de figuras de linguagem que não comporta a verdade. O autor busca em Aristóteles uma forma de proceder para os historiadores que combina retórica e prova, mostrando que para esse filósofo as provas tinham um papel essencial. As provas dividem-se em técnicas e não técnicas; nestas últimas Aristóteles inclui as confissões e os depoimentos, e refuta as que são obtidas sob tortura, como não fidedignas. Para Ginzburg, incluir a tortura às provas retóricas seria reduzir "[...] o conhecimento ao

[26] PARUCKER, Paulo. **Op. cit.**, p. 24. O autor também fez uso dos panfletos anexados aos processos e realizou algumas entrevistas.

exercício brutal do poder. Trata-se, naturalmente, de uma conclusão inaceitável, por razões tanto de princípio quanto de fato".[27] No entanto, é preciso considerar as relações de força e

> [...] ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si. Para 'escovar a história ao contrário', como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu.[28]

O importante a ser retido dessa análise é o procedimento da leitura dos depoimentos às avessas, tendo em vista que os interrogatórios contidos nos processos não são aqueles obtidos sob tortura, ao contrário, neles muitas vezes são denunciadas as torturas sofridas e foi possível observar a "história escovada" na análise da documentação. Retornaremos a ela. A respeito da relação entre retórica e história, Ginzburg, partindo das observações de Arnaldo Momigliano, crítico dos estudiosos que associavam os historiadores a retóricos, ou seja, àqueles que estariam produzindo apenas discursos, eliminando a busca da verdade. Ginzburg sustenta "[...] que encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores".[29]

Quanto à importância da retórica judiciária, sublinha que historiadores e juízes se preocupam com a explicação dos fatos e ambos buscam as provas. Cabem aos juízes darem sentenças, aos historiadores resta se ocupar das fontes judiciárias e de sua retórica, discutir os seus problemas de método e se voltar para a "[...] reavaliação da riqueza intelectual da tradição que remonta a Aristóteles e à sua tese central: as provas, longe de serem incompatíveis com a retórica, constituem o seu núcleo fundamental".[30]

No caso das fontes referentes ao regime militar, considero as proposições de Ginzburg satisfatórias e válidas, inclusive porque ele trabalhou concretamente com esse tipo de documento. As fontes judiciais trazem os mesmos problemas que quaisquer outras, e nenhuma pode ser tomada de forma inocente. O historiador talvez leve uma vantagem, não precisa julgar e promulgar uma sentença, mas buscar a compreensão ou, ainda, elaborar perguntas e encontrar fatos que levem a novas evidências.

No que diz respeito à busca de provas em relação ao papel do juiz, suscita uma outra questão: o que buscavam os órgãos de repressão e seus agentes? Essa indagação permite um

---

[27] GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova.** Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia. das Letras, 2008, p. 43.
[28] Ibidem.
[29] Idem, ibidem, p. 61.
[30] Idem, ibidem, p. 63.

diálogo do estudo dos militares de esquerda, processados pela Justiça Militar com a pesquisa desenvolvida pela historiadora Mariana Joffily sobre a Operação Bandeirante (Oban) e o Departamento de Operações e Informações (DOI), órgãos que atuavam na fase policial. Importante lembrar que no momento da prisão a repressão era intensa, os presos eram submetidos à violenta tortura para que informassem nomes, endereços ou próximos encontros, denominados "pontos".

Com base na documentação desses órgãos de repressão, Mariana Joffily analisa os interrogatórios efetuados pelas equipes de investigação e assinala que algumas das preocupações eram: localizar, conhecer e identificar o grau de envolvimento político dos presos. A primeira consistia em localizar as residências, chamadas de "aparelho", e isso incluíam mapear as áreas da cidade, bairros, como se davam as reuniões, ações, guarda de material e munição, descobrir quem eram as lideranças, e toda a movimentação dos militantes e das organizações. A segunda era conhecer o inimigo, entender as siglas, o surgimento ou união de novos grupos armados, analisar os documentos apreendidos, e,

> [...] ainda que os manifestos das organizações constituíssem uma fonte valiosa de informações era nos interrogatórios que os dados eram esmiuçados, confirmados e atualizados. Conforme surgiam novas organizações, os interrogadores inquiriam sobre a origem das siglas, inteirando-se sobre as especificidades de cada uma delas.[31]

Por último, buscavam identificar como se dera a militância política, o nível de envolvimento, a linha teórica que o preso seguia, se estava arrependido, se era um esquerdista convicto ou apenas um revoltado, o contato com outras pessoas, quem o teria iniciado na guerrilha ou levado à organização, enfim tudo se encaminhava para a produção de um depoimento que fornecesse subsídios para a fase judicial. Segundo a autora:

> Se os agentes do DOI eram capazes de adentrar os meandros das discussões de esquerda, isso acontecia graças à leitura de inúmeros depoimentos de presos políticos. Ao interrogar militantes de organizações as mais diversas, iam compondo um panorama das semelhanças e diferenças, da composição de cada uma delas e do tipo de atividade que desenvolviam.[32]

Portanto, se nessa fase inicial, que poderia durar meses, já se produzia uma massa de informações suficientes para conhecimento não só das práticas coercitivas e do funcionamento dos órgãos, mas também da ação dos militantes e de suas organizações, na fase seguinte, a judicial, essas possibilidades se potencializavam, pois somavam novas informações com algumas "prerrogativas legais", como já foi assinalado. Todo aquele

[31] JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975).** São Paulo: Tese de Doutorado em História Social. FFLCH/USP, 2008, p. 180.
[32] Idem, ibidem, p. 216.

itinerário era retomado a partir do Relatório de IPM, base para a denúncia, que é um documento importante, pois o mapeamento já estava posto.

> Aceita a denúncia, inicia-se uma outra fase probatória: a da investigação criminal ou de formação de culpa. Trata-se agora de determinar o valor dos indícios e provas para caracterização do crime. O acusado é novamente ouvido, principalmente para se saber se confirma ou nega a acusação. São também ouvidas as testemunhas de acusação e defesa. Há ainda a possibilidade de juntar documentos aos autos, bem como a de realizar provas técnicas. Nessa fase, enfim, devem ser produzidas todas as provas da existência ou inexistência do crime.[33]

A acusação apresenta uma versão e a defesa outra, todas as falas tendo uma intencionalidade; então, o que temos é o descompasso, a descontinuidade, o que leva à busca do equilíbrio, que será dado pela análise em conformidade com o contexto histórico geral.

Essa documentação oficial permite revelar, por meio dos depoimentos e outras falas constitutivas dos processos, tomados os devidos cuidados interpretativos, como eram construídas e reconstruídas as histórias, tanto da repressão judicial como dos atingidos por ela.[34] Se por um lado podemos indagar por que os militantes falam sobre suas histórias e partidos, como bem lembra o cardeal Arns, muitas vezes com riqueza de detalhes, por outro, por que os representantes da Justiça permitem e registram as denúncias, os manifestos? Um exemplo dessas duas formas de agir é o caso do ex-padre Alípio Cristiano de Freitas, do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), perante a 2ª Auditoria da Aeronáutica da Guanabara em 1970. No seu depoimento em juízo fez uma longa declaração, transcrita no trabalho de Andréa Paula dos Santos sobre os militares de esquerda nacionalistas. Inicia afirmando que esta declaração seria divulgada no Brasil e no exterior e relata minuciosamente a sua prisão, as torturas sofridas por ele e outros militantes, além de todas as denúncias, fazendo severas críticas à atuação da Justiça.

> Quero protestar publicamente contra a expressão 'vulgo Padre Alípio' contida no texto da denúncia contra mim encaminhada e subscrita pelo juiz-auditor substituto Theodulo Rodrigues de Miranda por achá-la propositadamente debochativa, calculadamente ofensiva. De 'vulgo' poderia eu e todos os meus companheiros, que por aqui passaram ou hão de passar, poderia eu, repito, apelidar a Justiça que aqui se faz, pois de Justiça ela apenas e abusivamente usa o nome, as prerrogativas e o aspecto exterior. Jamais alguém poderá ter como Justiça o que não passa de defesa de um estado de força, que outra coisa não faz mais do que reprimir o direito e perseguir, oprimir ou matar aqueles que lutando pelos direitos do povo se levantam contra tal estado de força e violência. [...] repudio, rejeito, como debochativa e de baixo nível, a expressão

[33] BRASIL NUNCA MAIS. **A pesquisa BNM**, p. 3.

[34] Importante lembrar que os representantes da Justiça Militar muitas vezes repetiam as informações da fase policial, ou seja, construíam suas versões que eram reconstruídas por meio das contestações dos advogados de defesa, que alegavam vício de origem que comprometia a formação de convicção pelo juiz, e também eram reconstruídas pelas declarações em juízo dos réus.

> contida na denúncia, 'vulgo padre Alípio'. Também essa atitude me é imposta pela minha condição de revolucionário proletário, comunista militante; não posso permitir-me que um qualquer, mesmo que investido de toga ou de poderes de juiz, se arrogue o uso do deboche e o pretenda transformar em direito. Se motivos alguém não tem para respeitar-se a si mesmo como pessoa, respeite ao menos a função que exerce, ainda que temporariamente.[35]

Fontes Orais

Os estudos sobre o regime militar, ao mesmo tempo em que apresentam dificuldades com relação à documentação oficial, permitem pela proximidade temporal que se possa valer do recurso das fontes orais. Cabe esclarecer que, neste estudo, se trabalhou com entrevistas temáticas, nas quais se buscam aspectos específicos da vida do narrador, diretamente ligados à temática central da pesquisa, como a opção de ingresso ou rompimento com as Forças Armadas, ou a condição de ser militar nos grupos de esquerda, diferentemente da entrevista de história de vida, em que o centro é a trajetória de vida do entrevistado.

A historiadora Verena Alberti, estudiosa da história oral, afirma que a entrevista temática: "[...] é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, [...] o tema pode ser de alguma forma 'extraído' da trajetória de vida mais ampla e tornar-se centro e objeto das entrevistas".[36] Quanto aos nossos entrevistados, a passagem pela instituição militar tem um estatuto definitivo nas suas vidas, cujo tema passa a ser central na entrevista.

Segundo a autora: "A História oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido às formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade".[37] Por outro lado, a entrevista de história oral é uma fonte própria de um paradigma das sociedades ocidentais, tomando "[...] a idéia do indivíduo como valor. [...] e o pesquisador que opta por trabalhar com a História oral deve ter consciência de que está lidando com uma fonte que reforça esses valores".[38]

---

[35] Citado em SANTOS, Andrea Paula dos. **Op. cit.**, p. 469-470. Entre os réus se encontrava o sargento da Aeronáutica Joacy Pereira Magalhães, entrevistado pela autora e que ainda guardava uma cópia da declaração.
[36] ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 175.
[37] Idem, ibidem, p. 164.
[38] Idem, p. 169.

Ressalta, ainda, a importância da análise do pesquisador acerca das condições de produção da narrativa, que deve considerar essa fonte como um todo, de modo a fornecer sentido às partes e vice-versa, pois o entrevistado:

> [...] nos revela sua visão dos acontecimentos e de sua própria história de vida acerca do tema, de sua geração, de seu grupo, das formas possíveis de conceber o mundo etc. Tomar a entrevista como um todo significa ouvi-la ou lê-la do início ao fim, observando como as partes se relacionam com o todo e como essa relação vai constituindo significados sobre o passado e o presente e sobre a própria entrevista.[39]

Verena Alberti assinala que um procedimento interessante é a comparação entre o que nos relata o entrevistado em relação aos documentos, o "[...] que permite ao pesquisador verificar como a memória sobre o passado vai se constituindo [...]".[40] Ainda, de acordo com a autora, que adverte sobre a complexidade e diversificação dessas fontes, é importante, portanto, o trabalho paralelo com outras fontes, primárias e secundárias, e também o conhecimento do tema, pois desta forma é possível "[...] perceber 'dissonâncias' que podem indicar caminhos profícuos de análise das entrevistas de História oral".[41]

A esse respeito, utilizaram-se os Autos de Qualificação e Interrogatório[42] e documentos semelhantes, e, no que foi possível comparar, o que se verificou em uma das entrevistas é que não houve grandes diferenças: o entrevistado recordou-se, inclusive, de pequenos detalhes que havia declarado em juízo. Num outro caso, em que o entrevistado nem chegara a ser preso, ao tomar contato com a documentação afirmou que as declarações nela contidas acerca da sua participação eram exatamente como tinha acontecido.[43]

Quanto às entrevistas com militares de esquerda, é importante a análise e reflexão do artigo do historiador Cláudio Beserra de Vasconcelos sobre a memória militar da ditadura. Ele lembra que o uso das fontes orais tem suprido lacunas em função da falta de acesso aos documentos oficiais e apresentado resultados bastante satisfatórios. No entanto, essa memória tem privilegiado os militares que participaram do golpe. Suas falas muitas das vezes fazem uma réplica à produção acadêmica ou à versão dos militantes de esquerda. Um dos aspectos importantes levantados no seu artigo é a dicotomia entre os militares que deram o golpe e a esquerda civil, pois,

---

[39] Idem, ibidem, p. 185.
[40] Idem, ibidem, p. 187.
[41] Idem, ibidem, p. 189.
[42] Os relatos eram transcritos a partir dos depoimentos dos presos, o que muitas vezes gerava protestos dos denunciados pela forma de linguagem empregada; por exemplo, ao denunciar as torturas sofridas, estas eram registradas como uma simples coação física.
[43] Nem todos tiveram contato com a sua documentação judicial, outros não se lembram, portanto o cotejo fica mesmo a cargo do pesquisador.

> [...] foi gerada uma memória que ligou estritamente a ditadura ao elemento militar, silenciando sobre a participação de grupos civis. Essa construção, no meu entender por um lado afetou os militares envolvidos diretamente no período ditatorial, por outro, beneficiou não só a esquerda, mas principalmente os civis partícipes do golpe e da ditadura, e contribuiu, ainda, para gerar um esquecimento de que houve militares que não tomaram parte no regime e que foram punidos por se oporem a ele.[44]

Essa visão da história tem levado os militares a afirmarem que perderam a guerra para a memória, todavia eles têm tido um espaço para serem ouvidos, referindo-se a série de entrevistas realizadas pelos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)[45] e os quinze volumes da série *História Oral do Exército – 1964: 31 de Março. O movimento revolucionário e sua história*, editados pela Biblioteca do Exército. Quanto aos militares cassados o autor sublinha que durante o período militar as informações sobre eles são escassas. Somente após a anistia eles começam a se organizar, inclusive elaborando um documento que alertava que a anistia não os reintegrava às suas carreiras e, mais, estava beneficiando os torturadores.[46]

Esse silenciamento ainda provoca insatisfação nesses militares, o que levou o professor Ivan Cavalcanti Proença, capitão do Exército cassado em 1964, a apresentar o projeto de publicar as memórias dos militares cassados pelo regime militar. Esses militares também criaram diversas associações como a Associação Democrática e Nacionalista dos Militares (ADNAM). Vasconcelos aponta, ainda, um outro dado importante: a construção de uma identidade de pertencimento a um grupo desde as chapas nacionalistas para o Clube Militar, associações de marinheiros e sargentos, no pré-64, e o grupo de militares cassados, tendo como marco inaugural as punições do governo civil-militar, em torno da luta pela anistia.

O importante é a incorporação desses novos elementos ao debate, se ao governo militar é dado um caráter exclusivamente militar, que leva os militares a uma reação não aceitando a carga negativa sozinhos, e, se sua réplica aos civis resulta numa resposta dos militares cassados, surgem então boas perspectivas e quebra-se a dicotomia:

> de um lado os civis, o certo, o democrático, o bom; de outro, os militares, o errado, o autoritário, o mal. Essa visão contribuiu para sufocar a existência de um conflito político-ideológico anterior a 1964, no qual havia civis e militares

---

[44] VASCONCELOS, Cláudio Beserra. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 73. Devo a indicação e envio deste artigo a Mariana Joffily, a quem agradeço imensamente.

[45] Importante ressaltar que considero esse trabalho extremamente importante, pois é necessário o conhecimento do pensamento militar para a compreensão do processo histórico de nossa sociedade. O que ocorre é que todo conhecimento suscita novas questões como as levantadas nesse artigo e que também são pertinentes.

[46] Idem. ibidem, p. 74.

> em ambos os lados. Serviu, também, para que se evitasse o questionamento das responsabilidades de civis, inclusive quanto a arbitrariedades políticas e torturas, durante a ditadura.[47]

A respeito dos militares que participaram da luta armada, é importante lembrar que fazem parte desse grupo de militares cassados, ou então deixaram as Forças Armadas por se oporem ao regime, outros ainda foram presos por estarem ligados aos grupos armados, mas todos têm um pertencimento a esse grupo de dissidentes. Ao entrevistá-los pode-se contribuir não só para aproximar-se empiricamente do tema de pesquisa, mas para trazê-los ao debate histórico e compreensão do período do regime militar no Brasil.

Foram realizadas dez entrevistas, seis com militares, três com civis que tinham contato próximo aos militares e uma com a esposa de um dos militares, que foi preso e depois assassinado, constando na lista dos desaparecidos políticos.

Também foram incluídas sete entrevistas, com três militares e quatro civis, da Coleção *Militância Política e Luta Armada* do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, da série de entrevistas na íntegra dos pesquisadores Marcelo Ridenti e Denise Rollemberg.

Ainda sobre as fontes, uma outra forma de aproximação da temática estudada são os livros autobiográficos dos ex-guerrilheiros, alguns sob forma romanceada, desde os iniciais *O que é isso companheiro*, de Fernando Gabeira, tornado *best seller*, e *Os carbonários*, de Alfredo Syrkis, também sucesso de vendas, lançados ainda sob o regime militar em 1979/1980. Dessa época até os dias atuais, dezenas de livros de ex-militantes têm sido editados, inclusive de ex-militares. O interesse nessas obras são as próprias experiências dos seus protagonistas sobre a militância, a prisão, o convívio com outros companheiros, as questões que dividiam ou uniam as esquerdas, o exílio.

Essas contribuições para o conhecimento daquele período, sobretudo das novas gerações, têm despertado interesse acadêmico num esforço de compreender os projetos, ilusões ou desilusões e memória das lutas revolucionárias dos sobreviventes da luta armada. Seja sob o conceito de "ficção política" ou "literatura de testemunho"[48], esses livros ajudaram na compreensão do objeto de estudo, podendo considerá-los como fontes secundárias.

---

[47] Idem. ibidem, p. 76-77.

[48] Estudos que tomaram esse tipo de obras como fonte de análise do regime militar: SILVA, Mário Augusto Medeiros. **Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política.** São Paulo: Annablume, 2008; MAUÉS, Eloísa Aragão. **"Em câmara lenta", de Renato Tapajós: a história do livro, experiência histórica da repressão e narrativa literária.** São Paulo: Dissertação de Mestrado em história Social, FFLCH/USP, 2008; e RUIVO, Marina Silva. **Literatura e resistência: estudo comparado de Viagem à luta armada, de Carlos Eugênio Paz e a Geração da utopia, de Pepetela.** São Paulo: Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada, FFLCH/USP, 2005.

Esta tese divide-se em quatro capítulos: o primeiro, versa sobre a formação militar nas diferentes Forças, a origem social e as motivações para o ingresso nas Forças Armadas. O anticomunismo presente na corporação e no discurso dos representantes da Justiça Militar, bem como o conceito de guerra revolucionária. O capítulo trata ainda da identidade militar e a participação dos oficiais militares. No segundo, abordou-se a participação política dos militares de esquerda no pré-64, a luta pela legalidade e a posse do presidente João Goulart em 1961, a criação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), em 1962, a Revolta dos Sargentos de Brasília em 1963 e a rebelião dos marinheiros em março de 1964. A tentativa de resistência ao golpe de Estado e a sua consolidação.

O terceiro capítulo trata do engajamento dos militares na luta armada, em que é traçado um perfil das organizações e das principais ações e militares que delas participaram. Analisou-se ainda o significado do nacionalismo revolucionário. E, finalmente, no quarto capítulo foi abordada a importante participação dos sargentos, representados pela figura do sargento Onofre Pinto, um dos dirigentes da VPR. O militarismo das organizações em oposição à prática de um trabalho político, que foi causa de tensões nos grupos armados, e a repressão aos militares de esquerda também foram tratados neste derradeiro capítulo.

1. A formação militar

No estudo acerca dos militares, Celso Castro ressalta a necessidade de trabalhos específicos que abordem a instituição militar como objeto em si mesmo, e não apenas sua intervenção na política brasileira, afirmando que o seu trabalho *O espírito militar* foi uma tentativa inicial em uma área de estudo ainda a ser explorada.

Com o lançamento de a *Nova História Militar Brasileira*, uma coletânea que reúne as recentes contribuições sobre o tema, de que Celso Castro é um dos organizadores, referindo-se ao interesse surgido nos eventos dos 40 anos do golpe de 1964, ele volta a enfatizar que "[...] ainda há muito para ser conhecido sobre a instituição militar em tempos recentes".[49]

O presente trabalho, apesar de não ter contemplado essa forma de abordagem direta, procurou também contribuir para a compreensão desse espírito militar, considerando que estudamos militares que atuaram ao lado de civis na oposição ao regime, sempre com a preocupação de analisar suas ações nos grupos armados em função dos valores e da socialização profissional que receberam dentro das Forças Armadas, e como foram julgados nos processos judiciais.

Os militares do nosso estudo não só participaram de diversos grupos armados como também eram provenientes de diferentes instituições e Forças: Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícias Militares, no caso de São Paulo a Força Pública, que em 1969 foi incorporada à Polícia Militar do Estado. Portanto, a formação e o treinamento desses militares foram diferenciados.

Uma análise que nos ajuda a compreender a formação militar é a empreendida por Heloisa Fernandes, sobre a função da Força Pública do Estado de São Paulo e o seu comportamento frente às transformações econômicas, sociais e políticas. Quando surge no período imperial, a Força Pública atuava contra o movimento abolicionista e na fuga de escravos. Com o desenvolvimento urbano surgem problemas com a chegada dos imigrantes, o que exige um aperfeiçoamento, por parte do Estado, de seus instrumentos de manutenção da ordem.[50]

Iniciada a República, há uma nova ordem social, e a classe operária passa a ser vista como uma ameaça. A passagem do trabalho escravo para o assalariado demanda critérios normativos diferentes para a profissionalização de soldados e oficiais, com ênfase na

[49] CASTRO Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. Introdução: Da história militar à "nova" história militar. In: **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004, p. 31.
[50] FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Política e segurança. Força Pública de São Paulo: fundamentos históricos-sociais.** São Paulo: Alfa-Omega, 1974, p. 99.

instrução militar e não policial. Em São Paulo, sob a influência da Missão Francesa que chega ao Brasil nos anos de 1910, o crescimento industrial exige "[...] especialização da Força Pública para a defesa e preservação das relações sociais de produção".[51]

De acordo com a autora, a carreira na Força Pública permitia uma via de ascensão social; por outro lado, com a República, os militares, diferentemente do período do Império em que a repressão era contra abolicionistas e escravos, têm de reprimir a classe social da qual são originários, portanto "[...] impõe-se a necessidade de 'desclassizar' os próprios agentes mantenedores da ordem, processo proposto e iniciado historicamente com a 'profissionalização' do militar".[52]

A formação do militar puro tem como objetivo que as suas atividades sejam desenvolvidas sem um sentimento de pertencimento à sua classe social.

> [...] para ser um bom militar, este deve renegar os projetos de sua própria classe e incorporar o projeto do Estado 'acima das classes', é necessário que a vivência da instituição se dê em termos da negação da sua própria mediação pelas classes sociais, ou seja, como se a instituição permanecesse refratária a elas.[53]

Essa visão de mundo pode ser percebida nas palavras do general Peri Bevilacqua, na nota de instrução complementar emitida em setembro de 1963, condenando a revolta dos sargentos, chamada por ele de "Intentona de Brasília", afirmando "[...] que nas Forças Armadas só existe uma classe una e indivisível – a classe dos militares, organizada em círculos hierárquicos, nela se incluindo desde o simples soldado ao general".[54]

Heloisa Fernandes afirma que a justificativa para essa hierarquia que compreende divisões internas se explica no sentido em que existem subdivisões porque há funções específicas, mas qualquer um pode "ascender na hierarquia como mérito apenas de sua capacidade pessoal".[55]

Entretanto, as divisões e subdivisões da instituição acontecem da mesma forma que as da sociedade e, como essas são passíveis de contradições e conflitos, "[...] nada garante que, de fato, em todas as circunstâncias o soldado aja como militar".[56] Por isso, podem ocorrer movimentos tanto de contestação à hierarquia interna da instituição quanto da própria sociedade.

---

[51] Idem, ibidem, p. 163.
[52] Idem, ibidem, p. 251.
[53] Idem, ibidem, p. 200.
[54] Citado em FICO, Carlos. **Op. cit.**, p. 264.
[55] FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Op. cit.,** p. 200.
[56] Idem, ibidem, p. 202.

Essa contradição do militar que tem de reprimir a sua própria classe social foi vivida, na década de 1960, pelo sargento da Força Pública Pedro Lobo de Oliveira, que conta o que sentia nesses momentos.

> Os trabalhadores naquela época tinham participação muito ativa. A Praça da Sé virava um mar humano. A ordem era reprimir e eu não podia deixar de cumprir, senão era punido e a coisa era violenta, a cavalaria em cima, aquela massa de gente avançando na praça e a gente tinha que jogar o cavalo em cima. Eu procurava evitar ao máximo, não ia furar alguém com a espada, e só a presença dos cavalos, não era um, eram vinte, trinta até cinqüenta e o povo corria, tinha um comando na frente com um tenente avançando e a gente tinha que avançar também, não dava para recuar sozinho. No meu caso e de alguns colegas comunistas, fazíamos aquilo a contragosto e isso machucava a gente, eu não queria bater no trabalhador. O contato com essa realidade social é que foi despertando em mim a consciência do que representava a repressão e o interesse dos trabalhadores. Isso era uma escola de política. O começo foi assim, e desde a infância eu já percebia esses contrastes e depois, via nas ruas e nas ocorrências policiais que quem sempre levava chumbo era a parte mais fraca, os mais pobres.[57]

Portanto, mesmo com a tentativa de "desclassizar" a categoria, as condições concretas de vida do militar, principalmente os subalternos, levam-no a viver a tensão entre suas raízes sociais e a identidade profissional recebida na instituição militar. No que se refere ao Exército e à Força Pública de São Paulo, João Quartim de Moraes no seu estudo sobre a esquerda militar no início do período republicano assinala que a Força Pública recebeu, a partir de 1906, treinamento bélico especial com a vinda da Missão Militar Francesa, ao passo que o Exército só receberia em 1919 a sua MMF.[58]

Isto significava que o estado de São Paulo adquiria uma preponderância com esse poder militar próprio. Heloisa Fernandes na sua análise sobre a Força Pública de São Paulo ressalta as críticas que surgiram na época, pois a Força Pública deveria ter um caráter civilista, cabendo ao Exército a militarização[59].

Entretanto, antes da chegada da Missão Francesa para instruir o Exército foi cogitada a vinda de uma Missão Militar Alemã. O marechal Hermes da Fonseca era admirador daquele Exército e esteve na Alemanha acompanhando manobras de treinamento, logo depois foi enviado um grupo de jovens oficiais para estágio com os militares alemães. Esse grupo de oficiais ficaria conhecido como os "jovens turcos" e na volta da Alemanha lançaram a revista

---

[57] Entrevista concedida à autora em 15.03.2008, na cidade de São José dos Campos/SP.
[58] MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes.** Vol. I, p. 134.
[59] FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Op. cit.**, p. 157.

A Defesa Nacional e nela defendem o modelo alemão de instituição militar.[60]

Nos editoriais da revista fica claro o interesse dos oficiais pelas discussões políticas que se travavam na época, indo além das questões profissionais e relativas à corporação. Argumentam sobre a necessidade de intervenção militar na jovem nação, e dessa tutela para a sua formação e desenvolvimento. João Quartim observa que esse grupo representou a primeira versão da direita militar no Brasil. No primeiro editorial da revista afirmam que

> [...] nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada, no seio de uma tumultuada massa efervescente, vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social.[61]

As esperanças dos "jovens turcos" de que a reforma do Exército ficasse a cargo de uma missão militar alemã acabam com a derrota do *reich* na Primeira Guerra Mundial. Em 1920 a Missão Militar Francesa inicia a formação profissional e treinamento da oficialidade brasileira. São inauguradas as Escolas de Estado Maior do Exército (ECEME) e a Escola de Aperfeiçoamento dos Oficiais (ESAO). O serviço militar passa a ser obrigatório, o que abriria espaço para as classes populares. Na visão do poeta Olavo Bilac, um crítico das classes cultas que se negavam a prestar o serviço militar, para os pobres o recrutamento seria uma chance de transformá-los "[...] em 'cidadãos-soldados': na falta de escolas, os quartéis os educariam".[62]

Em 1924, a Missão Militar Francesa no seu programa de reorganização do Exército realizou uma reforma no ensino em substituição aos regulamentos da Escola Militar do Realengo feitos em 1918 e 1919, pelos oficiais com estágio na Alemanha, os quais estabeleciam as bases de um currículo com 70% de disciplinas de ensino profissional. Com a reforma, os estudos gerais e profissionais ficaram mais equilibrados e de acordo com a exigência do Ministério da Guerra de formar oficiais com cultura geral, pois se destinavam a ocupar altos postos, tanto na carreira militar como na sociedade.[63]

Agassiz de Almeida num ensaio sobre as escolas militares afirma que, mesmo com a chegada da missão francesa, a influência da escola alemã permaneceu. Dessa corrente germanófila fizeram parte Góis Monteiro, Cordeiro de Farias, Eurico Gaspar Dutra, Meira Matos e Golbery do Couto e Silva. Lembra ainda que:

---

[60] MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes.** Vol. I, p. 136-137. O modelo defendido era de um estado militarizado nos moldes do Exército prussiano, do qual se dizia ser um "Exército com Estado e não um Estado com Exército". A Prússia e o reich alemão eram uma potência militar, e seu Exército considerado o mais forte do planeta. Ver: p. 137 a 141.
[61] Idem, ibidem, p. 138-139.
[62] Idem, ibidem, p. 186.
[63] CASTRO, Celso. **Op. cit.**, p. 125-126.

> Segundo essa facção militar, os altos quadros dos comandos militares deviam conduzir, direta ou indiretamente, os destinos da nação. De dezenas de oficiais que se identificavam com a orientação da escola militar alemã surgiu a Escola Superior de Guerra, em 1949.[64]

O autor cita diversos textos publicados na revista *A Defesa Nacional*, na década de 1970, como os dos generais Octávio Costa e Orlando Geisel em que lembram o idealismo dos jovens turcos afirmando que germanófilos ainda estavam no poder. Do ministro do Exército no governo Médici, Orlando Geisel:

> O idealismo desbravado dos "jovens turcos" (como eram conhecidos os oficiais que estagiaram no exército alemão) acelerava o reencontro com o verdadeiro espírito da profissão de soldado, de um exército sempre preparado para assumir os destinos da pátria e defendê-la em quaisquer circunstâncias.[65]

O general-de-brigada Octávio Costa, no mesmo número da revista, escreve: "Todos sabiam que havia germanófilos nos altos postos e que as cinzas de nossa experiência integralista ainda estavam bem vivas".[66]

No entanto, o próprio general Octávio Costa afirma em entrevista para o livro *Visões do golpe*, sobre a memória militar de 1964, que apesar da influência germânica, na década de 1940 se aproximam dos Estados Unidos, mas com o crescimento do marxismo no pós-2ª Guerra Mundial começam a se preocupar com a preparação de uma guerra interna e voltam-se para os estudos franceses, pois o pensamento militar ainda era profundamente marcado pela missão francesa. O general afirma que:

> A guerra que se estudava nas escolas francesas era a guerra insurrecional, a guerra revolucionária. [...] Isso entrou pelo canal da ESG, e foi ela que lançou as idéias sobre as guerras insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro de nossa possível guerra.[67]

Ainda que a influência germanófila fizesse parte do ideário de muitos generais até os anos 70, no final da década de 1950 e início da de 1960, de acordo com o cientista político João Roberto Martins Filho, a educação que os golpistas de 1964 estavam recebendo vinha de uma doutrina que se inspirava na experiência francesa das guerras contra a Indochina e a

---

[64] ALMEIDA, Agassiz. **A ditadura dos generais: Estado militar na América Latina. O calvário na prisão**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 101. O autor enfatiza a influência alemã na procura por uma linha definidora e explicativa que identifica os regimes militares na América Latina com o nazismo alemão. Segundo ele, o marechal Hermes da Fonseca, assim como o general Bertoldo Klinger, um dos fundadores da revista **A Defesa Nacional**, nascidos no Rio Grande do Sul, "*[...] em época durante a qual chegava àquele estado forte corrente de imigrantes alemães e italianos. Toda a sua formação, como a de Geisel, Médici, Costa e Silva e tantos outros que nasceram naquele estado, recebeu forte influência da cultura e educação germânica".* p. 98.

[65] GEISEL, Orlando. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, nº 661, janeiro/fevereiro, 1979. Citado em ALMEIDA, Agassiz. **Op. cit.**, p. 102.

[66] Ibidem.

[67] D'ARAUJO, Maria Celina et alii (Orgs.) **Visões do golpe: a memória militar de 1964.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, p. 78.

Argélia. Essa formação tem início em 1959 numa conferência do coronel Augusto Fragoso preparada com base na literatura francesa. Segundo Martins Filho, "[...] o aspecto que mais nos interessa na palestra de 1959 é a tentativa de inserir o Brasil no quadro geral da guerra revolucionária mundial".[68]

A guerra revolucionária dividia-se em duas fases: a pré-revolucionária e a revolucionária. O Brasil, segundo o coronel Fragoso, já estava na primeira fase e associava-se o movimento nacionalista como parte da ameaça subversiva, portanto as Forças Armadas deviam se preparar para enfrentar o inimigo interno. Essa tese de que no Brasil já estava em curso a guerra revolucionária ultrapassa os cursos ministrados a oficiais e chega à Câmara, onde o líder da UDN Bilac Pinto, imbuído das idéias da literatura francesa, enumera as etapas da guerra revolucionária em que o Brasil já havia ingressado. "[...] '1) ampla infiltração comunista em todos os escalões do governo; 2) infiltração comunista nas Forças Armadas; 3) ampla e ostensiva infiltração nos partidos'".[69]

Martins Filho em outro artigo retoma o estudo sobre a doutrina francesa de guerra revolucionária que influenciou as práticas repressivas no Brasil, notadamente entre 1968 e 1974. Contrapondo-se à tese de Rita Maran, que analisou a experiência da França na guerra da Argélia, que explica a adoção da tortura como deformação da ideologia de "missão civilizadora", o autor defende a ideia de que "[...] o que aproximou franceses, argentinos e brasileiros foi um *ethos* anticomunista comum".[70]

No contexto de países como o Brasil, não havia propósitos de tipo colonial a serem conquistados; por outro lado, os setores militares com forte sentimento anticomunista propiciaram um terreno fértil para a aceitação da doutrina de guerra revolucionária. Com o objetivo de adaptar a experiência francesa às condições que se apresentavam no Brasil, com o cuidado de tirar lições da derrota que tinham sofrido na Argélia, e admitindo que a guerra revolucionária já estaria em curso, a Lei de Segurança Nacional passará a adotar em seus textos o conceito de guerra revolucionária.[71]

---

[68] MARTINS FILHO, João Roberto. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e o golpe de 1964. In: **The cultures of dictatorship: Historical reflections on the brazilian golpe of 1964.** 14-16 out. 2004. Universidade de Maryland, Estados Unidos, 2004, p. 14. Uma das motivações para se voltarem à bibliografia francesa é que os Estados Unidos estavam mais preocupados com a guerra nuclear total e não com os estudos de combate à guerra revolucionária. (p.10)

[69] Citado em MARTINS FILHO, João Roberto. Ibidem, p. 23.

[70] MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre révolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília MacDowell et alii (Orgs.) **Desarquivando a ditadura. Memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009, Vol. I, p. 180.

[71] Idem, ibidem, p. 188/189.

O Decreto Lei 898/69, no capítulo I, artigo 3º, define: "A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva". Nos parágrafos seguintes explica cada tipo de guerra, e o parágrafo 3º define que: "A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia, ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação".[72]

O conceito de guerra revolucionária será amplamente invocado nos processos em que serão julgados os réus na Justiça Militar. No BNM 153, de 1970, processo sobre a Ação Libertadora Nacional (ALN) no Pará e a tentativa de implantar uma guerrilha na região de Conceição do Araguaia, são julgados os sargentos Amado Alves Tupiassú, Luiz Maria da Silva e o policial Alexandre Lopes da Silva, acusados de fazerem parte de uma célula militar comunista, ministrar instrução de tiros, participar de reuniões, proceder à tentativa de aliciar outros militares e policiais para participarem da ALN e ainda passarem informações sobre os quartéis e paiol de munições.

No Relatório de IPM, o tenente coronel Mauro Amâncio de Souza destaca os sargentos e o policial, entre outros réus indiciados, tendo em vista que ainda estavam na ativa, à época dos fatos, considerando que: "[...] as atividades de tais elementos não estavam por iniciar, pelo contrário, se encontravam muito além, pois, já haviam atingido a chamada etapa das tarefas revolucionárias [...]".[73]

No mesmo processo, a Sentença da 8ª Circunscrição Judiciária Militar de Belém do Pará decidiu deliberar à luz do conceito de subversão ou guerra revolucionária. A motivação do Conselho para agir dessa forma foi a crítica feita pela defesa em relação à falta de tipicidade dos fatos considerados como crimes contra a segurança nacional e deficiência de provas, sendo assim,

> [...] o Conselho decidiu considerar a natureza dos fatos ocorridos que deram lugar ao presente processo à luz do conceito de subversão ou guerra revolucionária, detendo-se mais demoradamente nos ensinamentos do passado, procurando aplicá-los no presente processo. Na prática muitas vezes subversão e guerrilha são palavras sinônimas, mas, na verdade nem sempre se pode identificar a subversão com a guerrilha. A subversão é não raro o movimento preparatório para a guerrilha, porém mais difícil de se constatar e conseqüentemente de ser combatida. [...] Muitas vezes tais crimes são atípicos

[72] Esse decreto substitui o DL 314/67 mantendo o mesmo texto, porém aumentando as penas, e incluindo ainda a prisão perpétua e a pena de morte. Os textos das leis, atos e decretos deste trabalho serão citados da obra: BICUDO, Helio. **Segurança nacional ou submissão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, (Apêndice).
[73] BNM 153, fl. 172.

> e conseqüentemente impunes. A subversão pode ou não antecipar as guerrilhas e muitas vezes coexiste paralelamente com elas, [...][74]

A seguir, a Sentença cita inúmeros exemplos de como "a subversão prepara o terreno para as guerrilhas", desde as Guerras Camponesas na Alemanha, a Revolução Russa de 1917, até os movimentos no Brasil como: Quilombos, Canudos, Contestado, lembrando que todos foram precedidos de subversão e que

> "[...] poucos quando organizados, podem incomodar muitos. [...] Os Tupamaros no Uruguai e seus congêneres em outros países da América Latina são exemplos típicos de guerrilhas organizadas, que operam com poucos mais enfrentam os poderes públicos, muitas vezes com sucesso.[75]

Os atos subversivos que desencadeariam a guerrilha seriam a infiltração, como a ocorrida nos quartéis, feita pelos militares, a propaganda entre os moradores, aproveitando-se do descontentamento popular e contrastes sociais que havia na região. Em seguida, a subversão atingiria a fase insurrecional, e que teria por fim a guerrilha. Nota-se que os conceitos não foram bem explicitados, não fazendo uma distinção entre guerra insurrecional e revolucionária como definia a exposição do coronel Augusto Fragoso na Escola Superior de Guerra (ESG)[76]. Contudo, mesmo não dominando as diferenças entre uma expressão e outra, na sentença assinada por um coronel, três capitães e um juiz auditor[77] está implícita a inspiração na doutrina de guerra revolucionária.

A discussão do que caracterizava a guerra revolucionária seria tema de debate nos tribunais. O sargento Amado Tupiassú foi incurso no artigo 23 do DL 314/67, acusado de praticar atos destinados a provocar a guerra revolucionária e condenado a dois anos de prisão. O advogado de defesa João Francisco de Lima Filho, na apelação da sentença ao STM, buscou argumentos em textos sobre guerra revolucionária na Biblioteca do Exército, concluindo que seu defendente teria praticado atos preparatórios de guerra revolucionária que não eram punidos pela lei.

> Não se pode dizer que o simples fato de comprar armas, vender armas, praticar tiro ao alvo ou mesmo ministrar a alguém aula sobre manejo de armas ou orientação de terreno, seja ato de guerra subversiva. Pode ser ato preparatório

[74] BNM 153, fl. 8 – 3º Volume.
[75] BNM 153, fl. 9 – 3º Volume.
[76] Como apresentada no artigo de Martins Filho: naquela exposição a guerra revolucionária adota uma doutrina marxista-leninista e é uma revolução pela conquista do mundo, tem ação psicológica e depende de um pequeno grupo atuante e organizado, ao passo que a guerra insurrecional obedece a um processo empírico e se restringe a um país. Essa ação de pequenos grupos se insere na preocupação dos membros da Justiça Militar em relação aos militantes da ALN que atuavam na região de Conceição do Araguaia. MARTINS FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia, **Op. cit.**, p. 184/185.
[77] São eles: coronel Raimundo Nonato dos Santos (presidente), capitão Osvaldo José da Silva Moraes Lobato (juiz), capitão Venício Mendes de Souza (juiz), capitão Benedito de Oliveira Miranda (juiz) e Dr. Luiz Alexandre de Oliveira (auditor).

> de guerra revolucionária ou subversiva, caso o agente o pratique com intenção de adestrar-se ou adestrar outrem para o desencadeamento da guerra.[78]

O STM negou o pedido de apelação e manteve a sentença. Esse artigo foi regularmente invocado pela sua abrangência, o que sempre foi contestado pelas defensorias que argumentavam a falta de caracterização dos atos a que se referia a legislação.

A aplicação deste artigo muitas vezes prestou-se exatamente para os julgamentos em que não havia provas concretas, como no caso do cabo José Mariane Ferreira Alves, da VPR. No BNM 95, sobre a união do grupo Colina com a VPR, são solicitadas informações de outros processos a que o denunciado estaria respondendo, e encontra-se a transcrição de uma sentença do processo referente ao roubo de armas executado pelo grupo do capitão Carlos Lamarca.

O Conselho Permanente de Justiça de São Paulo afirma que o cabo Mariane, de acordo com os autos, não participou diretamente do roubo de armas do 4º RI, mas há elementos que

> [...] tornam certo que José Mariane Ferreira Alves, desde que se filiou à VPR – outubro/novembro-1968 – até que foi capturado e apresentado em Juízo, dedicou-se à provocação da guerra revolucionária, a qual sobreveio em virtude da cooperação deste acusado. Assim, resolve o Conselho condenar José Ferreira Alves à pena de 12 anos de reclusão, máxima cominada, em virtude da consideração de todas as circunstâncias judiciais, da periculosidade do agente, de sua obstinação nos propósitos criminosos, revelada inclusive perante o Conselho, quando do seu interrogatório, sendo tal pena estribada no artigo 23, parágrafo único do decreto-lei 314/67.[79]

Reportando ao processo citado BNM 229, nas argumentações da sentença do Conselho podemos constatar a forma como vinha sendo aplicado o conceito de guerra revolucionária. Para o cabo José Mariane não existiam provas concretas, todavia para a condenação do capitão Carlos Lamarca, julgado a revelia, encontramos várias páginas que sustentam que ele provocou atos destinados a desencadear a guerra revolucionária e esta sobreveio. Como militante da VPR, Lamarca ainda nos quartéis aliciou outros militares, formou um agrupamento clandestino e, com a subtração de armas, colaborou para que outros crimes fossem praticados. Concordando com os termos da denúncia, a sentença cita o texto que afirma:

> '[...] o furto do armamento do 4º RI tem estreita ligação com as atividades subversivas desencadeadas em São Paulo, particularmente no que tange aos roubos aos estabelecimentos bancários, furtos de armas, atentados com bombas e outros atos terroristas'.[80]

[78] BNM 153, fl. 646.
[79] BNM 95, fl. 2.194.
[80] BNM 229, fl. 771.

Para sustentar a tese de que a guerra sobreveio, recorre-se à citação do texto *Guerre, subversion, revolution* do coronel do Exército francês Roger Trinquier, argumentando que a guerra subversiva ou revolucionária a que se refere o artigo 23 não teria os contornos clássicos

> 'das guerras do passado, no sentido que os objetivos não são mais contidos no choque de dois exércitos num campo de batalha. O choque que tinha por fim destruir um exército, mediante um ou variados encontros, ou fazê-lo capitular, não se produz mais, e não mais é decisivo'.[81]

A sentença segue explicando como a revolução passara a ser tratada em termos militares e a guerra como revolução, chegando à síntese de "guerra revolucionária". O conceito teria sido aprimorado por Mao Tsé Tung, dando-lhe a forma de guerra total, na qual em cada indivíduo será criado um "Estado de espírito" que seria utilizado em função dessa guerra revolucionária. Lembra o texto de Bilac Pinto que alertara para o fato de que no Brasil já estava em curso essa forma de guerra. A argumentação é fechada com citação de texto produzido pelo Estado Maior das Forças Armadas que demonstra que a guerra interna com ajuda do exterior visa à conquista do poder por meio do controle físico e espiritual da população, que assim subvertida poderá prestar ajuda ao processo revolucionário.[82]

Diante do exposto, não restava dúvidas de que o acusado Carlos Lamarca, com os atos que praticara (aliciamento de militares e subtração de armas), contribuiu com a guerra revolucionária que sobreveio em virtude desses atos.

> Tal entendimento doutrinário encontra eco, sem qualquer dúvida, no Direito positivo que se está aplicando através da presente sentença, eis que os capítulos introdutórios das três últimas leis da segurança nacional (decretos-leis 314/67, 510/69 e 898/69) deixam claro que tal diploma penal foi editado para prevenir e reprimir a GUERRA REVOLUCIONÁRIA ou SUBVERSIVA, conceituada como 'conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder, pelo controle progressivo da Nação.' (art. 3 e § 3º do dec. lei 314/67).[83]

O capitão Carlos Lamarca foi condenado a vinte e quatro anos de reclusão com base no artigo 23 do DL 314/67 combinado com os artigos 198 e 134 do DL 6227/44. Se toda essa argumentação serviu de base para a condenação na Auditoria, a mesma interpretação não foi dada pelo STM quando o advogado de José Mariane apelou da sentença de doze anos de reclusão. Os ministros em um texto curto entenderam que:

> Sem sombra de dúvida as penas foram excessivas. Razão assiste à defesa, máxime no que se refere à atuação de José Mariane, pois, na realidade, o §

[81] BNM 229, fl. 767.
[82] BNM 229, fls. 768/769.
[83] BNM 229, fl. 769/770.

> único do art. 23 não deveria ser reconhecido e, conseqüentemente aplicado, desde que não há elementos nos autos – que digam: sobreveio a guerra...[84]

Por maioria de votos a sentença foi reformada e a condenação passou a 4 anos de reclusão. Importante ressaltar que a sentença do STM é 24 de maio de 1972, o capitão Lamarca já havia sido assassinado, e as organizações armadas estavam quase que totalmente dizimadas. Acrescente-se ainda que as sentenças em primeira instância eram sempre mais rigorosas e a da 2ª Auditoria de São Paulo foi decidida em 3 de junho de 1970, auge das ações de luta armada. Entretanto, mesmo na sentença reformada, permanecia o princípio de luta contra a guerra revolucionária, apenas concluíram que esta não sobreveio.

Na Marinha

Quanto à Marinha, a formação dos oficiais não apresentava muitas diferenças em relação à do Exército, entretanto na Escola Naval o isolamento dos alunos era maior, sem contato com as cidades e as agitações políticas, como acontecia com os alunos do Exército. Os conflitos políticos eram mais no âmbito interno, localizados no relacionamento entre oficiais e praças. Por seu caráter mais aristocrático no recrutamento de oficiais e não ter participado da conspiração republicana, a Marinha era menos favorecida pelo governo, particularmente no de Floriano Peixoto, em relação ao Exército, o que causava descontentamento por parte dos oficiais, tanto nos salários como nas dotações orçamentárias.

Na década de 1910, no governo de Rodrigues Alves, tem início uma reorganização da Marinha, que recebe vinte e oito novas unidades e os couraçados Minas Gerais e São Paulo. O que seria uma recuperação frente ao Exército acabou sendo golpeada pela revolta de 1910, o movimento dos marinheiros contra a chibata, consequência da diferença entre o recrutamento dos oficiais e dos praças.[85]

Os oficiais lançavam mão de castigos como chibata, palmatória, ferros, instrumentos que julgavam necessários para impor a disciplina aos homens pobres, negros e mestiços que compunham o contingente de marinheiros. Os comandantes tinham que zelar pela manutenção e demais serviços nos navios, para tanto se exigia rigorosa disciplina e o não cumprimento dos deveres teria que ser punido, sob pena de se colocar em risco o poder do oficialato. Portanto, as principais infrações eram relacionadas aos trabalhos de bordo, mas

[84] BNM 229, fl. s/n.
[85] CARVALHO, José Murilo. **Op. cit.**, p. 52/53.

também ocorriam punições por brigas e embriaguez.[86]

A formação dos marinheiros era feita nas Escolas de Aprendizes Marinheiros, e na década de 1950 a chibata já havia sido abolida e não havia mais recrutamento forçado. O marinheiro Antonio Duarte lembra a propaganda da Marinha para atrair meninos pobres, que podiam ingressar aos 16 anos. Dizia um panfleto: "Na Marinha você terá possibilidade de conhecer o mundo. Através de promoções, atingir o oficialato. Você pode ser promovido ao posto de capitão-de-fragata".[87]

Entretanto, após o ingresso na Marinha, o elitismo dos oficiais formados na Escola Naval estabelecia as diferenças sociais, lembrando sempre aos marinheiros que se originavam das áreas mais atrasadas do país. Conforme descreve Duarte:

> Não se recrutava como antes, porém, o lugar do soldado era o mesmo. [...] a administração naval negava a existência social em duplo sentido. Primeiro, com afirmações de tipo patriótico: 'Você é um soldado da pátria, fiel soldado por ela armado'. Segundo, 'Você não é ninguém, a Marinha o retirou da barriga da miséria para transformá-lo em um ser civilizado'. É um paradoxo, mas que tipo de paradoxo não termina em conflito?[88]

Aos marinheiros, após a formação inicial que durava um ano, ainda havia a possibilidade de fazer outros cursos como o de Eletricidade, oferecido pelo Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, na Ilha das Enxadas, na Baía da Guanabara, mas a promoção a cabo poderia levar vários anos. O posto de sargento era quase um sonho. A burocracia e os regulamentos limitavam a carreira dos praças. A instrução militar que os soldados recebiam equivalia ao curso secundário. Quanto à carreira, para os oficiais permitia-se uma mobilidade mais rápida até o posto de capitão, além do fato de que existia um grande número de almirantes para poucos navios.

Segundo Antonio Duarte, a preocupação principal era o controle das mentes dos soldados, quase não faziam exercícios militares, como tiro ao alvo. Quando chegaram à Ilha das Enxadas para iniciar o curso de Eletricidade, foram recepcionados pelo diretor da Escola que indagou aos recém chegados o que esperavam da escola. Ele mesmo respondeu.

> 'Não esperem nada. A Marinha é que tem o direito de exigir que vocês façam um bom curso e que nenhum de vocês seja reprovado. Espero que todos se

---

[86] Sobre a legislação que permitia castigos físicos e as punições aplicadas, ver: NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Entre o convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910). In: CASTRO, Celso et alli (Orgs.) **Op. cit.**, p. 315 a 342. O autor apresenta as formas de recrutamento, em sua maioria forçado, e analisa processos criminais instaurados contra os marinheiros. Importante destacar como os marinheiros infratores ficavam à mercê da vontade dos oficiais que excediam nas punições que a legislação permitia, como o número de chibatadas, que era de vinte e cinco, mas podia chegar a cem ou duzentas, tendo registro de um caso em que se chegou a quinhentas chibatadas.

[87] DUARTE, Antonio. **A luta dos marinheiros**. Rio de Janeiro: Inverta, 2005, p. 94.

[88] Idem, ibidem, p. 92-93.

> dêem bem aqui. Nenhuma reclamação, nenhum experimento que possa perturbar o bom andamento do aprendizado. Procurem não ter leituras à margem das matérias obrigatórias'.[89]

Um exemplo das dificuldades para estudar e ter acesso a melhores postos é o que nos conta o marinheiro Amarantho Jorge Rodrigues Moreira, que logo após o término do curso de ingresso na Escola de Aprendizes foi servir num contratorpedeiro, passando a viver embarcado e tendo que viajar. Para os ingressantes havia duas opções: servir no convés, no trabalho burocrático ou nas máquinas. Amarantho optou pelo convés e fez o curso de Escrita e Fazenda no Centro de Instrução Almirante Tamandaré; caso tivesse escolhido as máquinas teria cursos como o de Eletricidade. A partir de então as tentativas de prosseguir nos estudos eram frustradas.

> Eu precisava estudar e precisava de tempo. Na Marinha nessa época a cada dois dias você dava um serviço de 4 horas, independente da atividade normal do expediente de 7:30 às 16 horas, tinha ainda esse plantão de dois em dois dias que podia ser noturno ou diurno. Existiam leis que protegiam, mas muito incipientes que o comandante aceitava ou não, e ficava por isso mesmo. E o embarcado? Nem o comandante podia dizer não, o embarcado não tinha condições de estudar.[90]

A solução encontrada por Amarantho foi se apresentar como voluntário para fazer a pintura de um navio no Arsenal da Marinha, que dispensava do serviço de quatro horas a cada dois dias. Isso permitiu que ele frequentasse um curso regularmente. Ele enfatiza que a Marinha tinha bons cursos mas dificultava que se estudasse fora.

No que diz respeito à influência externa, Antonio Duarte aponta a proximidade e colaboração com a Marinha dos Estados Unidos, considerada por ele como uma aliança acrítica que, a partir do governo de Eurico Gaspar Dutra, leva o Brasil a adquirir equipamentos, receber colaboração na instrução militar e na criação de órgãos de espionagem. O processo de "modernização" defendido por oficiais generais conservadores[91] incluía a aquisição de navios sucatas excedentes da Segunda Guerra. Como exemplo de navio muito velho estava o cruzador Barroso, construído em 1936 e que não condizia com a tecnologia moderna dos anos 60. Esses navios eram vendidos ao Brasil, pois os Estados Unidos, sim, precisavam modernizar sua esquadra. Por outro lado, havia oficiais que defendiam a modernização dos estaleiros da Marinha do Rio de Janeiro, no entanto prevalecia o comando

[89] Idem, ibidem, p. 248.
[90] Entrevista concedida à autora em 23.07.2009 em Campo Grande/RJ.
[91] Entre os citados: almirante Carlos Penna Botto, almirante Silvio Heck e almirante Augusto Hademacker.

do grupo dos conservadores.[92] De acordo com Duarte, os navios adquiridos dos Estados Unidos

> [...] eram velhos, fedorentos e desconfortáveis. [...] empurrados como pagamento do minério de ferro exportado para indústria americana. A transação preencheu duas funções. A primeira serviu para nos comprometer em um acordo militar; a segunda, esta a mais grave, retardou em décadas a construção de navios em estaleiros da Marinha, impedindo também o desenvolvimento de uma indústria naval própria. Por que o Brasil se submeteu a tratados tão lesivos aos interesses nacionais? Ao governo Dutra cabe responder esta questão perdida no passado histórico.[93]

Na Aeronáutica

A Aeronáutica foi fundada em 1942, oferecendo cursos como o da Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR). Em 1947 foi criada a Escola de Comando do Estado Maior (ECEMAR) com o objetivo de aprimorar a formação de oficiais superiores. Em 1950, em face da preocupação com o desenvolvimento tecnológico e a formação e especialização de civis e militares, foi criado o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).[94]

Para a formação e aperfeiçoamento de graduados, foram extintas a Escola de Aviação Militar e a Escola de Aviação Naval, e criada a Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR), na Ilha do Governador no Rio de Janeiro. No início a escola não possuía infra-estrutura para formar a quantidade de pessoal necessário em curto espaço de tempo. Foram, então, enviados civis e militares para treinamento nos Estados Unidos. Como essa medida tornou-se muito onerosa, contrataram a *Organização John Paul Ridle Aviation Tecnical School*, que instalou em São Paulo a Escola Técnica de Aviação (ETAv).

---

[92] DUARTE, Antonio. **Op. cit.**, p. 45/46.

[93] Idem, ibidem, p. 90. Essa prática no programa de reequipamento ainda acontecia nos anos 70. Elio Gaspari assinala que durante os anos do "milagre econômico" os gastos militares triplicaram e atingiram em 1973 1,66 bilhão de dólares. A FAB adquirira dezesseis jatos Mirage sem que tivesse material de apoio. A Marinha teve um gasto de 1 bilhão de dólares, que comprometeu seu orçamento por quinze anos. "*De sete submarinos comprados aos Estados Unidos, seis estavam enguiçados. Alguns deles iam para o ferro-velho quando foram vendidos por 150 mil dólares. Para reformá-los, pagaram-se 7,5 milhões de dólares. Um navio de desembarque de carros-de-combate chegara do Vietnã com a rampa quebrada. Havia quatro contratorpedeiros mancos".* GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**, São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 281/282. Sobre a aquisição e produção de materiais e equipamentos das Forças Armadas, ver: BARROS, Alexandre. O modelo da indústria bélica brasileira: história e implicações. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **Militares: pensamento e ação política.** Campinas: Papirus, 1987, p. 87-102.

[94] Sobre a criação do ITA, consultar BOTELHO, Antonio José Junqueira. Da utopia tecnológica aos desafios da política científica e tecnológica: O Instituto Tecnológico da Aeronáutica (1947-1967). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.14, nº 39, São Paulo: Fevereiro/1999. Disponível no sítio: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091999000100008&script=sci_arttext&tlng=in#cima6>. Acesso em 03.11.2009.

Em 1950, houve a fusão das duas escolas na cidade de Guaratinguetá em São Paulo, mantendo o nome da primeira, a EEAR. Dentre as especialidades oferecidas pela escola estão, entre outros: o Curso de Formação de Sargentos (CFS) e o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS). O Centro Técnico Espacial (CTA) também oferece o Curso de Especialização de Soldados (CESD) que pode ser feito após o serviço militar.[95]

Quando analisa os "espíritos das Forças", Celso Castro mostra uma visão das três Forças, sob a perspectiva dos cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) do Exército, aos quais ele dedica seu estudo. O autor considera esse espírito menos importante, pelo pouco contato, nessa fase de socialização, com outros cadetes e militares das outras Forças, mesmo assim vale apontá-las, pois são matizes que refletem sentimentos e conceitos em relação à disciplina e hierarquia que a princípio seriam iguais nas três Forças.[96]

A Aeronáutica é considerada a Força de espírito "mais paisano", ou seja, mais técnico e voltado para o estudo, com disciplina e hierarquia menos rígidas que as outras duas Forças: Exército e Marinha. O Exército é considerado a Força mais militar, a que mais se preocupa com problemas nacionais, em terra toma mais contato com o inimigo e na paz promove a integração nacional. A Marinha teria um espírito mais técnico, operacional e também mais elitista, aristocrático e racista quando comparada ao Exército. Apesar da mentalidade mais aberta e avançada ser uma característica da Aeronáutica, um espírito contrário ao do Exército, os cadetes da Aman são mais simpáticos a estes que aos da Marinha.[97]

Ainda que os militares que participaram da luta armada tenham tido na sua formação contato com diversas concepções e práticas nas diferentes Forças – no caso dos cursos sobre a preparação contra a guerra revolucionária, também foram ministrados a tenentes e sargentos – , o que os uniam eram exatamente as idéias combatidas pelos setores conservadores das instituições militares, sendo que os movimentos e associações desses militares estavam inseridos nesse ambiente considerado como "ameaça revolucionária".

O historiador Paulo Parucker, no estudo sobre o movimento dos sargentos no pré-64, aponta as diversas influências políticas a que estavam sujeitos os graduados, desde a ascendência de lideranças militares, como a de oficiais nacionalistas, até referências

---

[95] Disponível nos sítios: <http://www.eear.aer.mil/historico.htm> e <http://www.cta.br/ingresso_fab.htm>. Acesso em 30.10.2009.

[96] É importante registrar que os estudos sobre a formação e instrução militar são em sua maioria sobre o Exército. Mesmo trabalhos como o de José Murilo de Carvalho, que apresenta no seu título a expressão: *Forças Armadas e Política no Brasil*, dedicam-se quase que exclusivamente ao Exército. O próprio autor esclarece que as referências à Marinha serão apenas em termos de comparação. Quanto à Aeronáutica a lacuna é ainda maior.

[97] CASTRO, Celso. **Op. cit.**, p. 98/99.

partidárias que variavam dos conservadores como o Partido Republicano (PR) passando pelo PTB, PSB até o PCB. No que diz respeito às candidaturas lançadas, o PTB era a opção preferencial, pela influência de Leonel Brizola, simpático à luta dos subalternos. Essa preferência pelo partido do presidente também se explica por haver uma parcela do movimento dos sargentos que era ligada a João Goulart. Todavia, a proximidade entre o presidente e os militares subalternos não era hegemônica. A afinidade dava-se também por razões práticas, segundo o autor: "O governo, desde seus primeiros tempos, havia encampado a luta dos subalternos por mudanças na legislação, o que lhe custou a acusação, pela direita, de ter 'incentivado a subversão' nas Forças Armadas".[98]

O processo de politização dos graduados em relação às condições tanto nas instituições militares como na sociedade os leva a uma aproximação com os movimentos sindical e popular; estes por sua vez sentiam que "[...] abria-se a perspectiva de poderem contar com o que sempre lhes faltara nos embates decisivos: a força militar".[99]

O que pudemos perceber ao longo da pesquisa é que dentro das instituições havia uma afinidade dos militares de esquerda com as idéias dos militares nacionalistas e fora dos quartéis uma identificação com as lutas sociais que se travavam naquele período. Nas associações em que participavam existia um convívio entre o pessoal das diferentes Forças e polícias, como a Força Pública de São Paulo.

O BNM 144, processo de 1964, apura a ligação da Superintendência de Política Agrária de São Paulo (Supra) com sargentos que formavam a chapa Alvorada, concorrente às eleições do Clube de Subtenentes e Sargentos do II Exército, da qual fazia parte o sargento Onofre Pinto. Neste processo são indiciados vários sargentos por pertencerem à chapa, por participarem de reuniões na Casa dos Sargentos ou terem se apresentado como voluntários para a Supra, pois o seu diretor requisitou sargentos para ajudarem na desapropriação de terras para a reforma agrária. Uma das preocupações e agravantes contidos nos relatórios e interrogatórios refere-se aos contatos entre os sargentos do Quartel do Arsenal de Guerra na cidade de Barueri, em São Paulo, com os do Parque da Aeronáutica, e o fato de transitarem de uma unidade a outra.

No Relatório de Inquérito do major Antonio da Silva Mendonça sobre o indiciado 3º sargento Lúcio Pacheco e sua participação nas reuniões na Casa dos Sargentos,

> [...] constata-se que, contrariando seu Estatuto, se prestou para reuniões informais e até premeditadas, onde militares graduados da Aeronáutica, do Exército e da Força Pública Estadual, contando muitas vezes com a presença

[98] PARUCKER. Paulo Eduardo Castello. **Op. cit.**, p. 82.
[99] Idem, ibidem, p. 80.

> de elementos civis, comentavam e até debatiam temas polêmicos ligados ao respectivo círculo militar, [...] Aí se processavam contatos altamente comprometedores, pois a técnica subversiva era evidente, onde uma maior aproximação entre graduados da Aeronáutica e do Exército era conseguida através dos ardis "elegibilidade dos sargentos", "código de vencimentos", etc.[100]

Sobre a Casa dos Sargentos, conclui que era um centro de agitação e influenciava o espírito de muitos sargentos, portanto foram indiciados todos que a frequentavam, seja por afinidade ou filiação.

1.1. O anticomunismo nas Forças Armadas

Os militares dissidentes, além de participarem de organizações que tinham como proposta uma nova ordem social pela via das armas, tinham sido expulsos ou deixado as Forças Armadas para aderirem às organizações de esquerda e, portanto, eram considerados traidores da pátria. E o que significava trair a pátria? Quem melhor representava o perigo, a desagregação, senão os comunistas, tidos como inimigos do Brasil, infiltrados nas igrejas, administração pública e Forças Armadas.

Rodrigo Patto Sá Motta, no estudo que empreendeu sobre o anticomunismo no Brasil, aponta três matrizes ideológicas que pautavam esse pensamento: o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo, sendo que o anticomunismo de inspiração nacionalista teve nos militares o grupo social mais receptivo, ainda que houvesse um setor de esquerda dentro das Forças Armadas.

Sendo assim, esse grupo assume o papel de defesa da integridade nacional, e aqueles militares que abraçavam a causa comunista, que até o levante de 1935 representava um perigo externo e distante, seriam os traidores não só da pátria, mas da instituição.[101] Este episódio fortaleceu o anticomunismo dos militares e agregou um elemento negativo aos comunistas, o da traição, e a caracterização do movimento como "intentona", desqualificando o movimento

[100] BNM 144, fl. 1727.
[101] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.18 e 37.

revolucionário. "Intentona significa intento louco, motim insensato e é exatamente esta a idéia que se pretende associar ao evento [...]".[102]

Nos processos estudados, as arguições da acusação sempre se reportam a esse agravante, ou seja, os réus são traidores da pátria, há a necessidade de punição, pois a nação está em perigo. No BNM 24, o procurador, quando pede a condenação dos denunciados, militares cassados que tentaram organizar um treinamento de guerrilha na serra de Caparaó, enfatiza que quase todos eram excluídos das Forças Armadas, pretendiam como guerrilheiros a tomada do poder pela ação armada e são de alta periculosidade, e lembra que "[...] se acha em jogo a sobrevivência da Pátria e da Nacionalidade".[103]

O anticomunismo é tão forte nas Forças Armadas que, acerca do levante de 1935, movimento protagonizado basicamente por militares e liderado pelo ex-capitão do Exército Luis Carlos Prestes, de acordo com Rodrigo Motta, havia o objetivo de diminuir a participação do Exército na revolta, a luta teria sido entre comunistas e oficiais militares. Os rebeldes não eram militares, mas comunistas infiltrados. Existia um desejo de apagar e não aceitar que tenha ocorrido um levante no Exército.[104]

À visão sobre o jovem capitão que liderou a coluna militar, tomou consciência da situação de miséria do povo brasileiro, aderiu ao marxismo-leninismo e ao PCB, e à construção feita pela esquerda comunista do mito de Prestes, os anticomunistas responderam com representações contrárias, principalmente a de traidor do Brasil, que se vendera ao ouro de Moscou.[105] Na análise das representações sobre os comunistas, o autor aponta a incompatibilidade entre ser comunista e ser militar e cita uma entrevista de um ferrenho anticomunista, o almirante Carlos Penna Botto, que classifica da seguinte forma as diferenças entre o militar e o comunista: "Militar, na acepção de defensor da pátria e de cultor de um elevado Código de Honra, e comunista, sem pátria, ateu, cruel e escravizador [...] são duas coisas que necessariamente se repelem".[106]

---

[102] Idem, ibidem, p. 76. O Levante de 1935 teve a participação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), cujo presidente era o ex-capitão do Exército Luiz Carlos Prestes, e contou com apoio da Internacional Comunista (IC), bem como de militares e civis, e tinha como lema: Pão, Terra e Liberdade. A sequência de três rebeliões, em Natal comandada basicamente por soldados, cabos e sargentos, no Recife sob o comando do sargento Gregório Bezerra e no Rio de Janeiro com o capitão Agildo Barata, foram rapidamente sufocadas. Sobre a história do levante, consultar: VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo, Cia das Letras, 1992. Para a revolta em Natal/RN. COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935. Natal – O primeiro ato da tragédia**. São Paulo: Ensaio, 1995.

[103] BNM 24, fl. 1168.

[104] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Op. cit.**, p. 120.

[105] Idem, ibidem, p. 84/85.

[106] Idem, ibidem, p. 79.

O autor defende a tese de que o anticomunismo foi um argumento preponderante para a ruptura e intervenções autoritárias no período republicano. E os momentos cruciais foram o levante de 1935 e o pré-64, que culminaria com o golpe militar.

A despeito do forte anticomunismo nas Forças Armadas e da idéia de traição, presente desde 1917 com a Revolução Russa, e cristalizada a partir de 1935, havia também um esforço de impedir, principalmente aos de baixa patente, a participação política, sempre associada à esquerda, logo comunista. Logo após o levante de 1935 foram enviadas ao Congresso emendas à Constituição com o intuito de oferecer ao Executivo instrumentos mais eficazes no combate ao comunismo. Uma das emendas aprovadas, a de nº 2, permitia que fossem expulsos das Forças Armadas os militares considerados comunistas.

Celso Castro, quando estuda as tradições do Exército em diferentes momentos do período republicano, mostra que nos anos 20 da República Velha, em meio às revoltas no interior do Exército, é oficializado o culto a Caxias e o Dia do Soldado.

> [...] o objetivo a ser alcançado, no plano simbólico, era a firmação do valor da legalidade e do afastamento da política, a bem da unidade interna do Exército, despedaçada, nos anos 20, por diversas revoltas internas e clivagens políticas. É interessante observar que a oficialização do culto a Caxias se dá em 1923, ano seguinte ao da revolta que inaugurou o 'ciclo tenentista' – nos anos seguintes, o Brasil viveria seguidas rebeliões militares.[107]

Ao longo de sua análise, um ponto importante que remete à nossa pesquisa é a tentativa de afastar principalmente os militares em formação das questões políticas do país, e, por outro lado, reforçar idéias como nação e integridade da pátria. "A identificação do Exército com esses conceitos abstratos de pátria e nação unificava a instituição, afastando-a, no plano simbólico, dos conflitos políticos e ideológicos presentes na sociedade".[108]

O comandante José Pessoa, que iniciou a reforma da Escola Militar do Realengo em 1931, já afirmava que:

> Ao assumir esse comando, reuni mestres e cadetes, advertindo-os de que seria desaconselhável o trato de assuntos em desacordo com a disciplina militar, separando-me completamente dos políticos. Só não chamo a isso divórcio porque nunca estivemos juntos. Não se deve inferir daí que eu os condene. Absolutamente... Mas a política, para os políticos e mais ninguém.[109]

A unificação pretendida partia da ideia, segundo o comandante José Pessoa, de que a política divide, ao passo que a disciplina une. Ele também não gostava da localização da Escola Militar no Realengo, próxima da capital e das agitações políticas. Em 1944 presidiu

---

[107] CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 20.
[108] Idem, ibidem, p. 39.
[109] Idem, ibidem, p. 41.

uma comissão que escolheu e transferiu a escola para Resende, na região das Agulhas Negras. A proximidade às montanhas permitia aos cadetes o contato com a natureza e a prática de esportes. Mudou-se também o nome da escola para Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).[110]

E, durante o regime militar, essas idéias continuavam muito vivas. No processo sobre a guerrilha de Caparaó, o major do Exército Herculano Coimbra, ao testemunhar sobre o denunciado 3º sargento do Exército Deodato Baptista Fabrício, que tinha servido sob o seu comando, declarou:

> Que em 1957, quando ainda não se falava em comunismo, nessa amplitude atual, aquele acusado jamais tratou com o depoente nem sobre comunismo, nem sobre qualquer outro assunto de natureza política, uma vez que política não é assunto para ser tratado no quartel, mesmo porque se o dito acusado o fizesse, o depoente levaria o fato imediatamente a seu superior; [...].[111]

O sargento José Nóbrega lembra que havia uma pressão sobre os sargentos que pudessem levar ideias de esquerda para cabos e soldados sob seu comando. Oficiais saídos da academia militar, diferentemente dos oficiais de tropa, vinham com uma formação ideológica anticomunista, e, pela sua formação:

> Reconheciam os que eram portadores de ideias diferenciadas. Qualquer um que falasse no social era comunista. Tinham medo de uma rebelião nos quartéis, a ideia da revolução cubana soava muito forte dentro das Forças Armadas, que viam os antigos oficiais do Batista sendo fuzilados, e faziam ameaças: os comunistas estão fuzilando os oficiais. O medo da revolução cubana, antes de 64, serviu, inclusive, de pretexto para levar muitos oficiais inocentes para o lado deles, contra o João Goulart. Eles falavam: se os comunistas ganharem vai ter paredão.[112]

No BNM 8, processo que apura as atividades de sargentos, entre eles Onofre Pinto, tenentes e oficiais do Quartel de Quitaúna e outras unidades, e suas ligações com estudantes e operários da organização de esquerda POR-T, o promotor de Justiça da 2ª Auditoria de São Paulo inicia o oferecimento da denúncia citando o texto do encarregado do IPM que faz considerações sobre os objetivos dos movimentos sociais. "Nos calendários dos chefes vermelhos do Brasil, as etapas para a conquista do Poder estavam marcadas com um círculo vermelho: primeiro, o caos; depois, a guerra civil; por fim, o domínio comunista total".[113]

A denúncia cita as diversas organizações populares que atuavam durante o governo Goulart, e entre elas a dos militares, principalmente o movimento dos sargentos, "[...] pela

---

[110] Idem, ibidem, p. 46-47.
[111] BNM 24, fl. 1038.
[112] Entrevista concedida à autora em 18.10.2008, na cidade de Jacupiranga/SP.
[113] BNM 8, fl. 3.

infiltração, em seu meio, de agentes subversivos incitando-os à subversão da disciplina e hierarquia militar [...]".[114] Permanece a mesma visão que tinham sobre o levante de 1935: os comunistas não eram militares, mas agentes infiltrados. Ainda, segundo o promotor, os grupos de esquerda teriam esquecido suas diferenças, unindo-se na Frente de Mobilização Popular (FMP), constituindo a primeira etapa do calendário: o caos.

A união dos militares com outras classes populares era uma solidariedade impossível de ser tolerada pelos altos oficiais. O apoio que os movimentos dos subalternos recebiam levou o general Peri Bevilacqua a fazer a seguinte recomendação numa nota de instrução complementar:

> É preciso estar em guarda contra a solidariedade dos malfeitores sindicais, CGT, Pacto de Unidade e Ação, Fórum Sindical de Debates e outros elementos mal-intencionados [...]. Deve ser repelido com toda a energia o contato com esses verdadeiros inimigos da Pátria. Aceitar essa solidariedade é manchar a honra do soldado brasileiro [...]. Entrar em conluio com esses mazorqueiros é enveredar pelo caminho do crime, é faltar a um compromisso assumido de dedicar-se inteiramente ao serviço da Pátria [...].[115]

O ideário anticomunista e a condenação dos movimentos sociais como deflagradores do mal que o comunismo representa para a ordem e as instituições, eram uma constante dos discursos nos quartéis e nos documentos dos representantes da Justiça. Lembrando ainda que no pré-64 o anticomunismo, em meio ao contexto da guerra fria, acrescentaria o conceito de guerra revolucionária, que passa a ser estudado na ESG e, posteriormente, é incorporado na legislação de segurança nacional. Ao anticomunismo tradicional acrescentou-se o perigo da guerra revolucionária que estaria em curso e, caso fosse vencedora, destruiria as Forças Armadas, substituindo-as por milícias.

Na ordem do dia 27 de novembro de 1964 dos ministros militares general Costa e Silva, almirante Melo Batista e brigadeiro Lavenère-Wanderley, a memória da vitória contra a chamada "intentona" é retomada em face ao velho perigo que ainda rondaria a pátria.

> O mundo vive, há cerca de 50 anos, no ambiente conturbado da Guerra Revolucionária Comunista, iniciada com a vitória bolchevista na Rússia.
> No Brasil, a primeira demonstração dessa guerra ocorreu em 1935, quando os comunistas tentaram apoderar-se do Governo, por meio de uma traiçoeira luta armada. Derrotados pela repulsa nacional às suas idéias, sofreu o seu partido forte declínio.
> Mudou, então, a tática: a infiltração progressiva em postos chaves [...].
> Desta forma, lograram os vermelhos alcançar em 1963 e início de 1964, uma situação de grande influência, que lhes deu a ilusão de ter o poder em suas mãos. Foram, entretanto, derrotados pelas forças vivas da Pátria. Mas, sua atividade subversiva não cessou: agora, se reveste da forma de guerra

[114] Idem, ibidem.
[115] Citado por FICO, Carlos. **Op. cit.**, p. 265.

> psicológica, que visa a desmoralizar a obra restauradora de 31 de março e a comprometer o atual Governo perante a opinião pública.
> Portanto, o comunismo, seja qual for a forma por que se apresente, é contrário aos legítimos interesses nacionais. Eis porque, nas situações de crise, como as de novembro de 1935 e de março de 1964, ou face à atuação nefasta de seus adeptos, o povo brasileiro encontrará, sempre, suas Forças Armadas unidas e vigilantes.[116]

Logo após o golpe militar, nos processos instaurados em 1964 e que apuravam atividades anteriores a esse ano, um dos tipos de "crimes" passíveis de punição era o de ter pertencido à administração, ter simpatia ou alinhamento ideológico com o governo deposto. No mesmo BNM 8, processo que apura a ligação de integrantes do POR-T com militares, no Relatório de Inquérito, o tenente coronel Sebastião Alvim, do Quartel de Quitaúna, concluiu que os indiciados

> [...] constituíam, durante o governo deposto pela Revolução de 31 de março, extensa trama, articulada com propósitos altamente subversivos, visando à derrubada das Instituições e a implantação de um governo Comunista no País.
> O próprio governo, dessa época, através de seus órgãos estava identificado com esses propósitos, pela sua ambição e sua demagogia [...] evidenciam-se todas as características do processo da GUERRA REVOLUCIONÁRIA, em plena fase de execução, que os grupos esquerdistas impulsionavam dentro do plano de se apossarem do Poder, plano esse que foi frustrado pela pronta e oportuna intervenção das Forças Armadas com a Revolução de 31 de Março.[117]

Os propósitos e planos dos militantes e dos militares, apresentados no Relatório de IPM, seriam o incitamento às greves no meio operário, à subversão nos meios militares, à sublevação dos camponeses que constituiriam milícias armadas, enfim, focos de agitação que se configuraram em atentados contra a segurança do Estado.[118]

De acordo com os pesquisadores do BNM no livro *Perfil dos Atingidos*, observa-se desde o início do regime quando começaram a ser instaurados os "IPMs da subversão",

> [...] o uso indiscriminado e abusivo da qualificação 'comunista' quando da apresentação dos réus nas peças de acusação.
> Todo o imenso arco de forças que se reuniam no apoio político ao governo deposto é liminarmente reduzido à condição de massa de manobra do PC, numa das variantes: líder comunista, agitador comunista, simpatizante dos comunistas, filo-comunista e, algumas vezes, 'cripto-comunista'.[119]

---

[116] Citado em MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.) **O golpe de 64 e o regime militar: novas perspectivas.** São Carlos: Edufscar, 2006, p. 24/25.
[117] BNM 8, fls. 1040/1041.
[118] Ibidem. Foram denunciados quatorze civis da organização, quinze sargentos, 1 subtenente, 1 tenente, 1 capitão e 1 suboficial.
[119] BNM **Perfil dos atingidos.** p. 240. Os chamados "IPMs da subversão" deram origem aos processos que foram instaurados em seguida à deposição do presidente João Goulart, para o enquadramento "legal" dos milhares de pessoas que foram presas por atividades que conferiam prestígio ou apoio ao governo até 31 de março de 1964. Ibidem.

Percebe-se que a qualificação de comunista se converte em elemento chave para se atacar a oposição aos grupos dirigentes conservadores, porém sempre de uma forma que desqualifica a pessoa ou grupo adepto do comunismo. Um exemplo dessa desqualificação apontada pela pesquisa BNM é o IPM formado para apurar as atividades da prefeitura de Natal e do seu prefeito Djalma Maranhão, até 1º de abril de 1964. Entre as acusações estão os apoios aos movimentos de militares da Marinha e Exército, defesa da legalização do PCB e distribuição de cartilhas de alfabetização para a campanha *De pé no chão também se aprende a ler*. Os réus, todos ligados à prefeitura e aos movimentos sociais, como aponta os autores do BNM, são apresentados pelo promotor numa "linguagem fanaticamente anticomunista". Na prefeitura de Natal formariam um movimento contando com a

> [...] ajuda eficiente do Comunismo, cancro tenebroso que vinha envolvendo com seus tentáculos toda a força viva, as próprias entranhas da Nacionalidade. Praga sem limites, cupim que solapa na treva, abrigando-se na clandestinidade do crime, [...] porque desarticulando-lhe os diversos órgãos, que se vão afastando do caminho da Razão, suga-lhe, como doença maléfica, as forças principais: o seu dever e a sua honra.
> Os 60 primeiros co-denunciados tornaram-se, todos eles num desvario que pasma, os micróbios dessa doença que, sem a reação eficaz das Forças Armadas, que a tempo atacaram o mal, teriam minado todo o organismo nacional, até deixá-lo, apenas, com os ossos expostos, como animal atacado pela peste.[120]

O marinheiro Amarantho Jorge servia nessa época em Natal, participou de reuniões com o prefeito e tomou conhecimento do projeto de alfabetização. Segundo nos conta, participar dessa campanha

> [...] foi a semente mais forte do meu posicionamento posterior, eram barraquinhas de sapé, bem rudimentares, com professores voluntários, não remunerados, que soubessem ler e quisessem ajudar aqueles que não sabiam ler. Achei espetacular, cheguei a dar algumas aulas nessas barraquinhas com 8 ou 10 alunos, achava maravilhoso, numa cidade com tanta miséria, ali crianças se prostituírem era uma facilidade extraordinária, tamanha a miséria. E alguém preocupado com educação, eu gostava e me afinei com essa idéia, formamos uma biblioteca, com livros à disposição de todos. Anos e anos depois, aqui no meu bairro em Coqueiros, repeti a experiência, com livros infantis, na padaria, na loja de ferragens, e deu muito certo, e trouxe essa experiência das barraquinhas do projeto do Djalma Maranhão.[121]

A historiadora Maria Aparecida de Aquino, no estudo sobre jornalistas processados pela Justiça Militar, também observou que mesmo nos processos instaurados após o Ato

---

[120] Citado em BNM. **Perfil dos Atingidos,** p. 268. Ao final do processo em 1969, o prefeito cassado foi condenado a 16 anos e 6 meses de reclusão. O irmão do prefeito, Luís Inácio Maranhão Filho, absolvido nesse processo, foi morto sob torturas nos órgãos de repressão em 1974, e figura na lista de desaparecidos políticos.
[121] Entrevista concedida à autora em 23.07.2009.

Institucional nº 5 (AI-5) de 1968, por meio dos órgãos de informação, procurava-se com base na vida pregressa do réu a identificação com o comunismo. Segundo ela:

> Logo após o golpe, a ideia de vinculação entre os contrários à instauração do regime militar e o comunismo, bem como o aspecto da ligação entre o governo deposto e comunistas, é muito freqüente. Apesar desses processos terem sido instaurados em fase posterior – após o AI-5 – a questão ainda é móbile significativo de incriminação.[122]

Paulo Schilling afirma que esse anticomunismo fanático dos militares, que teve origem em 1935 e culminaria com o golpe de 1964, representou um obstáculo ao desenvolvimento das lutas populares, uma reação do velho diante do novo. As idéias novas colocavam em perigo os privilégios da minoria dominante e seus adeptos foram transformados em inimigos.[123] E, quando julgados, passaram a ser considerados portadores de uma doença que necessitava ser extirpada da sociedade.

Outra visão assinalada por Rodrigo Motta é a do nacionalismo anticomunista que repudiava o internacionalismo dos comunistas, derivado de posições marxistas a respeito da condição dos trabalhadores explorados pelo capital e que deveriam revolucionar essa ordem mundial e terem uma fraternidade de classes. A esse pensamento os anticomunistas passaram a dar uma interpretação peculiar,

> [...] o internacionalismo comunista passou a significar principalmente a defesa da verdadeira pátria, a União Soviética, que os comunistas de todo o mundo aprenderam a reverenciar como ente sagrado. Os comunistas seriam, assim, agentes de uma potência estrangeira, a URSS, sua pátria real, o que os tornava traidores do Brasil.[124]

Por outro lado, a esquerda que defendia os interesses do Brasil, portanto também nacionalista e contra o imperialismo, principalmente dos Estados Unidos, era chamada de comuno-nacionalista. Essa contradição pode ser observada no processo do POR-T e dos militares das diversas Forças. Na denúncia o promotor de Justiça da 2ª Auditoria de São Paulo afirma que os denunciados

> [...] praticaram os delitos previstos no artigo 134 do CPM e tentaram mudar a ordem política e social com a implantação do comunismo internacional, e que, no caso em tela, está rotulado sob o nome de Partido Operário Trotskista, como aliás deixam expresso nos veículos de sua propaganda subversiva.[125]

---

[122] AQUINO, Maria Aparecida de. **Caminhos Cruzados. Imprensa e Estado autoritário no Brasil (1964-80).** São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP, 1994, p. 272.
[123] SCHILLING, Paulo R. **Como se coloca a direita no poder. I – Os protagonistas.** Tradução de Cláudia Schilling Sancho. São Paulo: Global, 1979, p. 173 e 176.
[124] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Op. cit.**, p. 30/31.
[125] BNM 8, fl. 34. Os veículos de propaganda eram os boletins: *Frente Operária*, *A Resistência* e *A Luta.*

Apesar de a acusação referir-se ao movimento do comunismo internacional ao reportar-se aos denunciados individualmente, usa o termo comuno-nacionalista, como ao descrever as atividades do advogado Dr. José Leão de Carvalho.

> Em dezembro de 1963 promoveu uma reunião em sua residência para a instalação de um governo comuno-nacionalista, onde estiveram presentes líderes políticos, estudantes e sargentos, entre os quais se encontravam os sargentos Ovídio Ferreira Dias, Wilson Mendonça Maia (que vieram especialmente como representantes dos seus companheiros do Movimento de Sargentos da Guanabara) [...].[126]

O 3º sargento Ovídio Ferreira Dias servia na Guarnição de Osasco, mas tinha contato com o pessoal da Aeronáutica, frequentava a Casa dos Sargentos, o Centro Social dos Subtenentes e Sargentos da Força Pública de São Paulo, entidades consideradas focos de subversão, locais onde o sargento Ovídio teria praticado

> [...] atividades subversivas antes e após a Revolução de 31 de Março [...].
> Nessas reuniões, o denunciado mantinha contatos com os comuno-nacionalistas, tais como Sgto. Armando D'Avila Machado, Sgto. Sidney Adolfo Pupo, Sgto. Edgar Borges, Sgto. Aymoré Zoch Cavalheiro, Sgto. Maurício Porto, já condenados pela Justiça Militar.
> Ainda nesses mesmos Centros mantinha contatos com os Sgtos. da Aeronáutica João Ferreira da Silva, José Francisco de Almeida, José Barreto de Souza e o Sub-Oficial Luiz Amadeu Avigh [...].
> Conhecido por 'irmão' entre os seus companheiros da unidade, tinha por missão doutrinar os companheiros dentro de princípios da linha nacionalista, e o fazia dentro e fora do quartel.[127]

O que se pode buscar compreender na denominação comuno-nacionalista usada pelos representantes da Justiça Militar é que a consideravam ideias complementares, pois os interesses nacionais defendidos pelos denunciados só seriam alcançados por meio de um projeto revolucionário para o Brasil; como constava dos boletins do POR-T, que também faziam referências à Quarta Internacional[128], solidariedade a Cuba ou às declarações nos processos de seus integrantes, como a do estudante Tullo Vigevani, que teria afirmado ao sargento Ovídio "[...] que pertencia ao movimento nacionalista de Brizola e que os estudantes

---

[126] BNM 8, fl. 18. Dos sargentos citados apenas o último viera da Guanabara.
[127] BNM 8, fl. 20.
[128] A IV Internacional foi fundada em Paris, em 3 de setembro de 1938, sob a liderança de Leon Trotski, que havia sido expulso da União Soviética em 1929, e escrevera um manifesto dirigido aos trabalhadores, conhecido como *Programa de transição*. No Brasil, os trotskistas se organizam a partir da expulsão de Mário Pedrosa e outros militantes do Partido Comunista em 1929, dando origem ao grupo Bolchevique Lenine. Em 1931 fundam a Liga Comunista Internacionalista (LCI). Para mais informações sobre as cisões e reorganizações dos trotskistas no Brasil e no exterior, consultar: MARQUES, Rosa Maria. Os grupos trotskistas no Brasil (1960-1990). In: FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia 1964...** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.151 a 161.

progressistas, os sargentos, e o povo em geral deveriam derrubar este regime capitalista e arcaico, substituindo com o regime socialista".[129]

A influência externa do comunismo, no período de 1961 a 1964, residia no segundo grande surto anticomunista gerado pelo impacto da Revolução Cubana, que inspirava os comunistas e amedrontava os anticomunistas. O fator interno coincidia com a ascensão dos movimentos sociais, notadamente o dos militares de baixa patente, e preocupava sobremaneira as Forças Armadas, que infiltradas pelos comunistas correriam o risco de serem transformadas em milícias.[130]

Ainda que, apesar das manipulações, o temor ao comunismo fosse efetivo – pois os comunistas tinham força e prestígio que justificaria tal medo –, como assinala Rodrigo Motta, no conjunto dos processos que tiveram acesso, os pesquisadores do BNM afirmam que o termo "comunista" continuava sendo usado indiscriminadamente para classificar as mais diferentes atividades da esquerda, seja revolucionária ou daqueles que apenas tenham oferecido alguma resistência ao golpe, ou que pertencessem ao grupo político do governo anterior.[131]

Quanto ao nacionalismo associado ao comunismo, Dênis Moraes apresenta a análise do historiador Nelson Werneck Sodré, enfatizando seu conhecimento a partir do interior do Exército, onde servira durante quarenta e cinco anos. De acordo com Sodré, o prestígio do movimento nacionalista das Forças Armadas se enfraqueceu na luta política de 63/64, e os setores nacionalistas foram isolados.

> A reação tornava o nacionalismo sinônimo de comunismo. Baseada no anticomunismo, que até hoje é a ideologia da reação, e controlando os meios de comunicação, começou a bombardear. E realmente isolou as áreas nacionalistas que eram predominantes dentro das Forças Armadas.[132]

Essa associação de comunismo e nacionalismo já pode ser observada no período anterior. O historiador Nilo Dias de Oliveira estudou a infiltração de agentes do Serviço Secreto da DOPS de São Paulo, designados para vigiar as Forças Armadas e, sobretudo, o Clube Militar na década de 1950. Quando se detém na análise da Doutrina de Segurança

---

[129] BNM 8, fl. 16.
[130] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Op. cit.**, p. 233/234.
[131] BNM. **Perfil dos Atingidos.** p. 240/241.
[132] MORAES, Dênis. **A esquerda e o golpe de 64.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 309. Importante ressaltar que após a 2ª Guerra Mundial existiam duas facções militares que se definiam em função das relações com os Estados Unidos, os internacionalistas anticomunistas, que defendiam aliança com os Estados Unidos e viam com desconfiança o grupo dos militares nacionalistas. Sobre as disputas desses dois grupos, na década de 1950, e a campanha anticomunista diante do crescimento da influência dos nacionalistas por ocasião da campanha do petróleo e eleição do Clube Militar, ver o artigo de SMALLMAN, Shawn C. A profissionalização da violência extralegal. In: CASTRO, Celso et alii (Orgs.) **Op. cit.** p. 395 a 397.

Nacional e da ESG em torno da articulação para um projeto de desenvolvimento nacional para o Brasil, assinala que no debate que ocorria no interior das Forças Armadas os militares integrantes da ESG se apresentavam como os 'verdadeiros nacionalistas' em oposição aos militares nacionalistas cujo discurso se aproximava das reivindicações dos movimentos populares e das reformas sociais.

Esse apoio lhes tirava o reconhecimento ou legitimidade, segundo os integrantes da ESG, pois estariam sendo influenciados pelo PCB que infiltrava comunistas nas Forças Armadas. A "paz social" seria alcançada a partir "[...] da criminalização dos movimentos reivindicatórios e da banalização das necessidades das classes subalternas traduzidas como plataformas de cunho comunista." [133] O desenvolvimento social e econômico se pautaria no binômio desenvolvimento com segurança.

Durante os anos do regime militar ainda continuaram a ser invocadas as imagens de 1935, como as de traição, infiltração, acrescidas das tentativas de "guerra psicológica", entretanto os inimigos foram vencidos novamente e em 1976, na comemoração da derrota da "Intentona", o comandante do II Exército afirmava:

> 'Em nossos quartéis não aparecerão mais Lamarcas, não aparecerão mais Agildos Baratas, porque os nossos quartéis hoje estão purificados'. A menção a dois militares considerados traidores — um na Intentona, outro já sob o regime militar — reforçava mais uma vez o vínculo simbólico entre 1935 e 1964.[134]

1.2. Entre a origem social e a identidade militar

A análise de questões como o anticomunismo nas Forças Armadas, a forte idéia de traição em relação aos militares de esquerda, a simbologia para caracterizar o Exército, a tentativa de afastar os militares dos conflitos políticos e ideológicos da sociedade, a preponderância da disciplina e hierarquia, o processo de politização pelo qual passaram, nos leva a indagar: quem são esses militares que se tornaram dissidentes?

Nessa busca de compreensão, duas questões impõem-se: a primeira, a origem social ligada às suas motivações de ingresso na carreira militar. A segunda, a marca da instituição castrense que eles carregam consigo, mesmo após o afastamento das Forças Armadas, e que se fará presente na relação com os civis dentro das organizações armadas.

---

[133] OLIVEIRA, Nilo Dias. **Op. cit.**, p. 72.
[134] CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro.** p. 61.

Primeiramente, serão abordados alguns aspectos da origem social dos militares de baixa patente. Importante lembrar que não se parte do princípio de que o comportamento dos militares é um reflexo direto das classes das quais são originários: a vivência na caserna e a participação, seja na política institucional ou nos movimentos sociais, seguem caminhos mais complexos. A problematização dá-se em torno da identidade militar, do ser militante de esquerda e as características econômicas, sociais, políticas ou culturais da sociedade em que estão inseridos.

A análise toma como perspectiva a proposta dos organizadores do conjunto de artigos que contribuem para o livro *Nova história militar brasileira*, na qual

> [...] entendem que os militares brasileiros não se encontram isolados da sociedade abrangente, embora possam guardar uma *relativa* autonomia em alguns aspectos e épocas específicas. Seria difícil, portanto, tratar a história militar como algo inerentemente distinto da história mais ampla da sociedade de onde soldados e oficiais são recrutados.[135]

Em relação aos militares que participaram da luta armada, em sua maioria de baixa patente, o que se pode perceber no decorrer da pesquisa é que a motivação para o ingresso nas Forças Armadas era a busca de melhores condições de vida. Isto fica claro nos depoimentos dos processos, bibliografia e entrevistas. Marcelo Ridenti, quando classifica a participação das esquerdas armadas dentre os trabalhadores processados judicialmente, afirma que poderiam ser qualificados como pertencentes às 'camadas sociais de base': 'lavradores', 'militares de baixa patente' e 'trabalhadores manuais urbanos'.[136]

E, realmente, nos depoimentos dos processos e entrevistas podem-se encontrar inúmeros casos de militares que desempenharam as atividades de trabalhadores no campo ou na cidade antes do ingresso nas Forças Armadas e após a cassação de 1964. Muitos também são originários de famílias de lavradores ou operários. É o caso, por exemplo, de Oswaldo Soares, 3º sargento da Aeronáutica, processado como integrante da VAR-Palmares. No Auto de Qualificação e Interrogatório tomado no DOPS de São Paulo, informa que, após a deposição do ex-presidente João Goulart, juntamente com outros sargentos foi expulso da vida militar. Relata que em seguida adquiriu um sítio e passou a criar porcos, mas no ano de 1967 foi à falência e perdeu a propriedade. Até então se manteve afastado de atividades políticas, época em que contata João Lucas Alves, antigo amigo e sargento da Força Aérea, e

[135] CASTRO Celso, et alii (Orgs.). **Op. cit.**, p. 12.
[136] RIDENTI, Marcelo. **Op. cit.**, p. 165.

ingressa na Polop. No ano seguinte, já no Colina, faz treinamento em Cuba e quando volta a organização tinha se unido à VPR, dando origem à VAR-Palmares.[137]

A Marinha é a Força onde se concentra o maior contingente de pessoal de origem humilde e em busca de melhores condições sociais. Flávio Rodrigues aponta a cifra de 99% dos marinheiros provenientes do campo e do Nordeste. "O recém-ingresso, normalmente vindo de famílias bastante pobres, era seduzido pela perspectiva de uma ascensão social e mesmo por uma vida aparentemente mais aventurosa".[138] Mesmo tendo na Marinha a oportunidade de melhores condições, os jovens enfrentavam a oposição das famílias, pois o marinheiro era considerado quase que um marginal. A incidência de marinheiros originários do Nordeste, o preconceito e a visão negativa da condição de marinheiro pode ser constatada no pedido de verbas para a construção da Casa do Marinheiro no Rio de Janeiro, feita pelo ministro Ernesto Mello Batista em 16 de novembro de 1964, para proporcionar um local de recreação aos marinheiros. A justificativa enviada ao governo informava que:

> A maioria dos praças que integram o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada e o Corpo de Fuzileiros Navais provém dos Estados, principalmente do Norte e Nordeste, maior fonte de recrutamento para a Marinha. Este fato traz como conseqüência uma elevada concentração, aqui no Rio – principal base de nossas forças navais – de marinheiros e fuzileiros solteiros e afastados de suas famílias, sem o conveniente ambiente social e familiar, expostos, pois, aos conhecidos desvios para freqüência de lugares pouco recomendáveis à formação do desenvolvimento dos jovens. Os recursos de recreação promovidos a bordo dos navios e nos quartéis e estabelecimentos não atendem aos requisitos de ambiente social ou familiar que se considera necessários [...].[139]

Esse espaço de socialização era uma tentativa de substituir a AMFNB, que tinha sido extinta após o golpe de Estado. Um dos objetivos da Associação tinha sido exatamente o de afastar dos marinheiros o estigma de marginais e de proporcionar uma série de benefícios que não poderiam pagar. No BNM 508, processo que julgou os marinheiros participantes da assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos na semana que antecedeu o golpe militar, pode-se perceber essa função que a associação cumpria. No Auto de Perguntas ao Indiciado o cabo Francisco Rodrigues de Souza, ao ser perguntado por que se associou, respondeu que: "[...] entrou para a Associação porque ela proporcionava aos sócios, assistência médica, jurídica e social para os sócios e seus familiares, inclusive namorada, e assistência educacional aos sócios [...].[140]

---

[137] BNM 95, fl. 2147.
[138] RODRIGUES, Luís Flávio. **Op. cit.**, p. 56.
[139] Arquivo confidencial da Marinha. Citado em Idem, ibidem, p. 55.
[140] BNM 508, fl. 13.

O marinheiro Antonio Florêncio de Araújo respondeu que foi à reunião pois "[...] nesse dia quarta feira haveria uma festa de aniversário da Associação e o indiciado achou que seria bom, seria uma confraternização [...]" e entrou para a Associação "[...] devido às vantagens apresentadas à família, pois teria um balneário para a sua mãe poder vir do Norte."[141] Da mesma forma, o marinheiro Adalberto Moreira da Silva afirma que se associou porque ficou sabendo "[...] que a Associação havia recebido uma verba para montar uma colônia de férias na Ilha do Governador para os membros da Associação, e que iria iniciar o curso de Eletrônica para os marinheiros."[142] São inúmeros relatos nos Autos de Perguntas que nos dão conta das condições precárias vividas pelos marinheiros, e, assim, compreende-se o significado de ser integrante da Marinha e ainda contar com o apoio de uma entidade que lhes proporcionava uma série de serviços e lazer. As justificativas iniciais para se associar era apenas uma das perguntas feitas aos indiciados. Interessava muito mais aos militares que presidiam os inquéritos informações das atividades culturais e políticas desenvolvidas na Associação, razões pelas quais ela foi extinta, e o grau de participação dos réus.

José Murilo de Carvalho, quando aborda as rebeliões de praças na década de 1930, mais especificamente dos sargentos, afirma que: "As praças eram de fato recrutadas entre as camadas proletárias da população, diferentemente do que a acontecia com os oficiais".[143] A sua reflexão sobre as rebeliões revela a complexidade do problema na busca de compreensão sobre a atuação dos militares em constante interação com a sociedade da qual fazem parte. O autor cita um manifesto de 1933, intitulado *Em prol da revolução social. Aos sargentos do Brasil*. "Os sargentos, dizia o manifesto, provêm na quase totalidade da classe proletária, que é explorada pela classe burguesa, sendo, portanto, dever de consciência levantarem-se em punho para combater o regime." [144]

Segundo Carvalho, ainda que as rebeliões de sargentos desse período fossem limitadas aos quartéis, girando em torno de problemas relacionados à condição militar, em meio aos praças a diferença social era sentida de forma a levá-los a se identificarem com as camadas proletárias de onde eram recrutados. A socialização e disciplina recebidas na instituição não eram suficientes para afastá-los dos conflitos sociais.

> Quando trabalhadas por elementos do Partido Comunista, as praças mais facilmente extrapolavam a dominação de que eram vítimas dentro da organização para a sociedade como um todo, alinhando-se com sua classe de

[141] BNM 508, fl. 189.
[142] BNM 508, fl. 192.
[143] CARVALHO, José Murilo, **Op. cit.**, p. 69.
[144] Ibidem.

> origem e identificando os oficiais como inimigos, não só organizacionais como também de classe.[145]

Nos anos finais da década de 1950 e início da de 1960, essa situação em relação às origens e contrastes sociais ainda persistiam. São inúmeros os relatos, nos livros autobiográficos, nas entrevistas e nos processos, que apontam a preocupação com ascensão social e busca de oportunidade de estudo. Segundo nos conta o sargento Darcy Rodrigues:

> Sou filho de uma família operária, meu pai era ferroviário. Além da motivação nacionalista, tinha que ajudar a minha família. As opções eram: Escola de Cadetes ou de Sargentos. Surgiu a possibilidade da Escola de Sargentos, inicialmente pensei em ir para a Escola de Cadetes, mas tinha a pressão social, eu ia demorar 6 ou 7 anos para trazer dinheiro para a família. Na Escola de Sargentos com dez meses eu sou profissional, tenho um salário razoável e vou continuar estudando, o meu grande interesse era continuar estudando.[146]

O sargento Pedro Lobo de Oliveira também conta que morava em Natividade da Serra, interior de São Paulo, e veio para a capital em busca de melhores oportunidades de trabalho. Iniciou como trabalhador braçal na Cidade Universitária e estudava admissão à noite, em seguida fez um curso técnico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e formou-se torneiro mecânico. A partir do convite de um amigo policial fez exame para a Polícia Militar, desejava trabalhar no quartel bélico como torneiro mecânico, mas pelo fato de ser do interior foi encaminhado pelo sargento que fazia o recrutamento para o Regimento de Cavalaria. Ele lembra que o trabalho de cavalariço era duro, além de ter que cumprir as disciplinas regulares da Escola de Recrutas; depois de seis meses tornou-se soldado e passou a trabalhar no policiamento. "Eu vi que para melhorar a situação no Regimento a opção era fazer a Escola de Cabos, fiz e já consegui assegurar a matrícula para a Escola de Sargentos. Se tirava notas boas você conseguia a matrícula para a Escola de Sargentos, que tinha a duração de um ano".[147]

Outro fator para o ingresso na carreira de militar era a influência familiar. O sargento Amadeu Felipe da Luz Ferreira, de família originária de Santa Catarina, relata que seu avô era coronel e participou da Revolução de 1930, o pai era tenente-coronel reformado. Na época em que ele foi servir ao Exército, seu pai já havia morrido, mas o padrasto também militar e o tio, capitão da ativa, pertenciam ao PCB. Com toda essa influência e já militando no partido, Amadeu Felipe afirma:

---

[145] Idem, ibidem, p. 70.
[146] Entrevista concedida à autora em 06.09.2008.
[147] Entrevista concedida à autora em 15.03.2008. Um detalhe interessante: Pedro Lobo afirma que, antes do surgimento dessa oportunidade, não pensava em entrar para a polícia, pois: *"Eu não gostava de polícia, é aquela coisa do povo, não sabe porque, mas não gosta, mesmo que nunca tivesse feito nada."*

> Quando eu fui servir, eu vi que tinha um vasto campo dentro das Forças Armadas. Em 56, foi um ano muito convulsionado, tinha sido o ano posterior à tentativa de golpe de Estado de 11 de novembro em que o Lott dá o contragolpe. 1956 foi um ano muito bom dentro das Forças Armadas na atividade política, e eu sentindo esse campo de possibilidades, pensei, acho que aqui posso desenvolver um trabalho político, fiz os cursos que tinha que fazer [...] saí sargento do Exército, fiquei bem, numa posição boa, fazendo política, organizando o partido, constituindo entidade representativa dos sargentos.[148]

A mesma razão vamos encontrar no relato do subtenente do Exército Jelcy Rodrigues Corrêa, originário da cidade de Santa Vitória do Palmar, perto da divisa com o Uruguai. Filho de pequenos agricultores, com quatorze anos a família veio para a cidade do Rio Grande e passou a trabalhar numa loja de calçados. O interesse pela carreira militar surgiu a partir da convivência com os primos. "Eles eram como irmãos mais velhos e eram sargentos, tinham feito curso no Rio. Uma vez eu disse: um dia vou ser esse troço e meu primo começou a me preparar para o concurso da ESA".[149]

Depois de formado foi servir na Polícia do Exército, PE da Barão de Mesquita, que anos depois se tornaria um centro de torturas. Lembra Jelcy Corrêa que foi designado para a guarda de Getúlio Vargas no palácio Rio Negro. "Eu era um capiau e me vi num palácio presidencial, senti o choque cultural, via ministros, generais." Relembra ainda um fato que foi marcante na sua vida, a conversa que teve certa noite com o presidente Getúlio Vargas, que lhe indagou se era gaúcho. Ao dizer onde tinha nascido, o presidente disse que tinha um amigo nessa cidade, cujo nome era Joaquim Pompeu Corrêa: justamente o avô de Jelcy, que ficou incumbido de levar lembranças do presidente a ele.

Outra explicação para o ingresso na carreira militar também é possível. José Augusto Drummond, no seu estudo sobre a Coluna Prestes, critica as análises que tentam explicar as revoltas tenentistas centradas somente nas origens sociais dos militares e na crise política civil. Segundo o autor, é fundamental examinar o caráter corporativo dos militares rebeldes: "[...] o militarismo desses militares [...] A Coluna Prestes expressou com máxima clareza o militarismo dos tenentes, ou seja, sua valorização da excepcionalidade atribuída ao Exército

[148] Entrevista concedida a Marcelo Ridenti em Londrina/PR. Coleção Militância Política e Luta Armada/Arquivo AEL. FC/00097 e FC/00098.
[149] Entrevista concedida à autora em 25.07.2009, na cidade de Petrópolis/RJ.

brasileiro enquanto 'patrocinador dos direitos do povo'".[150]

Quanto ao nosso objeto de estudo, guardadas as devidas especificidades dos movimentos, pode-se considerar as duas possibilidades, no sentido de que são possíveis as duas formas de análise para o estudo das atuações dos militares de esquerda, pois, além das questões sobre a origem social, fica claro na ação desses militares um sentimento de nacionalismo muito forte e também de defensores do povo e da nação.

O sentimento nacionalista encontra-se expressado nas declarações e em documentos produzidos por eles (anexos). Um exemplo é o manifesto escrito pelo capitão Carlos Lamarca intitulado *Aos militares*. Eis alguns trechos:

> Sempre afirmei, para todos os escalões, que eu não servia a ninguém, servia ao Brasil. [...] Servir ao Exército devia significar servir ao povo, aos explorados, acabando com o domínio de uma classe. A formação do militar deturpa as idéias de liberdade, patriotismo, soberania, impedindo a compreensão da realidade da sociedade brasileira. [...] À Pátria foi imposta uma submissão política, econômica e militar aos EUA. O governo apregoa ao povo um desenvolvimento que não existe, que não chega a ele, [...] a miséria e a fome são esquecidas no palavreado dos banquetes dos oficiais. Eu participei de muitos e sei como são, sei como eles se referem ao povo. [...] Dizem amar, mas odeiam ferozmente o povo, eu sei.[151]

O sargento Pedro Lobo, que buscou na Força Pública uma oportunidade de melhoria das condições de vida, afirma que, apesar de não se identificar com a polícia antes do ingresso na Escola de Recrutas, sentia orgulho de ser militar, defensor da pátria.

> Eu gosto da minha pátria, me considero um nacionalista ferrenho, eu não gosto que mexam com o Brasil, que façam chacota com as coisas nossas, minha atuação é em defesa da nossa bandeira. Há aqueles na esquerda que me criticam, 'comunista não tem pátria', tem sim, eu amo o Brasil. Eu vendo o estrangeiro aqui como foi e continua sendo, os exploradores, violando nossa soberania, fazendo e desfazendo, eu não gosto disso e se puder eu reajo, eu sou nacionalista, sou patriota sim, tem muita esquerda que me critica, é fogo essa esquerda, 'comunista não tem pátria!', mas eu sou brasileiro, nasci aqui,

---

[150] DRUMMOND, José Augusto. **A Coluna Prestes: rebeldes errantes**. São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 15. Importante registrar que Drummond recebe uma pertinente crítica de João Quartim, por considerar o militarismo dos militares de uma forma que se opõe aos civis. Para Drummond: *"[...] os militares são sempre militaristas, falta-lhes sensibilidade e a lucidez política dos cidadãos sem farda".*MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna.** Vol. II, p. 25. De acordo com a crítica de Quartim, este estudo mostrou que a participação política dos militares é bem mais complexa, motivo pelo qual considerou-se essa hipótese (do militarismo) como mais uma das possibilidades de compreensão.

[151] Anexo 5907. Novembro/1969 - Coleção Brasil Nunca Mais. A afirmação de Lamarca sobre a visão que os oficiais tinham em relação ao povo pode ser observada num documento analisado pelo historiador Nilo Dias de Oliveira sobre a infiltração de agentes do Serviço Secreto da DOPS de São Paulo, designados para vigiar as Forças Armadas e, sobretudo, o Clube Militar na década de 1950. Relata o agente: *"Em uma reunião de oficiais superiores na capital do Pará, o general Inácio José Veríssimo criticou as nossas Leis Eleitorais, chamando-as de obsoletas, arcaicas e improfícuas. Disse que o voto de uma lavadeira vale tanto como o de um general. Isto demonstra por si só a improficuidade de nosso regime. E o povo critica o governo. Mas é esse povo semi-analfabetizado que elege, logo não tem direito à crítica. O voto deveria ser qualificado de acordo com a qualidade do eleitor, o voto de general deveria valer 100".*OLIVEIRA, Nilo Dias. **Op. cit.**, p. 76.

> eu defendo o socialismo como uma estrutura justa, aí sim, eu digo o socialismo não tem pátria. O trabalhador é explorado aqui e em todo mundo, no campo e na cidade, e o socialismo leva esse trabalhador a ter mais direitos.[152]

Essa crítica da esquerda assinalada nas argumentações de Pedro Lobo é feita também pelo marinheiro Pedro França Viegas. No seu livro *Trajetória Rebelde* relata que quando chegam ao exílio no Chile, os remanescentes do seu grupo, o MAR, reencontram-se e decidem que não há como reconstruir a organização e cada um deverá seguir seu caminho e se reintegrar em outros grupos. Viegas afirma que alguns foram para a ALN, entretanto ele sentia dificuldades em se ligar a essa organização, devido à ênfase que davam ao antiimperialismo, o que reforçava o sentimento nacionalista, numa sociedade cujo confronto era entre capital e trabalho. Para ele, o nacionalismo se justificava em algumas circunstâncias históricas, como nas lutas de libertação nacional contra nações colonizadoras.

Interessante notar que Viegas integrava uma organização de tendência nacionalista[153], formada basicamente por militares, mas lembra que já vinha se questionando a esse respeito a partir da situação no Brasil, onde percebia um capitalismo em estágio avançado, com capitalistas natos constituindo um estrato social, uma classe dominante, com predomínio da exploração da força de trabalho, tanto pelos capitalistas brasileiros como por estrangeiros.[154]

Viegas afirma que essa compreensão à época era ainda fragmentada, sem uma base teórica que pudesse sustentá-la, pois "[...] inclinava-me a ver apenas a ditadura militar. Era como se, vencida a ditadura aberta, extinguiríamos a ditadura de classe, camuflada nas democracias tradicionais [...]".[155] Por outro lado, ele percebia uma contradição, os militantes defendiam o internacionalismo proletário, o socialismo, com base em fundamentos marxistas, e ao mesmo tempo mantinham um discurso antiimperialista. Importante na sua reflexão é perceber os impasses em que se debatiam os integrantes das organizações de esquerda, sobretudo os de origem militar que pertenciam a grupos com forte viés nacionalista, como o que pertencia Pedro Viegas.

> O MAR, que tinha como origem o MNR, não passou de um grupo a fazer parte de uma constelação de pequenas organizações que gravitavam em torno da ALN. Ou seja, da nascente à desembocadura, as águas que corriam tinham

[152] Entrevista concedida à autora em 15.03.2008.
[153] A temática das organizações de tendências nacionalistas ou do chamado nacionalismo revolucionário será abordada no capítulo 3.
[154] VIEGAS, Pedro França. **Trajetória rebelde**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 152/153.
[155] Idem, ibidem, p. 154.

> como sabor predominante o nacionalismo, embora o socialismo como meta constasse de todos os programas [...].[156]

Esse sentimento de nacionalismo que os militantes oriundos da caserna traziam consigo e que tem sua origem na própria formação militar também pode ser compreendido se nos voltarmos à sociedade e ao momento histórico que vivenciavam na época do ingresso nas Forças Armadas, que é o das lutas nacionalistas da década de 1950. O sargento Darcy Rodrigues lembra que:

> Eu nasci durante a 2ª Guerra, fui testemunha de todas as lutas nacionalistas, pelo petróleo, pelo aço. Acabei me contagiando pelo nacionalismo, esse foi o primeiro sentimento que me impulsionou às Forças Armadas, o segundo foi a necessidade, e fui para a Escola dos Sargentos com aquele idealismo nacionalista, lá vou defender todas as convicções nacionalistas que eu tenho, vou ser um patriota, diferenciado dos civis. Mentira, lá eu encontrei todo o tipo de conspiração, e me perdoem, de traições mesmo.[157]

A mesma influência é apontada pelo sargento José Nóbrega, que entrou para o Exército em 1957, estudara durante os anos do governo Vargas, os pais eram getulistas e o espírito nacionalista vinha já desde os tempos de escola.

> Quando entrei no Exército já tinha participação política. Participei das manifestações de rua na morte do Getúlio. Na tentativa de golpe em 56 quando o general Lott garantiu a posse de Juscelino. Fui metalúrgico aos 16 anos e já participava do sindicato. Quando fui para o Exército a idéia inicial era servir à pátria. A minha educação na escola foi de formação cívica. O Getúlio deu isso, a gente cantava o hino nacional, tinha fanfarra, a educação era boa, eu tinha aquele sentimento de nacionalismo, fui para o Exército com esse sentimento.[158]

O que dividia a sociedade e atingia as Forças Armadas no período de 1945 a 1964 era a discussão sobre a questão do desenvolvimento econômico do Brasil e o tipo de desenvolvimento industrial e de controle dos recursos energéticos que deveria ser adotado, "[...] de um lado, a industrialização baseada na intervenção do Estado, na mobilização de recursos tecnológicos e financeiros nacionais, e, do outro, um processo industrial que admitia a participação crescente do capital estrangeiro".[159] Formaram-se então duas correntes, do nacionalismo e do antinacionalismo, este último também chamado de "entreguista". O que provocava uma cisão no interior das Forças Armadas era o grau de intervenção do Estado e abertura à economia internacional, sobretudo a dos Estados Unidos.

---

[156] Ibidem. Sobre as especificidades do nacionalismo em países como os da América Latina e a questão do imperialismo, da burguesia nacional e da luta de classes. SCHILLING, Paulo. **Op. cit.**, p. 207 a 214.
[157] Entrevista concedida à autora em 06.09.2008.
[158] Entrevista concedida à autora em 18.10.2008.
[159] PEIXOTO, Antonio Carlos. O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain. (Org.) **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 76.

Ambas as correntes eram favoráveis ao desenvolvimento industrial, o que as diferenciavam eram os meios para se atingir esse crescimento e a forma de poder político mais adequada às necessidades do país. Os antinacionalistas se opunham à política de Vargas, não aceitavam sobretudo a crescente participação popular e que se afastasse da aliança com os Estados Unidos. Já os nacionalistas adotavam principalmente o modelo econômico do segundo governo Vargas, com investimento do Estado nos setores estratégicos e controle financeiro sobre créditos, impostos, taxas de câmbio. É importante lembrar que as discussões a respeito da política externa já se apresentavam nas cisões econômicas, portanto era normal que as correntes militares procurassem alianças com os grupos civis.

> [...] nacionalismo e antinacionalismo haviam se tornado os dois pólos principais do processo político no âmbito das Forças Armadas. A articulação de cada um desses pólos com os grupos civis deu aos debates e confrontos políticos nas Forças Armadas uma importância e amplitude tais, que os choques entre as facções militares não podem ser isolados dos processos que ocorreram na sociedade e na esfera política nacional. As confrontações entre essas duas correntes acompanharam toda a história do Brasil entre 1945 e 1964: amiúde, as confrontações civis se expressaram por golpes de Estado e intervenções militares que marcaram a predominância alternada das correntes que disputavam a hegemonia na máquina militar.[160]

Esse confronto não se limitava às altas esferas militares e civis mas abrangia a todas as camadas sociais, e os militares de esquerda, como já vimos, posicionavam-se ao lado dos nacionalistas. Um exemplo de como essa discussão perpassava os diferentes postos, embora retratado de forma pitoresca, mostra como era o clima da época. Nos meses seguintes ao golpe de Estado, o sargento Darcy Rodrigues, ao retornar da prisão, conta que: "O capitão Rago, que fazia o inquérito, se dirigiu a mim e disse: 'eu sei que você vai dizer que é inocente'; respondi: 'completamente, eu não fiz nada'". Estabeleceu-se, então, o seguinte diálogo:

> — Olha, vamos deixar claro, nós prendemos os alaranjados, os rosados e os vermelhos, resta saber qual é a sua coloração.
> — Eu sou verde amarelo, respondi.
> — Eu também sou verde amarelo.
> — Mas existe o verde amarelo de direita, que defende os interesses do capital estrangeiro, do Estado forte para a classe dominante, e existem os verdes amarelos, particularmente os que vêm do povo, que é o meu caso, que defende os interesses sociais, os interesses de evolução do nosso povo.
> Fiz o discurso das reformas de base e o capitão disse:
> — Isso aí tem escondido o dedo do comunismo.
> — Estamos falando de povo, do Brasil, da modernização do Estado.

[160] Idem, ibidem, p. 84. Neste artigo o autor apresenta como se deram as disputas entre as duas correntes, representadas no interior do Clube Militar. Sobre os oficiais da corrente antinacionalista que participaram da Frente Expedicionária Brasileira (FEB) e que depois foram ligados à ESG, ver: OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969).** Petrópolis, Vozes, 1976.

> — É, mas essa modernização do Estado é direcionada para uma visão bolchevique.
> Continuei afirmando que era nacionalista e realmente era. Os nacionalistas, nos quais eu me incluía, eram de esquerda, porque existiam os jovens turcos que também eram nacionalistas, mas era o nacionalismo do Plínio Salgado, dos alemães, e existiam aqueles nacionalistas que tinham uma visão social, que queriam que o nosso país fosse o dono do petróleo, que detivesse o controle do aço, da indústria de base. [161]

Nos processos em que foram julgados, como já foi demonstrado, o nacionalismo dos militares de esquerda era associado ao comunismo e, por conseguinte, à idéia de traição. No BNM 24, a Ata da 17ª Sessão do Conselho Especial de Justiça do Exército refere-se às argumentações dos advogados Marcello Nunes de Alencar e Alcione Pinto Barreto, que atuaram na defesa dos réus que participaram do movimento de Caparaó. Consta que:

> [...] a maioria dos acusados eram expurgados por ato de mero arbítrio pessoal de quem os expurgara. Que todos se sentiam injustiçados e na verdade o haviam sido. Que a grande maioria dos réus, ex-sargentos, e estes na conjuntura nacional que reinava na época, tornaram-se uma classe unida na defesa de seus pontos de vistas e de seus anseios.
> [...] Que o M.P. tentara afirmar que os acusados são traidores da Pátria, mas o que os seus atos provam é que os denunciados acreditavam que seu ato era válido em benefício da Pátria.[162]

O nacionalismo com a participação do Estado defendido por grupos militares já vinha desde a década de 1930; os tenentes, com importante atuação na Revolução de 30, adotavam a idéia de que "[...] a solução dos grandes problemas brasileiros devia ser nacional no duplo sentido da expressão, isto é, devia ser aplicada à nação em seu todo e responder a suas peculiaridades e à 'índole da nacionalidade'".[163] De acordo com Quartim, em 1931 eles estavam no governo, pode-se questionar se detinham algum poder, entretanto de vinte e dois estados da Federação quinze eram governados por tenentes.

O Clube 3 de Outubro fundado em 17 de janeiro de 1931, além do objetivo de articular a participação política dos tenentes e seus aliados civis, apresentava um programa de reformas para resolver os problemas nacionais. Em 1932, rompendo com o liberalismo, que até então fora a forma política de dominação na vida republicana, no documento intitulado *Esboço*, propunham diretrizes para as reformas que iam desde mudanças nos sistemas eleitoral (com voto secreto), judiciário e tributário, a incorporação das milícias estaduais ao Exército, até a reforma agrária e programas de saúde e educação. Reformas essas que deveriam ser implementadas por um Estado centralizado em oposição ao poder local das oligarquias

[161] Entrevista concedida à autora em 06.09.2008.
[162] BNM 24, fl. 1363/1364.
[163] MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna.** Vol. II, p. 126.

agrárias. Com a "revolução constitucionalista de 32" a influência dos tenentes viria a cair. Se em 1930

> [...] haviam sido altivos aliados, cobertos de glória militar dos combates dos anos 20 e ciosos de sua independência política no interior da Aliança Liberal, desempenharam apenas, nos combates de julho a setembro de 1932, o papel de modestos coadjuvantes, enquadrados nas fileiras do Exército, ao qual haviam retornado sem outra bandeira política além da defesa do governo provisório.[164]

A partir de 1932 os tenentes se dispersaram, alguns ficaram com o governo (além de Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Juracy Magalhães), outros passaram à esquerda do governo ingressando no PSB, os quais mais tarde se reencontrariam com companheiros que haviam seguido Prestes e aderido ao comunismo, e, já na Aliança Nacional Libertadora (ANL), participariam do levante de 1935. O importante a destacar neste breve relato da inserção dos tenentes na história política do Brasil é a visão da esquerda tenentista na defesa dos interesses nacionais, com "[...] ênfase na libertação do Brasil do jugo imperialista",[165] e a participação de militares do Exército na ANL. A insurreição dos militares comunistas de 1935 foi a continuidade do movimento tenentista iniciado em 1922, porém guardava algumas diferenças, que poderiam ser resumidas no fato de que: "[...] o tenentismo era um movimento político enraizado no Exército, ao passo que o comunismo influenciava os militares de fora para dentro. Os tenentes queriam fazer sua revolução com o Exército; os comunistas pretendiam levar a deles para dentro do Exército".[166]

Após a derrota do levante de 1935, a tendência nacionalista da esquerda continua presente e insere-se na tradição nacional-estatista, apresentada pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho em artigo sobre as esquerdas no Brasil. Sobre a multiplicidade das esquerdas, o autor assinala que existe um conjunto de tradições, como as do catolicismo popular, do anarquismo, do socialismo democrático e finalmente a do nacional-estatismo, que teve início

---

[164] Idem, ibidem, p. 140. O autor afirma ainda que o espaço político dos tenentes diminuiria, pois *"[...] Getúlio e Góis Monteiro, donos da situação, já não mais precisavam destes turbulentos e incômodos aliados: suprimida, com a capitulação da oligarquia paulista, a ameaça de direita, podiam dispensar o apoio da esquerda. Tal foi o resultado histórico da pretensa 'revolução constitucionalista' de 1932: não afetou em nada o calendário constituinte, mas contribuiu indiretamente para afastar os 'tenentes' do poder'."* p. 140. No capítulo 5 do livro, Quartim analisa o apogeu do movimento tenentista, desde o ciclo de rebeliões iniciado em 1922 com o levante do Forte de Copacabana, a participação no governo, a criação do Clube 3 de Outubro até o seu colapso em 1934, enfatizando a complexidade, os embates dentro do Exército e da luta política, questionando os estudos que consideram os militares elitistas e autoritários e que, se os tenentes são militares, logo seriam elitistas e autoritários.

[165] Idem, ibidem, p. 162.

[166] Idem, ibidem, p. 176. Quartim assinala a formação de células comunistas nas Forças Armadas, e desde 1927 o jornal *A Nação* do PCB publicava denúncias e reivindicações de suboficiais, soldados e marinheiros enviadas de quartéis e navios. Também a publicação clandestina *União de Ferro*, 'órgão central do PCB nas Forças Armadas', no exemplar de março de 1935, caracteriza as lutas dos subalternos articuladas às lutas de classes das 'camadas laboriosas e populares', lembrando que mesmo no Exército 'existem as classes antagônicas: opressora e oprimida". p. 177.

no Estado Novo e vigorou até 1964, quando foi duramente reprimida pelo golpe civil-militar. Tradição esta que tem sido pouco estudada, como se não fizesse parte do campo das esquerdas. Como se pode perceber na análise sobre os militares de esquerda, a questão nacional-estatista é de fundamental importância.[167]

A tradição nacional-estatista tem um primeiro momento no terceiro governo de Getúlio Vargas, de 1937 a 1945, quando foi ampliado o programa nacional-estatista, e também com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. O segundo momento é o do governo democrático de Vargas, de 1951 a 1954, com a estatização de setores estratégicos, como o do petróleo. Cabe lembrar a importante participação da esquerda militar na criação da Petrobrás.

O último momento, de 1961 a 1964, é quando a tradição nacional-estatista passa a fazer parte do programa de reformas de base. Há também uma vertente dessa tradição representada pelo nacionalismo revolucionário das Ligas Camponesas e da organização nascida no seu interior, o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), ambos liderados por Francisco Julião, e ainda o MNR, formado basicamente por militares, sendo que ambos eram fortemente inspirados pela revolução cubana.

Daniel Aarão lembra que, mesmo depois do golpe, os jovens revolucionários da *nova esquerda*, pertencentes à ALN, Colina, VPR ou PCBR, terão ainda a influência da cultura política do nacional-estatismo; e, mais, essas propostas e valores permaneceram ao longo das décadas seguintes marcando o pensamento das esquerdas brasileiras.[168]

A marca da instituição castrense nas organizações armadas

E por último, no que diz respeito à formação militar, neste tópico sobre as origens sociais e a identidade militar é importante abordar o relacionamento entre os militantes no interior das organizações armadas e a marca da instituição castrense que os militares carregam consigo, mesmo afastados da caserna. No dia a dia as diferenças com os civis se farão presentes.

---

[167] REIS FILHO, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil: culturas políticas e tradições. In: FORTES, Alexandre (Org.) **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 174 a 176.

[168] Idem, ibidem, p. 176 a 178. Importante ressaltar que o autor faz menção à existência da vertente de direita nacionalista. Sobre essa diferenciação, Rodrigo Patto Sá Motta afirma que o *"nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização* [...]". Para os nacionalistas de direita não haveria a divisão de classes, mas o povo "*uno e indivisível"*, ao contrário dos comunistas que fundamentavam as suas críticas na divisão de classes. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Op. cit.**, p. 29-30. A respeito das outras dimensões do nacionalismo anticomunista, ver p. 30 a 37.

É reveladora a entrevista concedida por Ariston Lucena. Desde garoto teve contato com militares do MNR que frequentavam sua casa, gostava deles por serem diferentes dos antigos militantes do PCB que conhecera antes do rompimento de seus pais com o partido. Afirma que no Vale do Ribeira Lamarca conduzia os treinamentos com tranquilidade, apesar de ter uma postura firme. No entanto, quando Ariston ouviu pelo rádio o locutor Vicente Leporace elogiando a ação da repressão contra terroristas em Atibaia, tomou conhecimento que o tiroteio fora no aparelho em que residia a sua família e que o pai havia sido assassinado e a mãe e os irmãos presos.

> Fiquei destroçado. A base em que eu estava ficava a uns 9 km, Lamarca chegou em menos de uma hora, me disse 'calma, calma' e começou a chorar também, porque era muito amigo do meu pai. Ele era um militar, tinha formação de caserna, mas disse: 'é parte da luta, é um companheiro nosso, você tem que ter orgulho do seu pai, morreu de arma na mão, e a Damaris a gente vai dar um jeito. Ele ainda mandou uma carta para a repressão dizendo 'não encostem na Damaris e nas crianças'.[169]

Ariston Lucena ainda fala com admiração, pelo companheirismo e amizade, dos militantes militares que teve contato na VPR e no Vale do Ribeira, os sargentos Ronaldo Lyra e Onofre Pinto, este mais sério e reservado, os marinheiros José Raimundo da Costa, Cláudio Ribeiro de Souza, Otacílio Pereira dos Santos, e destaca uma figura que era civil mas se tornara um excelente quadro militar, Yoshitane Fujimore. Entretanto, perguntado como era a relação com esses militares, foi categórico: "eram homens da caserna",[170] ou seja, fica clara a marca castrense que trazem consigo. Por outro lado, os militares também tinham sua visão sobre os civis. Dois exemplos nos mostram a faceta militar.

O primeiro é do sargento Darcy Rodrigues, integrante da VPR, que afirmou existir um choque cultural entre os militares e os outros militantes, particularmente os estudantes. Sua posição denota uma postura própria de um militar:

> Difícil, o relacionamento. Nós os julgávamos irresponsáveis, existencialistas. Eu via a moral revolucionária sob ótica extremada, o combatente um sacerdote. 'Se quero mudar a sociedade preciso dar exemplo, uma fortaleza de comportamento', predicava. 'Do contrário, não nos respeitam.[171]

O segundo é o relato do marinheiro Avelino Capitani. Ele conta que, juntamente com outros militares, num período em que estavam clandestinos e sem contatos, resolveram colaborar com o PCBR, que era um grupo teórico e sem experiência em ações armadas.

---

[169] Entrevista concedida à autora em 08.03.2008. Damaris Lucena e os filhos saíram da prisão com o sequestro do cônsul do Japão.
[170] Entrevista concedida à autora em 08.03.2008.
[171] PATARRA, Judith Lieblich. **Iara: reportagem biográfica**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 371.

Segundo ele, só os aceitaram para que fossem o braço armado da organização. Capitani critica a falta de cuidado dos jovens, na sua opinião cheios de fantasia, para com o armamento. Durante uma ação ele relembra:

> Eu tinha explicado para eles que era necessário trazer uma caixa de madeira para guardar as armas. Depois da ação feita, era só jogar as armas dentro. Não fizeram nada. Quando entramos no veículo para a ação, as armas longas estavam desmontadas e atiradas dentro do carro. Tivemos que montá-las no caminho![172]

As diferenças aparecem em função dos objetivos e práticas específicas de cada grupo e na dinâmica do tipo de tarefas que tinham de executar. O sargento José Nóbrega lembra que havia um grupo de origem estudantil cujos integrantes

> [...] achavam que os militares eram burros. A gente era quadradão mesmo, mas não é pelo fato de você ter conhecimento teórico que você tem também o prático. E começaram a dar cargos para quem tinha algum conhecimento teórico, mas estavam incapacitados para certas funções. O cara falava em Karl Marx, que já tinha lido, então diziam: esse é bom, mas na hora de encaminhar as coisas saía tudo errado, por exemplo, quando íamos fazer uma ação, então pegava uma cara que nunca tinha visto uma arma para comandar uma ação armada.[173]

Já o sargento Pedro Lobo apresenta uma visão um pouco diferente. Segundo ele também havia um princípio de companheirismo, o que contava era o companheiro, não o sargento, mesmo com o PCB do qual havia deixado para ingressar na luta armada mantinha um bom relacionamento, continuaria amigo de Luiz Carlos Prestes, que se refugiaria em sua casa quando ele já estava na luta armada. Pedro Lobo se mostra um crítico das divisões da esquerda até hoje. Quanto aos civis:

> Eram inexperientes do ponto de vista militar, ideologicamente não. Era gente de esquerda, de partido, de participação em greves. Houve algumas aulas de armamento, porque a gente tinha alguma experiência, mas experiência de luta armada ninguém tinha, os militares tinham conhecimento de armamento, de luta convencional. Guerrilha era outra coisa. O Onofre era o chefe, mas havia outros. A VP tinha uma direção colegiada. Só que o Onofre vinha desde antes do golpe, era muito ativo no movimento dos sargentos, era o contato nos quartéis.
> Sobre o PC: o partido teve grandes erros, critiquei, saí para luta armada, mas o que o partido fazia era o reflexo de uma época. Agora, se era da VP era companheiro, se era do partido era companheiro, segundo meu sentimento, minha visão política, podia não apoiar a luta armada, mas era companheiro, só queria fazer a revolução por outros meios. Sou crítico das divisões de esquerda.[174]

---

[172] CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 194.
[173] Entrevista concedida à autora em 18.10.2008.
[174] Entrevista concedida à autora em 15.03.2008.

Segundo Pedro Lobo, as divergências deveriam ser resolvidas com o diálogo. Quando estava exilado no Chile afirma "[...] que as cisões na VPR chegaram a um ponto que se dividiram o grupo de Minas, o grupo do sul e o do Onofre, eu continuei mantendo uma aproximação maior com os militares. Devo ter sido criticado, também, como o sargentão".[175]

Todavia, outro fator que gerava certas dificuldades era a tendência de se formar grupos em torno das origens de cada um ou das afinidades. É ainda o sargento Darcy Rodrigues que aponta o problema que enfrentava. No período em que a organização esteve sob a sigla da VAR-Palmares, ele foi designado para o comando militar na Guanabara, e teve dificuldades no relacionamento com o pessoal que não praticava a disciplina de cada célula. Segundo ele, entrou na VAR um grupo de secundaristas e foi recomendado que o grupo se diluísse na organização; no entanto, eles tinham um ponto todo mês para se reunirem, colocando em risco a segurança de todos. Pela sua postura em exigir que as normas fossem seguidas, passou a ser considerado um radical, aquele que cobrava, aquele que aborrecia.[176]

Ladislau Dowbor, militante da VPR, afirma que muitas vezes as pessoas entravam na organização não só porque concordavam com a linha teórica, mas porque tinham amigos, que estudaram juntos ou estiveram no mesmo sindicato. Formavam-se laços, mas havia diferenças entre os grupos. Segundo Dowbor:

> [...] cada pessoa que vai entrando nesse movimento armado é da mais variada origem, que tem um denominador comum: a luta. Mas, o que é um velho que passou vinte anos no PC; e o que é um cara que é camponês e está bravo com o delegado ou um jagunço; o que é certa área militar que, simplesmente, se sentiu esmagada dentro das próprias transformações que o Exército estava sofrendo; o que é a gente que tinha lido Regis Debray. As origens e as motivações eram extremamente profundas. Foi só com anos de convívio que a gente descobriu que estávamos todos juntos na mesma frente, mas com razões profundamente diferentes.[177]

Ainda conforme Dowbor, que fez um levantamento da composição das camadas sociais na VPR:

> [...] nós tínhamos, mais ou menos, 1/3 de área intelectual-estudantil, 1/3 da área militar e 1/3 da área sindical, 1/3 camponesa, etc. Havia gente que estava junto, mas que tinha chegado por diferentes visões políticas [...] você pega um professor universitário marxista, um militar que chega de um quartel com trabalho clandestino, um camponês, um sindicalista metalúrgico, então é muito difícil compor um acordo.[178]

---

[175] Idem, ibidem.
[176] Entrevista concedida à autora em 06.09.2008.
[177] Entrevista concedida a Marcelo Ridenti em São Paulo. Coleção Militância Política e Luta Armada/Arquivo AEL. FC/00225.
[178] Idem, ibidem. Dowbor ainda assinala que em outras organizações poderia haver uma composição maior de classe média, mas na VPR era relativamente menor.

Um dado importante do relato de Ladislau Dowbor a respeito das diferentes experiências de vida e motivações das pessoas que compunham a organização, é que mais do que apontar os cismas entre os grupos, ou mesmo a crítica à teoria do foco, neste sentido ele se refere a algumas publicações tanto ficcionais como memorialistas, que "[...] pegam o foquinho com o qual tiveram contato e generaliza". Segundo ele, subestimou-se o fato de que no movimento estavam velhos lutadores, camponeses, sindicalistas, que já haviam sofrido tremendamente, pessoas com família, que não tinham vocação para chefes, e estavam ali por uma coisa séria. Dowbor também fala de pessoas que em contato com injustiças ou graves problemas sociais tomam uma posição política, que mais que a luta pelo poder é uma sensibilidade social que leva à revolta.[179]

O que ainda se pode deter deste fato, ou seja, da motivação de se lutar por uma causa abraçada por um grupo de pessoas, é a experiência vivida por um grupo de militares presos na penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro. Os presos em sua maioria eram marinheiros que cumpriam pena pela participação no movimento de marinheiros, na guerrilha de Caparaó e o sargento Prestes de Paula, líder da Revolta dos Sargentos. No processo BNM 414, há um fato bastante significativo: a ajuda que os presos políticos receberam dos estagiários de Direito que atuavam na penitenciária contratados pela Associação Universitária de Recuperação dos Ex-detentos (Aurex), cujo presidente, Sergio Lucio de Oliveira e Cruz, juntamente com Julio Cesar Senra Barros, viriam a ser militantes do MAR e denunciados neste processo. Os estudantes ao tomarem contato com a situação dos marinheiros passam a se dedicar juridicamente e se envolvem com a luta que eles estavam travando dentro e fora do presídio. Os presos trabalhavam nos serviços burocráticos e conseguiram concentrar suas atividades na Divisão Legal, e ainda contavam com a ajuda de militantes que estavam em liberdade.

O contra-almirante Julio de Sá Bierrenbach, encarregado do inquérito, tomou o depoimento de um jornalista que cumpria pena nessa prisão e informou as circunstâncias do plano de fuga dos presos. Esse depoente afirma que escondeu a condição de jornalista, passando por ignorante para viver melhor naquele lugar, assim observava a movimentação e ouvia conversas. Declarou que no dia da fuga notou algo estranho, o ambiente estava calmo, sem estagiários, porque toda segunda feira de manhã

> [...] a marujada ficava toda concentrada na sala de datilografia. Aquilo virava um antro de propaganda subversiva, [...] não tem dúvida da participação ativa

[179] Idem, ibidem. No decorrer da entrevista Dowbor não nega que houvesse disputas pelo poder, o que, aliás, é apontado por ele como um fator que desanimava a participação das pessoas, muito mais que o medo da repressão.

> dos estagiários na doutrinação política dos internos. Alguns eram mais atuantes, como o Sérgio, filho do ex-juiz da 20ª Vara, Dr. João Claudino, a estagiária Ana Maria e alguns outros. A Divisão Legal era praticamente dominada pelos marinheiros que contavam com o beneplácito de D. Silvia, D. Natélcia, Sr. Durval. Eles se diziam presos políticos e não marginais e constituíam uma sociedade fechada. A Aurex favorecia tudo para eles, inclusive os móveis que estão lá, na Divisão Legal.[180]

No Termo de Inquirição de Indiciado, um dos marinheiros afirmou que: "Havia intimidade e entrosamento entre os estagiários e os internos. [...] o Julio César, inclusive, entrosou-se no grupo "MAR" recebendo o nome de Adalto (sic) e algumas tarefas, dentro do objetivo final do grupo. Por exemplo: o apartamento dele na Ilha do Governador serviria de aparelho, tendo mesmo o José Duarte dos Santos ido morar lá".[181]

O diretor da Aurex, Sergio Lucio, frequentava assiduamente a penitenciária e passou a se dedicar à causa dos presos políticos. Conversava muito com o marinheiro Marco Antonio, tornando-se amigos. Este o incentivava para que colocasse a Aurex em funcionamento, pois poderia contar com o apoio dos internos. No 2º semestre de 1968, vários estagiários passaram a trabalhar na Divisão Legal. Afirma ainda esse marinheiro que: "O Julio César foi dos que mais rapidamente se adaptou ao "MAR". O Sérgio é que, assim que soube do plano de fuga, se comprometeu a colaborar com o Marcos, a fim de soltá-lo."[182] No Relatório de IPM, consta que vários internos da Divisão Legal confirmaram a participação dos estagiários, como a testemunha Antonio Rezende, que informou que Sergio Lucio e Ana Maria, "ambos 'formavam' sempre com os militares, que eram amicíssimos".[183]

Além dos estudantes que participaram da operação, inclusive dirigindo os veículos que levaram os presos para fora da cidade, colaboraram para execução do plano de fuga outros militantes que estavam fora da prisão e que se dispuseram a ajudar na ação, inclusive marinheiros que já haviam saído por indulto de Natal. Um fato importante e que diz respeito ao relacionamento entre os militares e civis, particularmente os estudantes, é que, apesar da adesão e dedicação dos estudantes para com os presos políticos militares, um dos marinheiros no Termo de Inquirição de Indiciado declarou que à época da preparação da fuga "[...] era totalmente contra a inclusão de qualquer estudante no grupo; julgava que eles concordaram em participar por consideração pessoal, porém sem estarem comprometidos rigorosamente com o 'MAR'". O depoente confirma que foi Julio César Bueno Brandão quem dirigiu a

[180] BNM 414, fl. s/nº, 14ª testemunha/1º volume.
[181] BNM 414, fl. 346.
[182] BNM 414, fl. 348.
[183] BNM 414, fl. 714.

camioneta Rural-Willys de sua propriedade, utilizada para o transporte dos fugitivos até Mangaratiba".

Como se vê, a sua opinião não prevaleceu, sendo que foi um dos estudantes que dirigiu o carro na hora da fuga e que passou a fazer parte da organização. O que se pode concluir em relação à sua atitude é que esse militante não estava preso e não tinha contato direto com o trabalho que os estagiários estavam fazendo em benefício dos presos, prevalecendo, portanto, aquela visão que os militares tinham dos estudantes em geral.

Pelo fato de haver essas diferenças, como foi pontuado por Ladislau Dowbor, as organizações, e não só a VPR, tinham pessoas das mais diferentes origens, o que não impedia que convivessem e colocassem em prática os objetivos dos grupos armados, e o mesmo podemos afirmar com relação aos militantes militares. Dois exemplos dessa integração partindo de civis nos mostram como isto se dava na prática.

O primeiro é do militante Edson José de Souza, que participou no movimento de Caparaó. Ele afirma que como não era militar não conhecia o pessoal que ia participar e que já estava junto desde antes de 1964. Conversou com os irmãos Dornellas, ambos sargentos expulsos do Exército, e um suboficial da FAB, ficou decidido que ele conduziria o pessoal até a Serra de Caparaó. No primeiro encontro afirma que gostou deles e ficou empolgado, achou lindo eles cantarem a *Internacional* antes de partirem.

> Eles me apresentaram; no início, eles me consideraram um simples motorista, porque existe isto: os militares acham que nós, civis, somos umas bestas. E a sociedade civil acha que eles são burros. Há uma separação muito grande entre civil e militar. Depois eles me aceitaram melhor. Achei romântico, os caras cantando a *Internacional*: 'De pé, ó vítimas da fome...'.[184]

O segundo, está na denúncia do BNM 8 contra o jovem estudante Tullo Vigevani, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), consta, entre outras acusações, a distribuição do jornal *Frente Operária* nos quartéis, a incitação da quebra de disciplina e hierarquia entre sargentos e militares. Seus inquiridores ficam indignados, pois nada teria que fazer um estudante em associações de militares, no entanto:

> [...] coube ao denunciado a tarefa principal de se infiltrar no meio militar fazendo ligação entre sargentos do Exército, Aeronáutica e Força Pública, para isso, freqüentava regularmente a Casa do Sargento, onde tomava contato com militares, bem como no Centro Social dos Sub-Tenentes e Sargentos da Força Pública.[...] Participou de um plano terrorista com o Sargento da Aeronáutica João Ferreira da Silva, pelo qual estava prevista a dinamitação da entrada de

[184] Entrevista concedida a José Caldas da Costa. **Op. cit.**, p. 216.

> energia elétrica em São Paulo, explosão de aquedutos, produção e lançamentos de bombas Molotov do alto dos edifícios.[185]

Mesmo integrando os diversos grupos sociais das organizações e se compondo nas que iam se formando, os militantes militares, pela sua formação, que implica um certo tipo de organização e disciplina, imprimiam na sua conduta um *ethos* militar, que era reconhecido pelo demais militantes, muitas vezes de forma positiva. Maria Augusta Carneiro Ribeiro, do MR-8, quando estava em Cuba após ser libertada com o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, conta que gostou de morar no mesmo coletivo que o sargento Onofre Pinto.

> O Onofre era uma pessoa fantástica, morar no coletivo com ele era fantástico: aquela organização de milico, ele fazia tudo limpinho, tudo arrumadinho, tudo tinha ordem, mas não era chato não, ele era divertidíssimo. E vida de coletivo é muito legal. Além disso, eram pessoas que estávamos começando a conhecer – a maioria ali não se conhecia antes.[186]

No livro de memórias de Maria do Carmo Brito, da VAR-Palmares, quando chega à Argélia após ser libertada com o sequestro do embaixador da Alemanha, ela relembra, da mesma forma que Maria Augusta, o contato com um militar. O grupo ficara na cidade de Ben-Aknoum numa espécie de colônia de férias com vários chalés e iniciaram uma rotina de dar entrevistas a jornalistas da Europa. "E, além disso, o capitão Altair Campos introduziu a ginástica, que foi um negócio muito legal: ficava todo mundo de manhã naquele abaixa, levanta, um, dois, três".[187]

1.2.1. Os oficiais militares

Dos militares que aderiram à luta armada, apenas uma ínfima parte era de oficiais. O historiador Eric Hobsbawn quando analisa as relações entre poder civil e militares afirma que a idéia de Exércitos neutros servindo com obediência a qualquer regime tem os seus limites, pois "[...] as forças armadas e as forças policiais são bastante distintas em seu comportamento político. No que concerne aos exércitos, parece haver limites às suas lealdades. Aceitarão

---

[185] BNM 8, fl. 15.

[186] DA RIN, Silvio. **Hércules 56 O sequestro do embaixador americano em 1969**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 282. Íntegra da entrevista para o documentário de mesmo título.

[187] VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória. A história de Lia, Maria do Carmo Brito**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 104. O militar a que Maria do Carmo se refere como capitão Altair Campos é na realidade o 2º tenente Altair Lucchesi Campos, do grupo de Lamarca no 4º RI. Um fato importante é que neste livro Maria do Carmo se mostra crítica em relação ao militarismo e posições políticas dos militares. Quanto à ginástica, em tempos atuais, de culto ao corpo, poderia ser até natural que as pessoas incluíssem na sua rotina os exercícios físicos, mas, em 1970, só caberia mesmo a um militar a iniciativa de tomar para si a organização das atividades do grupo.

regimes sociais revolucionários?"[188] O autor argumenta que os exércitos são fundamentalmente contra a revolução social e podem se negar a tal obediência, quando esta ocorre, justificando que estes regimes representam a desordem e a anarquia, já que sua autoridade está sendo contestada, mas seja qual for os motivos alegados essa postura parte da inclinação dos oficiais, "[...] a evidência mostra que os oficiais de exército nos países ocidentais são socialmente conservadores e que também o são, muito freqüentemente, os militares de carreira, ao contrário dos recrutados".[189] Nas revoluções vitoriosas os exércitos vencidos passam a não ser confiáveis. Nesse sentido, podemos identificar no Brasil o temor das Forças Armadas em relação aos movimentos sociais e à infiltração comunista, provocando a rebeldia nos quartéis que destruiria a instituição substituindo-a por milícias recrutadas entre o povo.

No texto escrito em 1967 o autor assinala a implantação de governos militares em vários países do Terceiro Mundo. E essa política militar, especificamente na América Latina, visa impedir as revoluções sociais. Quando se refere ao Brasil, aponta o caráter negativo da administração dos oficiais no país, pois mesmo com a profissionalização "[...] a qualificação e treinamento como grupo são inadequados para o exercício do governo." A ação política militar é negativa, pois pode derrubar governos e impedir processos revolucionários

> [...] sem substitui-los por nada; nem mesmo – a despeito de muita conversa entre oficiais e tecnocratas — por 'modernização' e 'desenvolvimento econômico'. Podem estabelecer a ordem, mas contrariamente ao lema brasileiro que inspirou muitas gerações, 'ordem', neste sentido, é geralmente incompatível com o 'progresso'.[190]

Hobsbawn lembra que em países "atrasados" os jovens oficiais podem demonstrar simpatia por movimentos nacionalistas, antiimperialistas e contra o capitalismo se dispondo a estabelecer alianças com setores da esquerda. No entanto, os Estados Unidos consideram os militares, do ponto de vista imperialista, mais confiáveis do que os civis, pois são grupos conservadores e impõem estabilidade aos Estados satélites. No contexto da Guerra Fria, o temor dos governos ao comunismo, difundido principalmente no interior das Forças Armadas, foi a tragédia dos anos 50/60 no mundo subdesenvolvido. Acrescente-se ainda que no caso da alta oficialidade, segundo o autor os golpes são decididos entre os generais que formam um grupo fechado e contam com tropas numerosas.[191]

---

[188] HOBSBAWN, Eric J. **Revolucionários: Ensaios contemporâneos**. 3ª edição, Tradução de João Carlos Vitor Garcia e Adelângela Saggioro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003, p. 181-182.
[189] Idem, ibidem, p. 182.
[190] Idem, ibidem, p. 190.
[191] Idem, ibidem, p. 183.

Sobre o caráter conservador dos oficiais no Brasil, na tentativa de impedir a posse do vice-presidente João Goulart em 1961, o sargento Amadeu Felipe afirma que a oficialidade era marcadamente reacionária, "[...] dentro da unidade de uns 56 oficiais tínhamos 5 ou 6 que eram legalistas, com a maioria em cima do muro, o restante era pelo golpe [...] mas a nossa participação foi decisiva e eles tiveram que negociar.[192] As diferenças entre oficiais e sargentos também se faziam presentes na luta política institucional. Segundo Amadeu Felipe, "[...] o PTB tinha 90% dos votos dos sargentos, enquanto que 80% ou 90% dos oficiais votavam na UDN. Todos os sargentos que saíram candidatos no período de 1958 até 1962, saíram pelo PTB, pelo PSB, os oficiais saíram candidatos pelo PSD ou pela UDN".[193]

O que podemos buscar compreender dessa análise sobre os oficiais militares é que, se politicamente têm um posicionamento conservador, isto se refletirá diretamente em relação à carreira dentro das Forças Armadas. Assumir uma posição política à esquerda, optando por um movimento que pudesse fracassar, resultaria em colocar em risco uma carreira que podia ser promissora. Talvez se explique o "ficar em cima do muro" a que se refere Amadeu Felipe, pois como lembra Hobsbawn sobre os altos oficiais: "Eles têm muito a ganhar no interior do sistema existente e mais a perder se decidirem abandoná-lo. Os oficiais menos graduados têm mais a ganhar, mas encontram dificuldades para planejar sua ação fora do âmbito do regimento [...]".[194]

No Brasil naquele momento, em 1961, saíram vencedoras as forças que lutavam pela legalidade e os menos graduados começavam a se organizar fora do regimento. E, diante das transformações que poderiam ocorrer, mesmo não sendo ainda uma revolução social, mas reformas que provocariam mudanças profundas alterando o jogo político e as relações de poder, a alta oficialidade tratou de se organizar, pois conservar o *status quo* era mais garantido do que esperar para ver qual lado sairia vencedor. Tratava-se ainda de conservar a carreira militar, carreira essa que tem um longo percurso.

Para a formação de oficiais do Exército na Aman, o aluno ingressa como cadete e ao término de quatro anos de estudos recebe a patente de "aspirante a oficial". Essa formação permite chegar até o posto de capitão dentro da Arma escolhida. A formação prossegue na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) e na Escola de Comando e Estado Maior do

[192] Entrevista concedida a Marcelo Ridenti. Coleção Militância Política e Luta Armada/Arquivo AEL. FC/00097 e FC/00098.
[193] Idem, ibidem.
[194] HOBSBAWN, Eric J. **Op. cit.**, p. 183.

Exército (ECEME) para que possa se atingir o generalato.[195]

Na Marinha o ingressante faz um curso de dois anos no Colégio Naval e em seguida mais quatro anos na Escola Naval, ao término dos quais faz sua primeira viagem de instrução e tem a patente de guarda marinha. Na volta dessa viagem inicia a carreira de oficial no posto de 2º tenente.[196] As promoções podem chegar até capitão tenente; para prosseguir há a necessidade de fazer os concursos para os quadros complementares de oficiais de corpos da Armada (fuzileiros navais, engenheiros, intendentes, corpos de saúde e corpo auxiliar).[197]

Na Aeronáutica, a formação dos cadetes é feita na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR). Há também os Cursos de Formação de Oficiais para Infantaria, Intendentes e Aviadores e o Curso de Adaptação para Oficiais: médico, dentista e farmacêutico. Ligado ao Comando da Aeronáutica está o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), com cursos de graduação e pós-graduação na área de engenharia. Em 1979 a Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica (ECEMAR) iniciou o Curso de Extensão para Oficiais diplomados. De acordo com o editorial da *Revista da Ecemar*, a necessidade desse curso

> [...] fundamentou-se em dois fatores relevantes: primeiro o caráter híbrido do ministério da Aeronáutica que, para manter uno e indivisível o Poder Aeroespacial, exige dos militares que servem na interface civil uma gama de conhecimentos bastante diversificada; segundo, a existência de lacunas na formação dos Oficiais de Estado-Maior, em relação à interface civil do Ministério da Aeronáutica.[198]

O ingresso para esses cursos de formação de oficiais das Forças Armadas exige que os candidatos já tenham uma boa formação educacional, pois terão que passar por exames de seleção, ou terem estudado em colégios militares, o que indica uma barreira para muitos jovens e levanta a questão da origem social dos oficiais brasileiros. O brasilianista Alfred Stepan aponta que o quadro em 1941-43 era de que 76,4% dos pais de cadetes provinham de profissões típicas de classe média. Em 1962-66 os valores pouco se alteraram, passando a 70,2%. O próprio autor indica problemas com essa análise, pois foram consideradas as profissões "militar" e "funcionário público" sem se especificar a patente ou a função exercida.[199]

---

[195] CASTRO, Celso. **O espírito militar**. P. 14/15. Na conclusão do primeiro ano da escola de cadetes, o aluno escolhe a Arma a qual irá servir. Esta escolha é definitiva. As opções são: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência, Comunicações e Material Bélico. Sobre as especificidades de cada uma, consultar o capítulo 2 do livro do autor.
[196] VIEGAS, Pedro França. **Op. cit.**, p. 59.
[197] Disponível em <http://www.mar.mil.br>. Acesso em 13.09.2009.
[198] Editorial. **Revista da Ecemar**. nº 11, setembro/1979, p. 5. Sítios consultados: <http:/www.epcar.aer.mil.br> e <http:/www.ita.br>. Acesso em 13.09.2009.
[199] STEPAN, Alfred. **Op. cit.**, p. 29.

Celso Castro, quando indaga 'Quem são os oficiais das Forças Armadas?', indica que a resposta é um verdadeiro desafio devido à falta de dados quantitativos, motivo pelo qual foi aceita a hipótese de que eram originários da "classe média", hipótese reforçada pela análise apresentada por Stepan, que na busca de uma precisão maior reorganizou os dados investigando o nível de escolaridade dos pais dos cadetes, entre 1963-1965, sendo que 60,9% dos pais tinham apenas o primeiro grau, o que o levou a apontar que o ingresso na Academia Militar era pela busca de ascensão social.

Castro reorganiza o quadro de Stepan, acrescenta novos dados, usando como indicadores pais civis e militares, e diferencia os pais oficiais superiores e oficiais subalternos e praças, abarcando o período de 1941 a 2002. Castro destaca uma elevação desde a década de 1940, já apontada por Stepan, de cadetes filhos de militares, e um movimento crescente para filhos de militares subalternos, numa cifra que chega a 70% em 1970. Esses dados são referentes ao Exército, que tem dados ínfimos. Para a Marinha e Aeronáutica o autor assinala que são inexistentes.[200]

Esse autorrecrutamento leva ao risco de uma clivagem entre civis e militares. Em seu estudo sobre os cadetes da Aman, ele identificou "[...] a construção de fronteiras simbólicas entre o mundo 'de dentro' e o mundo 'de fora'",[201] resultando dessa construção, a partir da intensa socialização profissional a que são submetidos, o termo depreciativo de "paisanos" para os civis.

> Enquanto os militares seriam idealmente ativos, disciplinados, respeitosos, altruístas e preocupados com a Pátria, os 'paisanos' seriam em geral preguiçosos, indisciplinados, individualistas e ocupados apenas com seus próprios interesses. Ou seja, a mensagem que se transmite é a de que em geral os militares são não apenas diferentes dos civis, mas também melhores: uma elite, fundada sobre princípios éticos e morais concretos e sãos.[202]

Entretanto, essa construção "ideal" tende a se desestruturar na interação quando em contato com "os de fora". Esse sentimento desconfortável é vivido pelos jovens cadetes em relação aos jovens civis. Eles saem de um mundo mapeado para o mundo civil marcado por descontinuidades e pela singularidade dos indivíduos, e se chocam. Para os cadetes os jovens não têm a preocupação que eles têm com a educação, com o sentimento de coletivo e com o destino da nação. Por outro lado, os jovens civis vêm o aspirante a militar com certa desconfiança, principalmente após os anos de regime militar, quando a carreira perdeu

---

[200] CASTRO, Celso**. O espírito militar.** p. 140 e CASTRO, Celso. A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão. **Novos Estudos Cebrap**. nº 37, novembro/1993, p. 225-231.
[201] Idem. A origem social dos militares, p. 230.
[202] Idem, ibidem, p. 230.

prestígio. Esse "ser militar" é adquirido não só pela socialização que recebem, mas também pelos círculos sociais onde tudo se converge para o convívio nas vilas, nos clubes e nos colégios militares e, em grande parte, têm ainda a influência familiar.[203]

Quanto aos oficiais militares que participaram da luta armada, o mais conhecido, o capitão Carlos Lamarca, declarou em entrevista à revista chilena *Punto Final*:

> "Soy uno de los pocos oficiales brasilenos de origem obrero. Estudie com sacrifício de mis padres e escogí la carrera por estimar que em lãs Fuerzas Armadas hallaria condiciones de contribuir al desarrollo y a la emancipación de mi país. Luego me desilusione. El ejército brasileno (en sus peldaños superiores), es la vanguardia de la reacción en el Brasil. Su función principal es la de policía interna. Sirve de instrumento de las clases dominantes para afirmar su actual situacíon di privilegio. [...] Dentro de lãs fuerzas armadas vi privilegios, vi falta de respeto al pueblo trabajador, vi torturas indescriptibles. A partir de 1964, percebi que se habían agotado las possibilidades de solucíon pacífica para los problemas brasileños.[204]

Como se pode constatar o próprio Lamarca se reconhece como uma das exceções. A documentação pesquisada e mesmo a bibliografia, ao contrário dos militares de baixa patente, não fornecem dados suficientes para que fosse possível investigar as origens. Em alguns casos há a evidência da influência familiar, como do major do Exército Joaquim Pires Cerveira e de seus irmãos. Uma trajetória interessante de um oficial de esquerda é a de Apolônio Carvalho, apesar de não constar do grupo selecionado para este estudo, pois apesar de participar da luta armada no PCBR já havia deixado o Exército na década de 1930, quando pertenceu a ANL. O seu pai fora militar e participara do ato da Proclamação da República. Apolônio queria estudar medicina, mas a família não tinha condições de custear seus estudos, então a mãe sugere: "E se você for militar como seu pai? Vai poder ajudar a família, vai abrir caminho sem tantas dificuldades nem sobrecargas, angústias, preocupações [...]. Afinal de contas, a carreira militar é a carreira do pobre".[205]

Nesse livro autobiográfico ele conta que foi para a Escola Militar do Realengo e estudou num ambiente marcadamente de esquerda. No início teve dificuldades para aceitar o regime de obediência, mas se adaptou à rotina militar. Teve contato com Nelson Werneck

---

[203] Ibidem. Um dado importante que o autor identifica é que a maioria dos cadetes vem da região Sudeste; portanto, diferente do que vimos em relação aos marinheiros, que vêm do Norte e Nordeste.

[204] Entrevista à revista *Punto Final*, s/d. Arquivo Cedem/Unesp, Fundo Asmob 03.195.1.4. "*Sou um dos poucos oficiais brasileiros de origem operária. Estudei com o sacrifício dos meus pais e escolhi a carreira nas Forças Armadas por acreditar que encontraria condições de contribuir para o desenvolvimento e emancipação do meu país. Logo me desiludi. O Exército brasileiro (em seus escalões superiores) tornou-se a vanguarda da reação no Brasil. Sua função principal é a de polícia interna. Serve de instrumento das classes dominantes para manter sua situação de privilégio.[...] Dentro das Forças Armadas vi privilégios, vi falta de respeito ao povo trabalhador, vi torturas indescritíveis. A partir de 1964, percebi que haviam se esgotado as possibilidades de solução pacífica para os problemas brasileiros."* (tradução minha).

[205] CARVALHO, Apolônio. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 28.

Sodré, apaixonou-se pela literatura libertária e conviveu com cadetes que eram comunistas e leitores de obras marxistas, "[...] todos muito influenciados pelos professores dos colégios militares que, além de comunistas, pregavam abertamente nas aulas a revolução".[206] Tinha admiração pelos professores, como o coronel Duque Estrada, que se orgulhava pelo melhor aluno que tivera: o cadete Luís Carlos Prestes. Também teve contato com o então capitão Teixeira Lott, que mais tarde confirmaria sua posição legalista.[207]

Apesar desse contato com as idéias de esquerda na caserna, Apolônio afirma que sentia os contrastes sociais e o autoritarismo. Mesmo em épocas diferentes, tanto Apolônio como Lamarca deixam o Exército em função de sua opção política de esquerda e pela luta armada, em 1935 e 1969 respectivamente, e um dos custos dessa tomada de posição é a de abdicar de uma carreira promissora. Assim como Lamarca, que tivera também contato com o pensamento de esquerda nos quartéis, Apolônio nunca fora punido pois "[...] tinha vida profissional irretocável e não fazia política na caserna".[208]

Dos processos contra oficiais, uma das questões abordadas era o fato da interrupção da carreira militar, principalmente daqueles que ainda estavam na ativa, caso de dois capitães tenentes da Marinha denunciados por participarem da Resistência Armada Nacional (RAN). O primeiro foi o capitão Jarbas Barbosa Lopes. A Ata nº 8 da Sessão do Conselho Especial de Justiça da 2ª Auditoria do Exército registrou a arguição do advogado Humberto Jansen Machado em sua defesa, se reportando "[...] à vida militar do acusado, sempre com distinção e conceito excelente. Em seu entender, a sanção já existiu. A reforma do oficial, pelo AI-5, cortando a sua brilhante carreira, já serviu como duro castigo, se é que castigo merecia o ex-capitão Jarbas".[209] O segundo, o capitão José Miguel Camolez. Nas Razões de Defesa o advogado Heleno Fragoso argumenta que com base em depoimento de dois indiciados no IPM

> [...] conduziram à reforma do CT Camolez, que desenvolveu intensa e profícua atividade para a Marinha durante quinze anos, reforma esta procedida de maneira sumária sem qualquer oportunidade de defesa. Do episódio de sua prisão, das violências que lhe impuseram restaram um ex-brilhante oficial de grande futuro na Marinha, [...][210]

---

[206] Idem, ibidem, p. 41.
[207] Idem. ibidem, p. 42. Apolônio ainda participaria das Brigadas Internacionalistas na Espanha, afirma que os que foram lutar na Espanha eram majoritariamente militares. Também esteve presente na Resistência Francesa durante a 2ª Guerra Mundial.
[208] Idem, ibidem, p.58.
[209] BNM 701, fl. 5, 8º Volume.
[210] BNM 701, fl. 2368.

Nesta pesquisa foi possível identificar vinte oficiais que participaram da luta armada, nas diversas patentes e Forças, conforme quadro 3. Foram analisados processos referentes a onze oficiais, sendo que cinco já não pertenciam às Forças Armadas e seis estavam na ativa – sendo descobertas as suas atividades nas organizações armadas e vindo a ser presos. Dos sete que já atuavam na guerrilha, apenas o capitão Lamarca, o major Joaquim Cerveira e o major Adamastor Bonilha do MR-26 tinham postos de comando;[211] os demais se integraram junto aos outros militantes no processo de luta armada. Portanto, a análise da participação dos oficiais está sendo feita concomitantemente aos outros militares nas diversas organizações.

[211] Não está sendo considerado o coronel Jefferson Cardim, que comandou a chamada Guerrilha do Alto Uruguai no Rio Grande do Sul, pois não foi localizado o seu processo, apenas referências em outros, como a sua fuga no processo do major Joaquim Pires Cerveira, que colaborou com a mesma. No entanto, serão feitas referências à sua participação no capítulo 3 a partir da bibliografia estudada.

Quadro 3 - Oficiais Militares por patentes e Forças

	Exército	Marinha	Aeronáutica	Polícia Militar	Não Identificado	Total
Coronel	1	—	—	—	—	1
Major	2	—	1	—	2	5
Capitão	2	3	—	3*	1	9
Tenente	1	—	—	1**	2	4
Oficial***	—	—	—	—	1	1
Total	6	3	1	4	6	20

* Força Pública/SP
** Brigada Militar/RS
*** Consta na Lista do BNM como oficial reformado do PCBR

2. A participação política dos militares

Como compreender a ação de militares que se engajaram na luta armada contra o regime militar? E como se tornaram militares de esquerda? Para tanto é necessário compreender o caminho percorrido até chegarem a essa dissidência e enfrentamento contra o Estado.

Segundo Darcy Rodrigues, sargento do Exército no 4º Regimento de Infantaria (RI) de Quitáuna em Osasco, para se entender a participação dos militares na luta armada contra a ditadura, é necessário buscar o significado do que foi a movimentação dos sargentos nos quartéis no final da década de 1950 e início da década de 1960. Lembra que os estatutos militares faziam restrições aos graduados (subtenentes e sargentos), os quais não podiam se casar antes de completar cinco anos de serviço, andar em trajes civis, e só se profissionalizavam depois de cinco anos. E mais, os que já eram profissionais, muitos em torno dos 40 anos, não tinham os mesmos direitos que os jovens recém saídos da academia militar. Para mudar essa situação, os sargentos começam a se reunir com o objetivo de mudar os estatutos militares. Darcy enfatiza que:

> Inicialmente o movimento era pura e simplesmente corporativo. O desenvolvimento dessa organização fez com que surgisse a convicção de que para mudar os estatutos e a legislação nós teríamos que ter participação no poder legislativo. Para quê? Para mudar as leis.[212]

O filósofo István Mészáros no seu estudo sobre a consciência de classe, cita uma passagem de *A miséria da filosofia* de Karl Marx, sobre o significado da associação, referindo-se aos trabalhadores, afirma que primeiro eles se constituem em grupos para defender os seus salários e interesses comuns. Todavia, os capitalistas estão sempre unidos, por isso manter a associação torna-se um imperativo. "Nessa luta – uma verdadeira guerra civil – estão unidos e desenvolvidos todos os elementos necessários a uma batalha que se aproxima. Uma vez atingido esse ponto, a associação assume um caráter político".[213] Primeiro, se unem em torno de interesses comuns, quando se tornam unidos: "Os interesses que ela defende se tornam interesses de classe. Mas a luta de classe contra classe é uma luta política".[214] Os militares de esquerda viveram esse processo de se unirem em torno de seus interesses e a partir de então passarão a uma luta política.

---

[212] Entrevista concedida à autora em 06.09.2008, na cidade de Bauru/SP.
[213] MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social.** Tradução de Éster Vaisman. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p.39.
[214] Ibidem.

A conscientização política dos militares, além dessa percepção da necessidade de concorrer aos cargos representativos nas câmaras e assembléias, tem seu ponto alto com outro acontecimento: com o *slogan* "sargento também é povo fardado", em 1961, se engajam na luta para garantir a posse do vice-presidente João Goulart, depois da renúncia de Jânio Quadros.

2.1. *A explosão de consciência dos sargentos*[215]

No início dos anos de 1960, em meio ao avanço dos movimentos populares, suboficiais e sargentos das três Forças também se organizam pela democratização dos regulamentos militares e reivindicações políticas, como o direito ao voto. A tentativa dos ministros militares em impedir a posse de João Goulart marca esse momento de politização e explosão de consciência dos sargentos que se uniram aos soldados e cabos na defesa da Constituição. O subtenente do Exército Jelcy Rodrigues Corrêa lembra que:

> Em 1961 quando os ministros militares quiseram impedir a posse do Jango, começou uma efervescência nos quartéis, e houve um contato na Vila Militar com todos os sargentos, na época eu era 1º sargento. Um dia, depois do jantar, eu subi numa cadeira e disse para uns 300 sargentos, não interessa se o Jango é comunista ou não, a Constituição diz que é ele que tem que assumir. Eu jurei a Constituição, não jurei lealdade a este ou aquele general. Todo mundo concordou. Quando terminou o jantar eu já saio preso. O major Anibal de Albuquerque disse: "Jelcy, você que a gente considera tanto.", respondi: Mas o que eu fiz de errado? Disse que concordo com a Constituição. Não fiz nenhuma indisciplina, me levaram para o general Paulo Torres, eu e um 2º sargento. Reafirmei que cumpria a Constituição, em nome da disciplina. Repeti o que tinha dito sobre o juramento. O outro sargento disse que fazia dele as minhas palavras. Então, entrou na sala um subtenente e disse: "General, se o senhor não soltar os dois sargentos agora, a tropa não obedece mais o comando." Fomos soltos, o sargento Itamar me disse: isso não é coisa de sargento, isso foi coisa de cabos e soldados.[216]

Segundo Paulo Schilling, o movimento dos sargentos foi fundamental, pois, atendendo ao chamado de Brizola por meio da cadeia da legalidade e colaborando com a oficialidade progressista, conseguiram imobilizar grande número de unidades nas regiões do país. No Rio Grande do Sul, segundo conta:

> Com alguns oficiais nacionalistas e legalistas, os sargentos tinham conseguido dominar uma a uma praticamente todas as unidades do III Exército. Tudo o que se seguiu de 1961 a 64, e depois com Caparaó, nasce nesse momento no Rio Grande do Sul. Foi o romper político dos sargentos. [...] tínhamos o III

[215] Tomo essa expressão emprestada do subtenente Jelcy Corrêa, também citada pelo jornalista José Caldas da Costa no seu livro sobre o movimento de Caparaó.
[216] Entrevista concedida à autora em 25.07.2009.

> Exército controlado, com a participação de alguns oficiais, mas fundamentalmente com os sargentos. Quem tem controle da tropa, principalmente no Exército de formação democrática, o que nada tem a ver com o que aconteceu depois, são os sargentos.[217]

O sargento do Exército Jacques D'Ornellas afirma que essa tomada de posição dos sargentos foi possível porque havia um trabalho político. Os sargentos do 18º RI de Porto Alegre se posicionaram contra os oficiais. Na unidade em que ele servia no Rio de Janeiro decidiram que se fossem mandados para o sul, ao invés de combater iriam aderir ao III Exército[218] pois, também,

> [...] havia uma ideia de que para reprimir a população de um Estado, deveria se usar a tropa de outro Estado. A minha unidade estava ganha e trouxe mais oficiais para o nosso lado. Nosso comandante coronel era marxista, comunista, e estava com o Jango, era o Marcelo Pires Cerveira Junior.[219]

Em 1961 também seria fundado o Clube dos Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas, tendo como presidente o 1º sargento da Aeronáutica, Antonio Prestes de Paula, que veio a ser um dos responsáveis pelo desmonte da chamada Operação Mosquito. Mesmo depois da negociação da emenda parlamentarista aprovada pela Câmara e da autorização das Forças Armadas para a vinda do vice João Goulart de Porto Alegre para a posse em Brasília, o deputado Pascoal Ranieri Mazzili recebera um comunicado de que oficiais da Aeronáutica estavam dispostos a impedir o desembarque de Goulart.

De acordo com depoimento do sargento Amadeu Felipe ao jornalista José Caldas Costa, o sargento Prestes de Paula era da área administrativa, descobriu o plano e por meio de contatos no Clube dos Sargentos, ele, soldados, cabos e sargentos desarmaram os aviões tirando as peças, impedindo que levantassem vôo[220]. Paulo Parucker relata o que ouviu, em entrevista, do próprio Prestes de Paula:

> Os sargentos tentaram uma sabotagem dos caças: sem interferir no dispositivo de vôo, desligaram os mecanismos que comandavam o armamento. No entanto, foram descobertos. Na nova equipe de manutenção escolhida, sem embargo, constavam dois sargentos ligados aos antigolpistas, os quais deram sequência à sabotagem. Por precaução o grupo de sargentos prendeu os oficiais e garantiu, pelas armas, a aterrissagem de Goulart.[221]

---

[217] Citado em COSTA, José Caldas. **Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, p. 49/50 e SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder.** I – Os protagonistas. Tradução de Cláudia Schilling Sancho. São Paulo: Global, 1979, p. 87.

[218] A respeito do posicionamento do III Exército e o desenrolar dos acontecimentos e de que o golpe começava a deteriorar-se a partir do Rio Grande do Sul, consultar: SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 372 a 389.

[219] Entrevista concedida à autora em 22.07.2009, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

[220] CALDAS, José Caldas. **Op. cit.**, p. 61.

[221] PARUCKER, Paulo E. Castello. **Op. cit.**, p. 56.

Jango, depois que tomou posse, ficou sabendo que devia a vida aos praças e a Prestes de Paula. Mandou chamá-lo e se dispôs a ajudar os sargentos no que fosse preciso, mas Prestes em menos de três meses se desentendeu com o presidente. Jango, no entanto, continuou mantendo comunicação direta com os sargentos, conseguiu o apoio do Clube de Subtenentes e Sargentos e ofereceu a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) para eles lançarem suas candidaturas.[222]

Por outro lado, o presidente tinha poderes limitados e sua aproximação com os sargentos não era bem vista pela oposição civil e militar. O historiador Nelson Werneck Sodré assinala que a solução parlamentarista era uma forma das forças reacionárias ganharem tempo para se reorganizarem, quanto ao aparelho militar: estava abalado pela posição de oficiais que não se dispunham mais a obedecer aos golpes da cúpula, mas o que causava temor aos altos comandos era a posição dos sargentos.

> Durante toda a crise, nas três Forças Armadas, em episódios escandalosos, os sargentos, a que só se conferia o direito de cega obediência, e com muito mais fortes razões que aos oficiais, manifestaram a firme vontade de desobedecer, por terem entendido que obedecer, no caso, era ir contra o país e contra o povo.

Sodré aponta ainda, que a participação dos sargentos, que fora o novo nas Forças Armadas, ao invés de ser encarada como positiva e consciente, passou a ser um problema que teria que ser neutralizado.

> Sargento pensar, sargento estudar, sargento participar, sargentos ter direitos de julgamento parecem formas subversivas, a que era necessário atender de pronto, não no sentido de encaminhá-las, de colocá-las a serviço da estrutura militar do país, mas no sentido de reprimi-las, de vigiá-las, de considerá-las marginais e condenáveis.[223]

Ainda segundo o autor, os golpistas não foram punidos, permaneceram nas suas funções, os vencidos pareciam vencedores e os que haviam se posicionado pela legalidade passaram a ser perseguidos pela cúpula militar, sobretudo o quadro de sargentos.[224] Os sargentos, por seu lado, continuavam no processo de politização. O sargento Jacques D'Ornellas conta que havia repressão, mas eles tinham um trabalho consolidado, quando se candidatou para uma chapa nas eleições do clube e viajou como civil, sem autorização, para fazer campanha no nordeste, foi reconhecido e ficou preso durante vinte dias na Polícia do Exército, cumpriu a pena e depois continuou a campanha. O que queriam os sargentos?

---

[222] CALDAS, José Caldas. **Op. cit.**, p. 60/61.
[223] SODRÉ, Nelson Werneck. **Op. cit.**, p. 385.
[224] Ibidem.

> O que queríamos era apoiar as reformas de base do Jango, a reforma agrária, o controle da remessa de lucros, e ficar preso fazia parte do processo, se queríamos mudar o regime, e continuamos querendo, tínhamos que ficar presos, prejudicava as promoções, mas fazia parte.[225]

O movimento dos sargentos vinha se fortalecendo desde a participação na campanha da legalidade pela posse de Jango e, em 1962, lançou candidatos próprios para a Câmara Federal, às Assembléias Legislativas e às Câmaras de Vereadores. Os sargentos se candidataram, pois a Constituição Federal de 1946, no artigo 132, permitia o direito de voto, embora o artigo 138 restringisse. Na Guanabara, o sargento do Exército Antonio Garcia Filho foi eleito deputado federal e tomou posse. No Rio Grande do Sul, o sargento do Exército Almoré Zoch Cavalheiro, candidato a deputado estadual, e, em São Paulo, o sargento do Exército Edgar Nogueira Borges, candidato a vereador, foram eleitos e impedidos de tomar posse. Inicia-se então uma mobilização pela elegibilidade dos sargentos.

Em uma manifestação no Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários (IAPC), onde funcionava o Sindicato dos Comerciários, o subtenente do Exército Jelcy Rodrigues Corrêa, o mesmo que havia se pronunciado contra a tentativa de golpe em 1961, fora escolhido para o discurso não porque fosse bom orador, mas por ser o mais jovem subtenente das Forças Armadas, ser disciplinado e jamais ter sido punido. Segundo nos relatou: "Eu era disciplinado ao extremo. Eu gostava do Exército, eu adorava o Exército".[226]

O discurso denunciava que sabiam da preparação de um golpe, e avisava que os praças reagiriam e prenderiam os reacionários sob chicotadas. Também são feitas reivindicações de melhores salários, mas a tônica do manifesto são as frases contundentes: "[...] pegaremos em nossos instrumentos de trabalho e faremos as reformas juntamente com o povo, e lembrem-se os senhores reacionários de que o instrumento de trabalho do militar é o fuzil". O discurso prossegue afirmando "[...] que havíamos de salvar a pátria com sangue. Esses reacionários que matam o povo de fome. E que os sargentos eram o povo de farda".[227] E, como afirmava o sargento Jacques D'Ornellas, que o militar sabe quando quebra as regras e aceita a punição. Jelcy sabia que depois desse discurso seria preso. O ministro da Guerra Amaury Kruel o puniu com trinta dias de prisão: outros sargentos que também participaram da elaboração do discurso também foram presos e transferidos para diferentes regiões do país.

Enquanto aguardava-se a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), manifestos eram distribuídos. Um deles intitulando-se *Perguntas que sargentos fazem ao povo*, de 25 de

---

[225] Entrevista concedida à autora em 22.07.2009.
[226] Entrevista concedida à autora em 25.07.2009.
[227] COSTA, José Caldas. **Op. cit.**, p. 76/77 e PARUCKER, Paulo E. Castello. **Op. cit.**, p. 66.

agosto de 1963, questionava o porquê de eles não poderem exercer mandatos populares. Algumas das perguntas desse manifesto:

> Se os Tenentes, Capitães e Generais podem ser Deputados, por que os Sargentos não podem, se a Constituição determina que: "Todos são iguais perante a Lei"?
> Se vivemos em uma Democracia Representativa, por que não querem no Parlamento a presença de SARGENTOS, Operários, Camponeses e demais representantes do Povo? Ou o mandato legislativo é mais um privilégio de GENERAIS, Banqueiros e Fazendeiros?
> Os Sargentos não têm compromissos com a "Light", nem com a "Good-Year", nem com a "Bond and Share", nem com a "Sidney Ross". Será por isso que não querem Deputados-Sargentos?[228]

O documento cita o nome dos sargentos eleitos, indagando: se tudo foi feito de acordo com as leis vigentes, por que não podem mais ser deputados? "Será que as 'forças ocultas' estão preparando o GOLPE contra as liberdades democráticas?" Advertem que caso isso venha a acontecer iniciarão a marcha que fará retornar às jaulas os gorilas de todos os tipos.[229]

Sobre a resistência em aceitar que os sargentos se tornassem parlamentares, o sargento Darcy Rodrigues afirma que houve um mal-estar nas Forças Armadas em razão da condição de igualdade em que estariam sargentos e generais no parlamento, pois "[...] alguns generais detinham poder eletivo e se negavam a chamar os sargentos de excelência. Foi um trauma, todos os oficiais se negando a considerar um sargento excelência".[230]

Interessante notar que, no documento elaborado pelos sargentos, a luta que se travava está presente quando afirmam a igualdade perante a lei e o direito de serem os representantes do povo, e, ainda, nas palavras *sargentos* e *generais* que são grafadas em letras maiúsculas, colocando-os em um nível de igualdade. Apesar de toda a mobilização, a sentença do STF decidiu pelo impedimento de posse e inelegibilidade de suboficiais, sargentos e cabos.

2.2. A Revolta dos Sargentos de Brasília

Por que se revoltaram os sargentos? Por que era tão importante a questão da elegibilidade? Cabe também indagar o porquê da proibição das suas candidaturas. A maioria dos estudos sobre o período, ou mais especificamente das lutas sociais no início da década de 1960, citam a radicalidade do movimento como reação à decisão do STF, condenada muitas

[228] Anexo 398 – Coleção Brasil: Nunca Mais.
[229] Idem, ibidem.
[230] Entrevista concedida à autora em 06.09.2008.

vezes pelos próprios militares de esquerda ou nacionalistas, no entanto há sempre a lembrança da justeza da causa.

Sobre o movimento na documentação do BNM, consultou-se o processo que julgou os sublevados, do qual foi possível levantar alguns aspectos. No processo analisado, o BNM 140, iniciado no final de 1963, o movimento foi considerado como motim e revolta organizada por um grupo de sargentos que seriam os "cabeças", e o principal líder o sargento da Aeronáutica Prestes de Paula, sobre o qual recaiu toda a responsabilidade. Parucker, nos quatro processos que pesquisou, sendo um da Marinha (que também foi visto nesta pesquisa) sobre os marinheiros e a AMFNB, também aponta a mesma conclusão sobre como foi julgado o movimento. A Justiça Militar se negou a considerar um movimento político, considerando-o como crime militar.

Um dado importante apontado por Paulo Parucker são as reivindicações que os sargentos esperavam conseguir com os mandatos dos seus representantes. É uma longa lista de reivindicações, tanto internas, que iam do plano de carreira, códigos de disciplina, ingerência na vida civil, proibições que demarcavam a divisão social entre praças e oficiais, como externas, como os problemas nacionais – basicamente as reformas de base –, e aqui uma ambiguidade em relação aos acontecimentos desde 1961 com a defesa da legalidade.

Na campanha política do sargento Garcia Filho, em seus panfletos aparecia a afirmação: "sargento também é povo e garantia de legalidade". Em 1963, na campanha do sargento do Exército Edgar Nogueira Borges, o tom é outro e pede: "[...] 'a reforma da Constituição para as reformas de estrutura' aparecia – a 'R (sic) brasileira'. Assim mesmo, o 'R', como a escancarar o tabu construído em torno do indizível: a Revolução".[231]

Entretanto, o levante dos sargentos, para a maioria dos participantes, parece mais ligado à expectativa frustrada da impossibilidade da representação parlamentar, que era a forma pretendida para a resolução dos graves problemas que enfrentavam, mas note-se, parece, pois no que diz respeito às reivindicações externas, a ambiguidade permanece, como veremos em alguns depoimentos e documentos encontrados em poder dos revoltosos.

O movimento inicia-se na madrugada do dia em que chegou o resultado da decisão do STF, 11 para 12 de setembro de 1963. Os sargentos sob o comando de Prestes de Paula invadiram o setor de Material Bélico da Guarnição da Aeronáutica, prenderam os oficiais, deram ordens aos soldados e cabos para que se armassem e se colocassem sob seu comando. O movimento contou com a adesão da tropa da Marinha e foram ocupadas a Central

[231] PARUCKER, Paulo. **Op. cit.**, p. 103.

Telefônica e o Serviço de Patrulha do Departamento Federal de Segurança Pública. De posse das viaturas, obstruíram rodovias e prenderam um ministro do STF.[232]

No Termo de Inquirição de Testemunha, o ministro Victor Nunes Leal informou que um dos oficiais detidos na Base Aérea afirmara "[...] que os sublevados pretendiam tomar o poder e formar um governo popular nacionalista".[233] Vários oficiais declararam que ao serem presos o sargento Prestes de Paula lhes informara que se tratava de um movimento de âmbito nacional em repúdio à decisão do STF. O 1º tenente Ronan Gonçalves, da Guarnição da Aeronáutica, declarou que era o oficial do dia e que quando ia sair deparou-se com o sargento Prestes, armado de metralhadora, informando-o que:

> [...] toda a Base já estava tomada e sob seu comando [...] que tal movimento não era contra os oficiais, sentido-se deprimido em tomar aquela atitude; que o sargento Prestes convidou o depoente a ir preso para o cassino dos sargentos, ocasião em que acrescentou o referido sargento que esperava que não houvesse reação por parte do depoente, porquanto o movimento era 'para valer' e se necessário sacrificaria a própria vida; [...] o sargento Prestes reuniu todos os oficiais no cassino, a fim de prestar alguns esclarecimentos [...] o movimento era de âmbito nacional, como também visava a queda ou modificação do regime, como seja: substituição do Chefe da Nação, visto como o mesmo não atendia as reivindicações da classe, bem como seriam também feitos (sic) as substituições dos altos dirigentes da Nação, como também seria feita uma filtragem dos elementos que realmente atendessem os interesses do povo; [...].[234]

Nos mesmos termos se pronunciou o 1º tenente aviador Hermano Paes Vianna, que recebeu ordem de prisão do sargento Assunção, e quando tentou se levantar ouviu do sargento: "[...] não adianta reagir, tenente, trata-se de uma revolução dos sargentos em que a base já foi toda ocupada pelos mesmos, o oficial de dia preso, bem como o movimento é das três Forças Armadas e já eclodiu em todo o país; [...]".[235] O tenente ainda informou que diante de tal situação, estando presos também um major e um capitão do Exército, foi se entender com o sargento Maia alegando que pelo posto que ocupavam deveriam ficar presos em outro local que não o cassino dos sargentos. Depois de certa relutância foram transferidos para o cassino dos oficiais.

O capitão aviador Ivan Lateuil afirmou que o ministro Victor Nunes Leal tinha sido posto em liberdade pela manhã e o sargento Prestes disse que:

> [...] os oficiais teriam tratamento compatível com suas posições bem como seus familiares e perguntou se algum oficial tinha problemas em casa, permitindo em seguida, que o tenente Silveira fosse até sua residência dar

[232] BNM 140, fl. 5-6.
[233] BNM 140, fl. 75.
[234] BNM 140, fl. 783.
[235] BNM 140, fl. 786.

> assistência a esposa; o sargento Prestes ainda afirmou que desejavam um governo do povo, nacionalista e democrata; [...][236]

Outros oficiais também declararam ter recebido a mesma informação dos sargentos sobre os objetivos do movimento e que acreditaram que o movimento tendia a se arrefecer, mas com o tempo passando, e com os tanques do Exército se aproximando, formou-se uma comissão com o comandante do Exército, o tenente Ronan e o sargento Maia. Os rebelados aceitaram depor as armas, "[...] pois caso contrário o Exército marcharia e ocuparia a Base".[237]

O movimento não havia eclodido em todo o país, os comunicados que avisavam o início da revolta foram interceptados, sob várias versões: a de que o técnico civil, ao comunicar as unidades do país, também enviou para o Estado-Maior da Aeronáutica, ou que o operador emitiu em circuito fechado de modo a ser recebido pelo Gabinete do Ministro. O Batalhão da Guarda Presidencial do Exército também não aderiu, e ao final quase todos foram presos e enviados para o navio presídio Raul Soares, na baía de Guanabara.

Apesar de deixar claros os objetivos da revolta, a atitude de afirmar que não se tratava de insubordinação contra os superiores talvez possa explicar porque, depois de dominados, os oficiais que debelaram a sublevação não seguiram as ordens do Ministro Sylvio Motta, que enviou mensagem do Rio com o seguinte teor: "Agir com máxima violência. Retomada área alfa e Base Aérea. Não parlamentar. Quando entrar contato área alfa abrir fogo minha responsabilidade. Assinado Sylvio Motta".[238]

Em 13 de setembro de 1963 o tenente coronel aviador Mucio Scevola Ramos Scorzelli, encarregado do IPM, expediu um mandado de prisão contra 306 militares, 57 sargentos, 43 cabos e 206 soldados, sendo que 16 sargentos deveriam ficar incomunicáveis. Os denunciados foram incursos no artigo 130 do Código Penal Militar (CPM) pelo crime de motim e revolta.

No decorrer do processo, vários soldados e cabos alegaram que cumpriram ordens dos sargentos, pois ao chegarem à Guarnição encontravam vários oficiais presos, e se colocaram sob as ordens daqueles, e a defesa manteve essa linha de argumentação. A promotoria por seu lado argumentava que haviam participado das reuniões anteriores à revolta. Quanto aos organizadores, tidos como "cabeças", a defesa buscou outra estratégia, mostrando que a causa da revolta era a questão da elegibilidade, e todos já haviam sido punidos com a expulsão das Forças Armadas, e que já estavam no ano de 1964 e o governo de João Goulart deposto.

---

[236] BNM 140, fl. 811
[237] BNM 140, fl. 784.
[238] Citado no BNM 692, vol. 6, em PARUCKER, Paulo E. Castello. **Op. cit.**, p. 181.

> O problema da "elegibilidade dos sargentos" se achava tão amadurecido na consciência nacional que, vitoriosa a Revolução de 31 de Março, uma das primeiras preocupações do Excelentíssimo Senhor Presidente da República foi a de encaminhar ao Congresso no sentido da emenda à Constituição, na parte referente à inelegibilidade dos sargentos, a respeito da qual, ao contrário de outras emendas, não houve uma só vez em todo o país que se manifestasse contra e quase por unanimidade foi ela aprovada. Em outras palavras a causa que levou os sargentos a se levantarem em Brasília foi coroada de pleno êxito, como fruto da vitoriosa Revolução.[239]

Quanto ao sargento Prestes de Paula, a defesa pede que seja aceita pelo tribunal a incompetência da Justiça Militar, citando situação semelhante no caso Aragarças, em que o STF decidiu que: "Quando se trata de crime contra a ordem pública interna, o agente, ainda quando militar, fica sujeito à jurisdição comum, e não à castrense".[240] Portanto, o denunciado teria tentado provocar uma guerra civil para derrubar o governo, que efetivamente já foi deposto por um movimento armado vitorioso, por isso "[...] importa numa extinção da punibilidade, o que envolve verdadeira anistia. Desconhece-se na história política dos povos, a punição dos líderes de um movimento abortado, pelos chefes de um movimento posterior triunfante".[241]

A tentativa de dar um entendimento político da revolta é em vão, a Justiça Militar entende que o crime é militar, pois os réus pegaram em armas e prenderam seus superiores. O sargento Prestes de Paula foi condenado a 16 anos de reclusão, 3 sargentos a 12 anos, 7 sargentos a 10 anos, 12 sargentos a 3 anos e 31 sargentos foram absolvidos. Tanto a acusação quanto a defesa apelaram ao STM. A alegação de incompetência da Justiça Militar não cabia mais, pois a legislação já tinha mudado e os crimes contra a segurança nacional passaram a ser competência da Justiça Militar. Em 17 de novembro de 1965, o STM negou por unanimidade de votos a apelação da defesa, mantendo as sentenças condenatórias, e, também por unanimidade de votos, deu provimento à promotoria condenando a 10 anos de reclusão 7

[239] BNM 140, fl. s/n. Vol. 8. Após o golpe, depuradas as Forças Armadas com as milhares de cassações, muitas das reivindicações dos baixas patentes foram concedidas, assunto que será retomado no item sobre o golpe de Estado.

[240] BNM 140, fl. 2.276. O caso Aragarças foi uma tentativa de golpe de oficiais da Aeronáutica, contra o governo de Juscelino Kubitschek, em 1959, em que se tomaram três aviões C47 e pousaram no campo de Aragarças no estado de Goiás, e mais tarde rumaram para a serra do Cachimbo. O Serviço de Rádio da Fundação Brasil Central captou mensagem desses oficiais conclamando as Forças Armadas e o povo a aderir ao movimento. Sufocada a sublevação, o presidente da República afirmou que os oficiais responderiam por crime de sedição. Consultar: CARONE, Edgard. **A Quarta república (1945-1964).** São Paulo: Difel, 1980, p. 142-148.

[241] BNM 140, fl. 2.277.

sargentos que foram absolvidos em primeira instância; apenas um sargento teve a pena diminuída de 10 para 8 anos.[242]

Como se pode observar, a Justiça foi dura para com os sargentos. Anexada ao processo encontra-se a folha individual do sargento Prestes de Paula, na qual não consta nenhuma punição, ao contrário, apresenta vários elogios. Quanto ao caráter político do movimento negado pelos representantes da Justiça Militar, no BNM 692, acha-se anexado um extenso documento que fora encontrado pelas autoridades que o intitularam de *Plano de Ação Subversiva*, reproduzido no livro de Parucker.

Resumindo, o caráter do documento é nitidamente de esquerda e revolucionário, voltado para o que seria uma insurreição armada, com destaque para um Comando Militar Revolucionário. O texto poderia ser um esboço das primeiras medidas de um governo provisório, com abolição da hierarquia militar e formação de Forças Armadas Revolucionárias e Milícias Populares, controle absoluto sobre os sistemas de comunicação, controle do sistema bancário, criação de milícias camponesas e uma política para o campo, comércio e indústria, medidas para manter o abastecimento e evitar sabotagens, criação de um Comitê de Defesa da Revolução, e, caso houvesse invasão estrangeira, seria iniciada a luta de libertação nacional. É um extenso programa revolucionário, de cuja autoria não se ficou sabendo.

O movimento de sargentos, que teve o seu auge na luta pela legalidade e reivindicações próprias das questões militares no interior da instituição, como se vê, passou a lutar pelas mudanças das estruturas da sociedade. O episódio da revolta de Brasília não pode ser associado diretamente aos propósitos desse documento, realmente o que movia a maioria daqueles militares girava em torno da elegibilidade dos sargentos. Mesmo que essas idéias estivessem ligadas mais às lideranças e o pessoal mais ativo nas associações, elas já faziam parte do ideário dos militares de esquerda e rompia os limites da legalidade, apesar de buscarem a participação política dentro dos marcos institucionais. E são algumas dessas idéias e propósitos que estarão presentes nos programas das organizações da esquerda armada, após o golpe, portanto não se pode atribuir essa opção como apenas uma reação ao regime militar, havia um projeto revolucionário que é anterior ao golpe.

A respeito da precipitação da revolta, segundo o sargento do Exército Amadeu Felipe da Luz Ferreira, ligado ao PCB, que foi a Brasília alguns dias antes conversar com Prestes de Paula, havia um clima de agitação entre os sargentos de que se houvesse impedimento de

[242] BNM 140, fl. 2.375-2.376. Alguns ministros que votaram as sentenças: general Olympio Mourão Filho, major brigadeiro Grun Moss, general Pery Bevilaqua, general Syseno Sarmento, general Augusto Fragoso.

posse dos sargentos haveria uma movimentação armada. De acordo com ele, Prestes de Paula concordou que o movimento poderia ser sufocado pela dificuldade de respaldo em todo o país, no entanto, ele afirmara que:

> O clima não é mais político, é mais emocional, ninguém segura mais ninguém. [...] Prestes diz que 'não tem mais jeito, ou fazem comigo, ou fazem sem mim. Então, faço junto'. O partido como fica nessa situação? O partido nessa situação diz, olha se você não pode evitar o movimento então participe. Não vamos desmoralizar toda uma liderança dos sargentos.[243]

O levante, que durou cerca de 12 horas e foi sufocado por tropas do Exército, gerou reações de apoio de toda a esquerda e dos movimentos de militares. No mesmo dia, suboficiais, sargentos, cabos, soldados, taifeiros e civis do Parque da Aeronáutica de São Paulo assinam o documento *À nação brasileira* enfatizando que: "Como nossa Carta Magna diz, são elegíveis todos os alistáveis e nós, Sargentos, somos eleitores, foi-nos negado o direito sagrado de escolhermos os representantes de classe".[244] Informam que decidiram em assembléia prestar solidariedade aos rebelados de Brasília, que se valeram de meios não pacíficos para lutar pelo direito de levarem ao Congresso os representantes do povo. Sobre a decisão do STF o manifesto afirma:

> Declaramo-nos contrários aos juízes que, usando de arma poderosa que é o Judiciário, no seu Supremo Tribunal Federal, julgaram desonestamente, quiçá, comprados pelo Poder Econômico com medo da ida dos Sargentos para postos do Governo, [...] Negando tal direito ao Sargento, foi negado ao operário, ao camponês, ao estudante e aos trabalhadores em geral, o direito de levar ao Congresso os legítimos representantes do Povo Brasileiro, permitindo, assim, somente ao Poder Econômico legislar em causa própria. [...] conclamamos assim a todos os brasileiros em todos os setores da Nação, a empunharem armas para juntos num só coração, defendermos os direitos de sermos livres e respeitados, [...][245]

O jornal *Novos Rumos*, do PCB, exibia a manchete "Os sargentos são nossos irmãos". Francisco Julião, em *A Liga*, afirmava "[...] os rígidos preceitos militares estão sendo quebrados, desmoralizados pelos soldados, que, sentindo-se povo, já não aceitam a condição histórica de instrumentos do antipovo".[246] O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) também publicaram em nota conjunta o apoio aos sargentos.

---

[243] Entrevista concedida a Marcelo Ridenti, na cidade de Londrina/PR. Coleção Militância Política e Luta Armada. Arquivo/AEL. Mesmo que os dois sargentos tivessem ligação com o PCB, nada indica que o partido tivesse alguma ascendência sobre aquele movimento. A pesquisa de Paulo Parucker também aponta nesse sentido, não só do PCB, como também de nenhum outro partido.

[244] Anexo 361 – Coleção Brasil: Nunca Mais.

[245] Idem, ibidem.

[246] Citações em FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004, p. 196.

Por último, sobre a resistência em aceitar que sargentos se candidatassem, além do trauma já lembrado pelo sargento Darcy Rodrigues de se aceitar que sargentos e generais estivessem em posição de igualdade na política, há um outro fator: os sargentos não recebiam votos só de militares, a votação expressiva do sargento Garcia Filho à frente do general Juarez Távora indicava um apoio popular. Entretanto, depois do levante, com centenas de militares presos, o movimento teve um recuo, e um outro passa a ganhar destaque, o dos marinheiros.

2.3. O movimento dos marinheiros

Fundada pelos marinheiros em 25 de março de 1962, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), além da luta pelos direitos civis, reivindicava o fim dos castigos humilhantes e um tratamento mais humano. Na associação sempre se alternaram duas correntes: uma de conciliação e outra de combatividade. A primeira procurava um relacionamento de colaboração com os oficiais e a segunda era mais independente.

No início a associação desempenhou uma função assistencialista, mas, a partir da segunda diretoria, mantendo contatos com a UNE e com sindicatos, tornou-se mais política, passando a pleitear o reconhecimento do Ministério da Marinha. A dificuldade de conseguir a aceitação do Estado Maior da Armada no encaminhamento dos problemas, o não reconhecimento da entidade pelo Almirantado e a perseguição às suas lideranças levaram os marinheiros à politização e a serem mais combativos.

A maioria dos filiados constituía-se de jovens mais propensos às novas idéias e chocados com a realidade da vida nos navios, muito diferente da expectativa que tinham quando ingressaram na Escola de Aprendizes de Marinheiro.[247]

Em outubro de 1963, com a prisão de seu presidente e vice, José Anselmo dos Santos e Avelino Bioen Capitani, respectivamente, o jornal *A Tribuna do Mar* chamava a atenção para o papel do militar na sociedade.

> [...] é indispensável modificar este velho ponto de vista do 'militar disciplinado' e alheio aos problemas de sua pátria, porque os problemas dela são os de seus pais e irmãos. [...] o militar tem que estar atento a todos estes, do contrário ficará relegado a simples objeto de opressão de seu povo, do contrário o militar continuará sempre tendo suas ações limitadas por esse

[247] CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 29 a 31.

> pensamento belicista e retrógrado. Devemos ou não lutar contra essa dominação de nossa consciência?[248]

O ministério da Marinha num ofício do ministro almirante Sylvio Motta já tinha declarado a ilegalidade da AMFNB pelo uso da palavra "classe" nos seus estatutos e no seu título: *Órgão de Representação Social das Classes*, e cita o artigo 3º dos Estatutos Militares que diz:

> [...] os membros das Forças Armadas não constituem casta social mas formam uma classe especial, una e indivisível de servidores da Pátria, denominada a classe dos militares. [...] Assim, a disposição estatutária acima referida atenta também contra a disciplina porque autoriza militares das mais baixas graduações a tratarem coletivamente de assuntos de natureza ideológica e política; o que são impedidos de fazer a bordo de navios, ou nos quartéis pelas leis e regulamentos militares [...].[249]

O embate entre a Marinha e a AMFNB dar-se-á na comemoração do segundo aniversário da entidade, na última semana de março de 1964. A assembléia comemorativa realizada no Sindicato dos Metalúrgicos acaba sendo transformada em uma manifestação; o Corpo de Fuzileiros enviados para reprimir a assembléia depõe as armas e a ela adere. Por outro lado, os marinheiros que estavam embarcados no cruzador Tamandaré ficam sabendo do ocorrido e decidem se dirigir ao sindicato para se unirem aos colegas. Os oficiais do navio impedem a saída dos marinheiros. No sindicato chega a notícia de que os dirigentes da Associação foram presos, pois a assembléia havia sido proibida pelo ministro Sylvio Mota e, mais, marinheiros estão sendo presos nos navios e outros, quando se encaminhavam para lá, foram alvejados por tiros de metralhadoras vindos do Ministério da Marinha. Diante do ocorrido os marinheiros declaram-se em assembleia permanente até que sejam reconhecidos pela Marinha e os companheiros soltos.

A assembleia também contava com a presença de João Cândido, líder da Revolta da Chibata de 1910. A emoção tomou conta quando João Cândido discursou, lembrando que, se quisessem negociar, precisavam conhecer a história de traição que tinha vivido: negociaram com o almirantado que garantiu atender as reivindicações e que podiam voltar aos seus postos e não sofreriam represálias, mas o que aconteceu foi que "[...] eu passei três anos na enxovia da Ilha das Cobras, que vocês sabem onde é, porque é embaixo do mar. E, se vocês querem negociar, vocês tem de saber dessa história. Essa gente trai até Jesus Cristo".[250]

---

[248] Citado em RODRIGUES, Flávio Luís. A revolta dos marinheiros de 1964. Uma história mal contada. In: SILVA, Marcos (Org.) **Brasil, 1964/1968: A ditadura já era ditadura**. São Paulo: LCTE Editora, 2006, p. 47.
[249] Citado em RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do mar.** p. 90.
[250] COSTA, José Caldas. **Op. cit.**, p. 90.

Decididos a permanecer em vigília, receberam a solidariedade de políticos, sindicalistas, gente do povo que se dirigia ao sindicato levando alimentos suficientes para vários dias. No dia seguinte houve mais conflitos entre oficiais que tentavam em vão impedir que mais marinheiros se dirigissem ao sindicato e aderissem ao movimento.

Com a crise instalada, o ministro da Marinha se demite e o presidente Goulart negocia e manda soltar as lideranças da prisão. Os marinheiros são levados ao Batalhão de Guarda do Exército e depois libertados; na volta à Associação encontram os almirantes Cândido de Aragão e Pedro Paulo de Araújo Suzano, que tinham ido prestar solidariedade. Os marinheiros saem em passeata de comemoração carregando os almirantes nos ombros. O presidente nomeia como ministro o almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, que tinha a confiança dos marinheiros. Todos foram anistiados, pois o novo ministro afirmara que a rebeldia dos marinheiros era resultado das arbitrariedades dos oficiais e iriam ter igual tratamento: almirantes e marinheiros seriam todos punidos ou todos anistiados.

A anistia para os marinheiros duraria pouco tempo. Avelino Capitani, um dos dirigentes que estava preso, afirma que em virtude daqueles acontecimentos no sindicato, o clima era tenso entre oficiais e praças e com a atitude que tivera os fuzileiros concretizara-se a unidade dos soldados do mar e da terra.

> A hierarquia fora rompida oficialmente, a rebelião estava caracterizada. As idéias da associação haviam penetrado profundamente na tropa de elite do Corpo de Fuzileiros Navais. Esse fato deu mais ânimo e confiança aos marinheiros rebelados e abalaram profundamente a estrutura, a hierarquia da Marinha.[251]

A organização dos processos instaurados em 1964 contra militares mostra que a maioria recaiu sobre os integrantes da Marinha, mesmo tendo um contingente menor que o Exército. A explicação é que "[...] onde melhor penetraram a propaganda e mobilizações em defesa das chamadas Reformas de Base, durante o Governo Goulart foi a Marinha, particularmente pela ação da AMFNB, em aparente desafio a dispositivos retrógrados dos códigos de disciplina militar".[252]

Sobre o movimento dos marinheiros foram analisados dois processos. O BNM 508, que apura as atividades da Associação, com 60 marinheiros e fuzileiros indiciados e 22

---

[251] CAPITANI, Avelino. **Op. cit.**, p. 69. Sobre esses abalos da estrutura hierárquica é importante a ponderação de Nelson Werneck Sodré, pois o que estava acontecendo nas associações de marinheiros já vinha acontecendo *"[...] desde 1954: as reuniões francamente subversivas realizadas nas associações de oficiais, por exemplo, onde se pregava abertamente a subversão da ordem e a deposição da autoridade máxima do presidente da República [...] aceitar que a indisciplina pertenceu apenas aos escalões inferiores, antes daquele ato de força, [o golpe militar] é contrariar a verdade de maneira frontal."* SODRÉ, N.W. **Op. cit.**, p. 393 e 395.

[252] BNM. **Perfil dos atingidos**, p. 123.

denunciados, entre esses oito que mais tarde fariam parte da luta armada. O outro escolhido foi o BNM 639, contra os marinheiros do cruzador Tamandaré que tentaram deixar o navio para aderirem à rebelião nos últimos dias de março, também acusados de sabotagem, na tentativa de impedir a movimentação da nau quando os comandantes apoiaram a deposição do presidente João Goulart. Neste processo aparecem dois marinheiros que participariam da luta armada e que foram assassinados, Edson Neves Quaresma e Edson Aquino Duarte.

No BNM 508 são denunciados todos os diretores, membros do Conselho Deliberativo e sócios destacados que participaram da AMFNB, principalmente em 1963 e 1964; são acusados de indisciplina, desrespeito aos cânones hierárquicos e por ligações com sindicatos, fazendo agitação comuno-sindical. A associação teria se tornado nociva às instituições e à disciplina militar. Assim se pronunciou o Ministério Público: "A Associação promoveu ampla agitação nos meios marinheiros, aliou-se à CGT, PUA e quantas siglas comuno-anarquistas existiram. Promoveu atos isolados e coletivos, ensinou comunismo, doutrinou comunismo, incentivou a indisciplina [...]".[253]

Os interrogatórios foram feitos com base em um questionário único com cinquenta questões[254]. Tenta-se por meio de esclarecimentos detalhados atribuir a culpa, não só pela participação e motivações de associação, mas também sobre o que pensavam a respeito de questões políticas nacionais e internacionais. Ao contar sua história de luta no movimento dos marinheiros, Antonio Duarte lembra que aos soldados era proibido discutir religião ou política. No entanto, na prática a consciência política se formava. Anos depois, quando presos e julgados, a promotoria preocupava-se com os pensamentos que haviam expressado nos interrogatórios apontando os desejos de mudança e democratização das Forças Armadas. "Precavia-se claramente em atribuir aos soldados qualquer direito de pensar. Era um crime pensar. Fomos condenados pela nossa consciência!".[255]

Chama a atenção o esforço para incriminar os depoentes e a forma como chegam a certas conclusões nos relatórios e informes. Num deles sobre o cabo Adilson Aquilino consta: "Sempre foi bom elemento a bordo. Trabalhador, cumpridor de seus deveres, excelente apresentação pessoal, o que não surpreende, pois elementos assim é que são justamente utilizados pelos admiradores da confusão, para melhor defenderem suas causas [...]".[256] Outra acusação que recaiu sobre vários réus foi a de antiamericanismo. Citarei apenas uma a título de ilustração. O marinheiro Edson Neves Quaresma foi: "Apontado como incentivador ativo

[253] BNM 508, fl. 395.
[254] Reproduzido as três páginas nos anexos da tese.
[255] DUARTE, Antonio. **A luta dos marinheiros**. Rio de Janeiro: Inverta, 2005, p. 324.
[256] BNM 508, fl. 62.

da AMFNB a bordo e pregador de idéias antiamericanas. Exercia atividades no Serviço Social da AMNFB, [...] é quase certo ser comunista".[257]

Como afirmava Antonio Duarte, a preocupação era com os pensamentos expressados; nesse sentido, é interessante a forma como se esquivou o mesmo marinheiro Edson Quaresma às perguntas que podiam incriminá-lo:

> Perguntado qual o regime político de sua preferência, se democracia, ditadura ou monarquia, respondeu que se fosse cidadão brasileiro, isto é, tivesse direito de voto, o regime que melhor se adaptasse à época era o que escolheria. No entanto, sendo militar, o seu regime é o regime vigente. Perguntado qual o regime que na sua opinião melhor se adaptaria ao Brasil, e que escolheria, se tivesse direito a voto e não fosse militar, respondeu não poder escolher o regime porque não possue (sic) ainda conhecimentos suficientes para poder decidir com consciência. Perguntado qual o atual regime de governo do Brasil, respondeu que nosso regime era o democrático, com um presidente eleito pelo povo e que não tem conhecimento de ter havido mudança de regime. Perguntado como surgiu o Presidente atual e quem é ele, respondeu que o marechal Castelo Branco é o atual presidente, segundo informações dadas ao povo brasileiro pelos meios de divulgação de notícias existentes e que não sabe dizer como surgiu na Presidência. Perguntado se considera o marechal Castelo Branco como Presidente da República e, portanto, Presidente de todos os brasileiros, respondeu que como militar tem o dever de aceitar qualquer comunicação feita oficialmente. [...] Perguntado qual a diferença entre regime democrático e o regime comunista, respondeu que não tem conhecimentos políticos para responder.[258]

Sobre as pessoas que estiveram no sindicato, civis, militares, e o que disseram, ele também conseguiu não identificá-los, afirmando que estava num local pouco privilegiado e que não conseguia enxergar as pessoas. O réu pode até não ter convencido, ao contrário poderia até irritar os interrogadores, mas o que se percebe é o grau de minúcias a que chegavam. Por meio desses interrogatórios também é possível entender as dificuldades e motivações iniciais para se associarem. O cabo Manuel Oliveira afirmou que entrou para a Associação "[...] porque tem uma filha de cerca de um ano e que desejava dar-lhe assistência, e que a Assistência Médico Social da Armada não poderia valer nesse caso, pois não é casado, [...] que ouvia falar que a Associação dava assistência médica e escolas [...][259]

Havia ainda duas perguntas que interessavam sobremaneira os interrogadores. A primeira era saber se os depoentes assistiram ao filme *O encouraçado Potemkin* exibido na sede da AMFNB. A maioria respondeu que não, e outros parecendo até desconhecer o interesse sobre essa informação, afirmavam que não foram porque tiveram outros

[257] BNM 508, fl. 109-110.
[258] BNM 508, fl. 121-122.
[259] BNM 508, fl. 176. Um dos grandes problemas dos praças era este: como não podiam se casar legalmente, suas famílias não tinham direito aos benefícios; mesmo em caso de morte, os dependentes não recebiam nenhum tipo de pensão.

compromissos ou estavam de serviço. A outra pergunta era porque os marinheiros começaram a chorar durante a rebelião no sindicato? Todos responderam praticamente da mesma forma, como afirmado pelo cabo Manuel Oliveira: "[...] que atribui o choro dos marinheiros à atitude dos oficiais que metralharam marinheiros no pátio do Ministério – este choro aconteceu quando foi divulgada aquela notícia [...]".[260]

Havia uma dificuldade para se qualificar as condutas dos marinheiros como passíveis de condenação, e a procuradoria reconhece que considerar os fatos isolados pode parecer que se agiu com excesso de rigor. Decide-se então tomá-los em seu conjunto.

> [...] os fatos apontados exaustivamente devem ser tomados em seu conjunto, unificados pelo mesmo liame psicológico [...] O que se observa é a atuação de vários elementos nocivos, congregados na cúpula da malsinada AMFNB, uma palavra aqui, um artigo ali, um panfleto acolá, um boato alhures. Discursos inflamados, ostentando uma falsa bandeira de direitos imaginários e pregando a luta contra opressões também imaginárias, reduzidos seus protagonistas a pequenas peças que são movidas e tranqüilamente eliminadas, chegada a hora, segundo as conveniências da cúpula maior, ambiciosa, cruel e criminosa... [...].[261]

Dos 22 denunciados, 5 foram absolvidos e, levando em consideração que os réus já receberam condenação em outros processos, os demais tiveram a pena de três anos de reclusão, e um único réu a pena de dois anos e seis meses, incursos no artigo 134 do CPM, pelo incitamento à indisciplina.

Quanto ao processo dos marinheiros do cruzador Tamandaré, o comando instaura um inquérito no qual são indiciados 22 marinheiros e mais 26 que foram desembarcados por não inspirarem confiança, pois eram simpáticos ao governo deposto e foi observado que estavam inconformados com a "revolução". Outro agravante: o jornal predileto da maioria era o *Última Hora*. No relatório sobre os acontecimentos de 26 de março a 3 de abril de 1964, aparecem referências às informações anteriores que o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) teria sobre os integrantes da AMFNB. Nas informações sobre o marinheiro Paulo Alves Conserva, além da observação de que ele pregava o antiamericanismo, consta que:

> Incluído na relação do Ofício 0447 como elemento atuante a bordo; sofreu doutrinação comunista por parte do 2º Ten Perro [?] Costa, fichado no

[260] BNM 508, fl. 178. O interesse da pergunta sobre o motivo do choro também pode ser relativo à adesão dos fuzileiros que foram reprimir os revoltosos. Os marinheiros eram muito jovens e, segundo consta, havia um clima emocional muito forte. O sargento Amadeu Felipe relatou que: *[...] os marinheiros começaram a chamar, aos gritos, os fuzileiros pelo nome: Fuzileiro também é marinheiro, estamos lutando pela nossa dignidade. [...] Um fuzileiro pegou o capacete e a arma, jogou no chão e pulou o alambrado para ficar junto com os marinheiros. E começaram a pular vários. Foram às centenas para dentro. Eles ficaram chorando. Olha, foi uma das cenas mais bonitas de solidariedade política que já vi em minha vida. Eles jogavam as armas e os capacetes no chão chorando, pulavam a cerca e iam se juntar aos marinheiros".* COSTA, José Caldas. **Op. cit.**, p. 90.

[261] BNM 508, fl 1.011.

> Cenimar como autor do manifesto subversivo em 1963; comprometido profundamente com a AMFNB. Conforme informação do CENIMAR: o CB Anselmo, em portaria o nomeou para Delegado Geral no CL Tamandaré; em referência a essa portaria comunicou por ofício ao CB Anselmo ter assumido a função e envia relação de subdelegados nomeados por ele; distribuía panfletos anônimos a bordo, mantinha intensa correspondência com a AMFNB e com os subdelegados do CL Tamandaré.[262]

Por vezes apareceu nos informes sobre os marinheiros a afirmação de que negavam alguma acusação, no entanto o Cenimar teria informação contrária e ficava provada a culpa. Quanto aos fatos ocorridos no cruzador, o Relatório do encarregado do IPM capitão de fragata Francisco Octavio Jardim de Bulhões Sayão faz críticas ao Alto Comando Naval, que não evitou o ocorrido na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. Quando o primeiro grupo de fuzileiros aderiu ao movimento, segundo o relatório demorou-se muito para dissolver a reunião dos marinheiros, até que chegou a contraordem do gabinete do ministro. Tudo era acompanhado pelos televisores e rádios, criando reação de solidariedade. Nos dias seguintes:

> Os marinheiros se consideravam completamente vitoriosos, uma vez que tinham sido atendidos em todas as pretensões apresentadas pelos colegas reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos, sem que nada lhes acontecesse (obtiveram anistia geral, antes mesmo de haverem sido julgados ou punidos, conseguiram demitir o Ministro da Marinha e o retorno dos ex-Almirantes Aragão e Suzano, assim como promessa de processo para os que atiraram sobre os marinheiros naquela manhã do dia 27).[263]

Na defesa dos marinheiros é alegado que não tinham a intenção de se amotinaram, mas sim prestarem solidariedade aos colegas. "No caso dominou a incerteza sobre o que de melhor fazer, se acompanhar ou abandonar os colegas à própria sorte. Optaram pelo que melhor lhes pareceu, embora tal conduta hoje por mera circunstância esteja dando causa a este e outros processos".[264] Argumenta ainda que sequer chegaram a deixar o local de serviço e nem cometeram atos de rebeldia contra seus superiores.

Ao final a sentença condena 14 marinheiros à pena de cinco anos e três são absolvidos por não se encontrarem no cruzador à época dos acontecimentos, entre eles Edson Neves Quaresma, que estava na reunião no sindicato e já fora condenado em outros dois processos. A procuradoria ainda apela contra a absolvição de Edson Quaresma, a defesa também apela contra as condenações, mas o STM nega ambas, mantendo as sentenças.

---

[262] BNM 639, fl.198. O que causa estranheza neste relatório é a referência do Cenimar ao 1ª classe Anselmo como "CB Anselmo", pois, quando se trata destes detalhes com referência às patentes nos documentos, os militares são muito cuidadosos e dificilmente errariam.
[263] BNM 639, fl. 740.
[264] BNM 639, fl. 1093.

O cabo Pedro França Viegas que colaborava no jornal da Associação foi condenado pelos artigos que escrevia. No seu livro *Trajetória rebelde* afirma que em conversas com o advogado Modesto da Silveira já sabiam que era um jogo de cartas marcadas, as autoridades navais condenavam de maneira exemplar, quanto menor a graduação do suposto infrator, maior seria a pena.

> Se este artigo escalonava, pelo grau de responsabilidade, de dois a cinco anos de prisão, o mais graduado tomaria dois anos e o menos graduado, cinco. A questão era política e o determinante seria o exemplo. Era preciso deixar claro o exemplo para os subalternos que ficaram e para os que viriam, a fim de que rebeliões como a dos marinheiros não voltassem a se repetir.[265]

Paulo Schilling, que acompanhou os eventos no Sindicato dos Metalúrgicos, conta de forma apaixonada a solidariedade de classes aos marinheiros, segundo ele a cena dos fuzileiros se unindo aos sublevados era digna das câmaras de um Eisenstein. A reunião de comemoração contava com estudantes, operários, deputados, camponeses, intelectuais, havia "o cheiro de Revolução no ar", um cheiro de "*soviet* de soldados e operários", o que causava tanto temor na oficialidade. Mesmo que tenha sido por um momento, a fagulha que risca o céu de que fala o filósofo Walter Benjamin. Vale a citação de Schilling:

> Na noite de quinta-feira ninguém dormiu. A solidariedade popular para com os marinheiros aumentava de hora em hora. Sacos de arroz, feijão, de açúcar, café, pão e queijo eram enviados para alimentar os marinheiros rebeldes. Por toda a parte, improvisavam-se coletas. Um grupo de mil portuários, agrupados fora do sindicato, simbolizava a solidariedade da classe operária. Solidariedade que chegava em forma de telegramas de todos os pontos do país. A Nação inteira tomou partido naquele momento: os humildes ao lado dos marinheiros; os poderosos, contra.[266]

2.4. O golpe de Estado

Antes de terminar o mês de março, ainda havia um outro aniversário, o do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército, e os suboficiais e praças resolveram homenagear o presidente Goulart organizando a comemoração no Automóvel Clube do Rio de Janeiro. Apesar da tensão existente, Jango comparece e, no seu discurso, pede aos

> [...] senhores sargentos, que constituem um dos alicerces da nossa estrutura militar, a minha palavra, e meu apelo, é para que os sargentos brasileiros continuem cada vez mais unidos, cada vez mais disciplinados naquela disciplina consciente, fundada no respeito recíproco entre comandantes e comandados. [...] os sargentos jamais aceitarão sectarismos partam de onde

[265] VIEGAS, Pedro. **Trajetória rebelde.** São Paulo: Cortez, 2004, p. 27.
[266] SCHILLING, Paulo. **Como se coloca a direita no poder.** II – Os acontecimentos. , p. 62.

> partirem, porque o caminho que lhes é traçado é o caminho que me foi traçado também.[267]

Para se entender o processo e significado das lutas dos militares, iniciado no pré-64 e depois contra o regime militar, é importante registrar que todos se dispuseram e se preparam para resistir ao golpe. No Exército, o general Luiz Tavares da Cunha Melo, comandante da 1ª Divisão de Infantaria de Niterói, organizou uma brigada para enfrentar a tropa que vinha de Minas Gerais. Quando o grupamento do general Mourão aproximava-se do Vale do Paraibuna, ficaram parados embaixo da torre do Paraibuna. Segundo o sargento Amadeu Felipe, eles não podiam andar e temiam ser atacados, estavam sem munição, pois os sargentos de Juiz de Fora haviam feito um boicote tirando toda a munição.[268]

O sargento do Exército José Araújo da Nóbrega, que servia numa unidade no bairro da Lapa em São Paulo, conta que: "[...] vieram várias unidades do Rio que iam combater o III Exército. Essas tropas ficavam acantonadas no meu quartel e fizemos sabotagens nos tanques; atendendo o chamamento do Brizola pela rádio Guaíba, colocávamos açúcar no lugar do combustível".[269] Da mesma forma, na Aeronáutica, os pilotos que estavam nos aviões da base de Santa Cruz fazem contato com o brigadeiro Francisco Teixeira e pedem autorização para lançar bombas no grupamento do general Mourão, mas ele afirma que precisa esperar ordem do presidente.

Em São Paulo, o sargento Darcy Rodrigues estava no 4º RI, grupo tático do II Exército, e relata que:

> No golpe eu desço com as tropas para o sul, nós ainda não tínhamos uma visão absoluta do que ia acontecer. Achamos que ia haver uma resistência, como em 1961, por parte do III Exército. Chegamos a esboçar um tipo de posição, e se houver resistência? Aquele pessoal do sul está defendendo a Constituição. E o nosso juramento à bandeira? Nós juramos defender os poderes constituídos, a ordem, a lei, e o que estamos fazendo? Estamos depondo um presidente, não estamos cumprindo uma das partes do nosso juramento que é defender os poderes constituídos, não estamos defendo a ordem, estamos invertendo a situação de mando do país, estamos contrariando toda a definição constitucional do país, e, se nós estamos participando de um grupamento que está indo para o sul e que pode encontrar uma reação, nada mais justo do que aderirmos a essa reação.[270]

Essa decisão já tinha sido discutida pelos sargentos do 4º RI. Na noite anterior houve uma reunião, com cerca de 40 sargentos, no ginásio do Ibirapuera e foi acertado que, se

---

[267] Citado em FICO, Carlos. **Op. cit.**, p. 319-320.
[268] COSTA, José Caldas. **Op. cit.** p. 94.
[269] Entrevista concedida à autora em 18.10.2008.
[270] Entrevista concedida à autora em 06.09.2008.

houvesse resistência, iriam aderir. Conforme explica Darcy "[...] não houve resistência. A situação se consolida e o golpe é vencedor".[271]

Para os militares que vinham se organizando nas suas associações, apoiavam abertamente o governo e as reformas de base, a resistência ao golpe era algo natural, esperavam repetir o movimento de 1961; por outro lado, se resistissem teriam uma chance de saírem vencedores, pois, se o golpe se concretizasse, sabiam que eles não seriam perdoados pelos vencedores. Além da preocupação em relação à categoria, estavam envolvidos numa luta política mais ampla. Apesar de todas as possibilidades existentes, na opinião dos militares, e da disposição, a resistência não aconteceu, o I Exército, que deveria combater, aderiu aos golpistas e marchou sobre o Rio de Janeiro, da mesma maneira que o II Exército e a Polícia Militar (PM) paulista marcharam sobre o Rio. Era 1º de abril e o golpe de Estado se concretizou.

O golpe civil-militar causou uma enorme perplexidade em toda a esquerda, a mobilização pelas reformas de base, o ascenso dos movimentos populares e estudantis, o desejo de mudar o mundo, a política e a participação passaram a ser ações proibidas.

O jornalista Flávio Tavares, que trabalhava no jornal *Última Hora*, o único que apoiava o governo, na entrevista ao cineasta Silvio Da-Rin para o documentário *Hércules 56*, também publicado em livro, declara que a sua geração, a do pós-Segunda Guerra Mundial, tinha como horizonte a mobilização social, o ideal de liberdade e democracia e se empenhava na campanha pelas reformas. Esse movimento foi barrado pelo golpe, aquela geração foi quebrada e se sentia diante de um obstáculo, e o que se seguiu deixava-o completamente aterrado, e Flávio não fala só da repressão, mas da "deterioração moral dos políticos", algo que o quebrou eticamente, pois esses políticos assumiam prazerosamente o lugar de suplentes dos deputados cassados e se compunham com aqueles que tinham cassado seus companheiros. Considera sua opção pela luta armada como uma reação moral contra a obscuridade que o golpe impingia, esse mundo não era mais possível e a guerrilha era o caminho natural.[272]

Para os participantes dos movimentos de militares, o golpe representou mais que um rompimento na mobilização e participação política, seguiu-se um processo de cassações e prisões em todas as Forças. Na Marinha cerca de mil e quinhentos marinheiros são expulsos, incluindo todos os dirigentes da AMFNB e os vinte e seis fuzileiros que aderiram à revolta de

[271] Idem, ibidem.
[272] Da-Rin, Silvio. **Hércules 56 – O seqüestro do embaixador americano em 1969**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008, p. 148-149.

26 de março. A Associação desaparecia e a sua diretoria entrava para a clandestinidade, passando a integrar as organizações armadas.

O brasilianista Alfred Stepan, no seu estudo sobre os militares, assinala que em 11 de abril de 1964 foram expulsos do Exército 122 oficiais e durante o decorrer do ano as expulsões continuaram, muitos oficiais foram pressionados a saírem da ativa, sendo advertidos que jamais receberiam uma promoção pela falta de empenho "revolucionário" demonstrado por ocasião do golpe.[273]

Maria Helena Moreira Alves aponta que os expurgos nas Forças Armadas que ocorreram logo após o golpe tinham o objetivo de afastar os militares democratas e nacionalistas que poderiam opor-se à repressão que se intensificaria e aos acordos privilegiando empresas multinacionais. O maior número de expurgos ocorreu no Exército, justamente a Força que poderia impor maior oposição ao poder estabelecido. Os sargentos que haviam enfrentado os conspiradores também foram duramente reprimidos.[274]

No que diz respeito ao nosso trabalho, o importante é destacar que a participação política dos militares de esquerda não pode ser considerada uma consequência direta do golpe civil-militar. Não há como negar que os movimentos dos militares de baixa patente causavam temor na alta oficialidade, o contato que o presidente estabelecia com os sargentos e marinheiros gerava um descontentamento e abalava os pilares da disciplina e hierarquia. A quebra da hierarquia era sentida não somente nas Forças Armadas, mas por setores dominantes da sociedade, com o crescimento da participação popular.

O que se questiona são análises que reduzem o golpe a uma crise militar. Um exemplo é a abordagem do jornalista Elio Gaspari, no primeiro livro de uma série sobre o regime militar, *A ditadura envergonhada*, que considera o golpe uma ação militar, fruto de uma conspiração, descartando fatores relevantes como o papel das classes médias, do empresariado, dos meios de comunicação, da influência externa, a polarização entre socialismo e capitalismo.[275] Mesmo que fossemos considerar somente o aspecto militar, ainda assim não seria uma reação ao movimento dos subalternos. O general de divisão Octávio Costa lembra que desde que o vice João Goulart assumiu,

> [...] inauguramos aquele parlamentarismo capenga, que pouco durou, e a frustração militar tornou-se evidente. Veio para livrar a cara dos chefes militares, mas estes saíram do episódio bastante machucados. Então, de certa maneira, 64 é a continuação de 61. Além de estar relacionada com toda aquela

[273] STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Tradução de Ítalo Tronca, Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 162.
[274] ALVES, Maria Helena Moreira. **Op. cit.**, p. 78.
[275] GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2004, p. 50 a 53.

> preparação militar contra essa nova forma de ameaça, a guerra interna, 1964 era uma resposta a 1961. [...] O movimento militar de 64 teve duas características básicas: foi a revanche de 61 e também da doutrinação político-militar contra-revolucionária.[276]

O sociólogo Florestan Fernandes, quando analisa a natureza das ditaduras militares, referindo-se aos anos 60, afirma que elas não são decorrência da modernização dos exércitos e nem decisão dos militares em função de interesses próprios às Forças Armadas. A irrupção desses golpes militares na América Latina, e sobretudo no Brasil, surge "como um mecanismo de autodefesa política de uma complexa situação de interesses criada pelo capitalismo dependente, num período de reorganização na América Latina".[277] Segundo o autor, as sociedades capitalistas fazem uso político das forças militares transformando-as em "braço armado da burguesia". Aponta ainda "[...] que, de 1930 a 1965, os países latino-americanos sofreram cento e um golpes militares de estado com êxito".[278]

Os militares que tomaram o poder impuseram uma concepção militar de desenvolvimento com segurança, submeteram as outras camadas sociais, inclusive o parlamento e a justiça. Na sua essência o regime torna-se uma ditadura de classe, colocando-se ao lado e como agentes dos interesses capitalistas das classes dominantes, impondo a força e a violência e eliminando sistematicamente a oposição. De acordo com o autor, "[...] convertendo-se na mão armada de uma tirania de classe, os militares cometeram traição nacional. [...] os 'homens de farda' são unicamente variações de outros homens das mesmas classes".[279]

Suzeley Mathias, em seu estudo sobre a ocupação de cargos na administração pública pelos militares no pós-64, assinala que as Forças Armadas se apresentavam como um governo civil, argumentando que o presidente ocupava o posto como qualquer cidadão brasileiro e que o fato de ser marechal ou general não caracterizava um regime militar. A elite fardada passou a ocupar cargos, no lugar dos civis, nos mais diversos escalões governamentais. A autora aponta, ainda, um aspecto importante e particular na conduta dos militares:

> [...] para não caracterizar o regime político brasileiro como castrense, os generais e marechais presidentes se trajavam à paisana, ao ocupar a Presidência da República, ao contrário de outros países com regimes

---

[276] D'ARAUJO, Maria Celina. et alii (Orgs.) **Op. cit.**, p. 84. As memórias dos militares sobre o golpe mostram uma preocupação com os movimentos dos subalternos; pode-se considerar que estes teriam sido o pretexto que desencadeou o golpe que já vinha sendo preparado.
[277] FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado**. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1977, p. 105.
[278] Idem, ibidem, p. 104.
[279] Idem, ibidem, p. 110-111.

> semelhantes, onde o uniforme militar sempre se fez presente na pessoa do chefe de Estado".[280]

Apesar da aparente tentativa de se desvincular da marca castrense, a militarização do Estado dá-se em composição com as classes dominantes. Da mesma forma que a alta oficialidade não tolerava os movimentos dos subalternos, considerando-os como indisciplina e quebra da hierarquia, também os setores das classes dominantes consideravam como desordem as lutas populares pelas reformas de base.

O que se pretende argumentar com essas observações é que as manifestações dos sargentos e dos marinheiros, bem como a dos oficiais nacionalistas e legalistas, inserem-se num movimento mais amplo de lutas sociais e disputa pelo poder político-econômico, tencionado pela Guerra Fria. Os golpistas civis e militares podiam ter como justificativa e interpretação que as reformas democráticas eram geradoras de desordem e caos social e que não podiam ser toleradas, pois colocavam em risco a própria democracia, levando-os a aceitarem o golpe de Estado. Entretanto, para um estudo que pretenda entender o significado histórico das lutas sociais, aceitar tal argumento implica em culpar esses sujeitos sociais pela violência que sofreram, afinal eles teriam radicalizado, excedendo-se nas suas reivindicações.[281]

Na análise sobre os marinheiros e o golpe de 64, Flávio Luís Rodrigues argumenta que a AMFNB sempre apoiou as reformas pretendidas por Jango, não fazia sentido que a Associação apoiasse um governo que desejava minar as forças. Sobre a complexidade dos acontecimentos referentes ao movimento dos marinheiros, o historiador e militar Nelson Werneck Sodré assinala que a disciplina e a hierarquia não estavam sendo cumpridas pelos oficiais, que se insubordinavam contra as atitudes do governo, e se as reivindicações dos marinheiros fossem atendidas o problema não teria se agravado, não se podia exigir disciplina somente dos subalternos. Segundo Sodré:

> O mais grave, porém, aquilo que a análise desapaixonada não pode ignorar, é que a disciplina é inteiriça: não há uma disciplina para oficiais e outra para marinheiros; não há uma disciplina para superiores, e outra para inferiores. E a disciplina nas Forças Armadas, e na Marinha, portanto, vinha sendo ferida, e

---

[280] MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação 1963-1990**. São Paulo: Unesp/Fapesp, 2003, p. 16.

[281] Em 1978, no ensaio "A concepção reacionária do radicalismo", Florestan Fernandes afirma que é preciso lutar contra as idéias conservadoras que continuam a definir o que é radicalismo e a tratá-lo como caso de polícia, porque estaria impedindo os caminhos democráticos. *"Que democracia é essa que tem medo do radicalismo inerente à participação popular, à objetividade das ciências sociais ou ao civismo típico das classes trabalhadoras? Os estratos mais obscurantistas da burguesia e seus porta-vozes no governo ditatorial defendem seus interesses de classe quando associam o radicalismo a riscos potenciais de desestabilização política [...]".* FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980, p. 132.

> especialmente por oficiais, e os mais graduados, os mais responsáveis, pelos seus postos, em episódios numerosos [...].[282]

Os estudos de Florestan Fernandes nos ajudam a entender o porquê dessa tentativa de ampliação do espaço democrático ter sido impedida. De acordo com o autor, durante a década de 60, a crise do poder burguês decorrente da crise de adaptação às novas condições econômicas do "[...] desenvolvimento capitalista induzido de fora e amplamente regulado ou acelerado a partir de fora",[283] leva, em 1964, as elites das classes possuidoras – econômicas, militares, políticas, judiciárias, culturais, religiosas – a se unificarem e terem no Estado nacional o espaço para seus fins particulares e privados.

Essa tomada do Estado, excluindo a participação popular, segundo Florestan Fernandes pode-se classificar como uma autocracia burguesa. As grandes corporações instalam-se no país e as economias centrais impõem a necessidade de estabilidade econômica nos países da periferia pró-capitalistas e a repressão a protestos contra a ordem econômica, social e política sob o lema "desenvolvimento com segurança".[284] As lutas sociais dos anos 60 e as estratégias dos grupos esquerdistas que atuaram naqueles anos, sobretudo os movimentos de sargentos e marinheiros e tudo o que se seguiu, vieram no bojo da legitimidade dessas lutas e não podem ser tidas como causa de um golpe de Estado.

---

[282] SODRÉ, Nelson Werneck. **Op. cit.**, p. 393.
[283] FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil.** 5ª edição, São Paulo: Globo, 2006, p. 308.
[284] Idem, ibidem, p. 298 e 313. Para uma análise sobre a ideologia desse modelo de desenvolvimento de capitalismo associado e dependente, consultar: RAGO, Antonio Filho. **A ideologia 1964: os gestores do capital atrófico.** São Paulo: Tese de doutorado em História, PUC/SP, 1998.

3. O engajamento na luta armada

No final da década de 1950 e início da de 1960, os militares de baixa patente, por meio de suas associações, experimentam uma nova conscientização e participação política e passam da luta pelos interesses imediatos para questões de interesses nacionais, como as reformas de base. Historicamente eram destratados e desprezados pelos superiores e desencantados com a dura realidade da vida militar que, inicialmente, significara uma alternativa de sobrevivência e ascensão social. Esse momento de efervescência política, em que frequentavam suas organizações, participavam ativamente e tinham reconhecimento de setores da sociedade e de autoridades, como o próprio presidente da república, a quem tinham garantido a posse em 1961, isso tudo revestia de sentido e importância as vidas dos marinheiros e dos sargentos. Vivenciavam um período de experiências novas e de contatos com estudantes, sindicalistas, movimentos como o das Ligas Camponesas, formaram grupos de estudo, em que tomaram contato com obras de Marx, Lênin, Celso Furtado, Josué de Castro, Otávio Ianni, discutiam os filmes que a UNE exibia nas associações, editavam jornais e revistas.

O significado de poder atuar como sujeito histórico marcará a vida desses personagens. O golpe sem resistência, a frustração de não terem realizado a missão militar a que se julgavam destinados e a perseguição que se segue, levarão principalmente aqueles que já tinham uma conscientização a reagirem atacando a ditadura.

O sargento Darcy Rodrigues relata a indignação que sentiu e que o fez insubordinar-se após o golpe.

> Nos primeiros dias de abril foi feito o chamado desfile da vitória do 4º RI, eu tive que participar do desfile da vitória contra a Constituição, contra o presidente da república, contra as leis constitucionais, imagina o que eu estava sentindo. O segundo tenente Luciano Nogueira, por orientação superior, disse que ia sentar-se ao meu lado, me aborreci, pois já estava sendo vigiado. Encostei a cabeça no banco e fingi que dormia durante todo o desfile. Isso foi uma ofensa extraordinária para esse tenente, porque eu não tinha interesse em participar do desfile cívico[285].

Darcy Rodrigues foi preso com cerca de trinta sargentos, mandados para o navio Raul Soares, em Santos. Do 4º RI, também foram presos o tenente Altair Lucchesi e o capitão Julio Ximenes. Mesmo com as cassações, prisões e perseguições que se seguiram, continuaram a se reunir. Alguns setores, de grupos que surgiram antes do golpe, achavam que a luta corporativa por mudanças nos estatutos "[...] não podia gerar um movimento que pudesse ser um aríete no

[285] Entrevista concedida à autora em 06.09.2008.

poder, que golpeasse o poder realmente".[286] Ainda, segundo Darcy, com o descontentamento pela derrota surgem lideranças que se reuniam separadas daquele movimento de massas anterior, para discutir o Brasil, as conjunturas locais, regionais e internacionais e pensar o que fazer para melhorar a situação do país.

Portanto, a participação nos grupos armados será um movimento de continuidade das lutas iniciadas no pré-64, lembrando que já não é mais todo aquele movimento de massas anterior que foi rompido com o golpe. Os militares que participaram da luta armada vêm desses movimentos e organização dentro das instituições militares, muitos influenciados pelo PCB, e começam a se articular em reuniões e contatos com militares que ainda se encontravam na ativa.

Mesmo que a grande maioria dos militares expulsos não tenha aderido às organizações armadas, os que aderiram o fizeram logo após o golpe. Sobre essa questão é importante observar a entrevista que nos concedeu Pedro Lobo de Oliveira, sargento da Força Pública de São Paulo, cassado em 1964. Perguntado sobre quando se deu sua opção pela luta armada e quem o teria levado, ele afirma:

> Ninguém, fui eu mesmo, eu e o pessoal militar, os sargentos, os que foram atingidos, caso do Onofre; quando eu saí, em 1964, já havia um entrosamento entre os sargentos da PM, do Exército, da Aeronáutica, os civis, a gente já defendia a linha da luta armada, e passamos a dar início à preparação para a resistência armada, só que não tínhamos nada, nem experiência, nem fuzil, nos reuníamos no mato. [...] Eu levava um fuzil CFO velho, e fomos nos organizando, quando se tinha um revólver, guardava, pensando na luta armada. Tinha uma espingarda, guardava. Ideologicamente, já estávamos canalizados para a luta armada [287].

Marcelo Ridenti, no seu livro *O fantasma da revolução brasileira*, quando analisa a participação de militares de baixa patente nas organizações armadas, aponta que, com o golpe de 1964, os militares de baixa patente insubordinados sofreram perseguição implacável dos vencedores. Foram presos, julgados e expulsos das Forças Armadas. Somente algumas dezenas desses militares subalternos, cerca de 3% de um total de 10,9% de militares processados, viriam a se envolver com a luta armada no fim da década de 1960 e início da de 1970.[288] Outro grupo de militares que também aderiu à luta armada permaneceu nas Forças Armadas após o golpe, e só as deixou anos mais tarde na condição de desertores.

Portanto, a participação de militares nas organizações armadas numericamente não foi alta, 3,5% do total de denunciados nos processos da Justiça Militar pertenciam a essa

[286] Idem, ibidem.
[287] Entrevista concedida à autora em 15.03.2008.
[288] RIDENTI, Marcelo. **Op. cit.,** p. 210/211.

categoria, mas, por outro lado, qualitativamente foi relevante. Esses militares não pertenceram a um grupo específico, atuaram em diferentes organizações também compostas por civis, embora em algumas delas predominassem militantes oriundos das Forças Armadas.

Sobre a importância da participação de militantes oriundos das Forças Armadas no projeto de luta armada, citamos dois exemplos encontrados na análise da historiografia. O primeiro refere-se à Política Operária (Polop), organização que já atuava no pré-64 e após o golpe passou a recrutar militares de baixa patente para organizar a revolução e realizar treinamentos militares com membros da extinta Associação de Cabos e Marinheiros. Para a Polop era importante incorporar as lutas dos militares do pré-64 dando continuidade ao seu papel estratégico na revolução. No seu programa, deixa clara a importância de retomar essa luta.

> Os soldados, cabos e marinheiros das camadas pobres da população, podem ser ganhos para a Frente dos Trabalhadores. A ascensão política do povo brasileiro, nos anos anteriores ao golpe, mostrou como esses setores podem ser ganhos para a luta de classes, juntando-se aos operários e cindindo horizontalmente o aparelho de repressão das classes dominantes. Exatamente por trabalharem sob a disciplina dos guardiões armados do regime, a propaganda revolucionária entre soldados e marinheiros tem a grande importância de minar as bases dos instrumentos materiais da opressão política.[289]

O segundo é a declaração do guerrilheiro Amadeu Rocha, participante e comandante urbano da guerrilha de Caparaó, que aponta a importância dos militares "em qualquer processo revolucionário". Ele observa o grande número de generais cassados em 1964, e que, durante a repressão à guerrilha na serra de Caparaó, não foi permitido que os paraquedistas saltassem por receio de que aderissem ao movimento.

> Um dos grandes erros da esquerda brasileira sempre foi o de não levar em consideração a importância dos militares no processo revolucionário. Eu acho que a origem social deles merece um estudo à parte. Se nós analisarmos os sargentos, vamos observar que a totalidade é de origem operária e camponesa, e muitos dos oficiais da classe média [...] o mais importante é aproveitar o fato de que eles comandam as tropas.[290]

Em artigo sobre a VPR, João Quartim de Moraes também lembra a importante participação de militares na guerrilha urbana a partir de 1968, afirmando que dentre os militantes que pegaram em armas encontravam-se sargentos, marinheiros revolucionários, militares oriundos do PCB ou da esquerda nacionalista perseguidos pelo governo militar que

---

[289] MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs.) **História do marxismo no Brasil: partidos e organizações políticas dos anos 1920 aos 1960**. Campinas: Editora Unicamp, 2007, vol. 5, p. 208.
[290] REBELLO, Gilson. **A guerrilha de Caparaó**. São Paulo: Alfa Omega, 1980, p. 185.

assumiu o poder após o golpe de 1964. Segundo o autor, esses militares dissidentes foram duramente punidos, principalmente por sua origem humilde e "[...] por terem abalado os fundamentos da disciplina e da hierarquia [...]".[291]

Considerados insignificantes subalternos, segundo o almirantado, mais que indisciplina, haviam cometido crimes. Muitos deles estariam mais tarde à frente do movimento de luta armada e a maioria seria morta na tortura. Ainda sobre a VPR, Quartim ressalta que o ex-sargento Onofre Pinto, o 'homem forte' da organização, é pouco conhecido, pois enquanto Lamarca, merecidamente homenageado como o 'capitão da guerrilha', ainda estava no quartel, mas já ligado à organização, Onofre, como comandante, já havia realizado audaciosas ações, como o ataque ao QG do II Exército, atuando ao lado de José Raimundo da Costa, um ex-marinheiro.[292]

A relevância da participação de militares nos grupos armados também é apontada por Edgard Carone quando escreve sobre os militares que deixaram o MNR após o fracasso de Caparaó e se juntaram a intelectuais formando a VPR, privilegiando uma prática de ação

> [...] porque sendo militares pensam mais em termos de sua experiência, que é a de uma estrutura de combate segundo os moldes do Exército. A sua maneira de se organizar é extremamente rígida, extremamente disciplinada. [...] O trabalho do capitão Lamarca no IV Regimento de Infantaria em Quitaúna (SP), quando abandona o quartel conduzindo companheiros e armas, ou quando funda a escola de treinamento de guerrilheiros, no Vale do Ribeira, são dois exemplos da decisão e da organização da VPR nos anos de 1968 a 1970.[293]

3.1. O nacionalismo revolucionário (MR26, MNR, MAR e RAN)

O movimento dos militares em defesa da posse de Jango havia elevado a auto-estima dos subalternos, os quais após o golpe eram o grupo que se mostrava mais inconformado. Começaram a se reorganizar a partir de contatos com Leonel Brizola que se encontrava exilado no Uruguai. O marinheiro Amarantho Rodrigues que também se exilou no Uruguai conta que houve uma possibilidade de conseguir uma bolsa de estudos, mas ele não quis, pois desejava voltar ao Brasil, achava que a ditadura não ia cair tão cedo; e, mais, no contato que

---

[291] MORAES, João Quartim. VPR: Os leninistas e os outros. In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (Orgs.) **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 228.
[292] Idem, ibidem.
[293] CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1964-1984).** São Paulo: Difel, 1984, p.15.

tinha com estudantes no Uruguai, estes não entendiam o golpe sem resistência e diziam: "'brasileiro é muito carneirinho, aceitam tudo', e realmente aquilo doía".[294]

A primeira tentativa armada ocorre em 26 de março de 1965, comandada pelo coronel do Exército Jefferson Cardim de Alencar Osório e pelo sargento Alberi Vieira dos Santos, que havia deixado a Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Com um pelotão de vinte homens tomou um quartel da cidade de Três Passos e depois a Rádio Difusora da mesma cidade. O coronel Cardim fez um pronunciamento informando à população que o grupo desejava restituir a democracia e o poder constituído que fora usurpado, e agiam em nome dos ideais nacionalistas. Com o armamento conseguido rumaram para a cidade de Tenente Portela.

Quem conta esses episódios é um dos remanescentes desse grupo, Valdetar Antonio Dorneles, para o livro *Confidências de um guerrilheiro*, de Teobaldo Branco. Segundo ele, o grupo guerrilheiro acreditava que ia acontecer um levante de 80 corporações pelo Brasil, o pessoal que aderiu acreditava que a sob a liderança de Leonel Brizola a reação iria partir do Sul. "Quando o coronel contou que era a revolução do Brizola, todo mundo se empolgou para ir junto".[295] No dia do levante houve uma ação sem retorno, pois eles aguardavam uma senha que foi captada pela rádio Guaíba de um comando nacional de que a "Operação Touro Preto" deveria entrar em ação. Logo depois que haviam saído, chegou uma mensagem que tudo deveria ser suspenso, pois a inteligência do Exército descobrira o plano e já havia efetuado prisões; no entanto, já era tarde, o levante já se iniciara e prosseguem.

O coronel Cardim pensava em conseguir chegar até o Mato Grosso e tomar a Base Aérea de Campo Grande para se juntar com forças sob o comando do ex-coronel da Aeronáutica Emanuel Nicoll, e que ainda teriam adesões ao longo do percurso. Chegam até o Paraná, onde são presos. Apesar de se intitularem um grupo revolucionário, os objetivos eram restituir a democracia e a volta do presidente João Goulart e de Brizola.

Antonio Roberto Espinosa, militante da VPR e VAR-Palmares, afirma que em 1964 o capitão Lamarca estava no sul e iria participar dessa tentativa guerrilheira do coronel Cardim. Segundo ele: "[...] seriam três focos guerrilheiros. O Lamarca estaria num deles, acabou não saindo e não foi detectado [...] O Lamarca ficou girando pelo sul do país, Santa Catarina, pelo exército".[296]

---

[294] Entrevista concedida à autora em 23.07.2009.
[295] BRANCO, Teobaldo. **Confidências de um guerrilheiro.** Caxias do Sul: Maneco, 2008, p. 83.
[296] Entrevista concedida a Marcelo Ridenti em Osasco/SP. Coleção Militância Política e Luta Armada/Arquivo AEL.

No BNM 231, processo do Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26) em conjunto com a Frente de Libertação Nacional (FLN), aparece um participante do levante do coronel Cardim, Adamastor Antonio Bonilha. Já pertencendo ao MR-26, foi denunciado, mas no processo não consta que tenha sido militar, a profissão declarada é a de portuário, mas no livro de Teobaldo Branco é citado como major. É acusado de ligação com a FLN do major Joaquim Pires Cerveira, também denunciado neste processo, mas que teve o processo suspenso por ter saído no sequestro do embaixador da Alemanha feito pela VPR e ALN. O MR-26 foi criado em 1966 em homenagem à coluna guerrilheira do coronel Cardim iniciada em 26 de março de 1965. Consta nesse processo que o grupo teria sido fundado sob a orientação de Adamastor Bonilha, e os grupos MR-26 e FLN tentaram uma frustrada ação conjunta à agência do Banco do Brasil de Telêmaco Borba, no Paraná[297].

Sobre o major Adamastor Bonilha, o procurador Alceu Alves dos Santos declarou:

> Este acusado é também altamente perigoso e reincidente, pois, como se vê, já foi condenado a pena de quatro anos de reclusão, como incurso no art. 22, inciso IV, da Lei nº 1802/53, isso porque integrava a guerrilha chefiada pelo ex-coronel Cardim. Violou as condições para a liberdade condicional em que se encontrava, envolvendo-se em novas atividades subversivas, daí que deixasse de ser considerada a pena que lhe foi imposta. É apontado como um dos mais destacados integrantes do grupo subversivo "26 de Março". Esta procuradoria solicita que seja condenado à pena de três (3) anos de reclusão, como infrator do art. 36, do Dec. Lei 314/67, com as alterações do Dec. Lei 510/69.[298]

O artigo 36 refere-se ao crime de filiar ou constituir organização armada ou não, com finalidade combativa. A única prova apresentada foi apenas a declaração de outro réu, e Adamastor Bonilha foi absolvido. Por último nesse processo, ainda, é citado o tenente João de Deus Gasso como pertencente ao MR-26.

O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR)

O nacionalismo revolucionário dos militares vai encontrar sua expressão no MNR, formado basicamente por militares cassados. Em São Paulo o grupo era dirigido pelo sargento Onofre Pinto, que recrutava o pessoal e enviava para Montevidéu e de lá iam fazer treinamento em Cuba. No Rio de Janeiro os marinheiros Edson Neves Quaresma, Cláudio Ribeiro de Souza, Antonio Geraldo da Costa, Antonio Duarte, atuantes na AMFNB e depois expulsos da Marinha, também estavam se reorganizando. Depois do fracasso da coluna do

[297] BNM 231, fl. 147.
[298] BNM 231, fl. 450-451.

coronel Cardim, o MNR estava precisando de ânimo.[299] Começam os preparativos para iniciarem a guerrilha de Caparaó.

Paulo Schilling, apoiava o movimento, e conta que muitas das armas transportadas para a serra eram da época anterior ao golpe, retiradas dos quartéis pelos sargentos para a resistência. O movimento contava com sargentos, marinheiros, alguns retornados do treinamento em Cuba, participavam também alguns civis, tinha o comando de Leonel Brizola no exterior, e o sargento Amadeu Felipe e o subtenente Jelcy Côrrea estavam no comando militar. Avelino Capitani era um dos que tinham voltado de Cuba e percebiam que em Caparaó nem a teoria do foco guerrilheiro estava sendo seguida, não tinham movimentação, nem contato com o povo local. Havia aprendido em Cuba que o apoio do camponês é essencial para o êxito da guerrilha. Os armamentos também eram precários, tentou contato com os camponeses e se decepcionou, ele que tinha conhecido a Revolução Cubana. "Não havia na alma daqueles homens da roça nenhum ranço de resistência, alguma revolta, alguma reivindicação. Era um conformismo total".[300]

Em abril de 1967, os últimos integrantes do grupo que ainda permaneciam na área são presos pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Caparaó se explica pela ânsia de se insistir na luta, de um grupo de ex-militares que representavam a repressão do Estado contra o povo, eram subalternos das Forças Armadas, tornaram-se dissidentes e foram para o mato instalar um foco guerrilheiro, que era uma continuação do movimento dos sargentos. Caparaó: de uma pequena chama que queria mostrar que havia gente lutando, só teve uma dimensão com a divulgação do movimento: "Caparaó, cresceu na queda", frase do sargento Jacques D'Ornellas, que não foi preso, pois não se encontrava na região quando foram descobertos. O movimento que era praticamente desconhecido ganhou as manchetes da imprensa brasileira.

Na Justiça Militar foi instaurado um único processo, o BNM 24, em que são denunciados 18 réus, 13 ex-militares e cinco civis. Apesar de ainda haver, nesse período, a possibilidade de *habeas corpus*, todos os pedidos feitos pelos advogados de defesa são negados por unanimidade de votos. Ao final há duas absolvições e os demais são condenados, sendo que as penas maiores são para os civis Leonel Brizola, julgado à revelia e condenado a 11 anos, e o professor Bayard Demaria Boiteux, condenado a 10 anos, por serem os comandantes do movimento; para os restantes as penas variam de dois a sete anos de prisão.

---

[299] DUARTE, Antonio. **Op. cit.**, 77 a 80.
[300] Citado em COSTA, José Caldas. **Op. cit.**, p. 152.

Em todos os processos estudados encontram-se sempre as denúncias da defesa quanto às irregularidades processuais. Neste BNM 24 não é diferente, há as alegações de incomunicabilidade dos réus e a forma de se invocar as leis feitas pela procuradoria.

O advogado Oswaldo Ferreira de Mendonça alegou que os réus foram incursos no artigo 23 do Decreto Lei 317/67, que dispunha o seguinte: "Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva", com penas que variam de dois a quatro anos. Mas a procuradoria recapitulou para o artigo 22, que tinha redação semelhante mas com penas de quatro a 12 anos, sem que a defesa tivesse conhecimento e tempo para preparar sua arguição. E mais, de acordo com o artigo 228 do Código de Justiça Militar, isto redundaria em nulidade do processo.

O fato de os réus terem pertencido às Forças Armadas também foi razão invocada como agravante. Um dos motivos para o não relaxamento da prisão foi a decisão do Conselho Especial de Justiça, que levou em consideração a periculosidade dos denunciados e entre outras acusações:

> Considerando a periculosidade dos acusados; [...] Considerando que consta dos autos a íntima ligação dos mesmos com agentes subversivos localizados no estrangeiro; [...] Considerando que a maioria é composta de militares expurgados das Forças Armadas; [...] Resolve, por maioria de quatro votos contra um, indeferir o pedido de relaxamento de prisão [...].[301]

Também o procurador Joaquim Simões de Faria Filho argumentou que os réus são confessos, com maior ou menor participação pretendiam como guerrilheiros a tomada do poder pela ação armada, e são "quase todos excluídos das Forças Armadas".[302]

Por outro lado, nesse processo percebe-se um tratamento diferenciado dado aos presos se compararmos aos processos instaurados nos anos posteriores, da mesma forma que não se encontrou denúncias de tortura.[303] Há o caso do coronel da PMMG Jacinto F. do Amaral Melo, que teria sido censurado por ter cumprimentado os prisioneiros[304], e que respondeu da seguinte maneira:

> Que nesta oportunidade o depoente faz questão de frisar que aprendeu com seus progenitores a tratar com bondade e a respeitar os seres humanos e que,

[301] BNM 24, fl. 978.
[302] BNM 24, fl. 1164.
[303] O fato de não haver denúncia de torturas não quer dizer que não tenha ocorrido, pois na maioria das vezes os presos não denunciavam; no caso deste processo, há declarações dos militantes no livro, já citado, de José Caldas da Costa sobre a guerrilha de Caparaó, de que realmente não foram torturados fisicamente, havendo mais uma pressão psicológica. Também obtive essa informação nas entrevistas com três dos participantes desse movimento.
[304] Por esse tratamento cortês o coronel teria caído em desgraça, segundo relato do livro: REBELLO, Gilson. **Op. cit.,** p. 109. Segundo nos informou em entrevista o subtenente Jelcy Côrrea, o coronel era legalista e simpático ao governo de Juscelino Kubistchek.

> como autoridade policial militar, também tem a obrigação e o dever de tratar da maneira já referida a todos os prisioneiros que se acham sob sua guarda ou custódia; que o depoente estranhou a sua não convocação para aquela reunião em que foram debatidos os problemas da operação Caparaó; que não somente Amadeu Felipe, mas também todos os prisioneiros que passaram pela unidade do depoente, se comportaram com dignidade [...].[305]

Entre os militares da guerrilha de Caparaó havia o capitão do Exército Juarez Alberto Souza Moreira, e, como já vimos desde o movimento dos sargentos de Brasília, mesmo para os presos se respeita a hierarquia militar. Neste processo há um documento do advogado apresentado em uma sessão do Conselho da Auditoria da 4ª Região Militar pedindo, entre outras providências, em relação ao fato de: "Apesar de oficial, o capitão supramencionado tem sido Revistado por sargento, tido alimentação idêntica à dos soldados, sido conduzido, ALGEMADO, para as sessões do Conselho por 2º tenente, o que pode ser observado neste momento [...]".[306]

O MNR ainda continuaria em São Paulo. Vários marinheiros saem do Rio de Janeiro e vão para esse estado. Em 1968 tentam se rearticular, mas já sem a colaboração de Brizola. Flávio Tavares que pertenceu ao grupo afirma que com a queda de Caparaó, Brizola abandonou totalmente, pois sempre acreditou mais numa sublevação dos quartéis, mas era uma fase encerrada. Flávio Tavares passaria, então, para outro grupo surgido no presídio Lemos de Brito.[307] Alguns remanescentes do MNR foram para o exílio e o restante para outras organizações armadas que estavam surgindo.

O Movimento da Ação Revolucionária (MAR)

O MAR surgiu em 1968 a partir de um grupo de marinheiros presos na penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, que cumpriam pena pela participação na AMFNB e também o sargento Prestes de Paula, líder da revolta dos Sargentos, preso desde 1963. O grupo já vinha articulando uma maneira de fugir, quando no final de 1968 são soltos José Duarte dos Santos e Pedro Viegas. Contavam ainda com a participação de estagiários do curso de Direito que trabalhavam no presídio, do jornalista Flávio Tavares e de um grupo de trabalhadores do sindicato dos Transportes, conhecido como "Grupo Malet", nome do bairro onde morava o chefe desse grupo. Para a fuga em maio de 1969 receberam ajuda em armas do

[305] BNM 24, fl. 1017.
[306] BNM 24, fl. 1031. No processo não há nenhuma referência a que tenho sido tomada alguma providência em relação ao pedido do advogado de defesa.
[307] DA RIN, Silvio. **Op. cit.**, p. 154-155.

capitão Lamarca, também fizeram alguns assaltos a bancos para conseguirem organizar a fuga.

O processo BNM 414 de 1969 permite entender como vinha se organizando o sistema carcerário para manter os presos políticos, que trabalhavam no setor administrativo e tinham contato com estagiários; com a ajuda deles e dos militantes que estavam fora da prisão, conseguem fugir pela porta da frente. O processo apura as circunstâncias da fuga a partir da prisão de alguns estagiários e militantes fugitivos que foram presos posteriormente.

São denunciados 8 militares, um civil e uma funcionária da penitenciária, acusados de organizarem uma célula comunista na tentativa de reorganização do Partido Comunista dissolvido por disposição legal. No Auto de Perguntas ao Indiciado, o marinheiro José Duarte afirma que alguns dos condenados não tinham saída juridicamente: "Marcos, Prestes, Duarte e Capitani, todos condenados e sem chance de libertação nos próximos dez anos; que a opção de luta armada vinha de há muito tempo desde o "Processo dos Marinheiros", desde Caparaó e que a guerrilha estava sempre em pauta".[308] Sobre a acusação de tentarem reorganizar o Partido Comunista e perguntado se admitiam ser de esquerda, respondeu que não são comunistas e "se consideram revolucionários nacionalistas brasileiros".

O interrogatório prossegue insistindo em descobrir os propósitos políticos do grupo. O interrogado afirma que o esquema de assaltos a bancos visava buscar meios para lutar contra o governo; "[...] que a ideia de derrubar o governo era anterior a 63/64. Perguntado se esperam como bloco independente crescer para tomar conta do Brasil, respondeu que sim, que esperavam, mas agora não esperam mais, pois foram derrotados [...]".[309]

Os autos do processo dão conta que Marcos Antonio era o chefe do grupo e conversava bastante com o estagiário Sérgio Lúcio e incentivava-o a se dedicar à causa dos militares e presos comuns. O contato entre os estagiários e os presos se estreitou porque os funcionários pouco trabalhavam, ficando o trabalho a cargo dos estagiários. O contato de fora era o "Dr. Falcão", codinome de Flávio Tavares. Participou também, da ALN, o marinheiro Antonio Geraldo da Costa, que veio de São Paulo para ajudar os companheiros do tempo da Associação, e as armas utilizadas nos assaltos foram fornecidas por Lamarca. As armas que possibilitaram a fuga entraram por meio de uma funcionária, apesar de que não havia revista na entrada. Os presos militares tinham trânsito livre pelo Instituto Médico Penal e pela Divisão Legal que faziam parte do Complexo Penitenciário Frei Caneca.[310]

[308] BNM 414, fl. 301.
[309] BNM 414, fl. 306.
[310] BNM 414, fl. 344 a 355.

No Termo de Inquirição de Indiciado de Pedro Viegas, pode-se perceber como era a organização. Ele diz que achava que a Divisão Legal era a sede do MAR pelas facilidades (visitação, ligações telefônicas) que tinham, mas não abusavam de nada e trabalhavam muito, eles e os estagiários, pois havia funcionários que ganhavam e nem apareciam no trabalho. Anexado ao Termo de Inquirição há um texto escrito por Viegas fornecendo informações complementares para que se entenda o que foi o movimento MAR, a partir do reencontro de ex-marinheiros expurgados em 1964. Esclarece que a idéia de se organizarem surgiu pela situação que estavam vivendo, com

> [...] companheiros enlouquecidos, transformados em verdadeiros trapos humanos, perambulando pelos pátios das penitenciárias. Muitas vezes chamamos atenção das autoridades carcerárias para esta situação [...] Os dias e meses se foram desenvolvendo na esteira do tempo e somente víamos situações agravadas. [...] Aos poucos fomos entendendo que a questão não era tão simples, conforme presumíamos, mas de profundidade. Quem sabe se o mal não é de estrutura político-social? Terminamos por concluir que sim, pois não houve quem nos respondesse em contrário [...] analisávamos os problemas sociais, fenômenos que a essa altura formavam as peças do xadrez do nosso cotidiano. E assim consumíamos os nossos dias – decidimos formar um pequeno grupo político-revolucionário. [...] Conquanto as palestras fossem sérias, via em tudo aquilo cores românticas, pois somente românticos podiam pretender, de dentro do cárcere, modificar a forma de um país tão grande. Mas a perspectiva de liberdade estava tão distante que às vezes parecia-me estar vivendo um sonho visionário, porque ninguém – refiro-me aos políticos – sequer pensava em nos ajudar (muito lógico, por sinal, porque entre nós não havia político preso, já que éramos apenas presos políticos, sem nome, sem existir entre nós os chamados "bandeiras políticas").[311]

É um longo relato em que Viegas conta a trajetória do grupo fora da prisão, seu compromisso em ajudar a libertar os companheiros, pois ele havia sido solto no final de 1968, até sua prisão pelos fuzileiros, quando foi baleado e voltou a ser preso novamente. O marinheiro Edvaldo Celestino da Silva, que cumpria pena por processo de 1964, no Auto de Perguntas ao Indiciado também afirmou que pertencia ao grupo de militares que discutia política e procurava politizar os outros.

Pedro Viegas conta no seu livro de memórias o trabalho que começaram a fazer para suportar o isolamento e o esquecimento em que se encontravam. Os marinheiros condenados por motim e revolta não eram considerados presos políticos. Precisaram se organizar para permanecerem juntos e na condição de presos políticos, mas não deixaram de fazer um trabalho político com os presos comuns, criando cursos, atividades de cultura e esporte, com isso ganhando respeito dentro do presídio, e contaram com a ajuda deles na hora da fuga.

[311] BNM 414, fl. 362. É comum aparecerem junto aos processos textos, cartas dos presos para os advogados, ou para as autoridades. Vemos muitas vezes que a intenção dos presos nas falas em público nas auditorias, ou nos textos, parece ser a de mostrarem quem são e o que pretendiam suas organizações.

> No auge da Operação Liberdade, no momento em que se deu o tiroteio, a massa de presos comuns, a essa altura já recolhida às suas celas, batia com canecas nas grades de ferro dos cubículos gritando, numa só voz, coisas assim: 'O mar se agitou!...O mar não está pra peixe!...Bate firme, marujada!...'. O certo é que aquela gritaria operava em nosso benefício porque servia para aturdir os guardas, dividindo-os. Eles sabem que em ocasiões assim podem eclodir rebeliões incontroláveis".[312]

Segue-se uma série de documentos trocados entre as autoridades questionando porque os presos não foram divididos em vários presídios, porque os guardas não tinham armas – o único que tinha foi morto – e sobre as condições em que funcionava o Complexo Penitenciário. Um anexo reservado, datado de 01.04.1969, afirma que as dificuldades eram em função de que houve um aumento de presos.[313] O período anterior à fuga é o final de 1968, em que ocorriam as grandes passeatas e depois da edição do AI-5 e a série de prisões que se seguem em função da suspensão das liberdades individuais.

O Relatório de IPM do contra-almirante Julio de Sá Bierrenbach, de cerca de oitenta páginas, é um documento detalhado com base em centenas de depoimentos de presos, guardas, funcionários. Faz uma análise de como funcionava o sistema prisional, descobre que houve ofícios para o Departamento Federal de Segurança Pública dando conta que o ex-sargento Prestes de Paula tramava sua fuga e que este

> [...] gozava de "livre trânsito" na Praça Getúlio Vargas, por onde obrigatoriamente tinha que passar para poder trabalhar na Biopsicologia, transportando várias vezes por dia os controles da Lemos de Brito e da Dias Moreira. Com uma simples medida administrativa Prestes poderia ter sido transferido para a Dias Moreira, evitando o risco do "livre trânsito" para aquele chefe de rebelião que tramava sua fuga. [...] que pelos diretores do Instituto Médico Penal e da Lemos de Brito foi sugerida em dezembro de 1968 essa transferência interna de Prestes, mas faltou a decisão.[314]

Haveria duas formas de resolver o problema. A primeira, transferir os presos para Colônia Correcional da Ilha Grande, de segurança máxima. O Secretário de Justiça A.B. Cotrim Neto argumenta que "[...] além de expor a severíssimas críticas o Governo do Estado, poderia ser encarada como desobediência aos despachos dos Auditores da Justiça Militar – embora não tenham essa competência – declaram neles, que a pena deverá ser cumprida na Penitência Lemos de Brito".[315] O relator contra-ataca: se os auditores não têm competência, então o Secretário deve ser o competente; sendo assim, por que não transferiu o preso dentro da competência que julgava ter.

---

[312] VIEGAS, Pedro. **Op. cit.**, p. 98. O autor foi libertado, em 1971, por ocasião do sequestro do embaixador da Suíça feito pela VPR.
[313] BNM 414, fl. 561.
[314] BNM 414, fl. 694.
[315] BNM 414, fl. 695.

> Para não 'expor a severíssimas críticas o Governo do Estado'? É o que se conclui, parecendo que o Sr. Secretário se preocupou mais em preservar o Governo do Estado, de possíveis críticas, do que seu país que é já é palco da guerra revolucionária. Além de não promover a transferência do preso mencionado – líder subversivo já testado – para o estabelecimento de segurança máxima que apontou e que lhe é subordinado, permitiu que o mesmo continuasse "extra-controle", unindo-se diariamente com seus companheiros que tiveram estágios em Cuba, na Tchecoslováquia e em Caparaó e que obtiveram livre trânsito em 1967 e 1968, portanto, durante a sua gestão [...].

A segunda solução seria transferi-los a diferentes presídios. O relator cita, ainda, um ofício do Secretário de Justiça ao governador do Estado que explica a dificuldade desse tipo de transferência dos presos, pois

> seria a de acentuar a distribuição desses presos pelas várias unidades do Sistema Penitenciário, distribuição também desaconselhável, porque implicará maiores dificuldades primeiro porque os próprios condenados recusam a separação...; segundo, porque significará, a disseminação de um risco que, o entendem as autoridades penitenciárias do Estado, melhor será enfrentado, se se mantiver circunscrito a um só estabelecimento.[316]

O relator fica indignado com a justificativa do Secretário de que a distribuição dos presos era desaconselhável, pois se recusavam a ficar separados.

> Afinal quem é que decide sobre a distribuição dos presos militares na Guanabara? Se os Auditores não são competentes e se o Secretário de Justiça não toma as providências, parece que predomina a vontade dos condenados que 'recusam a separação'. E neste ponto parece que o Sr. Secretário tem razão, tanto recusavam a separação que fugiram juntos – todos aqueles que quase diariamente se reuniam na Divisão Legal.[317]

Conclui que houve irresponsabilidade em todos os escalões, considera um absurdo os presos escolherem onde queriam trabalhar. O diretor não deu a devida atenção aos estagiários, com a infiltração comunista no movimento estudantil, enfim:

> [...] sob as vistas de um Diretor complacente, funcionava uma célula comunista sob a liderança do ex-marinheiro Marcos Antonio da Silva Lima e foi fundado o MAR – Movimento de Ação Revolucionária – destinado a formar um grupo, com ligações externas, que em momento oportuno fugiria da penitenciária passando imediatamente à ação subversiva.[318]

O desenrolar da história que se tem nos autos desse processo pode dar a impressão que os presos gozavam de certas regalias. É certo que se reuniam na sala da Divisão Legal, conseguiram que trabalhassem próximos e organizaram a fuga durante longo tempo, mas os documentos são assépticos. O texto escrito por Pedro Viegas mostra o desespero que tomava

[316] BNM 414, fl. 695.
[317] BNM 414, fl. 695.
[318] BNM 414, fl. 709.

conta da vida dos marinheiros. Antonio Duarte relata que a vida na prisão era insuportável, a vitória da ditadura, a resistência que não tinham feito na hora do golpe, os únicos que se comprometiam e os ajudavam eram os estudantes. Ressentia-se também da forma como foram julgados. Depois do julgamento ficou sabendo que sua pena foi aumentada para doze anos.

Lembra das humilhações na Auditoria quando ia responder ao processo de 1964. Eram levados em carros herméticos e com o calor do Rio de Janeiro a viagem se tornava asfixiante. Ele se apresentava diante do juiz com a roupa ensopada de suor. Quando seu advogado pediu melhores condições de transporte e que ele não fosse algemado até a sala de julgamento,

> A reação foi de uma brutalidade a toda prova. Com o rosto carregado de incontido ódio, o juiz bufou contra o Dr. Alcione, recusando o pedido. 'Ele tem que ser transportado a ferros'. 'O que você quer? Privilégios? Lembre-se você é réu, nada mais' [...] Para eles, não havia motivos que justificassem a revolta marinheira.[319]

Quanto ao julgamento a procuradoria pede a absolvição, pois já foram condenados a pesadas sanções penais. Contesta a aplicação do artigo 37 do DL 510/69, pois como tentariam organizar um partido se estavam nos limites "dos muros de uma penitenciária", o delito é um crime impossível. A defesa apenas pede a absolvição de acordo "com a louvável atitude do procurador". No entanto, a sentença dos juízes entende que houve crime contra a segurança nacional e condena 7 réus a pena de quatro anos, absolve a funcionária Natelça Guimarães e mais três réus.

Na apelação ao STM, a sentença afirma que o Ministério Público assumiu a defesa, "deixando desocupados os patronos." Nega o apelo à procuradoria e dá provimento à defesa absolvendo todos os réus. No recurso ao STF o procurador Octávio Magalhães do Vabo volta à tese do crime impossível, eles têm penas altas em cumprimento. Eram ex-militares que foram condenados e expulsos da Marinha. "As penas cominadas a esses jovens foram demasiadamente, data vênia, duras".[320] Atribui o exagero das penas ao fervor "revolucionário" em alto grau na época e pede que se mantenha a absolvição.

A estratégia adotada pela acusação e pela Justiça foi a de absolver os réus que já tinham penas a ser cumpridas pela revolta de 1964, e não tinham como ser libertos. Agindo assim não admitiam que se criou uma organização de esquerda dentro de um presídio do regime militar. Marcos Antonio, o marinheiro que foi um dos dirigentes da Associação e líder do MAR e que fugiu na ação empreendida, foi assassinado em 1970. Havia se ligado ao

[319] DUARTE, Antonio. **Op. cit.**, p. 319-320 e 323.
[320] BNM 414, fl. 1413. Quando a sentença era de absolvição, a procuradoria era obrigada a recorrer por força de lei, artigo 61, DL 510/69.

Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e foi baleado sem que lhe dessem voz de prisão.

Roberto Cietto era um dos presos comuns que saiu na fuga e aderiu ao grupo. "Os marinheiros temiam que Cietto não tivesse disciplina militar e paciência para o que vinha – um processo desgastante de preparação da guerrilha. Ficaram positivamente surpresos. Ele deixou o vício das drogas e, ao ingressar na esquerda, optou pelo abandono do crime de uma vez por todas".[321] Com um problema de úlcera, teve que deixar o sítio onde estavam escondidos e veio ao Rio. Preso na PE da Barão de Mesquita, queriam que entregasse Prestes de Paula. Foi morto depois de três dias de tortura. A versão oficial apresentada foi a de suicídio, contestada pela perícia por meio das fotos e depoimentos de outros presos.[322] No final de 1969 os militantes do MAR aderiram a outras organizações ou foram para o exílio.

A Resistência Armada Nacional (RAN)

A RAN foi criada no final de 1969 sob a liderança de Amadeu de Almeida Rocha, que tinha sido o dirigente urbano da guerrilha de Caparaó. Quando saiu da prisão procurou antigos companheiros do MNR, principalmente os militares. Do grupo de Caparaó encontrou Amarantho Jorge, que também já havia cumprido a sua pena, mas este não quis participar, apesar de ter ajudado num levantamento para um assalto. Participou também Hermes Machado Neto, um civil do movimento de Caparaó, que havia feito treinamento em Cuba.

Amadeu Rocha acreditava na importância da participação dos militares na luta armada, e começa a contatar militares que estavam na ativa, afirmava que era importante trazer os militares nacionalistas para o movimento. A RAN adotava uma linha "nacionalista revolucionária e anti-imperialista". A sua atuação começa em 1970 e propõe uma revisão nos caminhos da luta armada, mas só em 1972, no dia 7 de setembro, a sigla será adotada. A organização atuaria até 1973. As informações obtidas sobre essa organização estão no processo BNM 701.

Sobre essa questão, é importante lembrar as objeções que se levantam sobre as informações contidas na documentação judicial. Sobre essa organização pouco se sabe e o que consta nesse processo permite-se aproximar do que teria sido a sua proposta e atuação, principalmente pelas declarações de Amadeu Rocha e pelo que se apurou da participação dos

[321] MIRANDA, Nilmário e TIBURCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p. 471.
[322] Idem, ibidem, p. 472.

oficiais militares processados. O jornalista Gilson Rebello, no seu livro *A guerrilha de Caparaó*, escrito no final da década de 1970, entrevistou o guerrilheiro Amadeu Rocha e conta que ele contestou o general Hugo Abreu quando o encontrou na Auditoria do Exército, afirmando que havia sido muito torturado, pois o general havia declarado que no Brasil não havia torturas.[323]

Segundo informações dos participantes do movimento de Caparaó, principalmente de Amarantho Jorge, que esteve preso com ele pela participação na RAN, realmente Amadeu foi muito torturado, mas a crítica que fazem é que teria dado informações demais, mesmo na fase judicial; ou seja, em juízo, o tipo de informação seria a de envolver muitas pessoas. Na entrevista que nos concedeu, Amarantho afirma que era uma tática, Amadeu tinha formação em Direito e tentava confundir as investigações. Questionado se esta não seria uma tática no mínimo de risco, a de envolver muitas pessoas, Amarantho afirma que:

> O Amadeu foi muito torturado no DOI-Codi; para mim o que se passou na cabeça dele era arrolar o maior número de pessoas possível. É uma opinião minha, e que formei conversando com outras pessoas sobre esse fato, quanto mais gente ele pudesse citar, mais ficaria confuso. Até para ganhar tempo, pois teriam que gastar mais tempo para averiguar, quanto mais gente citasse menos sofrimento a cada um. Realmente sou propenso a me apegar a essa ideia.[324]

Realmente foram citadas muitas pessoas, inclusive figuras conhecidas como o escritor Antonio Calado e o poeta Thiago de Melo, e tantas outras que não foram sequer indiciadas. Talvez fosse mesmo uma tática que os representantes da Justiça também percebiam. Encontram-se nos relatórios muitas referências nesse sentido, principalmente como justificativa para pedidos de prorrogação de prazos. Era afirmado que nos processos existiam muitos réus e que ainda tentavam confundir dando informações desencontradas ou nomes errados.

No caso do processo da RAN, o que se buscou foi o entendimento de como era a organização e como tentou se articular, e não a referência a pessoas. Por outro lado, no processo foram denunciadas 34 pessoas, que também prestaram depoimento permitindo checar as várias versões sobre a organização. Convém, ainda, lembrar as afirmações de Carlo Ginzburg a respeito das fontes judiciais, a de que precisamos fazer uma leitura às avessas e ter em mente as relações de força que se travavam e como se movimentavam os sujeitos históricos, e o que resta ao historiador é tentar caminhar nesse terreno de areia movediça buscando nos aproximar do conhecimento histórico.

---

[323] REBELLO, Gilson. **Op. cit.**, p. XI.
[324] Entrevista concedida à autora em 23.07.2009.

No que diz respeito à proposta da RAN, o que pretendiam era uma união das forças políticas em torno do nacionalismo; pensavam na formação de um governo autenticamente nacionalista e que:

> [...] um governo assim teria que contar, inicialmente, com o apoio das Forças Armadas ou parte considerável delas; que assim explica o interesse da Organização em militares nacionalistas e o fato de sempre estarem atentos aos possíveis movimentos nacionalistas, liderados por oficiais do Exército; [...] a luta armada se insere no processo nacional e não é ação militar propriamente dita e sim um trabalho que se realiza para complementar outro [...].[325]

A organização editava e distribuía o jornal *Independência ou Morte*, que era em grande parte enviado pelo correio. O jornal também buscava atingir o meio estudantil, participavam da RAN universitários, médicos, jornalistas, professores, além de militares, muitos desses militantes profissionais liberais tinham vida legal, cargos em repartições públicas. Os contatos davam-se por meio de reuniões, apesar de terem feito algumas ações armadas. A organização procurava manter-se com doações em dinheiro dos militantes e simpatizantes. Em 1972 começam a editar a revista *Prisma*, que significava: "Pensamento Revolucionário e Ideal Socialista Marxista" e que, segundo as alegações da procuradora Maria Marli Pereira, contava com colaboração de jornalistas e escritores altamente politizados.[326]

A RAN se organizava em Grupos de Ação, chamados "GAs", médico, armado, informação, propaganda, imprensa. Entre os militantes militares denunciados encontra-se o major Fernando Ryff Correia Lima, acusado de ter participado de reuniões e colaborado com o jornal. Também teria feito críticas ao manual de Marighella e tido contatos com o coronel Dagoberto Rodrigues, exilado no Uruguai.[327] Os outros militares denunciados são o capitão tenente da Marinha José Miguel Camolez e o capitão tenente da Marinha Jarbas Barbosa Lopes, ambos na ativa.

O capitão Camolez servia na Base Naval de Aratu em Salvador e o seu contato era o militante Julio Ferreira Rosas Filho. A acusação que pesava contra ele era de que, no período que fora juiz do Conselho de Justiça da 6ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), passou informações para a RAN sobre processos que tramitaram na Auditoria, informando os nomes dos militares que participaram da operação em que foi morto o capitão Carlos Lamarca. Segundo a denúncia do Ministério Público, o capitão Camolez formaria um Grupo de Ação na

[325] BNM 701, fl. 241.
[326] BNM 701, fl. 2.223.
[327] BNM 701, fl. 181 a 183.

Bahia. Como engenheiro naval especializado iria elaborar um projeto de abrigo subterrâneo semelhante ao dos Tupamaros. Ainda, ficara de trazer oficiais nacionalistas para a RAN[328]

Anexado ao processo encontra-se uma mensagem do capitão Camolez para Julio Ferreira, onde ele indica os nomes dos militares ligados ao assassinato de Lamarca. Os nomes estão riscados, com aviso das autoridades que o encaminharam que estavam ocultando as identidades dos militares. As patentes à frente dos três nomes riscados são: major, tenente e capitão. Num documento do Apenso do processo encontra-se a seguinte observação: "Foram rasurados, de forma a impedir sua leitura, os nomes dos militares, citados por José Miguel Camolez como os que teriam participado da operação contra Lamarca, tanto no original da mensagem quanto nas cópias".[329]

Na mesma denúncia está o capitão Jarbas Barbosa Lopes, acusado de participar de reuniões, ter feito contribuição em dinheiro à RAN e se comprometido em identificar oficiais nacionalistas e trazê-los para a organização. As defesas dos capitães apresentam como testemunhas oficiais superiores que dão depoimento favorável. Essas testemunhas, além de elogiarem a dedicação e eficiência dos capitães, deixam claro que eles nunca falavam em política e nunca tiveram atitudes nesse sentido, como a de tentar influenciar alguém.[330]

Ao final do processo os militares são absolvidos, mas afastados da Marinha. O major Fernando Ryff, já afastado do Exército desde 1964, também foi absolvido. Do total de 34 denunciados, Amadeu Rocha é condenado a 12 anos e mais dois civis a 10 anos, o restante é absolvido. Apesar do processo longo, as provas praticamente não existiam, não se encontraram exemplares do jornal e da revista com os acusados, a procuradoria se apoiava mais na participação na organização e contribuição em dinheiro. Após essas prisões a RAN deixaria de existir.

O nacionalismo revolucionário

O chamado nacionalismo revolucionário de algumas organizações, ou o nacionalismo dos militares, e não só dos militares, mas da esquerda armada, ou o nacional-estatismo indicado pelo historiador Daniel Aarão, era um fator crucial. Esse nacionalismo das esquerdas insere-se na questão do desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial e da contradição entre a economia nacional e o mercado mundial. De acordo com o sociólogo

[328] BNM 701, fl. 2088-2089.
[329] BNM 701, fl. 190 do Apenso.
[330] BNM 701, fl. 2035 e 2692.

Michael Löwy, o problema das lutas de classes nacionais e internacionais reside não só em entender as especificidades culturais

> [...] mas também as diferenças socioeconômicas que existem entre os proletários das diferentes nações, que resultam do desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista mundial. Não se pode, por outro lado, esquecer a importância das particularidades nacionais na 'formação da classe operária' de cada país, assim como no desenvolvimento de sua própria tradição de resistência e de luta anticapitalistas.[331]

E há que se lembrar das revoluções socialistas que ganharam o apoio popular em nome da luta de libertação nacional, como na China, Cuba ou Nicarágua. E, como já vimos, as palavras socialismo, libertação nacional, patriotismo estavam enraizadas nas mentes e nos discursos dos movimentos dos anos 60/70. Löwy lembra ainda que na América Latina há o nacionalismo de viés reacionário, que entende qualquer forma de luta social como oposta às tradições nacionais, mas por outro lado aceita a hegemonia estadunidense e condena, como no caso dos processos dos marinheiros, o antiamericanismo.

Quanto ao nacionalismo anti-imperialista das esquerdas que ultrapassou os anos da Guerra Fria, Löwy cita um documento do Fórum Social Mundial de 1990 no Brasil, que apresenta propostas de libertação nacional para a América Latina com base em "[...] uma nova concepção de unidade e de integração continental, fundada na soberania e na autodeterminação da América Latina, na recuperação de sua identidade cultural e histórica e na solidariedade internacionalista entre os povos".[332]

O autor acredita que hoje, melhor que no passado, já se percebeu que uma solução puramente nacionalista não resolve e que a saída é buscar uma estratégia internacionalista. Pode ser que sim, principalmente se pensarmos em voltar-se mais para a América Latina, mas e a esquerda armada dos anos 60? E os militares de esquerda? O documento dos sargentos de Brasília antes mesmo das organizações armadas se debaterem pelo caráter da revolução: se socialismo imediato sem etapas, ou de libertação nacional, eles se propunham a uma revolução socialista, mas se houvesse uma invasão estrangeira? Como houve, de fato, interferência direta dos EUA em vários países latino-americanos. O que se nota em relação, principalmente, aos militares de esquerda é que o discurso socialista ou internacionalista está presente, mas a questão nacional era preponderante, até pela própria formação militar.

---

[331] LÖWY, Michael. **Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias**. São Paulo: Xamã, 2000, p. 82.
[332] Idem, ibidem, p. 111.

3.2. Da Polop à VPR, Colina e VAR-Palmares[333]

A organização Política Operária (Polop) surgiu em 1961 com uma análise que se afastava da visão do PCB, ou seja, da tese da aliança com a burguesia nacional. Um dos seus teóricos, Eric Sachs, discutia o problema do nacionalismo e da revolução. Como resolver o problema entre nacionalismo e internacionalismo. Questionava a aliança com a burguesia nacional, pois estariam sendo tutelados na luta antiimperialista. "Pois a nossa burguesia não é diferente de suas irmãs, que nasceram antes, e seu nacionalismo tem as mesmas características pragmáticas e mercantis.".[334]

Em oposição ao PCB, passa a defender o caráter socialista da revolução, nos moldes do modelo soviético; portanto, a importância da união de operários, camponeses e soldados. Um dos intelectuais do grupo, o cientista político Theotônio dos Santos, afirma que a Polop no pré-64 tinha "uma consciência maior da situação", mas sem elementos práticos para mudar. As forças estavam se organizando, FMP, CGT, e a direita percebeu esse processo, o perigo não era o Jango, mas as transformações que ele não deteria. Para Theotônio dos Santos, "[...] era o golpe das multinacionais, das forças mais modernas do capitalismo brasileiro. Representavam uma modernização pró-imperialista, dentro do sistema internacional, aprofundando o caráter dependente da economia e da monopolização".[335]

O importante a destacar na Polop era a participação dos militares de baixa patente. Logo após o golpe, a Polop começa a se organizar atraindo para a organização cabos e marinheiros da extinta Associação de Cabos e Marinheiros, e também soldados e sargentos. Um dos apartamentos, em que se reuniam e também se escondiam vários marinheiros, foi descoberto pelo Cenimar, que prendeu cerca de quarenta pessoas e obrigou outros a se exilar no Uruguai. O episódio foi chamado de "Guerrilha de Copacabana".[336] A Polop seria a matriz de onde surgiriam organizações como VPR e Colina.

---

[333] Quando organizei os itens deste capítulo, orientei-me pelo organograma das organizações de esquerda apresentado no livro *Perfil dos Atingidos*. Algum tempo depois me deparei com o termo "Da Polop à VPR" no título de um capítulo do livro *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender, porém com outro subtítulo. Fica registrada a coincidência.

[334] Citado em SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar. A esquerda e a influência da revolução cubana.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 33.

[335] Citado em MORAES, Denis. **Op. cit.**, p. 345.

[336] MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da Polop. **Op. cit.**, p. 207.

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) – De Osasco para o Brasil

Em 1968, foi deflagrada a greve da Cobrasma em Osasco e, nas comemorações do 1º de Maio, o governador do Estado Abreu Sodré é expulso do palanque. Com esses movimentos de massa ocorrendo em pleno regime militar, o grupo de militantes do movimento operário de Osasco começa a pensar numa solução para continuarem atuando, pois depois desses acontecimentos houve intervenção no sindicato, e a saída encontrada por eles seria a derrubada do regime pela via da luta armada, não bastaria a luta sindical, o horizonte apontava para o socialismo. Todavia, "como é que você vai tomar o Brasil a partir de Osasco?" Esse era o problema que estava colocado para o grupo. De acordo com o que conta Antonio Roberto Espinosa:

> "Osasco era uma espécie de Meca da esquerda. Aliás, Osasco está cheio de dono, a AP é dona, não sei quem é dona. Todos reivindicam a propriedade sobre Osasco e de fato todos vieram pra cá. Em meados de 67, após a conquista do sindicato, [...] todo mundo vem pra cá mesmo [...]".[337]

O grupo era refratário às influências do PCB por não terem preparado a reação armada em 1964 e se negarem a fazer essa autocrítica. Acabam se identificando com um grupo de dissidentes da Polop e militares cassados, do antigo MNR, em grande parte recrutados pelo sargento Onofre Pinto. Contam também com a adesão de um grupo de militares da ativa do 4º RI de Osasco, que no ano seguinte deixariam o quartel numa ação em que levaram uma boa quantidade de armas e munição. Dentre o grupo está aquele que seria a maior expressão da organização, o capitão Lamarca. No início ainda não havia o nome VPR, que passa a ser adotado só em dezembro de 1968. Roberto Espinosa conta que existia esse movimento, então:

> [...] tratava-se de radicalizar ao máximo para clarear a natureza de classes do regime, do Estado, [...] aliás uma das razões pela qual a VPR nos ganhou é que a VPR não tinha uma política para o movimento operário, enquanto as outras organizações tinham essa política, que nós considerávamos estreita, incapaz de acionar a classe operária. [...] a VPR não, a VPR estava com a luta armada, estava com o Che Guevara, com o Fidel, com a Revolução Cubana e não tinha uma orientação de cima para baixo, dizendo como é que tinha que ser o movimento operário.[338]

É importante ressaltar que, nos processos analisados referentes a 1964, pode-se constatar um trabalho político em andamento com militares na região de Osasco e na cidade vizinha, Barueri. No Arsenal de Guerra também havia participação no movimento de sargentos. No livro *Perfil dos Atingidos*, nas informações sobre os processos contra militares,

[337] Entrevista concedida a Marcelo Ridenti em Osasco/SP. Coleção Militância Política e Luta Armada. Arquivo/AEL.
[338] Idem, ibidem.

consta que no mesmo dia da revolta dos sargentos de Brasília ocorre a prisão de dois dirigentes sindicais e doze sargentos do Quartel de Quitaúna em Osasco, acusados de tentarem aderir ao movimento. De acordo com o processo instaurado haveria um plano em conjunto com o Parque da Aeronáutica e os sargentos da Força Pública.[339]

No BNM 229, instaurado em 1969, que trata da fuga e roubo de armas do quartel de Quitaúna feitos pelo grupo de Lamarca, há uma preocupação muito maior com a atuação dos militares. O relatório de IPM do tenente coronel Arnaldo Bastos de Carvalho Braga alerta sobre a correlação de atividades do grupo de Lamarca com militares cassados que pertenciam ao antigo Comando dos Sargentos, que existiu até 31 de março de 1964.[340]

Mais adiante, neste mesmo relatório, o tenente coronel aponta uma série de fatores que estariam propiciando os crimes e transgressões ocorridas no 4º Regimento de Infantaria, entre os quais:

> Existência de quartéis e Vila Militar em área suburbana, onde há elevada corrupção política (nenhum político de Osasco até hoje terminou o seu mandato); e de costumes [...] Existência na área de grande número de militares cassados e que continuam atuantes [...].[341]

A VPR foi a organização que congregou o maior número de militares, num total de 23 militantes. Há ainda aqueles que foram processados quando a organização se uniu ao grupo Colina e passou a ser denominada VAR-Palmares; entretanto, eles acompanhariam o grupo que voltou à antiga VPR. A partir de 1968, a VPR espalhar-se-á por vários Estados e sua atuação será marcada por ações espetaculares como as expropriações ao Hospital Geral do Exército e ao Quartel General do II Exército em São Paulo. Em 1970, os sequestros do cônsul do Japão, do embaixador da Alemanha e da Suíça libertam 115 presos políticos. Também foi montado um campo de treinamento no Vale do Ribeira.[342]

Uma característica dos militantes desse grupo de Osasco era a de muitos serem estudantes e trabalhadores. No BNM 672 temos um exemplo que expressa bem esse perfil, além do mais, ainda pelo fato de ter se tornado militar, é o sargento do Exército José Ronaldo Tavares Lira e Silva. No seu Termo de Declarações da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), ele declara que estudou no Colégio Estadual Antonio Raposo Tavares, em Osasco,

---

[339] BNM. **Perfil dos Atingidos**, p. 122.
[340] BNM 229, fl. 456.
[341] BNM 229, fl. 460. A preocupação com a localização de quartéis próximos a regiões urbanas remonta a décadas anteriores. Ver capítulo 2, item 2.1, quando foi abordada a tentativa de se evitar a participação política dos militares.
[342] Para uma análise dos documentos da VPR e dos processos referentes ao capitão Lamarca, consultar nosso trabalho: MACIEL, Wilma Antunes. **O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil.** São Paulo: Alameda Editorial, 2006.

conhecido como Ceneart. De lá saíram vários militantes e que também eram trabalhadores, como José Campos Barreto, o Zequinha, companheiro de Lamarca, ambos assassinados na Bahia.

José Ronaldo era 3º sargento artilheiro antiaéreo e foi cassado em 1964 por participação no movimento dos sargentos. Passou a trabalhar como auxiliar de escritório em laboratório farmacêutico até que entrou para a VPR. Relata as ações de que participou e que era chefiado por Onofre Pinto, que se encontrava em Cuba e era instrutor de tiros de sua unidade. Declara ainda, que

> [...] foi levado para a VPR por Onofre que veio a conhecer na prisão no Navio Raul Soares; QUE A VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA TEM POR OBJETIVO A DERRUBADA DA DITADURA; que o declarante está entrosado com a VPR porque, segundo o declarante no Brasil existe um governo anti-popular, entreguista e que ajuda a ter um estado de coisas que é discordado pelo mesmo [...].[343]

Pelo descrito no relatório de inquérito, a VPR contava com inúmeros militares que estavam sempre à frente das ações armadas. Também foi denunciado neste processo o major do Exército Joaquim Pires Cerveira, que pertencia a um pequeno grupo, Frente de Libertação Nacional (FLN), e que esteve ligado à VPR. Tanto com Cerveira como com os militantes da VPR foi encontrada grande quantidade de armas, constante da relação de apreensão. Esse processo inicialmente indicava como militares somente Joaquim Cerveira e José Ronaldo.

Entretanto, no interior do processo encontramos também como denunciado Moacyr Ferreira, que era capitão de corveta do Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha. A princípio ele escondera que era militar, depois que declarou o processo foi separado, pois surgiu conflito de competência devido à patente do réu, mesmo estando afastado das Forças Armadas. Consta ainda desse processo o subtenente do Exército Leonor Tuasco, registrado apenas como ex-militar. Tanto Moacyr Ferreira quanto Leonor Tuasco foram presos no consultório do médico Almir Dutton Ferreira, primo de Moacyr, o qual seria o contato do médico que fez uma cirurgia plástica em Lamarca para modificar-lhe as feições. Almir Dutton também era militante da VPR, Com Leonor Tuasco foram encontrados caixas com material explosivo, que teriam sido entregues por Almir, além de fardamento militar. Por último também aparece o sargento da Marinha Alfredo Pereira de Araújo, que não consta como militar.

Com o sequestro do embaixador da Alemanha, quase todos os militares foram trocados, assim como vários militantes (entre eles, Cerveira, Dutton e José Ronaldo Lira). O

[343] BNM 672, fl. 86.

que preocupa o relator é que a cúpula da VPR da Guanabara foi libertada, portanto em relação aos que restaram.

> Há que se punir com o máximo rigor da Lei todo aquele que se insurgir contra a tranqüilidade pública. [...] Com a aplicação de penas rigorosas, evitar-se-á que tipos sem nenhuma condição moral ou cívica, tais como Joaquim Pires Cerveira, Maria do Carmo Brito, Carlos Lamarca e outros – um belo dia resolva 'salvar o Brasil' e sae (sic) Brasil afora a cata de dinheiro criminosamente conseguido, aliciando jovens inexperientes, diferentes em suas siglas, mas idênticas em seus objetivos [...][344]

No que se refere ao rigor da lei, há que se registrar uma diferença, principalmente em relação aos sargentos, ou mesmo suboficiais e capitães como Moacyr Ferreira. Quando foram presos ou cassados em 1964, o foram na condição de militares, muitas vezes por companheiros de sua unidade, ficaram juntos em navios presídio, alguns responderam processos, como o sargento Darcy que foi reincorporado. É certo que tiveram dificuldades em encontrar uma colocação profissional, fato que levou muitos a serem recrutados para as organizações como fazia o sargento Onofre Pinto.

Quando são presos novamente anos depois, para os órgãos de repressão e à própria Justiça, não são mais militares, e sim "perigosos terroristas", motivo pelo qual muitas vezes não declaram a condição de militar. O sargento Pedro Lobo conta que escondeu ter sido sargento, até porque todo o grupo tentou evitar que fizessem alguma ligação com a VPR e se declararam contrabandistas. Mesmo depois de descoberto quem eram, só ficaram sabendo que ele fora sargento porque encontraram em seus pertences um recorte do *Diário Oficial do Estado* com a publicação de sua expulsão da Força Pública de São Paulo.[345] De militares cassados eles passaram a militares guerrilheiros, e, nesse caso, a condição de militar só serviria como agravante.

Sobre o major Joaquim Pires Cerveira, no seu Termo de Declarações encontram-se as informações sobre sua formação na Academia Militar da Agulhas Negras (AMAN). Pertencia ao PCB desde 1946, participou dos movimentos de classe e das campanhas dirigidas pelo Clube Militar. Em 1964 demonstrou verbalmente a desaprovação do golpe militar, motivo pelo qual ficou preso por 90 dias e depois foi reformado e processado, voltando a atuar nos movimentos de esquerda e combatendo o governo pelas armas. Em 1968 ajudou na libertação do coronel Jefferson Cardim, numa operação de transporte. Sobre o seu grupo a FLN declara que era o dirigente máximo e que

[344] BNM 672, fl. 179-180.
[345] Entrevista concedida à autora em 15.03.2008.

> [...] os objetivos do movimento conforme seu próprio documento era através da luta armada implantar um governo revolucionário para daí proceder a libertação econômica nacional como ainda as diversas modificações na estrutura do país; [...] a FLN estava ainda em período de formação [...][346]

Como já foi indicado, o major Cerveira foi denunciado nesse processo da VPR porque sua organização estava em contato com a VPR, pois estava planejando o sequestro do embaixador da Alemanha. Com a sua prisão o plano foi suspenso. Algum tempo depois a VPR resolveu executar esse mesmo plano e sequestrou o embaixador, pelo qual um dos presos trocados foi o próprio major Cerveira. Quanto aos outros militares, tanto o subtenente Leonor Tuasco quanto o sargento Alfredo Pereira declaram ser militares que foram cassados em 1964, mas são registrados na atividade que estavam exercendo: a de motorista. Vários militares se dedicaram à profissão de motorista de praça, pois muitas empresas tinham listas com seus nomes e eram proibidas de empregá-los.

A VPR duraria até 1973, quando foi liquidada em função da infiltração de um dos seus quadros militares, o marinheiro José Anselmo, que passou a colaborar com a repressão. Os primeiros militares presos ainda saíram vivos do país por meio dos sequestros de embaixadores, a maioria foi assassinada como o capitão Carlos Lamarca, José Raimundo da Costa, e outros ainda são desaparecidos, entre eles o marinheiro Edson Neves Quaresma e o sargento Onofre Pinto. Alguns dos nossos entrevistados também contam que participaram muitos marinheiros dos quais não se tem notícia.

Os Comandos de Libertação Nacional (Colina)

O grupo Colina, assim como a VPR, contou com militantes que deixaram a Polop e foram bastante atuantes em Minas Gerais. No Colina foram identificados cinco sargentos: João Lucas Alves, Severino Viana Colou, Valdivo de Almeida, Roil de Noronha Soares e José Alves da Silva. O primeiro sargento consta no BNM 29 e os restantes no BNM 233.

O processo BNM 29 versa sobre o 2º sargento da Aeronáutica João Lucas Alves, assassinado logo após a edição do AI-5, depois de ter sua prisão formalizada e já recebendo visitas, contrariando a idéia de que depois de apresentado à Justiça o preso tinha garantia de vida. Há documentação com fotos da cela, roupas e de João Lucas morto. O sargento foi preso pelo Setor de Repressão a Tóxicos e Entorpecentes do Departamento de Polícia Federal, depois de terem recibo um telefonema denunciando um movimento de pessoas que

[346] BNM 672, fl. 489-490.

frequentavam a casa em que ele morava. Os agentes que o prenderam logo perceberam que o material encontrado, segundo a denúncia do procurador da Justiça Militar, destinava-se "a abalar a Segurança Nacional" e João Lucas era um ex-sargento cassado pela "revolução".[347]

Nesse mesmo processo também é denunciado o 2º sargento reformado do Exército José Mendes de Sá Roriz, que havia participado da campanha da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a Segunda Guerra Mundial e reformara-se em virtude de sequelas quando foi ferido no campo de batalha. Apesar de afastado participou como membro do Conselho Deliberativo do Clube dos Segundos Tenentes e Sargentos do Exército e também pertencera ao MNR, foi preso pelos contatos que mantinha com João Lucas e foi à casa deste depois da prisão, pois era ele que tinha alugado o imóvel.

Na casa que funcionava como aparelho do Colina foram encontrados munições, armamentos, documentos da organização, uniformes das Forças Armadas, mimeógrafo, enfim um farto material descrito no auto de apreensão. Esse processo é bastante confuso, observação também feita pelos organizadores do projeto BNM, pois no mesmo dia e hora em que foi preso o sargento João Lucas aconteceu um assalto a um carro pagador em outro bairro, supostamente feito pela ALN. Em virtude dessa coincidência o general de Exército Syzeno Sarmento, comandante do I Exército, determinou que fosse instaurado o inquérito em conjunto.

Mesmo depois de percebido que eram fatos distintos, o procurador Robério de Albuquerque Lima tentou em vão o desmembramento do processo, pois havia

> [...] dois processos sobre dois fatos distintos, com réus distintos e um terceiro IPM mandando instaurar pelo Exmo. General de Exército Sizeno Sarmento [...]. Não se aprofundou na apuração de nenhum dos fatos, mesmo porque não tinha nenhum elemento pericial sobre os mesmos, [...] com referência ao assalto ao carro pagador do IPEG [...] faltam os elementos periciais indispensáveis. Falta tudo. Ante esta situação caótica e ilegal entendemos não ser possível prosseguir o processo sem que ele seja [ilegível] em ordem processual correta, o que somente pode ser feito pelo Colendo Tribunal [...] já que a denúncia foi aceita com todas as imprecisões [...].[348]

O pedido do procurador é negado e o processo continua dessa forma. Quanto à parte que diz respeito a João Lucas, ele nega qualquer ligação com alguma organização e afirma que o material encontrado ele guardava para um suposto Carlos Alberto. Quanto ao sargento José Mendes ele afirma que nada sabia das atividades de João Lucas, apenas vinha receber o aluguel. A Justiça chama para depor vários militares cassados na tentativa de descobrir alguma ligação que pudesse incriminá-lo.

[347] BNM 29, fl. 3.
[348] BNM 29, fl. 234-235.

O Relatório de Inquérito da DOPS da Guanabara avalia que os réus estão mentindo e reproduzem um texto encontrado na casa de João Lucas intitulado *Comportamento do companheiro em caso de cair preso* que sugere uma série de estratégias como fornecer nomes falsos, direção falsa, e, em caso de ser interrogado ou torturado, as instruções são:

> [...] dar abundantes dados falsos, porém coerentes, que permitam ganhar tempo, para que os companheiros fujam [...] Em caso de tortura – deve-se analisar rapidamente a situação para decidir as atitudes a tomar. Continua válido falar bastante em torno de dados falsos. Se a tortura for insuportável, deve-se buscar uma maneira de ser ferido ou desfalecido, pois o tempo é fundamental. [...] É necessário resistir o máximo de tempo possível. [...] Toda declaração obtida por tortura pode ser negada em Juízo, o que deve ser feito em interrogatório prestado ao juiz.[349]

O documento recomenda ainda outras possibilidades: negar-se a qualquer declaração por não reconhecer a legalidade do regime ou da Justiça, fazer uma defesa política da revolução explicando os seus objetivos e também relatar as diversas correntes políticas das organizações e as divergências em relação à tomada do poder. No final o relatório conclui que o comportamento dos dois se enquadra perfeitamente nessas instruções.

No decorrer do processo pode-se perceber que João Lucas insistiu no suposto Carlos Alberto, responsável pelo material encontrado. O Relatório afirma que ele passou por exaustivos interrogatórios, inclusive com detector de mentiras, e não sabem se o tal Carlos Alberto foi criado por sua imaginação ou é um chefe do tipo comunista, que pouco se faz conhecer ao subordinado, pois João Lucas pouco sabe sobre ele, do qual com ajuda de peritos fez dois retratos falados idênticos.[350]

O coronel Mário Silva O'Reilly Sousa, encarregado do IPM, afirma que o ex-sargento cassado que apresentou Carlos Alberto a João Lucas está exilado no México. "Portanto, a presença de "Carlos Alberto" é imprescindível para prosseguir-se na apuração da trama subversiva [...]. A publicação em jornais de seu retrato falado poderá facilitar a identificação".[351] Ao que tudo indica Carlos Alberto realmente não existia. Esse relatório encontra-se separado no final do processo, pois na sequência normal o que se tem é um telegrama da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte para onde foi transferido João Lucas, avisando do seu "suicídio" por enforcamento.

Encontra-se também um documento manuscrito do Ministério Público com assinatura ilegível afirmando que não se encontram explicações para o fato do preso estar com a polícia estadual de Belo Horizonte, pois o mesmo só podia ser levado com o consentimento daquele

[349] BNM 29, fl. 126-127.
[350] BNM 29, fl. 174 do Apenso.
[351] BNM 29, fl. 175 do Apenso.

Juízo e pede explicações, "[...] quem tinha a responsabilidade da custódia do preso, para que se esclareça como, porque, quando e que autorização dispôs de um preso judiciário, recomendando-o para outro Estado".[352]

Segue-se uma troca de informações sobre a transferência e pedidos de laudos. Juntamente é enviado o Laudo da Seção de Crimes Contra a Vida, que descreve o local da Delegacia de Furtos e Roubos onde ficou o preso, o cômodo, objetos e roupas, canetas impregnadas de sangue e o calção com "[...] manchas de coloração avermelhada".[353] Enviam, ainda, fotos do local, das roupas, das canetas e do corpo de João Lucas Alves.

O sargento João Lucas Alves havia feito os cursos de especialização da Aeronáutica e saiu como 3º sargento. Em 1961, foi aos Estados Unidos fazer curso de especialização em vôo. Lá viu a outra face daquele país, havia pobreza e preconceito racial, e isto teria contribuído para a sua tomada de consciência política; engajou-se nos movimentos de luta pelas reformas de base e foi liderança destacada na revolta dos sargentos em Brasília de 1963. Após o golpe de 1964 foi preso e expulso da Aeronáutica. Em novembro de 1968, preso novamente, passou pela DOPS e Polícia do Exército.

João Lucas já estava com a prisão legalizada e recebia visitas da família. Logo após a edição do AI-5 perdeu as esperanças de ser libertado, os pedidos de relaxamento de prisão sequer eram apreciados pela Justiça. Quando soube que ia ser transferido, avisou sua mãe e confessou a sua irmã Yara que temia ser assassinado. A família não conseguiu localizar para onde tinha sido levado em Belo Horizonte até ter a notícia de sua morte por suposto suicídio e que já havia sido sepultado. O sargento Onofre Pinto, que estivera preso na mesma época, quando libertado no sequestro do embaixador dos Estados Unidos, denunciou na Cidade do México a morte sob torturas de João Lucas Alves.

Em 1996, o advogado Modesto da Silveira conseguiu ter acesso aos laudos feitos por médicos do Departamento de Medicina Legal de Minas Gerais que confirmavam a versão oficial. Apesar de descrever as marcas de tortura, o advogado ainda confirmou pelas fotos as marcas de lesões em várias partes do corpo. Foi encontrado também, junto a um relatório de sua vida pregressa, um documento da DOPS da Guanabara datado de 8 de novembro de 1968, dia de sua prisão, com a descrição à caneta "Suicidou-se no DOPS/BH".[354] Fica a dúvida: na leitura do processo poderia inferir-se que os agentes de repressão se irritavam por não conseguir as informações, ainda mais quando tiveram acesso ao documento que instruía o

[352] BNM 29, fl. 183.
[353] BNM 29, fl. 294.
[354] DOSSIÊ DITADURA. Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: Imprensa Oficial, 2009, p. 133-134 e MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Op. cit.**, 296.

comportamento do preso. Quando foi decretada a morte do sargento João Lucas Alves? O certo é que após o AI-5, como ele temia, as sentenças de morte podiam ser executadas, pois todas as garantias estavam suspensas.

Quanto ao sargento José Mendes de Sá Roriz, a acusação tentou incriminá-lo pela sua ligação com movimentos de sargentos, campanhas nas eleições dos candidatos sargentos no pré-64, tentando mostrar que ele continuou com as atividades políticas, principalmente ao lado de João Lucas, mas ele foi absolvido. Na apelação ao STM, a procuradoria assim se pronunciou:

> A figura desse indivíduo, só é comparável ao 'gangster' Al Capone, que toda FBI sabia ser um péssimo elemento, ligado a uma série de crimes; no entanto, a polícia nunca conseguiu 'grampeá-lo', tinha sempre um 'alibi'; assim é Sá Roriz, sabemos todos na Justiça Militar, que não é 'flor que se cheire' mas sempre sai pela 'tangente' [...] O que se conseguiu apurar contra o mesmo, é quase nada, apesar do esforço inaudito das autoridades responsáveis pela DOPS, [...] de tudo apurado podemos concluir o seguinte: Sá Roriz é responsável simplesmente pelo fato de ter sido o intermediário entre Lucas Alves e seu irmão na cessão da locação da casa [...] Afora isso, sentimos que é um péssimo elemento, sempre ligado a subversão, mas as autoridades não conseguiram até agora provas capazes se responsabilizá-lo pelos fatos que vem sendo incriminado.[355]

A defesa de José Mendes de Sá Roriz alega que não existe condenação, nada foi provado, o seu defendente é um homem marcado. Ao final o STM mantém a absolvição, apesar de sua "má fama". A partir de então, passou a viver em clandestinidade até 1973, quando a casa onde estava foi descoberta, porém conseguiu fugir. Depois dessa tentativa frustrada, prenderam seu filho de 18 anos, que começou a ser torturado, e ameaçaram sua neta de sete meses. Ele então apresentou-se ao marechal Cordeiro de Farias, de quem salvara a vida na Segunda Guerra Mundial.

O marechal o acompanhou até o gabinete do chefe do I Exército Syzeno Sarmento, onde se entregou. José Mendes foi morto após dezessete dias da prisão no DOI-Codi do Rio de Janeiro, apesar de terem dado garantias de vida ao marechal que o acompanhou. O sargento José Mendes consta como pertencente ao MNR. Também esteve ligado ao grupo da Polop e se exilou no México após a chamada "Guerrilha de Copacabana". Voltou ao Brasil devido à doença de seu filho, quando foi preso novamente e denunciado neste processo.[356]

Quanto aos outros sargentos pertencentes ao Colina, o sargento Severino Viana

[355] BNM 29, fl. 1350.
[356] DOSSIÊ DITADURA. **Op. cit.,** p. 421.

Colou[357] teve destino parecido com o de João Lucas Alves. Três meses depois também foi assassinado e a versão oficial foi a de suicídio por enforcamento. Ao contrário do processo de João Lucas, no BNM 233 ele já é citado desde o início como falecido. Severino Viana fora preso pelo Exército na região Fluminense num treinamento de guerrilha. Segundo Elio Gaspari, que entrevistou o tenente coronel Luiz Helvecio da Silveira Leite, do CIE, ele foi morto no mesmo quartel que Roberto Cietto do MAR. O procedimento era o mesmo: declarava-se o suicídio e em seguida faziam o sepultamento.[358] Vários militantes do Colina denunciaram nas Auditorias Militares as torturas pelas quais passou Severino Viana na Vila Militar.

O militante Mauricio Paiva, no seu livro de memórias *O sonho exilado*, conta que, quando chegou preso na Polícia do Exército na Vila Militar do Rio de Janeiro, sabia que "era um lugar onde se quebravam as pessoas no pau". Tomou conhecimento, depois de muita tortura, que: "[...] naquela cela onde eu agora estava isolado morrera, fazia uns quatro meses, o companheiro Viana, Severino Viana, ex-sargento da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Contou-nos um soldado que ele morreu vomitando sangue".[359]

No BNM 233 são denunciados os sargentos Valdivo de Almeida e Roil de Noronha Soares, por pertencerem à organização armada, participarem de reuniões, instrução de tiro para outros militantes, levantamento para compras de fardamento militar. Ambos são condenados a dois anos de reclusão, incursos no artigo 36 do DL 510/69 por crime de constituição de organização de tipo militar. No recurso ao STM as sentenças são mantidas. Por último, em relação ao sargento José Alves da Silva, neste processo, apenas é citada a sua participação na organização junto aos outros; não foi possível identificar se ele veio a ser preso.

A Vanguarda Armada Revolucionária – VAR-Palmares

A VAR-Palmares nasce em 1969 da união do grupo com a VPR e duraria pouco tempo. Nesse período foi executada uma grande ação, a expropriação do cofre do ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, que ficava na casa da sua amante, fruto de atividades de corrupção. Foram levados cerca de dois milhões e meio de dólares. Alguns

[357] O seu nome aparece grafado nos documentos e bibliografia como "Colon", "Calor", mas nas recentes informações do *Dossiê Ditadura* da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, de acordo com nome de seu pai, o correto é Colou.
[358] GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 165.
[359] PAIVA, Mauricio. **O sonho exilado.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 63 e 66-67.

meses depois surgem as divergências em função de como deveria ser encaminhada as formas de luta, se um trabalho político de conscientização junto às massas ou mais voltado para as ações armadas, buscando apenas alguns contatos nos meios operários.

Durante o tempo que durou essa união, a organização cresceu e se expandiu por vários estados. Foi durante um congresso na cidade de Teresópolis no Rio de Janeiro que houve o chamado "racha dos sete", em que esses sete militantes, em sua maioria militares, decidiram se retirar e voltar à antiga sigla VPR. Na VAR permaneciam os militantes da antiga Polop que formavam o Colina. Grande parte dos militares da organização (VAR) era proveniente da VPR, daí o número significativo de militares processados. Dentre os processos o que chama mais atenção é o BNM 95, que trata da união das duas organizações, envolvendo 68 denunciados, entre os quais vários militares, como o cabo José Mariane, o marinheiro José Raimundo da Costa, os sargentos Oswaldo Soares, José Ronaldo Lira, Darci Rodrigues, José Nóbrega, José Barreto e o capitão Lamarca, como revel. Com exceção de José Barreto e José Raimundo, que foi assassinado, os outros tiveram o processo sobrestado, que em termos jurídicos significa interrompido, por terem sido trocados por embaixadores sequestrados.

O que destacarei é um exemplo de militantes militares que atuavam dentro dos quartéis, ou seja, na ativa. Na Força Pública de São Paulo havia vários militares de esquerda que não foram cassados em 1964 e continuaram em atividade, muitos deles pertencentes ao PCB, que só seriam presos em 1975. Os que foram processados neste BNM 95 não faziam parte desse grupo, mas foram presos como integrantes da VAR, em 1969. São os capitães Wanio José de Mattos, Adelino Ramos dos Santos e Alaor Silva Brandão.

O capitão Wanio desde antes do golpe já tinha uma atividade de esquerda, participava de reuniões com o grupo do qual também fazia parte o sargento Pedro Lobo, que ingressou no PCB dentro da PM. Segundo este nos contou, certa vez ele foi surpreendido pelo ainda tenente Wanio, conversando com outros soldados e sargentos defendendo o socialismo, o marxismo, quando o tenente se aproximou; ele continuou falando, Wanio então solicitou que ele passasse na sala dele. Pedro Lobo afirma que achou que ia ser repreendido. Quando se apresentou, Wanio lhe disse:

> Eu ouvi você falando de socialismo, União Soviética, marxismo. Respondi: É isso mesmo, eu defendo essa idéia, tenente, eu acho que o socialismo é o caminho melhor para o trabalhador. Ele abriu um sorriso e disse: muito bem, você está certo. Daquele dia em diante ficamos amigos e passei a frequentar reuniões na casa dele.[360]

[360] Entrevista concedida à autora em 15.03.2008.

Depois que foi cassado em 1964, Pedro Lobo continuou se encontrando com ele e, quando a VPR inicia suas atividades, ele era o contato de Wanio, que continuou na ativa, ele e os demais, segundo Pedro Lobo. Quando começam as passeatas de estudantes em São Paulo, Wanio viveria o mesmo drama que Pedro Lobo: ter que reprimir o povo nas ruas. O jornalista Percival de Souza, quando narra a prisão de Wanio, assinala que:

> Um tenente lembrava que Vânio não quis ocupar a Praça da Sé durante uma manifestação estudantil liderada por José Dirceu e Luís Travassos, quando cavalgava o vistoso tordilho avermelhado Orixá. 'Não vai dar para ocupar a praça', avaliou. O tenente subordinado do capitão berrou 'nós temos ordens' e investiu. 'Você me atropelou, queixou-se Vânio. Mas engoliu a situação; recusar-se seria hierarquicamente insuportável.[361]

De acordo com as informações do processo BNM 95, o capitão já vinha sendo observado há algum tempo. Quando foi preso um militante da VAR com um bilhete para Lamarca, assinado como "Valdir", eles tiveram a certeza que alguém de dentro da polícia estava colaborando com a VAR, compararam as letras com os relatórios e confirmaram a participação dele. Essa carta encontra-se nos Anexos do BNM, nela Wanio afirma como está a situação dentro da corporação e sugere que sejam feitos folhetos para serem distribuídos entre os militares, pois existia uma situação de descontentamento e seria a hora de agirem "[...] com esclarecimentos sobre a situação real, nossos objetivos e a ilusão de que são vítimas, sem esquecer a injustiça salarial e os sacrifícios em favor dos poderosos"[362]. Afirma ainda que falta uma liderança, mas precisaria vir de fora, pois há risco para ele.

Esse documento é importante, pois permitiu uma comparação com o que foi registrado contra o capitão Wanio nos autos do processo. Os outros dois capitães presos negam a participação e Wanio assume que só ele pertence à organização, mas na sua carta diz que o grupo dele se resume a três componentes com dificuldades de contatos, avisa que o material, no caso armas, seria um grande risco conseguir, no entanto "[...] parte dele será transportado na manhã de segunda feira (6/IV), para um exercício, com a participação de cerca de 10 homens desprevenidos".[363]

Essa carta será a principal prova contra o capitão, tendo em vista que ele e os demais capitães foram interrogados e barbaramente torturados na Operação Bandeirante, e ele não teve como não admitir seu envolvimento com Lamarca e a organização. O advogado Raimundo Pascoal Barbosa entra com pedido de relaxamento de prisão alegando que o

---

[361] SOUZA, Percival. **Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury.** São Paulo: Globo, 2000, p. 425.
[362] Anexo 722 – Coleção Brasil: Nunca Mais, Arquivo AEL.
[363] Idem, ibidem.

acusado não chegou a praticar nenhum ato que atentasse contra a segurança, prestou as declarações, confirmou a carta. "Assim, não estaria satisfeito o primeiro dos pressupostos para a decretação da prisão preventiva (art. 254, letra "A" – "Prova de fato delituoso)".[364]

O advogado tentava o que era possível dentro do que as leis permitiam, mas a participação de militares na luta armada era algo imperdoável. Percival de Souza afirma que à época da prisão de Wanio estava havendo uma "caça às bruxas" nos quartéis da Polícia Militar e cita três oficiais que foram presos, o tenente-coronel Vicente Silvestre, o tenente-coronel Florentino e o major Dib. No seu livro consta que a carta de Wanio foi apreendida com um cabo que foi preso, e que ele nunca mais voltara ao quartel.[365] No processo a versão é de que a carta estava com um militante. Faria até mais sentido que fosse o cabo o portador, mas não há notícia de quem tenha sido esse cabo. No BNM 95 também foram presos oficiais, foi interrogado na Oban o major Rubens Gonçalves por saber da ideologia de Wanio e o major Dorival Rossi "[...] que enalteceu as qualidades do capitão Adelino, eximindo-o de qualquer responsabilidade quando da saída do ar da Estação da Rádio Patrulha, quando ali trabalhava, atribuindo esses acontecimentos ao péssimo estado em que se encontra o material de uso, completamente obsoleto".[366] Um fato completamente isolado serviu de suspeita, por se tratar de um capitão que estava sendo acusado de subversão: ter uma atitude de aprovação em relação a ele passou a ser condenável. Houve, ainda, uma suspeita a respeito do major médico Plirt Nebo, que teria recebido a visita de Lamarca.[367]

Quanto aos capitães, no BNM 42, referente à VPR, encontra-se um Auto de Qualificação de Wanio de Mattos sobre as mesmas acusações. Nele fica constatado que, após a prisão de Pedro Lobo, o contato de Wanio passou a ser o sargento Onofre Pinto, e depois o marinheiro José Raimundo da Costa. O capitão pertencia ao setor de inteligência da VPR e depois VAR, passava informações sobre o moral da tropa e se essa poderia atuar em favor da organização.[368]

Foram também usadas contra Wanio as suas próprias ideias; descobriu-se que ele, além de formado em jornalismo, no curso de especialização em Direito Político, foi aprovado "[...] com o trabalho 'Direitos do homem na América Latina', onde dentre os vários pontos

[364] BNM 95, fl. 1947.
[365] SOUZA, Percival. **Op. cit.**, p. 424.
[366] BNM 95, fl. 1395.
[367] BNM 95, fl. 1395-1394.
[368] BNM 42, fl. s/n. Volume 11.

abordados concluiu não haver nenhuma diferença entre a política de esquerda e de direita como forma de governo e de atendimento às necessidades sociais".[369]

Com Onofre Pinto teria falado sobre a formação de organizações político-militares, cujo objetivo era a tomada do poder, pois chegara à conclusão de que era necessário fazer alguma coisa para mudar a situação do país. Quando iniciadas as guerrilhas:

> Ficou acertada a possibilidade de tropas regulares nessas organizações com a hipótese do interrogando incumbir-se de agir dentro de sua própria corporação. A Polícia Militar seria incluída nessas organizações clandestinas, através de arregimentação de adeptos, caso negativo, na hora oportuna o interrogando levaria sua própria tropa, a qual receberia ordens sem possibilidade de fracasso, uma vez que sendo Capitão possuía Autoridade hierárquica sobre seus subordinados, na época componentes de um esquadrão do Regimento de Cavalaria. Dependendo das circunstâncias do momento, a tropa saberia ou não dos reais objetivos do interrogando.[370]

Pelo que se pode analisar por meio dos processos, e principalmente pelas entrevistas com militares, havia um contato deles com militares da ativa, sendo que muitos não foram identificados pelos órgãos de repressão. Existia a idéia de que num estágio mais avançado da luta armada pudesse se contar com esses contigentes. No caso desses militares ligados à VAR, o capitão Wanio foi denunciado, mas foi trocado pelo embaixador da Suíça e seguiu para o Chile, os outros foram libertados, o capitão Alaor continuou na Polícia Militar, mas foi transferido para Presidente Prudente, interior de São Paulo.

A procuradoria afirmou não haver dúvidas quanto às idéias esquerdistas de Wanio e que era contrário ao regime. Quanto ao capitão Adelino Ramos, somente foi indiciado; o procurador deixou de denunciá-lo por falta de provas, "mesmo sabendo de suas idéias comunistas e de que é um revoltado".[371]

O capitão Wanio viria a morrer no Chile em 1973 após o golpe que derrubou o presidente Salvador Alende. As circunstâncias de sua morte ainda são envoltas em mistério. Um relatório reservado encontrado no DOPS de São Paulo mostra que ele era vigiado desde 1962. O documento revela que ele fazia parte dos associados da União Cultural Brasil Rússia. No entanto, supõe-se que ele não continuou a ser vigiado, caso contrário teriam descoberto muito antes seus contatos com a VPR e VAR.

No Chile ele foi preso juntamente com a esposa e a filha, sendo enviados para o Estádio Nacional e depois separados. As recentes pesquisas da Comissão de Familiares e Desaparecidos Políticos apontam para uma colaboração da polícia política brasileira com a do

[369] BNM 42, fl. s/n. Volume 11.
[370] BNM 42, fl. s/n. Volume 11.
[371] BNM 95, fl. 1469.

Chile e que torturadores brasileiros participaram de interrogatórios no Estádio Nacional do Chile. Uma reportagem do jornal *Correio Brasiliense* sobre documentos secretos do Itamaraty da época do regime militar

> [...] reforça a hipótese de que as autoridades brasileiras tenham participado da prisão e morte de Wanio, considerando-se que mantinham vigilância permanente sobre todos os exilados no Chile [...] no informe 656, de 31 de dezembro de 1973, o Itamaraty foi formalmente comunicado da morte de Wanio ocorrida em 16 de outubro daquele ano. [372]

[372] DOSSIÊ DITADURA. **Op. cit.,** p. 478.

3.3. Dissidências do PCB: ALN e MR-8

As dissidências do PCB, de acordo com Daniel Aarão, começam a surgir antes do golpe de 1964. São pessoas que, acompanhando a crítica de transição pacífica para o socialismo que está ocorrendo no movimento comunista internacional e nacional, "[...] divergem da orientação do PCB e simpatizam com as Divergências Chinesas em relação à linha da URSS e mantém um embrião de luta interna no PCB, no setor estudantil [...]".[373]

Após o golpe civil-militar de 1964 o PCB será o grande responsabilizado por não ter preparado a resistência, e as dissidências começam a acontecer em vários estados, as chamadas DIs. Em 1966 Carlos Marighella deixa a Comissão Executiva do PCB e em 1967 participa da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que foi um encontro das esquerdas revolucionárias latinoamericanas. Marighella participa da conferência à revelia do partido, que não concordava com as diretrizes de lançar a luta guerrilheira, critica as teses do PCB e é expulso pelo Comitê Central. Juntamente com outros dissidentes como Joaquim Câmara Ferreira funda a ALN.

A Ação Libertadora Nacional (ALN)

Em contraposição ao modelo do PCB, a ALN estrutura-se mais militarmente, o que caracterizava as novas organizações de esquerda. Inicia fazendo uma série de ações armadas na cidade com o objetivo de implantar a guerrilha rural. Inspirava-se na revolução cubana mas procurava adaptá-la à realidade brasileira. Também não defendia uma revolução socialista imediata, guardando ainda uma influência do PCB, acreditava na necessidade de uma etapa anterior com uma revolução de libertação nacional. Em 1969, a partir de uma emboscada preparada pelo delegado Sergio Paranhos Fleury, Carlos Marighella é assassinado em São Paulo. Assume a direção da ALN Joaquim Câmara Ferreira, que havia participado no ano anterior de uma ação espetacular e de impacto no Brasil e no mundo: o sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Elbrick, libertando quinze prisioneiros, entre eles o sargento Onofre Pinto. Em 1970 o cerco se fecha e Câmara Ferreira também é assassinado pela equipe do mesmo delegado Fleury. A ALN atuaria até 1974 e teria duas

[373] Entrevista concedida a Marcelo Ridenti no Rio de Janeiro. Coleção Militância Política e Luta Armada. Arquivo/AEL.

cisões que formaram os grupos Tendência Leninista (TL) e o Movimento de Libertação Popular (Molipo)[374].

A ALN não possuía um grande número de militares. Muitos de seus militantes foram fazer treinamento em Cuba, ao contrário por exemplo da VPR que preferia treinar seus quadros no Brasil. Dos processados pela Justiça Militar identificamos sete militares e um marinheiro, Antonio Geraldo da Costa, que foi processado como pertencente ao MAR, pois participou da ajuda aos marinheiros na fuga da penitenciária Lemos de Brito. Os processos analisados foram o BNM 153, a que já nos referimos sobre a tentativa de implantação da guerrilha em Conceição do Araguaia no Pará, no qual foram denunciados os sargentos Amado Alves Tupiassu e Luiz Maria da Silva e o policial Alexandre Lopes da Silva, e o processo BNM 631, em que foi denunciado o sargento do Exército José Milton Barbosa e citado o major Joaquim Cerveira.

O sargento José Milton era telegrafista do Serviço de Rádio do Ministério da Guerra de onde desertou, não tendo sido identificada a data de sua saída. Neste processo ele é julgado à revelia por participação numa ação armada no Banco da Bahia em dezembro de 1969, no bairro do Méier, no Rio de Janeiro. Após a ação deixaram nas paredes do banco a inscrição "ALN – Dinheiro para a revolução". As testemunhas informaram que foi uma ação rápida e nenhum dos funcionários reconheceu as fotos apresentadas como sendo a de algum dos participantes.[375]

Sobre José Milton consta que ele usava o nome de Alexandre Rodrigues de Miranda, e fica esclarecido que são a mesma pessoa. Ao final do processo ele é condenado a doze anos de reclusão pela 2ª Auditoria da Aeronáutica.[376] Há poucas informações nos documentos sobre José Milton. Num outro processo apontado pelo *Dossiê Ditadura* ele foi condenado à prisão perpétua, segundo informações prestadas à Comissão pela sua esposa. Ele sabia que não seria poupado caso fosse preso. Importante lembrar, ele possuía dois agravantes: atuava no Grupo Tático Armado e tinha sido do Exército, participou também do sequestro do embaixador da Alemanha, havia pertencido ao PCB e acompanhou a dissidência ingressando na ALN. No processo consta que ele deixou o Exército e no *Dossiê Ditadura* aparece como cassado em 1964. Foi assassinado num cerco no bairro do Sumaré em São Paulo.[377]

---

[374] SALES, Jean Rodrigues. **Op. cit.**, p. 56 a 74.
[375] BNM 631, fl. 242.
[376] BNM 631, fl. 511.
[377] DOSSIÊ DITADURA, **Op. cit.,** p. 291-292. Sobre José Milton Barbosa, ver depoimento de sua mulher Linda Tayah, militante da ALN, no livro: CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada.** São Paulo: Globo, 1998.

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

O nome MR-8 foi adotado em homenagem à morte de Che Guevara em 8 de outubro de 1967. A base da organização era a dissidência estudantil do PCB que formou a DI Guanabara. A sigla MR-8 ficou nacionalmente conhecida quando participaram juntamente com a ALN do sequestro do embaixador dos Estados Unidos. Apesar dessa ação adotavam uma linha mais teórica e ao contrário da ALN acreditavam no caráter socialista da revolução. Em 1971 a organização recebe militantes da VPR, entre eles o capitão Lamarca, que decidem que é importante um recuo nas ações armadas na cidade e iniciam as suas atividades no sertão baiano, na região de Brotas de Macaúbas. Entretanto, uma série de prisões acaba chamando a atenção dos órgãos repressivos e o MR-8 é desbaratado na Bahia, onde são assassinados o capitão Lamarca e mais três militantes, além dos vários presos.[378]

A pesquisa BNM apresenta apenas dois militares na organização: o soldado Nathan Candido dos Santos e o sargento da Aeronáutica João Lopes Salgado. Os processos estudados foram o BNM 192 e 645, referentes a João Salgado. Em ambos ele apenas é citado, pois não chegou a ser preso e se exilou no Chile. No processo 192 o sargento João Lopes Salgado é citado como a pessoa que fazia os contatos com os militantes da Bahia e da Guanabara e que no início de 1971 foi deslocado para aquele estado com o objetivo de fazer o trabalho de campo.[379]

A partir de uma série de prisões em 1971 pouco antes da morte de Lamarca o MR-8 sofre um grande abalo. No processo há relatórios de apreensão de grande quantidade de armamento e outros materiais encontrados nos aparelhos "estourados", termo que se usava quando da descoberta de um esconderijo dos militantes; consta ainda um organograma completo com nomes e grupos atuantes.[380] João Salgado deixou a Aeronáutica em 1968 espontaneamente, pois a unidade em que servia no Rio de Janeiro tornou-se um centro de torturas, ele já estudava medicina e começou a participar do Centro Acadêmico, vindo a ingressar no MR-8.[381]

---

[378] MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Op. cit.**, p. 393.
[379] BNM 192, fl. 421.
[380] BNM 192, f. s/n. Volume 2.
[381] Informações passadas por telefone. João Salgado mora no estado do Tocantins e só o localizamos já no final da pesquisa, contudo ele se dispôs a conceder uma entrevista, a qual esperamos que seja realizada. Enviei, ainda, uma série de questões via correio eletrônico, mas até a conclusão do trabalho não havia sido respondida.

O BNM 645 é um processo conjunto com a ALN e trata do sequestro do embaixador dos Estados Unidos. Sobre João Salgado apenas repetem as mesmas informações do BNM 192, acrescentando que participou também da DI-Guanabara. Foi presidente do Centro Acadêmico Sir Alexander Fleming da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual da Guanabara (UEG).[382] Participou ativamente da ação, fez reconhecimento para a operação, sendo o chefe do grupo da Guanabara.[383] Após o sequestro do embaixador, seguiu-se uma feroz repressão e parece que João Salgado foi um dos poucos que não foi preso. O MR-8 existiria até 1972, quando quase todos os seus integrantes partem para o Chile.

[382] BNM 645, fl. 1431.
[383] BNM 645, fl. 1310.

4. Um sargento, impasses e a repressão

Este capítulo apresenta um balanço com alguns aspectos importantes que resultaram dos caminhos da pesquisa; pode-se dizer que tem caráter conclusivo, mesmo sendo um prosseguimento do trabalho. Não são questões resolvidas, mas inéditas e que podem suscitar novos questionamentos. A primeira é a percepção de que a participação dos militares nas lutas políticas no início dos anos 60, se fundava em um grupo de militares com demandas próprias atuando em associações de classe, ainda que inseridos num conjunto de lutas sociais mais amplas do período.

Nas organizações armadas durante o regime militar esse grupo esteve disperso, mais em umas, menos em outras, fazendo parte de um grupo maior composto também por civis numa luta de caráter nacional com objetivos mais amplos. Entretanto, seja nos movimentos de militares ou de luta armada, no que diz respeito ao conjunto desses militares, um grupo que se fez preponderante foi o dos sargentos, tanto quantitativa quanto qualitativamente. São eles que se lançam na luta política em 1961 em torno da garantia de posse de João Goulart e depois na luta armada como presença marcante nas organizações de esquerda.

O historiador José Murilo de Carvalho afirma que a história dos sargentos ainda está para ser escrita. Mesmo nas décadas de 1930 e 40, que remete aos tenentes, o autor lembra

> [...] um fato pouco conhecido: exame cuidadoso dos levantes nas várias unidades mostra com clareza o papel muito importante dos sargentos em todos eles. O papel dos oficiais subalternos tem sido excessivamente exagerado, como parte da mitologia em torno do tenentismo. Tanto no Sul como no Nordeste, os tenentes pouco teriam conseguido sem o apoio dos sargentos, os verdadeiros detentores do controle da tropa. Inúmeros deles foram comissionados em segundos-tenentes e comandaram pelotões na marcha das tropas rebeldes. [...] Negligenciados após a vitória, frustrados e insatisfeitos, os sargentos e demais praças se transformaram em base de apoio para outras revoltas ou se rebelaram eles mesmos.[384]

Os sargentos também são aqueles subalternos que representam os dilemas observados por Roberto Schwarz na análise do filme *Os fuzis*, de Ruy Guerra, realizado no início da década de 1960. A história narrada mostra um grupo de soldados no Nordeste que são chamados numa pequena cidade para guardar o armazém de alimentos de um possível saque do povo faminto atingido pela seca. Os soldados passeiam pela cidade entre os flagelados, entretanto também são gente modesta; perante o povo são autoridades, mas também são povo, o que os separam são os fuzis. "Mandam mas são mandados; se olham para baixo são

[384] CARVALHO, José Murilo. **Op. cit.**, p. 63.

autoridades, se olham para cima são povo também [...].[385] Essa expressão representa a vivência dos subalternos e, mais especificamente, dos sargentos fora e no interior da corporação. Vivem o que Ridenti identifica como o dilaceramento existencial da condição de soldado, na sua análise sobre a inserção dos militares subalternos nas organizações armadas.[386]

Um sargento que representou o que foi criado por eles ao assumirem que "sargento também é povo" – e muitas vezes a expressão acrescentava que era "povo armado" – foi Onofre Pinto, sargento expulso do Exército em 1964. Continuou na luta política: agora a sua tropa seriam os inúmeros militantes e militares que recrutou para a luta armada. Desde o movimento dos sargentos à passagem para a luta armada, foi criticado, elogiado, sua presença se impõe, mas ao mesmo tempo é fugidia. Flávio Tavares, que conviveu com ele, afirma:

> Conheci muito o Onofre Pinto, excelente e destemida figura, assassinado pelo Exército do Brasil numa emboscada, ou ardil, preparada por um (ou uma) agente do SNI que havia se infiltrado nas fileiras da resistência no exílio, em Buenos Aires. Ele foi o grande articulador do MNR em São Paulo. Depois de 1967, quando o MNR se dissolve na prática, os remanescentes paulistas organizam a VPR, com idêntica estrutura, baseada mais do que tudo nos militares expulsos do Exército, Marinha e Aeronáutica.[387]

A segunda questão para este capítulo refere-se às discussões em torno do militarismo e do trabalho político que levaram à união e rompimento das organizações. Grupos como Polop, Colina, VAR-Palmares e MR-8 defendiam a necessidade de um trabalho de massas, de conscientização junto aos movimentos populares. Os grupos chamados militaristas, como a VPR e a ALN, achavam que as ações armadas eram mais importantes e teriam um caráter exemplar junto à população. Todavia, essa divisão não é estanque, organizações que defendiam o trabalho político acabaram tendo que se dedicar às ações armadas e as militaristas também tentaram o trabalho político e, ainda, no interior das organizações havia as duas correntes.

Quando se trata de entender o que foi a experiência da luta armada no Brasil, é quase que unanimidade a idéia de que as causas da derrota devem-se ao isolamento social e a falta de um trabalho político, principalmente por parte dos próprios participantes da luta armada. A pergunta é até que ponto os historiadores assumiram essa visão? Não estaremos sendo influenciados pelas explicações dos sujeitos históricos, cujas experiências estudamos? Entre os nossos entrevistados o sentimento da derrota é um ponto de convergência, não só deles,

---

[385] SCHWARZ, Roberto. O cinema e *Os Fuzis*. In: **O pai de família e outros estudos.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 30-31.
[386] RIDENTI, Marcelo. **Op. cit.**, p. 206-207.
[387] Informações passadas por correio eletrônico em 17.09.2009.

mas também nos livros autobiográficos e nas inúmeras conferências, encontros e debates sobre o regime militar, declarações nos processos judiciais, e é natural que diante de uma derrota se busquem suas causas. É Flávio Tavares que lembra que hoje é fácil afirmar que:

> [...] era uma aventura pouco condizente com a realidade ao seu redor. (Até porque nós fomos os derrotados e qualquer teoria é irrefutável para explicar a derrota). [...] A globalização daqueles anos era o exemplo do Vietnã em armas desafiando a maior potência militar do mundo, ou a revolução cubana a 70 milhas de Miami, [...] e todos aqueles negros norte-americanos sacudindo o poder que os oprimira durante séculos. A globalização de ontem não era a do ansioso consumo irrestrito de hoje, mas estávamos também globalizados naqueles anos 60, quando esta palavra nem sequer era usual. A capacidade de indignar-se invadia o globo, nos globalizava.[388]

Essa análise ajuda a entender as motivações e a justeza da causa, mas, como toda teoria é irrefutável quando se trata de derrotados, permanece a interrogação. Jacob Gorender em entrevista para um documentário sobre o PCB quando se refere à luta armada afirma que [...] a história mostrou que estávamos errados".[389], mas que foi digno, a vanguarda militar demonstrou valentia, não se entregou ao inimigo, a esquerda não tem do que se envergonhar. Novamente, entendemos os imperativos que se colocavam àquela geração de esquerdistas revolucionários. Não se pretende aqui descobrir a causa da derrota, mas contribuir com algumas reflexões para o debate sobre os impasses entre o militarismo das organizações e a necessidade de um trabalho político.

E, finalmente, a terceira questão remete a uma observação de Gorender na mesma entrevista sobre o PCB, que é a brutal diferença na correlação de forças entre os órgãos de repressão do Estado, com um aparato militar e econômico que se renovava, e as organizações que se refluíam; será abordada, então, a repressão aos militares de esquerda.

4.1. Onofre Pinto, um sargento do Exército

O jornalista Fernando Molica empreendeu uma pesquisa sobre um homem que teria participado da luta armada e que também era misterioso, Antonio Expedito Carvalho Perera, chamado de o "chacal brasileiro", pois teria várias ligações com organizações internacionais. Na busca do seu personagem impõe-se a presença de Onofre Pinto: fora ele que trouxera Expedito para a área de apoio da VPR. Na busca por informações sobre como ele chegara à organização, vários militantes respondiam da mesma forma: "eram coisas do Onofre". Segundo Molica:

---

[388] TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento.** São Paulo: Globo, 1999, p. 188-189.
[389] Documentário apresentado pela TV Câmara.

> Todos apontam para um contato inicial com o ex-sargento Onofre Pinto:
> — O Onofre tinha um monte de entradas, de contatos, e era uma área meio nebulosa (...). O Perera vem desta área — Valdir Sarapu;
> — Foi através do Onofre — Roberto Cardoso Ferraz do Amaral;
> — Eles [Onofre e Perera] já se conheciam antes – Diógenes Oliveira;
> — Só pode ter sido via Onofre – Maria do Carmo Brito;
> A gente [ela e Wilson Fava] resolveu procurar o Perera, que era a pessoa que o Onofre Pinto tinha indicado — Renata Ferraz Guerra de Andrade.[390]

Dulce Maia, militante do MNR e depois da VPR, que atuava ao lado de Onofre e sempre teve muito contato com o grupo de militares, afirma que Onofre tinha essa característica:

> [...] e não é muito conhecida essa atuação dele. Ele é quem marcava os pontos, chamava as pessoas, conseguiu uma rede de apoio muito grande e conseguiu manter esse trabalho. As pessoas começavam na organização e às vezes desistiam, por medo, não sei, mas ele procurava, queria saber por que, queria conversar, discutir, saber o que estava acontecendo. Ele tinha uma atenção muito grande com as pessoas, sabia ser diplomático, passava tranquilidade, segurança, eu tinha uma grande admiração pelo talento que ele tinha de aglutinar, manter os grupos, coordenar, organizar; teve falhas que levou a morte dele, mas procurava fazer o melhor.[391]

Apesar de Dulce afirmar que essa característica é pouco conhecida, ela tem sido recorrente. Pedro Viegas quando estava no exílio no Chile havia formado um pequeno grupo que não conseguia se integrar em nenhuma organização, e eis que surge Onofre Pinto, Segundo ele, não era um teórico, no entanto sua prática revolucionária o mantinha no posto de comando e sua proposta se diferenciava das outras organizações.

> Não acenou com recrutamento. Ao contrário, mostrou-se até satisfeito com nossa condição de grupo independente. Disse considerar fundamental que a esquerda buscasse fórmulas de trabalho conjunto, tendo como ponto de partida as convergências. As divergências, na sua concepção, deveriam ceder espaço para realizações práticas, [...] superando com isso os obstáculos que impediam maiores aproximações entre as tendências, fragilizavam a todas e por último impediam que se caminhasse para formas superiores de organização, como a construção unificada do tão ambicionado Partido Revolucionário, [...] adequado por sua vez às formas de luta que então defendíamos.[392]

Os processos movidos contra Onofre Pinto foram os BNMs 8 e 144 de 1964 e o BNM 508 de 1969. Nos que se referem a 1964 podemos perceber como era a atuação de Onofre no movimento dos sargentos. Ele era um sargento burocrático e servia em São Paulo. No processo BNM 8, o IPM foi instaurado no quartel de Quitaúna em Osasco para apurar as atividades de militares daquela unidade e outras, bem como de militantes do POR-T, que era

---

[390] MOLICA, Fernando. **O homem que morreu três vezes: uma reportagem sobre o "chacal brasileiro".** 2ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 87.
[391] Entrevista concedida à autora em 20.09.2008 na cidade de Cunha/SP.
[392] VIEGAS, Pedro. **Op. cit.**, p. 157-158.

um grupo que já atuava antes de 1964 em vários estados, tinha ligações com as Ligas Camponesas no Nordeste e buscava bases nas Forças Armadas. As acusações giram em torno do lançamento de uma chapa de oposição para disputar a direção do Clube dos Subtenentes e Sargentos do II Exército, as reuniões na Casa do Sargento, distribuição dos jornais do partido nos quartéis. São citados vários militares, principalmente o sargento Ovídio Ferreira Dias, que fazia parte da chapa Alvorada encabeçada por Onofre Pinto.

As perguntas recorrentes são sobre quem compareceu as reuniões, o que foi dito, e também como estava sendo feita a campanha para as eleições do clube. Sobre Onofre queriam saber se ele estivera no Arsenal de Guerra em Barueri levando material de campanha. Em 13 de junho de1964 um ofício secreto do tenente coronel Sebastião Alvim solicita que seja preso o sargento Onofre Pinto e "[...] apresentado, preso incomunicável, [...] Indícios, constatados através de documentos apreendidos, estabelecem possíveis ligações da praça acima referida com autores de recentes crimes contra a Segurança Nacional".[393]

Onofre primeiro presta declarações como testemunha, a bordo do navio presídio Raul Soares. Nesse processo, aliás, vários sargentos que responderam como testemunhas passaram a indiciados em virtude das reuniões no Clube dos Sargentos e em outros locais em que compareciam políticos e estudantes. É informado onde ele servia, na 4ª Circunscrição de Recrutamento (C.R.), e depois foi adido no 6º G A Cos M. Ele se esquiva das perguntas admitindo que frequentava os lugares sem precisar os dias e as determinadas reuniões, nega que conheça alguns sargentos citados, faz questão de sempre reafirmar que está tomando conhecimento naquele momento "[...] quando está sendo interrogado pelo Ten Cel Mader em inquérito em que depôs".[394] Admitiu que conhecia o sargento Ovídio que convidou para participar da chapa de renovação que encabeçava.

Responderam a esse processo com Onofre, que foi denunciado como os demais, os sargentos João Ferreira da Silva, José Barreto de Souza e Joacy Pereira Magalhães, que viriam mais tarde a participar da luta armada. Onofre foi posto em liberdade e respondia o processo que até 1970 ainda estava correndo. Nessa época ele já tinha sido preso novamente e deixado o país com o sequestro do embaixador dos Estados Unidos.

No BNM 144, também de 1964, Onofre foi indiciado, mas nesse processo se encontram mais informações. As investigações giram em torno das reuniões dos sargentos das diferentes Forças, a fim de identificar aqueles que se propuseram a ser voluntários para a Supra que solicitava sargentos para garantia de desapropriação de terras para a reforma

[393] BNM 8, f.s/n. 3º Volume.
[394] BNM 8, fl. 621.

agrária. Anexado ao processo encontram-se alguns fragmentos do jornal *A Gazeta Esportiva* de 7 de abril, ao que tudo indica de 1964. São publicados alguns documentos apreendidos pelo DOPS com pedidos do delegado da Supra para que sejam lotados sargentos naquela superintendência a fim de acompanharem a desapropriação de terras na região de Araçatuba, pois os proprietários resistem com armas e jagunços comandados por um primo do governador Adhemar de Barros, chamado Nelson de Barros, o "Nelsão". O jornal afirma que o diretor da Supra, o Sr. Mário Donato [denunciado neste processo] "[...] já havia tentado conseguir o apoio do general Kruel para os seus atos. Não sendo atendido também dessa vez, Donato levaria o assunto ao conhecimento do seu patrão, o ex-presidente".[395]

O que causa espanto no artigo do jornal e também nas autoridades que estão processando os sargentos é a ligação com esses movimentos sociais. Os documentos da Supra informam que as desapropriações não serão tranquilas. A polícia da região tinha cercado a fazenda, comandada pelos jagunços, e passado a vigiar os pobres arrendatários, o presidente do sindicato estava escondido, e eles precisavam de pelotões de sargentos para a defesa da Supra. A matéria mostra ainda o documento no que refere aos sargentos, que o sr. Mário Donato conseguiu que o sargento que comanda a Polícia Florestal prometesse que não iam agredir os posseiros, apesar da ordem do governador Adhemar de Barros nesse sentido.

Ao que tudo indica os sargentos estavam empenhados em garantir a defesa da Supra. Por outro lado, vale a citação da conclusão d' *A Gazeta Esportiva*, que não deixa nada a dever aos discursos anticomunistas dos representantes da Justiça. Sobre os documentos apreendidos pelo DOPS:

> Muito do que foi feito para entregar o Brasil aos comunistas ainda será divulgado para conhecimento dos verdadeiros brasileiros e 'nacionalistas' que, a pretexto de lutar pelas reformas pisoteavam na história da Pátria, sobre todos os seus grandes vultos e sobre todo o seu passado cristão, plantando neste solo a semente vermelha do ódio sanguinário entre as classes, em proveito do comunismo internacional.[396]

Além do envolvimento dos sargentos com a Supra, Onofre e os mais atuantes no Clube dos Sargentos são acusados de promoverem listas para ajudar as famílias dos sargentos presos pela revolta de Brasília. Sobre a candidatura de Onofre, a sua plataforma era: "Elegibilidade dos Sargentos, Casa Própria, Casamento dos Sargentos, Empréstimo do Clube". Onofre teria alertado ainda que visitassem os sargentos presos e "[...] no dia que seria realizada sessões na Auditoria Militar da 2ª região Militar, onde estavam sendo julgados os sargentos implicados no chamado "Levante de Brasília", apelando para que os presentes

[395] BNM 144, fl.s/n. 6º Volume.
[396] Ibidem.

comparecessem àquela Auditoria a fim de dar apoio moral aos colegas incriminados no citado "Levante".[397] Onofre também teria dito numa reunião "[...] da necessidade de elementos novos para colaborar em sua chapa que 'os sargentos novos iriam transformar o Exército".[398]

As reivindicações e propostas da sua candidatura também eram sobre os vencimentos e plano de carreira dos sargentos. No seu Termo de Perguntas ao Indiciado, ele reafirma as suas preocupações: preparar um memorial ao governo solicitando um projeto de anistia aos sargentos, também organizar o Natal das famílias dos presos, pois o Estatuto da Casa do Sargento permitia esses gastos, e organizar listas para que os sargentos tomassem conhecimentos da situação dos sargentos presos. Sobre o problema da promoção dos sargentos afirmou que:

> O problema que sente com relação à promoção de Sargentos, esse é um problema dos mais angustiantes, pois reflete um grande desequilíbrio entre as diversas QMG (Qualificação Militar Geral). Enquanto algumas QMG possibilitam até cinco promoções em oito anos, em outras, como na de Burocratas, há casos de 2º sargento com vinte e quatro anos de serviço. E outro problema é o do casamento e na opinião do depoente é regido por uma lei que é ultrapassada e que cria aos sargentos problemas sociais graves. Outro problema é o da classificação de comportamento. Quando com uma punição de qualquer natureza, desde a repreensão até a prisão, a praça desce do comportamento excepcional para o bom, o que significa a perda de cerca de vinte pontos, acarretando uma queda de cerca de duzentos pontos. Quanto à inelegibilidade de sargentos, seria a solução que fosse a legislação igual para todos os militares.[399]

Nesse processo Onofre não é denunciado, pois foi instaurado com vistas a julgar os que trabalhavam para a Supra e os sindicalistas. A maioria dos sargentos já respondiam a outros processos, a inclusão deles é mais no sentido de provar a "subversão" da Supra,

> [...] notando-se que este movimento ligando SARGENTOS à SUPRA, sem sombra de dúvida se tratava de movimento subversivo. A participação dos referidos sargentos neste movimento é que os leva, mais categoricamente, à condição de INDICIADOS, uma vez que se filiaram ou se propuseram a ajudar com serviços, uma entidade, a SUPRA, cuja política de funcionamento efetivo, sob forma simulada, de maneira inequívoca correspondia a um dos órgãos a serviço do Partido Comunista, que assim, fora da lei governava como se no Poder estivesse.[400]

No BNM 508 de 1969, da VAR-Palmares, Onofre também é só indiciado e só se encontra um Auto de Qualificação indireta e algumas citações de seu nome. Provavelmente o processo não teve prosseguimento, pois em setembro desse ano ele saiu do Brasil. Normalmente quando o preso era libertado em função de sequestro, havia a referência da

[397] BNM 144, fl. 1657.
[398] BNM 144, fl. 1636.
[399] BNM 144, fl. 1694.
[400] BNM 144, fl. 1729.

suspensão; nesse caso não se encontrou nada que mencionasse à sua libertação. Entretanto em outros processos Onofre Pinto é citado como integrante da VPR e o contato que tinha com os réus que estavam sendo julgados.

A capacidade de Onofre em trazer as pessoas para a militância nas organizações lembrada por Dulce Maia pode ser comprovada em inúmeros processos, que dão conta de que Onofre era o contato de muitas pessoas. Ele é uma figura recorrente. Um exemplo é o encontrado num processo sobre o major Cerveira e o sargento José Ronaldo Lira, o BNM 672, de 1970, onde aparece a denunciada Ieda dos Reis Chaves, em época que Onofre já estava no exílio. Ela declara que está identificada com a VPR, e que pertencia ao setor de logística, tinha contato com o sargento Nóbrega, soldado Zanirato e o cabo Mariane, mas quem a levou para a organização foi Onofre Pinto, que conheceu num encontro casual, "[...] desde então, passaram a se encontrar; que o tipo de leitura da declarante é marxista e a conversação com Onofre Pinto girava em torno da linha da VPR; que o cognome de "Joana" foi dado por Onofre Pinto".[401] Dulce Maia afirma que o nome Judith que ela usava também tinha sido sugerido por Onofre.

São detalhes simples, mas mostram o tipo de relacionamento que ele tinha com as pessoas, pois sempre foi reforçado o lado do comandante assumido por Onofre e que é verdadeiro. Dulce Maia e Onofre tinham uma atividade intensa escondendo as pessoas, arrumando lugares onde elas pudessem ficar. Houve uma época que chegaram muitos marinheiros; na falta de um local para ficar no momento em que chegavam, ele levava-os para sua casa. Dulce lembra de Idalina, esposa de Onofre, que ajudava recebendo e cuidando dessas pessoas.[402]

Quanto à prisão de Onofre em 1969, somente após dezoito dias é que foi formalizada. Idalina Pinto só soube da prisão quinze dias depois, arrumou um advogado e foram ao DEOPS, mas não receberam informações. Na próxima vez que foi, viu Onofre mas, segundo ela, "[...] eu vi, mas não pude falar com ele, estava incomunicável". Só vieram a se encontrar quando ele foi para o presídio do Carandiru. "Tinha sido muito torturado, quebraram a costela dele, os outros também, foi um desastre lá dentro".[403]

Ela conta que estava em outro local quando ele foi preso, mas "[...] a nossa casa foi invadida, quebraram e roubaram tudo, o que puderam levar eles levaram, depois a casa foi

[401] BNM 672, fl. 459.
[402] Entrevista concedida à autora em 20.09.2009.
[403] Entrevista concedida à autora em 13.12.2008 na cidade de São Paulo/SP.

lacrada e eles ficaram lá esperando para ver se vinha alguém".[404] Da entrevista com Idalina Pinto tivemos o outro lado do militante dedicado, que tinha o comando da organização. As lembranças dela são a de um homem bom,

> [...] era capaz de tirar a roupa do corpo para dar a alguém, sempre preocupado com os outros. Certa vez estávamos andando e um mendigo se aproximou, ele sempre dava alguma coisa, mas nesse dia ele disse: 'não, não vou dar nada, por sua causa a minha vida está essa porcaria, eu só me preocupo com os outros e olha como estou', mas ele era muito bom.[405]

Da prisão ele se preocupava com os pais, a família no interior, será que iam entender a prisão, mandava cartas e recados a todos. Para a filha Kátia ele pediu para Idalina:

> Não minta para ela, não crie ilusão nenhuma para nossa filha, o mundo melhor que ela desfrutará junto com a sua geração, será produto de nosso [?] Diga para a Kátia que o pai dela está preso, que é um preso político. Que ele adora ela e a mamãe.[406]

No exílio Onofre continuaria no comando da VPR, principalmente no Chile, e pensava em voltar ao Brasil para continuar a luta contra o regime militar, até que em 1973 a organização viveria definitivamente o seu ocaso. O contato de Onofre no Brasil era o marinheiro José Anselmo dos Santos, um dos dirigentes da AMFNB. Anselmo, quando foi preso, teria sido cooptado pelo delegado do DEOPS Sérgio Paranhos Fleury e passado a colaborar, tornando-se um infiltrado. Há dúvidas se ele já não seria um agente duplo desde antes do golpe de 1964. Começa a chamar a atenção, pois todos que se encontravam ou tinham contato com ele eram presos.

Anselmo fora preso quando estava hospedado na casa do cabo fuzileiro naval Edgar de Aquino Duarte, que tivera intensa atividade na AMFNB; perseguido, se exilou no México. Em 1968 voltou e estava vivendo em São Paulo. Um dia encontrou o antigo colega, que pediu ajuda, havia chegado de Cuba e não tinha onde ficar, Edgar o levou para morar no seu apartamento. Foi preso com Anselmo, passou por vários órgãos de repressão e denunciou que Anselmo tinha passado a colaborar, até que desapareceu.[407]

As notícias chegam ao Chile e dividem os militantes, Onofre não acredita e continua mantendo o contato com Anselmo. Pedro Viegas, que estava no grupo de Onofre, afirma que ele não acreditou na prisão pois continuava se comunicando com Anselmo por meio de seus esquemas secretos. Viegas é uma das raras pessoas que admite que também acreditou pois

---

[404] Idem, ibidem.
[405] Idem, ibidem.
[406] Carta para Idalina Pinto. Arquivo da família. Muitas das cartas vinham riscadas, pois eram vistoriadas antes e se havia alguma crítica ao regime ou algo que julgavam de teor ideológico era riscado.
[407] DOSSIÊ DITADURA. **Op. cit.**, p. 442-443. A traição de Anselmo ainda levaria à morte outros ex-companheiros dele da Marinha: Edson Neves Quaresma e José Raimundo da Costa.

chegaram desmentidos e se tranquilizaram. O jornalista e ex-militante da VPR Aluízio Palmar conta que a VPR no Chile estava dividida e Maria do Carmo Brito recebera um aviso de uma militante presa que denunciava Anselmo. No entanto, as divisões na VPR e a imagem desgastada de Maria do Carmo deixam passar a denúncia. Da ALN também vieram notícias de prisões após o contato com Anselmo. Depois de muita relutância Onofre aceita a evidência e manda uma mensagem para Recife, onde a VPR estava tentando se rearticular. O emissário é Jorge Barret, irmão de Soledad Barret, mulher de Anselmo que mostra a mensagem a ele. Isto precipitou a ação do delegado Fleury; assim mesmo, são assassinados cinco integrantes da VPR, inclusive Soledad que estava grávida.[408]

A responsabilidade da tragédia recaiu sobre Onofre. Maria do Carmo afirma que Onofre a procurou e pediu perdão, mas o mal já estava feito.[409] Pedro Lobo, que estava no Chile e era uma das pessoas que iria voltar para o Brasil, vem em defesa do amigo: "[...] o pessoal jogou muita coisa em cima do Onofre. Acusam o Onofre pelo grupo que morreu, mas quem estava em Cuba era o Mario Japa, estava no comando, foi de lá que o grupo saiu. O Onofre estava no Chile".[410]

Após o episódio Onofre vai para a Argentina e continua com o propósito de voltar ao Brasil. Novamente será envolvido num plano de traição que lhe custará a vida. Entra em contato com Onofre o sargento Alberi Vieira dos Santos, que participou da primeira tentativa de guerrilha, a do coronel Cardim. Aluízio Palmar relata que estava na Argentina e foi sondado por Alberi para voltar ao Brasil, mas desconfiou. Anos depois resolveu pesquisar o que teria acontecido ao grupo que tentou voltar ao Brasil com Onofre. Segundo ele, Onofre era o mais procurado devido à sua participação no movimento dos sargentos, na VPR, e por ter levado o capitão Lamarca para a organização e depois conseguira ser liberto em troca do embaixador dos Estados Unidos.

Foi organizada pelo Centro de Informações do Exército (CIE) a Operação Juriti. Palmar afirma que o regime militar decretou a morte dos banidos que fossem presos novamente. Quanto a Onofre havia ainda mais dois contatos dele que estavam trabalhando para a repressão, o casal de professores Gilberto Giovanetti e Maria Madalena Lacerda de Azevedo. Quando Onofre tenta entrar no Brasil pela fronteira do Paraná com mais cinco militantes, são mortos por uma emboscada que teve a participação do delegado Sergio Fleury.

---

[408] PALMAR, Aluízio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?** Curitiba: Travessa dos Editores, 2005, p. 26. Para a história de Soledad consultar o livro publicado recentemente: MOTA, Urariano. **Soledad no Recife.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
[409] VIANNA, Martha. **Op. cit.**, p.123.
[410] Entrevista concedida à autora em 15.03.2008.

As pesquisas de Aluízio Palmar apresentam uma nova versão da anteriormente divulgada por Percival de Souza de que fora enterrado na fronteira. Palmar conseguiu novas evidências, pesquisou documentos, e entrevistou ex-agentes que participaram da operação. Segundo Palmar, o general Milton Tavares do CIE teria decidido: "Temos que acabar com ele para dar o exemplo e inibir a possibilidade de novas deserções". Onofre morreu com um tiro na cabeça,

> [...] foi uma ação preparada com frieza e oficialmente pelo governo militar. [...] jogaram o corpo nas águas do Rio São Francisco Falso. Seis anos depois a região foi inundada para formar o Lago de Itaipu. Hoje, o imenso reservatório é o sepulcro do primeiro e último comandante da Vanguarda Popular Revolucionária.[411]

Percival de Souza afirma que documentos referentes a Onofre teriam sido destruídos na extinção do DOPS. Os relatórios e últimos contatos para se chegar a ele foram picotados e queimados.[412] Idalina Pinto estava na Argentina quando teve notícias da morte de Onofre, voltou ao Brasil e foi interrogada pelo DEOPS por uma noite inteira. "O Onofre já estava morto e eles querendo saber onde ele estava. Eles queriam pegar os outros. Eu perguntava por ele, eles diziam que não sabiam nada. Eles andavam atrás de mim, para ver se eu me encontrava com alguém".[413] Segundo ela, pelo fato de nunca terem encontrado seu corpo, "[...] a mãe dele morreu achando que ele não tinha morrido".[414]

4.2. Militarismo e trabalho político

No processo de luta armada, um dos pontos importantes que marcavam a relação entre os militares e os civis eram as discussões em torno do militarismo e do trabalho político, as quais levaram à união e rompimento das organizações. Um dos fatores para a compreensão dessa oposição entre militarismo e trabalho político pode ser entendido na análise do historiador Daniel Aarão Reis Filho sobre as esquerdas que se formaram no pós-64, e está inicialmente na perplexidade e frustração com a derrota de 1964. As novas organizações tentam romper com as influências e erros do PCB, que preconizava o caminho pacífico por meio das reformas, e passam a priorizar a prática e a luta imediata. O trabalho político era associado a reuniões e discussões que não repercutiram em ações positivas quando ocorreu o

[411] PALMAR. Aluízio. **Op. cit.**, p. 232.
[412] SOUZA, Percival. **Op. cit.**, p. 252 e 257.
[413] Entrevista concedida à autora em 13.12.2008.
[414] Idem, ibidem.

golpe. Outra influência importante eram as experiências de luta armada vitoriosas da revolução cubana e da guerra do Vietnã.[415]

Franklin Martins[416], um dos participantes do sequestro do embaixador dos Estados Unidos em 1969, no depoimento para o documentário *Hércules 56*, afirma que o golpe de 1964 foi um trauma e explica as opções da esquerda.

> Nós tivemos um golpe sem resistência; nos prometiam que iam resistir, e fomos derrotados sem dar um tiro. Acho que a partir dali temos uma coisa na política brasileira: nós não queríamos mais falar muito, queríamos fazer. Porque antes de 64 havíamos falado um bocado e, na hora H, não havíamos feito.[417]

Mesmo os grupos que defendiam a necessidade do trabalho político e organização popular não descartavam as ações armadas e defendiam um desenvolvimento político-militar como forma de luta. O grupo dos Comandos de Libertação Nacional (Colina), nos seus documentos, declara:

> O trabalho político, nesse início são os próprios combates: as emboscadas que se preparam às colunas inimigas, a desmoralização do Exército [...] Outras condições de sobrevivência física, de condições militares, de tática guerrilheira que determinam a continuidade do trabalho político (e, às vezes, se constituem no próprio trabalho político) são a flexibilidade, a surpresa, os ataques fulminantes etc. [...] para se continuar defendendo a necessidade de uma transformação, de uma mudança do poder para as mãos do povo, para se fazer propaganda da luta armada é preciso combater, é preciso fazer a luta armada, é preciso sobreviver militarmente [...].[418]

Consideravam a preparação militar e o conhecimento e manejo das armas e explosivos fundamentais, mas a preparação política daria as condições para o combatente suportar a realidade do dia-a-dia da vida guerrilheira, "[...] a escola de recrutas de que nos fala Guevara dedica grande parte do tempo na formação política dos quadros. No Vietnã a preparação política é mais importante que a preparação militar".[419] Os guerrilheiros deveriam ter a consciência política de que a luta armada não é apenas a solução para a América Latina. O documento, no que diz respeito ao intelectual, cita que acima da sustentação ideológica estava o comprometimento com o povo e com o seu destino, condição essencial para poder suportar as adversidades.

---

[415] REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira (Orgs.) **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971.** 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 22-23 (Introdução).

[416] Franklin Martins é jornalista e em março de 2007 assumiu o cargo de ministro na Secretaria de Comunicação Social no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

[417] DA-RIN, Silvio. **Op. cit.**, p. 294.

[418] REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira (Orgs.) **Op. cit.**, p. 190.

[419] Idem, ibidem, p. 202.

Quando se unem Colina e VPR formando a VAR-Palmares, a nova organização declara no seu programa a busca de uma aliança político-militar. O isolamento das massas trabalhadoras os colocava numa situação defensiva, que só poderia ser rompida com a organização e conscientização das massas.

> Isso pressupõe a utilização, desde já pela vanguarda, da violência revolucionária, mas pressupõe também lutas políticas de massas, sua experimentação política e o desenvolvimento de sua consciência de classe. Forja-se, assim, a superação do estágio de dispersão política e do isolamento da vanguarda com as massas. É nesse processo que se formam as múltiplas formas de organização das classes revolucionárias, a principal das quais é o exército revolucionário.[420]

Os problemas práticos com que se defrontavam eram a clandestinidade, as dificuldades de reuniões entre os próprios integrantes do grupo e o cerco policial. Diante desse quadro, o que preponderava eram as inúmeras ações armadas, praticadas pelos chamados militaristas, principalmente aqueles militantes que tinham formação militar.

O sargento Darcy Rodrigues afirma que a união com o grupo Colina foi uma tentativa de unificação da esquerda, pois tinham consciência da fragilidade em que se encontravam. Formada a VAR-Palmares, surge "[...] a necessidade de fazer uma grande ação que iria nos libertar do banco nosso de cada dia".[421] No processo BNM 95, que trata da fusão do Colina com a VPR, há dois Autos de Qualificação e Interrogatório que apontam a influência que os militantes de origem militar impunham às organizações.

Antonio Roberto Espinosa, no seu depoimento, conta como o ex-sargento Onofre Pinto se impôs na direção que dividia com João Quartim de Moraes e Waldir Sarapu, e acabou expulsando o primeiro e também Wilson Egidio Fava e Renata Ferraz Guerra de Andrade[422]. No entanto, essa liderança é aceita pelos demais militantes, pois quando Onofre é preso

> [...] estabeleceu-se uma espécie de crise política na VPR, pois, entre outros, Claudio de Souza Ribeiro e "Bacuri" não concordavam com uma direção que obedecia, por assim dizer, a linha preconizada pelo prof. João Quartim de Moraes, quando pertencia à organização, qual seja, uma condução política, contrariamente a Onofre Pinto, que sempre pretendeu imprimir um caráter mais militar à organização [...].[423]

---

[420] Idem, ibidem, p. 344.

[421] Entrevista concedida à autora em 06.09.08. A chamada grande ação foi o roubo do cofre do ex-governador Adhemar de Barros, que teve a participação de vários militares e que rendeu a quantia, segundo Darcy, de US$ 2.456.400,00 dólares, o que permitiu um recuo nas ações armadas.

[422] A expulsão também acontece em função das divergências acerca da saída do capitão Lamarca do quartel e a série de ações que pretendiam fazer. Ver CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998, p. 76.

[423] BNM 95, fl. 40.

Em função dessa crise é convocado um congresso para se escolherem os novos dirigentes. Também se percebe neste depoimento a participação preponderante dos ex-militares nas ações armadas, demonstrando dessa forma como vai se consolidando a influência do militarismo na organização. João Quartim relembra que, quando fazia parte da VPR, propôs que a luta deveria privilegiar a propaganda "[...] que permitisse travar a luta teórica e política com intensidade e impacto correspondente aos das ações armadas. Onofre objetou-me que isto significaria retornar aos métodos da esquerda tradicional".[424]

O outro depoimento é o de José Olavo Leite Ribeiro, no qual também aparecem os conflitos em torno do trabalho político e do militarismo. Alguns meses após a união do grupo Colina com a VPR, surgem as divergências e ocorre o chamado "racha dos sete", em que se dividiram os que eram a favor de uma ou outra linha política a ser adotada pela organização. Segundo José Olavo:

> [...] o chamado "racha" pode ser considerado o início do fim da VAR Palmares, que, o interrogando não participou do congresso em que ocorreu o "racha" e nem mesmo das escaramuças preliminares; que, o imputado soube na ocasião, que Carlos Lamarca e os militares pertencentes a VAR, a saber: Darcy Rodrigues, José Mariane, José Araújo da Nóbrega e alguns outros mesmo sem vinculações militares, haviam cindido com a VAR, sendo que de início se verificou o chamado "racha" dos sete e posteriormente esse racha se ampliou com a adesão de outros elementos da VAR para com o grupo do capitão Lamarca. [...] que, um dos motivos do racha, além das divergências no que concerne ao encaminhamento das ações, pois ao tempo em que os elementos da VPR se preocupavam mais com a prática de atos de cunho militar, os que permaneceram na VAR pretendiam dar uma orientação mais política, dando atenção especial ao trabalho de massa, contrariamente à opinião dos liderados por Lamarca, que tinham como preocupação principal as manobras guerrilheiras [...].[425]

De acordo com esse depoimento, os militaristas impunham uma prática de manobras guerrilheiras e de propaganda armada e a crítica que José Olavo faz é a de que "[...] estavam se transformando em um bando armado e não mais uma organização política; que o crescimento fora apenas através da fusão Colina – VPR e não através de um encaminhamento político bem dirigido [...]".[426] Ele argumenta que estavam se isolando das massas, mas os militaristas acreditavam que a revolução teria início no campo e que nas cidades não havia possibilidade desse vínculo e que o importante seria a organização de uma vanguarda atuante.

Esclarece ainda que os chamados políticos permaneceram na VAR-Palmares, pois acreditavam que a revolução teria de combinar as duas formas de luta: armada e política.

---

[424] MORAES, João Quartim. VPR: Os leninistas e os outros. **Op. cit.**, p. 230.
[425] BNM 95, fl. 676/677.
[426] BNM 95, fl. 677.

Apesar de se colocar contra a prática dos militaristas, no final do depoimento não os condena, pois, apesar de a VAR não ter conseguido levar adiante a sua linha política, a motivação da luta era justa. Quanto aos atos de violência declara que:

> [...] ninguém em sã consciência se integraria a um grupo daquela natureza para praticar terrorismo ou pregar a violência pela violência; que aduz ainda, que a forma de luta pode estar errada, mas o objetivo do embate é comum a todos, qual seja a procura de melhores condições de vida para a população; [...] não se pode igualmente condenar o ideal que motivou a luta, sendo que esse ideal só a história dirá se estava certo ou errado; [...].[427]

O fato de José Olavo não condenar as ações armadas pode explicar não somente o sentimento de justeza da causa, mas também a compreensão de que, no cotidiano das organizações e na situação de clandestinidade em que viviam, essa prática tornava-se necessária à própria sobrevivência dos grupos. Ainda sobre essa polêmica nas organizações é interessante o que nos relata Ariston Lucena, que foi da VPR e esteve no treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, sob o comando do capitão Lamarca e outros militares. Apesar de valorizar a chegada ao Vale de militantes com formação intelectual e política como Juarez Brito, Maria do Carmo Brito, Iara Iavelberg e Herbert Eustáquio de Oliveira, o que proporcionou fazerem reuniões e iniciarem cursos de marxismo, Ariston lembra que a química do militarismo tinha tomado conta das organizações e dos militantes. O trabalho político era importante, mas

> [...] tinha uma influência muito forte do militarismo dentro da organização, a química do militarismo, até porque era uma tradição histórica da VPR essa coisa marcadamente patrocinada e desenvolvida pelo Onofre Pinto, que teve um papel fundamental em mudar a linha política. Quando começou a luta armada o pessoal da dissidência da Polop que configurava o MNR começou a querer recuar e o Onofre deu um chega pra lá em todo mundo e assumiu o comando da organização. [...] Ele tinha muito poder na organização, [...] fazia os contatos com o pessoal nos quartéis e mesmo da cadeia tinha essa influência, essa determinação, eu não tenho dúvida, era o Onofre e o grupo dele, e nesse grupo tinha gente que não era militar cassado, o Diógenes Oliveira não era militar, a Dulce Maia não era e muitas outras pessoas, que não eram militares.[428]

No entanto, essa visão e aceitação do militarismo, por parte dos civis, devem ser problematizados e inseridos no contexto histórico da época, que foi de rompimento com o PCB e suas teses de caminho pacífico para a revolução, e a não resistência ao golpe de 1964, bem como a análise dos objetivos das organizações, no que diz respeito à linha político-militar. Até que ponto pode-se matizar ou enfatizar esse papel dos militares?

---

[427] BNM 95, fl. 679.
[428] Entrevista concedida à autora em 22.03.2008.

Um exemplo dessa problematização é o fato de que nem sempre os militaristas ou militares defendiam a ação. Em entrevista que nos concedeu, o sargento José Araújo da Nóbrega, que pertenceu à VPR e VAR-Palmares, lembra que nessa última alguns militantes descobriram que a estátua de Caxias, patrono do Exército, localizada na avenida Rio Branco em São Paulo, era oca por dentro e propuseram explodir a estátua no dia do soldado para desmoralizar a ditadura. O pessoal da direção que seguia a linha política até achou a idéia boa, mas a ação foi vetada. Segundo José Nóbrega:

> Porque os militares foram contra. Tínhamos um problema estrutural, gente sendo presa o tempo todo. Fizemos o cofre do Adhemar para se estruturar melhor, porque tínhamos que fazer assalto a banco todo dia. A quantidade de pessoas na clandestinidade era muito grande, cerca de duas mil pessoas, que não podiam trabalhar, e tinham que comer, morar, se locomover, e a organização tinha que manter esse pessoal, era uma folha de pagamento grande; portanto, é preciso saber o que tinha por trás dos assaltos a bancos. [429]

Por outro lado, sobre os militaristas recaía a crítica de que eram refratários à discussão sobre os pressupostos teóricos que as organizações deveriam adotar e que só se preocupavam com a prática que eram as ações armadas e, nestas tarefas, se sobressaíam os de origem militar, até pela própria formação. O sargento Darcy Rodrigues afirma que não tinha como ser diferente:

> Eu vou para o setor de ação, tenho formação técnica, a discussão política passa a ser secundária, eu vou responder a quê? A necessidade da ação, aí eu ganhei o título de militarista, que eu acho extremamente injusto, não é que eu superestimasse a ação em detrimento da discussão. Acontece que o comando baixava as ordens: um comandante do setor político chega e me diz: "nós precisamos que seja feita uma ação amanhã de manhã para conseguir dinheiro". Eu digo que não tem nada preparado, mas ele insiste que tem que ser feito e que até já viu um objetivo e me leva para frente de um banco na Vila Mariana. Vejam o absurdo! Olhamos rapidamente o banco à noite, pois não podíamos ficar parados para não chamar atenção. Vamos para o aparelho, rascunhamos uma ação e, no dia seguinte, estou eu com o meu grupo para fazer a ação. Por sorte, o resultado foi positivo.[430]

Essa questão não se circunscreveria somente à VPR, mas envolveria as organizações e os militantes em geral. João Quartim em entrevista que nos concedeu afirma que todos na organização eram a favor da luta armada. "Não quer dizer que os militaristas queriam fazer ações armadas e os massistas, não, ou que fossem contra".[431] Tratava-se de privilegiar um aspecto em função de outro, dependendo do momento vivido. Ele afirma que defendia que depois do AI-5 deveriam recuar, aprofundar na clandestinidade e fazer um trabalho a longo

[429] Entrevista concedida à autora em 18.10.2008.
[430] Entrevista concedida à autora em 06.09.2008. Darcy ainda relata que houve alguns incidentes pelo fato de não conhecerem a agência.
[431] Entrevista concedida à autora em 07.09.2009 na cidade de São Paulo/SP.

prazo[432]. A este respeito encontra-se no processo BNM 153 uma tentativa semelhante feita pela ALN, iniciada em 1968 na região de Conceição do Araguaia no Pará. Um grupo de militantes dirigiu-se para a região com o intento de realizar um trabalho político com a população com vistas a organizar uma coluna guerrilheira posteriormente. Participavam do Movimento de Educação Básica (MEB), tinham apoio de padres da região e utilizavam-se da rádio da prelazia. Começaram também a organizar um atendimento médico para a população, o militante José de Jesus Monteiro conseguia amostras e remédios para distribuir à população.

Na denúncia consta que os acusados tinham a missão de subversão da ordem política e social, pois o MEB se constituía num campo para desenvolverem suas atividades ilícitas, e ainda fizeram "[...] levantamento de áreas onde pretendiam fixar as bases de sua organização, até o aliciamento de lavradores para a luta armada, através de reuniões e programas radiofônicos".[433] Eles atuaram na região até 1969, quando foram presos por essas atividades. No Relatório de IPM do tenente coronel Mauro Amâncio de Souza em 1971, afirma que:

> [...] dada a evidência dos fatos, podemos concluir, sem possibilidades de erro, que longe do que se poderia pensar as atividades de tais elementos não estavam por iniciar, pelo contrário, se encontravam muito além, pois, já haviam atingido a chamada etapa das tarefas revolucionárias em Conceição do Araguaia, [...] encontraram campo favorável às suas atuações extremistas, [...] conseguiram ocupar importantes cargos no Movimento de Educação de Base (MEB). Tais elementos, valendo-se das funções que exerciam, além de procurarem doutrinar e converter seus companheiros de trabalho, faziam a penetração ideológica vermelha em toda região [...] o mais ativo e preparado do grupo, estava criando em toda a área um clima de comoção político e social, por meio de palestras e notícias tendenciosas, emitidas através da emissora local.[434]

O relatório informa que tomaram conhecimento da atuação do grupo por dois padres que, apesar de esquerdistas, haviam solicitado a demissão dos indiciados do programa de educação. O que não aconteceu por interferência de outros dois padres. O militante Tito Guimarães Filho "[...] fez reuniões com os camponeses, procurando doutriná-los e incitá-los à violência para solucionar as questões de terras ali existentes"[435]. A ALN do Pará não atuava só na capital, mas também na região de Vigia, Macapá, km 48 da rodovia Belém-Brasília, Marabá e Imperatriz. O militante José de Jesus Lima Monteiro, que pertencera ao "Partidão" e que agora seguia a "linha Marighella", participou de reuniões "[...] onde lhe foi atribuída a missão de trabalhar para a organização no campo da medicina sem locais pré-determinados, a

[432] Idem, ibidem.
[433] BNM 153, fl. 4.
[434] BNM 153, fl. 172-173.
[435] BNM 153, fl. 173.

fim de facilitar o trabalho de aliciamento [...]".[436] Investigando a vida pregressa do indiciado junto à Polícia Federal, recebem a informação de que ele participou do Movimento Familiar Cristão e da organização de movimentos como a Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC); enfim, com a série de prisões, descobrem que possuíam armas e que havia dois sargentos e um policial da região participando das reuniões e que iriam dar instruções de tiro.

A defesa vai alegar que a denúncia é improcedente, não há nada de concreto, a acusação se apóia em testemunhas que afirmam que o Dr. Monteiro atendeu pessoas de sua família, prometeu arrumar remédios e quando regressou de Belém entregou os remédios prometidos. O advogado Francisco Cardoso de Vasconcelos argumenta: se forem verídicas estas afirmações,

> [...] seria de fazer-se a seguinte pergunta: como médico, o acusado estaria proibido de exercer a sua profissão, isto é, de atender doentes, receitar, praticar, enfim a medicina? Então, atendendo doentes, gratuitamente ou a qualquer título, estaria o réu aliciando colonos, mesmo que procurasse o interior do Estado para exercer o seu mister de médico! Pergunta-se mais: a atividade do acusado, de praticar medicina caracteriza o crime de subversão? O exercício da medicina é, então, atividade revolucionária?[437]

O problema é que para os representantes da Justiça Militar aquela prática de medicina era revolucionária e a legislação tinha o artigo próprio, aquele que enquadrava a tentativa de provocar a guerra revolucionária, o artigo 23 do DL 314/67, com a mesma redação no artigo 25 do DL 898/69, porém com as penas aumentadas. O trabalho político, mesmo que num primeiro momento não chamasse a atenção como uma ação armada, também estava passível de sofrer repressão e, mesmo, ser inviabilizado. Os movimentos eram vigiados, os agentes do DEOPS estavam por toda parte. Nesse processo as acusações eram de reuniões, conversas com os moradores da região, livros que foram encontrados entre seus pertences e, ainda, o fato de descobrirem que pertenciam à ALN.

No processo de luta armada o que se verifica é que tanto os militaristas tentaram fazer um trabalho político, como os chamados massistas acabaram entrando na roda viva de ações armadas, a própria clandestinidade exigia isso. O capitão Lamarca teria dito que "tarefa militar é tarefa política", e sua trajetória mostra esse impasse que viviam. Quando estava se dirigindo para a Bahia já no MR-8 afirmava que a luta não estava nos planos, ela se dera por necessidade e o Vale do Ribeira foi um treinamento, e faz uma crítica ao militarismo, dando prioridade ao político, "[...] achava que se devia dar mais ênfase ao trabalho de organização

[436] BNM 153, fl. 174.
[437] BNM 153, fl. 550.

das massas, embora com objetivos militares, no qual o militante se integrasse com o povo para, mais tarde, fazer ações armadas".[438] Na VPR sempre houve preocupação com o plano político, mas na prática isso não acontecia. Mesmo com essas idéias que eram passadas ao integrante do MR-8, os militantes ainda pensavam em fazer uma grande ação para conseguirem uma base econômica que mudasse o rumo e "[...] uma forma de sair do círculo vicioso: ação armada, queda, dinheiro pra repressão; ação armada, mais dinheiro, gastos com aparelhos, viagens, novas prisões, mais dinheiro pra repressão...".[439]

Antonio Gramsci, nos seus *Escritos políticos* de 1925, assinalava a necessidade da preparação ideológica das massas e afirmava que: "[...] a preparação ideológica de massa é uma necessidade da luta revolucionária, uma das condições indispensáveis para a vitória".[440] Entretanto, percebia que os quadros dirigentes do movimento operário não podiam mais atuar como no período anterior a 1921. As organizações e manifestações de massa não existiam mais, e os que eram mais atuantes eram perseguidos e vigiados; não existem as possibilidades de atividades e discussões que havia no período de democracia e liberdade.

Para Gramsci, mesmo que os membros do partido sejam "[...] homens sinceros e de vigorosa fé revolucionária, [...] Delineia-se assim um perigo muito grave: a massa do Partido – habituando-se, na ilegalidade, [...] [passa] a considerar como possíveis e organizáveis imediatamente apenas as ações de pequenos grupos [...].[441] Segundo ele, essa prática acaba por levar a incapacidade de vencer o inimigo, e, apresenta um outro problema: a dificuldade de reorganização do movimento operário após um período reacionário, pois as massas temem uma volta à situação anterior. O Partido por sua vez manteria a prática da ação sem avaliar as relações de força, o estado de espírito das massas, as condições de armamento, por fim ele lembra que é difícil que esses erros não aconteçam, para tanto é necessário um trabalho ideológico e político dos membros do partido.[442]

Se a organização é difícil após um período reacionário, guardadas as diferenças e especificidades do fascismo italiano em relação ao regime militar no Brasil, como resolver esses impasses durante o período reacionário? Um caminho para a busca dessa compreensão pode ser lembrar que o militarismo das organizações acontece em função do objetivo que é de um projeto revolucionário que só pode ser posto em prática por meio de uma luta armada.

---

[438] JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. **Lamarca. O capitão da guerrilha**. 15ª edição, São Paulo: Global, 2000, p. 100.
[439] Ibidem.
[440] GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos.** Volume 2: 1921-1926. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 297.
[441] Idem, ibidem, p. 290.
[442] Idem, ibidem, p. 291.

Projeto esse que envolve uma valorização, por sua natureza, das práticas militaristas dos militantes, o que significa que a participação de militares na luta armada, portadores dessa característica, será ao mesmo tempo de convergência com o projeto revolucionário e de divergência com a prática política também necessária para o êxito da revolução. Como esse projeto foi frustrado buscou-se as causas naquilo que foi mais difícil de se pôr em prática, ou seja, o trabalho político, e "culpou-se" o militarismo.

Na entrevista de Daniel Aarão do MR-8 concedida à pesquisadora Denise Rollemberg, não são as respostas do entrevistado mas uma pergunta que suscita algumas reflexões importantes. A questão é a respeito do momento em que ele chega à Argélia, com o grupo de libertos trocados pelo embaixador alemão, no sequestro feito pela VPR e ALN. Teria ele já intuído a derrota do militarismo? Daniel Aarão afirma que já haviam produzido um documento com essa autocrítica, ele pertencia ao quadro político do MR-8, e naturalmente se preocupava com a predominância e valoração das ações armadas em relação ao trabalho político ao qual pertencia, mas, mesmo fazendo a crítica, revela que:

> Minha experiência militar era praticamente zero, algumas ações armadas não tinham me despertado nenhuma vocação assim militar [...] o que se prezava muito era exatamente aqueles que tinham mais disposição para fazer ações armadas, mais habilidades técnicas para se sair bem em ações armadas, [...] nós olhávamos com certa admiração os sargentos da VPR, que tinham uma experiência de treinamento militar e uma habilidade técnica muito consideráveis em relação a nós que não tínhamos nenhuma.[443]

Segundo Daniel Aarão a reflexão política perdia espaço para a influência do militarismo, e isto é bastante compreensível, a VPR e a ALN haviam feito a ação do sequestro que os tinha libertado, afinal estavam na Argélia em função de uma ação armada, as teses de Marighella e Jamil (Ladislau Dowbor) ganhavam as mentes. Daniel afirma que se sentia deprimido, pois mesmo dentro do MR-8 os que se distinguiam, caso de Cid Benjamin, eram aqueles que possuíam as qualidades e habilidades militares, um militarismo que era considerado por ele como primário, ao passo que o lado político seria o mais importante a longo prazo. "Não eram os que apertavam o gatilho que iam decidir a sorte da revolução, mas a reflexão mais geral".[444] Entretanto, naquele momento, o que contava na distinção entre os grupos era o culto à ação, até porque, segundo ele, eram quase todos muito jovens e a capacidade e habilidade de distinguir certos códigos sempre foi motivo de valorização pessoal

[443] Entrevista concedida a Denise Rollemberg em 09.11.1996. Coleção Militância Política e Luta Armada/Arquivo AEL, FCI01310-19.
[444] Idem, ibidem. Sobre as teses de Jamil, que juntamente com o sargento Onofre defendiam as ações armadas e apenas alguns contatos com os movimentos sociais, consultar nosso trabalho: MACIEL, Wilma Antunes. **Op. cit.**, p. 27 a 32.

entre os jovens e "[...] nós nos distinguíamos, nos valorizávamos pela capacidade de falar com familiaridade das armas, das metralhadoras, dos fuzis, etc., do conhecimento das ações, da capacidade de resistir à polícia e da capacidade de conhecer o campo e as áreas rurais [...]".[445]

O paradoxo desses conflitos e questões nos leva de volta à pergunta sobre a derrota do militarismo e à reflexão do então militante Daniel Aarão que, mesmo não tendo empolgação pelo treinamento militar, conclui que as circunstâncias da época assim o exigiam. E que circunstâncias eram essas? A de que se pretendia fazer uma revolução num país governado por um regime militar que chegara ao poder por meio de um golpe de Estado, e cercado de golpes que se disseminaram por todo o continente.

Nesse sentido, o trabalho político, principalmente junto aos setores populares, já havia sido derrotado por ocasião do golpe e a repressão que se seguiu. Ainda assim, houve tentativas de trabalho político que foram levadas a cabo por organizações militaristas como a que foi citada, da ALN do Pará. O militarismo só pode ser entendido se associado àquelas circunstâncias e aos objetivos dos grupos armados, que eram o de um projeto revolucionário de superação do sistema capitalista rumo a uma sociedade socialista.

Cabe ainda um outro elemento importante para se analisar, partindo das reflexões de Apolônio Carvalho, ex-militar, militante do PCBR, partido que dava mais ênfase à luta política. Ele afirma que é importante entender por que a luta não avança, por que para de crescer? As massas tinham sido golpeadas, as lideranças sindicais e políticas presas ou vigiadas. Apolônio de Carvalho lembra que: "Nós saímos de um imenso ascenso de massas muito bonito. Agora, nos chocamos com a posição das classes dominantes, adiantando-se na repressão e na neutralização desses elementos".[446] Era preciso, portanto, passar por aquelas formas de reorganização, não após um período reacionário, mas durante, e que vinha crescendo em termos de repressão. A correlação de forças era muito desfavorável, sem nenhum tipo de liberdade. Outro questionamento importante de Apolônio era:

> [...] como ganhar as massas? Para uma forma de luta que as deslocaria da sua vida cotidiana; ou que se combinaria com os elementos comuns de sua vida cotidiana, com aspectos inteiramente diversificados; em que elas iriam jogar sua vida, sua condição de família, sua vida profissional. Não se tratava dos jovens estudantes que podiam dispor de suas vocações e de sua vontade. Tratava-se da grande massa trabalhadora com suas vidas diárias, de família, de

[445] Idem, ibidem. Um dos motivos pelo qual Cid Benjamin se destacara foi o momento de sua prisão, segundo Daniel Aarão, considerada uma queda antológica; a polícia o prendeu numa padaria e, por lutar muito bem judô, ele *"lutou como um leão ali para não se entregar, a padaria foi toda quebrada e foram necessários muitos e muitos policiais para submetê-lo, e aquilo... a própria repressão falava com muito respeito do Cid [...]".*

[446] Entrevista concedida a Marcelo Ridenti no Rio de Janeiro/RJ. Coleção Militância Política e Luta Armada. Arquivo/AEL. Fundo FC/001014 e FC/00105.

> organização precípua de célula da sua sociedade. Então, ali como ganhar suas consciências para esse salto de qualidade na prática da luta de classes?[447]

Além do impacto da repressão, há um outro dado, o tipo de trabalho político que se tinha que fazer para atrair o povo, não era uma luta de participação política, mas sim revolucionária para se derrubar uma ditadura.

Nas discussões do "racha dos sete", a divergência foi tão forte que chegou às barras do tribunal, como vimos, e serviu de medida para as decisões. Na sentença dos militantes da VAR-Palmares é afirmado que o marinheiro Cláudio de Souza Ribeiro

> [...] foi também participante ativo dos congressos de Mongaguá e de Teresópolis, tendo no primeiro comparecido como um dos dirigentes da VPR e no segundo, após abdicar do cargo de 'comandante' nacional da VAR-Palmares, acompanhou Carlos Lamarca, no chamado 'racha dos sete'. Trata-se de um criminoso político perigoso, partidário da luta armada e da violência, que contribuiu de todas as formas para a consecução de seus objetivos.[448]

Militarismo e trabalho político continuavam dividindo as opiniões até na Justiça, defesas e acusações eram feitas com base no posicionamento dos militantes. Dulce Maia relata que quando estava presa, apesar de ser militarista, não ficava na cela das pessoas que faziam ações, mas no grupo das de apoio, mas foi chamada para que fizesse a opção entre a VAR e o racha em função da divisão que houvera "[...] perguntei: de que lado estão os militares? Então eu fiquei com o racha, mas era bobagem, na cadeia eu não fazia nada, os massistas até tinham razão em parte, a longo prazo, mas, nem hoje fazem o trabalho político[449].

O sargento José Nóbrega lembra as discussões que teve no "racha dos sete". Afirma que o trabalho político que propunham era totalmente inviável na clandestinidade em que viviam.

> Ações políticas com gente procurada? Fazer trabalho político iria expor os militantes procurados, o grupo não tinha experiência militar, não sabiam como funciona, como se reconhece um policial, participei de investigações na Polícia Federal, esses eram os problemas dos militares, questão de segurança, tive uma discussão feia, saímos no tapa. Cláudio Ribeiro de Souza também discordou".[450]

Um dado até paradoxal encontrado sobre esse impasse das organizações armadas são as declarações de Ângelo Arroyo num balanço que fez sobre a guerrilha do Araguaia,

---

[447] Idem, ibidem.
[448] BNM 95, fl. 3378.
[449] Entrevista concedida à autora em 20.09.2008. Podemos até questionar a idéia de que até hoje não há trabalho político, afinal existem inúmeros movimentos sociais; entretanto, a conscientização necessária àquela época é diferente, se levarmos em conta que estes são de inclusão no sistema capitalista, ao passo que aqueles eram de superação do mesmo sistema que ainda impera.
[450] Entrevista concedida à autora em 18.10.2008.

realizada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Iniciada em dezembro de 1967, chegou a ter 86 participantes que foram para a região do Araguaia; a mesma localidade que a ALN tinha tentado implantar uma guerrilha, se integraram aos camponeses e faziam treinamento militar. Após três campanhas do Exército foram totalmente dizimados e 69 guerrilheiros são até hoje desaparecidos. Esse relatório de Ângelo Arroyo, que saiu da região um pouco antes do fim da guerrilha, é considerado um balanço positivo, mas quando avalia os erros ele afirma que a causa deles deve-se à inexperiência militar. Na hora do enfrentamento, faltou conhecimento sobre a arte da guerra. Entre os problemas que aponta estão:

> O pequeno número de ações militares. Foram poucas as ações para dois anos de luta. Os guerrilheiros ficaram muito presos ao trabalho de massa numa área estreita, não tiveram maior atividade militar. Esta atividade era indispensável, além do mais, porque ajudaria a treinar e condicionar melhor os guerrilheiros. Não se soube dar o necessário equilíbrio entre propaganda armada, criação de uma base política de massas e ações militares.[451]

Não cabe nos limites deste trabalho uma discussão sobre o que era viável ou inviável na Guerrilha do Araguaia. O que nos interessa nesse fragmento é que para as pessoas envolvidas na luta revolucionária é imperativo entender o porquê das coisas terem acontecido desta ou daquela forma, e novamente a causa da derrota foi aquilo que não se conseguiu por em prática, neste caso a experiência militar. Vale registrar que na guerrilha do Araguaia identificamos apenas um sargento do Exército, Daniel Ribeiro Callado, morto em 1974.

E, se a história é o registro daquilo que as pessoas fizeram, conforme Edward Carr, são a essas ações que devemos nos ater, vale dizer, tentar compreender o militarismo das organizações não somente como causa de uma derrota que foi de todos, e aconteceu em função de uma correlação de forças extremamente desfavorável, pois enfrentou a repressão de um outro militarismo, o do regime militar.

4.3. A repressão

A repressão aos militares de esquerda é anterior ao golpe de 1964. Há processos instaurados já em 1963 para apurar a rebelião de sargentos da Aeronáutica em Brasília, sendo

[451] ARROYO, Ângelo. **Guerrilha do Araguaia.** 3ª edição, São Paulo: Anita Garibaldi, 1996, p. 59. Arroyo, apesar de apontar os erros do Comando Militar, principalmente por não tomar as armas ao inimigo, não diminui *"[...] o valor e contribuição que deu na realização de tão importante tarefa. Aprende-se a nadar nadando. Aprende-se a lutar, lutando. Os acertos e os erros formam um todo. Uns e outros aumentam nosso conhecimento"*, p. 61. Na entrevista que nos concedeu, Ariston Lucena afirma que os guerrilheiros do Araguaia tinham uma deficiência muito grande em armas e que o mesmo não aconteceu quando estiveram no Vale do Ribeira. A fuga que empreenderam, apesar de todo o cerco, além do conhecimento militar do capitão Lamarca, que, segundo ele, sabia as manobras e o tipo de movimentação do Exército, o armamento que possuíam, foram fundamentais para que tivessem êxito quando tiveram um enfrentamento com as tropas inimigas.

que a tramitação se deu durante o regime militar, resultando em condenações com severas penas e o afastamento do serviço militar.

A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) teve 284 réus, dos quais apenas 35 foram absolvidos, os demais foram condenados a penas superiores a 5 anos.[452] Alguns desses marinheiros integrariam as organizações de esquerda armada, como Marco Antonio da Silva Lima (MAR e PCBR), Avelino Capitani (MAR e PCBR), Cláudio de Souza Ribeiro (VPR e VAR-Palmares) e Antonio Duarte dos Santos (MAR). Entre os absolvidos está Edgar de Aquino Duarte, que ingressaria na VPR, preso em 1971, com passagem por vários cárceres, e que consta na lista de desaparecidos.[453]

Antonio Duarte no seu livro *A luta dos marinheiros* aponta que o fato de grande parte não ter aderido aos movimentos armados contra a ditadura explica-se pelo fracasso pessoal e por terem sido afastados das Forças Armadas, principalmente os da Marinha. Havia um processo de conscientização política que foi abortado, os marinheiros sofreram muito com a expulsão. Antes eram humilhados e sentiam a diferença social entre eles e os oficiais, depois não sabiam o que fazer da vida. O Brasil arcaico em contraposição ao Brasil moderno parecia se refletir na Marinha. Os oficiais tinham um discurso modernizante, mas suas atitudes revelavam a herança de um passado colonial que persistia ainda na década de 1960, o tratamento dispensado aos subalternos era do tempo da casa grande e da senzala.

Segundo Antonio Duarte, na Justiça Militar procurava-se destruir o espírito de revolta dos marinheiros utilizando-se termos e formas jurídicas, mas também do mesmo ideário da Marinha, demonstrando a insignificância da luta contra o sistema, principalmente na descrição da promotoria sobre as responsabilidades de cada um. Depois da expulsão da Marinha, o que restava era a vida de condenados, haviam perdido a batalha, foi lhes imposto o vazio dos derrotados, não pertenciam mais a Marinha, não podiam usar mais o uniforme e não sabiam o que fazer da vida.

Ao final o que restava do movimento para muitos era a visão da Marinha que classificava as lutas do ponto de vista da hierarquia e não da legitimidade e justeza de suas causas. As penas em sua maioria foram pesadas, uma parte dos marinheiros era de jovens, outros já com idade em torno de 30 anos. Alguns se revoltaram contra a associação e antigos companheiros pela desgraça que atingira suas vidas, outros se resignaram, a maioria decidiu cumprir as penas e tentar reconstruir suas vidas.[454]

---

[452] BNM **Perfil dos Atingidos**, p. 120 e 124.
[453] Idem, Ibidem, p. 127.
[454] DUARTE, Antonio. **Op. cit.**, p. 284 a 286.

Jacob Gorender assinala que a repressão e a violência no âmbito da Justiça se ampliaram com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), em outubro de 1965. O § 1º do artigo 8º, em relação à segurança externa, passou a ter a seguinte redação: "Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei para a repressão contra a *segurança nacional* ou as instituições militares".[455] Realmente essa repressão se estende, principalmente aos civis que serão enquadrados por crime contra a segurança nacional, e com o AI-5 em 13 de dezembro de 1968 sem a prerrogativa do *habeas corpus*. Segundo o autor: "A militarização judicial acompanhou a militarização do combate direto às organizações de esquerda. Elaborada na Escola Superior de Guerra, a doutrina de segurança nacional colocou este combate na categoria de *defesa interna*, de *casus belli* da responsabilidade das próprias Forças Armadas".[456] (grifo do autor)

Antonio Carlos Fon, em seu trabalho sobre a repressão e a tortura, assinala que, segundo a Escola Superior de Guerra (ESG), num trabalho publicado na revista *Segurança e Desenvolvimento*, era necessário transpor o conceito de defesa nacional voltado para a agressão externa para o de segurança nacional, este mais abrangente, pois incluía a agressão interna. Ainda de acordo com a ESG havia a necessidade de agir em legítima defesa contra os nacionais que exerciam um perigo interno-externo ao se associarem à subversão internacional. Argumentava um coronel: "'[...] lutávamos contra um inimigo externo, o comunismo internacional, cujo exército estava disseminado dentro de nossa própria população [...]'"[457]. Segundo ele, toda pessoa era um soldado inimigo, como se o território estivesse ocupado. Neste sentido, de acordo com a ESG era necessária a aplicação de repressão violenta aos inimigos internos, pois dentro do contexto do período os grupos de esquerda estariam recebendo ajuda internacional, como por exemplo o apoio cubano declarado na conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), da qual participara o líder comunista Carlos Marighela.[458]

Quanto à repressão, Gorender afirma que nem mesmo os oficiais das Forças Armadas ficaram imunes à tortura após 1968.[459] Sobre o recrudescimento da repressão no final da década de 1960, Carlos Fico afirma que o aparato repressivo não deve ser somente associado à edição do AI-5 ou como uma reação à luta armada. O plano de um sistema global de

---

[455] BEIGUELMAN, Paula. **O pingo de azeite: a instauração da ditadura**, 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1994, p. 57. Sobre o AI-2 ver também análise de GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**, p. 254 a 256.
[456] GORENDER, Jacob. **Op. cit.**, p. 226.
[457] FON, Antonio Carlos. **Tortura: A história da repressão política no Brasil**. 3ª edição, São Paulo, Global, 1979, p. 31.
[458] Idem, ibidem, p. 28.
[459] GORENDER, Jacob. **Op. cit.,** p. 227.

controle da sociedade já existia desde o início do regime, bem como o projeto de luta armada é anterior a 1964.[460] Segundo a historiadora Maria Aparecida de Aquino, no período de 1964 a 1968 houve uma tentativa de eliminação dos movimentos sociais, mas tanto a luta armada quanto a repressão tiveram "[...] uma dialética entre dominação e resistência na construção de suas estratégias de atuação que levam ao confronto aberto nos anos mais duros do regime militar".[461]

Portanto, não há como negar o recrudescimento da violência durante o regime militar, mas, no que diz respeito aos integrantes das Forças Armadas, o trabalho de Nelson Werneck Sodré mostra que a tortura nos quartéis é anterior ao golpe, e esteve presente nas disputas pelas eleições no Clube Militar e na campanha contra a guerra na Coréia.

> As violências começam na Marinha, e voltaram-se contra a tropa em que se delineava ou repercutia a campanha de protesto contra a intervenção militar brasileira na Coréia. Quartéis foram transformados em locais de torturas, oficiais transformaram-se em carrascos, celas em câmara de defuntos, com a anuência, ou a conivência, ou a cumplicidade de comandantes de unidades, e com o conhecimento de generais. As violências abrangeram as três Forças Armadas[462]

O autor cita inúmeros depoimentos de militares que estiveram presos no DOPS, na Base Aérea de Natal e nos quartéis. As torturas são as mais terríveis e se assemelham, em termos de crueldade, às constantes nos depoimentos ao BNM durante o regime militar. Nos inquéritos alguns oficiais denunciaram, entre outros, o coronel Amaury Kruel de coação de testemunhas e de ter afastado promotores que não quiseram manter prisões ilegais e se negaram a requerer pedido de prisão preventiva para alguns indiciados.[463]

Em artigo sobre a violência extralegal nas Forças Armadas, o historiador Shawn Smallman afirma que a repressão usada contra civis durante o regime militar "[...] foi criada para eliminar oficiais dissidentes. A repressão militar interna foi uma ponte para o uso geral da violência contra a sociedade".[464] A respeito do golpe de 1964 o autor assinala que o general Golberi do Couto e Silva, que viria a assumir o Serviço Nacional de Informações (SNI),[465]

---

[460] FICO, Carlos. **Op. cit.**, p. 81/82.

[461] AQUINO, Maria Aparecida de. "A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico". In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000, p. 281.

[462] SODRÉ, Nelson Werneck. **Op. cit.**, p. 331-332.

[463] Idem, ibidem, p.334 a 339.

[464] SMALLMAN, Shawn C. A profissionalização da violência extralegal. In: CASTRO, Celso et alii (Orgs.).**Op. cit.**, p. 390. Importante lembrar que, nas violências narradas no livro de Sodré, não só os oficiais são vítimas, mas também os militares subalternos.

[465] Para uma análise do alcance de controle da sociedade após o golpe civil militar, consultar: LONGHI, Carla Reis. O SNI e seus tentáculos: representações de um projeto de sociedade. In: AQUINO, Maria Aparecida, et alii (Orgs.) **O DEOPS/SP Em busca do crime político.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2002, p.55-119.

> Primeiro organizou uma onda de repressão em que centenas de soldados foram presos. Oficiais foram mandados para a reserva, transferidos, aprisionados e destituídos de todos os direitos políticos. Oficiais dissidentes se desesperaram com ameaças de morte a seus familiares; colegas seus eram presos em casa, e ouviam-se tiros no meio da noite. Alguns foram para a clandestinidade, mas com muito pouca chance de escapar. Os militares de patentes inferiores enfrentaram repressão ainda mais selvagem. Essa repressão eliminou a oposição dentro das Forças Armadas e garantiu as condições de êxito para o golpe que se seguiria em 31 de março de 1964[466].

Uma das formas de repressão a que estiveram sujeitos os militares que foram cassados em 1964 foi a dificuldade em encontrar uma colocação profissional. O sargento Joacy Pereira Magalhães do PRT conta que quando foi expulso da Aeronáutica foi procurar emprego na Panair, uma empresa civil, na área de trafego aéreo, que era o que sabia fazer. Explicou que era ex-militar e a experiência que possuía, e o diretor lhe respondeu:

> — Até que seria uma boa, vocês da FAB virem trabalhar aqui com a gente. Só que existe um problema. [...] uma portaria reservada do ministro, impedindo que a gente dê emprego para vocês... [...] posso falar com o Brig. Epaminondas para ver... acho que vai ser difícil.
> Ele mandou voltar outro dia. Voltei:
> — Olha, infelizmente não vai dar. Aconteceu aqui um caso idêntico ao seu – acho que foi na Cruzeiro – e o governo ameaçou de cortar a subvenção das empresas.[467]

Ele conta que ainda procurou emprego em outras empresas, era aprovado, mas quando apresentava o certificado de ex-militar cassado era dispensado. "As grandes empresas recebiam ordens do governo para não dar emprego para a gente. Puniam duas vezes".[468]

Quanto aos militares que foram presos logo após o golpe, houve diferenças de tratamento; alguns ficaram presos juntos com outros colegas da mesma unidade, sem sofrerem uma repressão violenta além de estarem presos; em alguns estados a repressão foi maior, por exemplo em Pernambuco.[469] Avelino Capitani conta que, quando foi preso em 1964, logo após o golpe, foi torturado no Centro de Informações da Marinha (Cenimar), serviço secreto das Forças Armadas. Seus oficiais vinham sendo enviados, desde 1954, para fazer cursos na Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Capitani e outro marinheiro de nome Geraldo foram muito torturados para darem informações sobre Antonio Duarte, outro integrante da Associação de Marinheiros. Havia, ainda, um médico presente no interrogatório que acompanhava as condições físicas dos presos, e a equipe de torturadores era integrada pelos capitães Sérgio e Solismar.

---

[466] Idem, ibidem, p. 402.
[467] Entrevista a SANTOS, Andrea Paula. **Op. cit.**, p. 463-464.
[468] Idem, ibidem, p. 464.
[469] Informações passadas por nossos entrevistados, essa era uma pergunta recorrente.

> Recebíamos batidas de 4 ou 5 torturadores posicionados numa espécie de corredor polonês. Depois, os choques elétricos. Sabão nos olhos, queimaduras com cigarro e dentes arrebentados. Faziam também pressão 'psicológica', deixando-nos 2 ou 3 dias sem beber. Depois, ofereciam comida salgada e não nos deixavam tomar água.[470]

Depois da passagem pelo Cenimar, os marinheiros foram transferidos para a prisão da Ilha das Cobras, de triste memória da nossa história. Lá tinham ficado encarcerados Tiradentes e João Cândido, o *Almirante Negro*, líder da Revolta da Chibata de 1910, e que participara da assembléia da AMFNB.

Nos processos contra os militares, como já foram mencionadas nos capítulos anteriores, muitas foram as formas de violências sofridas. Após o AI-5, quando há um recrudescimento do regime, encontram-se as denúncias de torturas no BNM 701 de 1973, dos capitães José Miguel Camolez e Jarbas Barbosa Lopes. O capitão tenente Camolez, no seu Auto de Qualificação e Interrogatório, afirma que a acusação não é verdadeira e que foi preso por cinco oficiais que apontavam uma arma para a sua cabeça, trazido de Salvador para o Rio de Janeiro foi deixado por oito homens em trajes civis numa sala sem janelas onde

> [...] somente podia ouvir vozes que surgiam de alto falantes instalados no teto, e que passou a ser xingado por uma sucessão de palavras de baixo calão, gritadas por várias vozes diferentes, simultâneas; que imediatamente passou a protestar [...] que todos se calaram e as vozes foram substituídas por ruídos eletrônicos tão fortes e tão intensos que não escutou mais a própria voz; [...] as paredes do cubículo eram batidas com muita intensidade durante muito tempo [...] o sistema de ar era desligado tornando a atmosfera pesada, passando então a respirar lentamente.[471]

O capitão Camolez denuncia que ficou vinte e quatro dias incomunicável e que assinou papéis em branco, pois ameaçaram trazer sua esposa que estava grávida para também ficar no cubículo, e que ele seria o responsável pelo que viesse a acontecer com ela.[472] O capitão Jarbas Barbosa também afirmou que a acusação é falsa e "[...] que foi interrogado nas dependências do Cenimar, despojado de sua farda e ficou preso durante 44 dias, sendo que 20 incomunicável; [...] recebeu ameaças, sem que fosse levada em conta sua condição de oficial da ativa [...].[473] Houve militantes que participaram do movimento de Caparaó e que foram presos novamente em 1972 por integrarem a RAN, como Hermes Machado Neto e Amadeu Rocha. Ao contrário de Caparaó, Hermes passou quarenta e nove dias sendo torturado no DOI-CODI da Barão de Mesquita, e foi condenado a doze anos e seis meses de prisão por ser

[470] CAPITANI, Avelino Bioen. **Op. cit.**, p. 106.
[471] BNM 701, fl. 1970-1971.
[472] BNM 701, fl. 1971.
[473] BNM 701, fl. s/n. 6º Volume.

reincidente.[474] O mesmo ocorreu com o marinheiro Amaranto Jorge Rodrigues, preso também em 1972, que esteve com Amadeu Rocha. "Depois de três dias de tortura, choque elétrico por todo o corpo, eles me apresentaram ao Amadeu Rocha [...] estava todo ensanguentado".[475]

Nesse período do início da década de 1970 os militares capturados tiveram execução sumária ou foram mortos na tortura sem terem a sua prisão reconhecida. Nos processos, nas entrevistas, poderíamos citar inúmeros relatos de tortura, aos militares ainda pesava a "traição". O sargento José Nóbrega afirma que foi torturado durante três dias com choques elétricos, afogamentos, pancadas e chamado de traidor. O general chefe da Polícia Federal onde ele havia servido queria a cabeça dele. Encontrou um soldado da sua companhia que o tratou bem e encontrou outro, seu subordinado, como torturador da Oban.[476]

Os órgãos de repressão se sofisticaram, a polícia recebeu "ajuda" dos Estados Unidos para combater a subversão.[477] Pedro Lobo conta que pesava contra ele a execução do capitão Chandler, que fazia parte desse treinamento. A tortura era um instrumento de dominação e sujeição, uma ferramenta que fazia parte do "trabalho", mas para quem trabalhavam? Vale terminar o capítulo com a fala de um dos nossos entrevistados, um civil, Ariston Lucena, que trouxe ao debate um outro ator social, ao final da entrevista, afirmou que gostaria de acrescentar a seguinte reflexão: Contra quem lutávamos?

> Era um processo de lutas de classes. Embora pareça que foi uma luta contra a polícia, contra o Exército, era um processo de luta de classes. A gente estava lutando contra a burguesia, que patrocinou, defendeu todas essas arbitrariedades, o atrelamento do país ao capital internacional. E essa burguesia tem nome: são os banqueiros do Itaú, Bradesco, as grandes corporações que estão atreladas ao capital internacional. Era contra esse pessoal que a gente lutava, era contra eles que se deu o embate, embora pareça que foi contra o Exército, a polícia. Nós perdemos porque avaliamos mal o nosso inimigo, o nosso potencial, as nossas capacidades, não tinha trabalho político profundo, onde aconteceu de modo diferente a revolução triunfou, em Cuba, na China, em Angola e outros países, nunca tivemos consciência desses processos para entender o movimento revolucionário.[478]

---

[474] CALDAS, José Costa. **Op. cit.**, p. 264.
[475] Idem, ibidem, p. 262.
[476] Entrevista concedida à autora em 18.10.2008.
[477] Para uma análise do treinamento às polícias do Brasil pelo Estados Unidos, consultar: HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina.** São Paulo: Cortez, 1998.
[478] Entrevista concedida à autora em 22.03.2008.

Considerações Finais

Este trabalho de pesquisa buscou, antes de tudo, reunir os militares que no conjunto da esquerda armada participaram da luta contra o regime militar no Brasil. A organização desses militares está inserida num movimento maior que é anterior ao golpe civil-militar, e tem seu auge na luta contra a tentativa de golpe em 1961, quando os ministros militares quiseram impedir a posse do vice-presidente João Goulart, depois da renúncia do então presidente Jânio Quadros. Com o *slogan "*Sargento também é povo" conseguem dominar as unidades militares e impedir a movimentação dos golpistas. Em nome da legalidade e da defesa da Constituição obtêm a vitória. O presidente assume e passa a ter um relacionamento próximo aos sargentos, apoiando suas demandas. Nos anos seguintes a participação política dos subalternos das Forças Armadas ganha corpo e eles continuam atuantes, principalmente por meio das suas associações.

Por sua vez, os marinheiros em 1962 também fundam sua associação, a AMFNB, e passam a ter contato com outros movimentos sociais, como os dos estudantes, operários, camponeses, intelectuais: é a época do ascenso da participação popular. Há também o acirramento das lutas de classes, contra as reformas de base do presidente João Goulart, apoiada pelos subalternos e por oficiais nacionalistas. Os militares de esquerda passam a compreender que para democratizar e mudar as Forças Armadas precisam atuar na política institucional e começam a lançar suas candidaturas às eleições proporcionais. Ganhando apoio não só nos círculos militares, se elegem com grande margem de votos, mas são impedidos de assumir por conta de certas restrições na Constituição, que é ambígua. Em um artigo permite a candidatura e em outro a restringe, cabendo a interpretação ao STF que vota pela inelegibilidade dos militares.

Diante disso, explode a Revolta dos Sargentos de Brasília, que contava com uma adesão nacional que acaba não acontecendo. Os sargentos tomam a capital do país por doze horas, mas são duramente reprimidos. Com centenas deles presos, a vigilância nos outros Estados aumenta para que novas revoltas não venham a acontecer; o movimento dos sargentos, então, entra em refluxo. Os marinheiros por sua vez continuam ativos. O ano de 1964 começa tenso. Em março, na comemoração de dois anos de associação, com a proibição de manifestação, depois da repercussão do comício de 13 de março do presidente na Central do Brasil no Rio de Janeiro, e a prisão dos líderes da associação, acontece a rebelião dos marinheiros.

Instalada a crise, o ministro se demite e o outro que o substitui anistia os marinheiros que se rebelaram. Esses são os acontecimentos em relação aos militares dias antes do golpe civil-militar que já vinha sendo preparado, principalmente por discordância dos setores conservadores da sociedade, empresários, imprensa, classes médias, parte da Igreja Católica. Influenciados pelo anticomunismo em meio à Guerra Fria, aliam-se as Forças Armadas e o presidente é deposto. Nos meios militares segue-se intensa repressão, com milhares de oficiais e subalternos cassados das fileiras do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Os sargentos começam a se articular já na prisão no navio Raul Soares, onde ficaram durante algum tempo. Nos anos seguintes, parte desses militares que atuaram no pré-64 vão se engajar na luta armada nas várias organizações que surgem ou que se rearticulam a partir das já existentes no período anterior como Ação Popular (AP) ou Polop. Ao se afastarem da identidade militar presente desde a sua formação, os militares vão aderir a uma identidade ideológica numa luta mais ampla em grupos heterogêneos compostos de vários segmentos das classes sociais civis. Entretanto, a marca da instituição castrense permanecerá, ser militar é algo definitivo na vida desses sujeitos sociais.

Umas das questões que moviam as organizações eram as formas de luta, privilegiar um trabalho político ou se dedicar às ações armadas, dadas as dificuldades de organização em face da repressão que se instalou. Esse impasse vai gerar atritos e divisão dentro das esquerdas armadas. Em função dos objetivos de um projeto revolucionário que tem na luta armada uma valorização dos atributos militaristas dos militares, característica daqueles que tinham formação militar, os militares serão associados ao militarismo que também é assumido por muitos civis. Na impossibilidade de colocar em prática um trabalho político que organizasse as massas para a luta contra o regime, o militarismo e o isolamento social a que foram submetidos serão associados às causas da derrota.

Por outro lado, a repressão às organizações de esquerda também será um fator preponderante na desarticulação da esquerda. A criação de órgãos repressivos como a Oban e DOI-Codi, institucionalizando a tortura, levará cada vez mais à prisão e à morte dos militantes. A esquerda responde com os sequestros de diplomatas, os primeiros militares presos ainda conseguiram ser libertos, mas o restante será eliminado com o recrudescimento do regime, principalmente após o AI-5, que suprime todas as garantias individuais.

Muitos, quando foram julgados, apresentaram denúncias de torturas e assassinatos dentro das prisões. No grupo dos militares, basicamente o dos sargentos, uma figura representou o significado dos ideais revolucionários abraçados pelos militares de esquerda: o sargento Onofre Pinto, da VPR, pela capacidade de organizar e aglutinar tanto militares

quanto civis. Quando no exílio continuou com o projeto de voltar e continuar a luta contra o regime. Preso numa emboscada na fronteira do Paraná com mais cinco militantes, foi assassinado e consta da lista dos desaparecidos políticos no Brasil.

Nas palavras do marinheiro Avelino Capitani: "[...] sonhávamos com a pátria latino-americana, me via como um soldado latino-americano".[479] Essa idéia do soldado está ligada a um projeto revolucionário, a uma origem social que os remetem ao povo, ao deixarem a identidade militar por uma identidade ideológica a contradição se converge na figura do soldado da revolução. Um outro marinheiro, Amarantho Jorge também afirmava: "se os soldados não são patriotas, os patriotas têm que ser soldados". No entanto, o sonho da pátria socialista não se concretizou, mas os militares de esquerda contribuíram com a experiência de sua luta, ao deixarem as Forças Armadas e se unirem à luta armada pela defesa do povo a qual acreditavam que foram formados. Fazem parte não só da história da esquerda, mas também da história das Forças Armadas do Brasil.

[479] Entrevista a Denise Rollemberg. Coleção Militância Política e Luta Armada. Arquivo AEL, e declarações no documentário *Caparaó* de Flávio Frederico.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Agassiz. **A ditadura dos generais: Estado militar na América Latina. O calvário na prisão**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Caminhos Cruzados. Imprensa e Estado autoritário no Brasil (1964-80).** São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, FFLCH/USP, 1994.

AQUINO, Maria Aparecida de. "A especificidade do regime militar brasileiro: abordagem teórica e exercício empírico". In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

ARROYO, Ângelo. **Guerrilha do Araguaia.** 3ª edição, São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 4ª edição, Petrópolis, Vozes, 2004.

BEIGUELMAN, Paula. **O pingo de azeite: a instauração da ditadura.**, 2ª edição, São Paulo: Perspectiva, 1994

BICUDO, Helio. **Segurança nacional ou submissão.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2ª edição, São Paulo: Unesp, 1995.

BRANCO, Teobaldo. **Confidências de um guerrilheiro.** Caxias do Sul: Maneco, 2008.

BRASIL NUNCA MAIS. **Projeto A**. 6 tomos, 12 v. Arquidiocese de São Paulo: 1985.

BRASIL NUNCA MAIS. **Um relato para a história.** 23ª edição, Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL NUNCA MAIS. **Perfil dos atingidos**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CARLONI, Karla Guilherme. **Forças Armadas e democracia no Brasil: o movimento 11 de Novembro.** Niterói: UFF-ICHF, Dissertação de Mestrado em História Social, 2005.

CARONE, Edgar. **Movimento operário no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: Difel, 1984

_____. **A Quarta república (1945-1964).** São Paulo: Difel, 1980

CARVALHO, Apolônio. **Vale a pena sonhar**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, José Murilo. **Forças Armadas e política no Brasil**. RJ: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik (Orgs.) **Nova história militar brasileira**, Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004.

_____. A origem social dos militares: novos dados para uma antiga discussão. **Novos Estudos Cebrap**. nº 37, novembro/1993.

COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935. Natal – O primeiro ato da tragédia**. São Paulo: Ensaio, 1995.

COSTA, José Caldas. **Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

CUNHA. Paulo Ribeiro. **Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2002.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. **Visões do golpe: a memória militar de 1964.** Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

DA-RIN, Silvio. **Hércules 56 – O seqüestro do embaixador americano em 1969**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

DOSSIÊ DITADURA. **Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985).** São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

DRUMMOND, José Augusto. **A coluna Prestes: rebeldes errantes**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

DUARTE, Antônio. **A luta dos marinheiros**. Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

FERNANDES, Florestan. **Brasil: em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Circuito fechado**. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1977.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo, Globo, 2006.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e segurança. Forças Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos histórico-sociais**. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol. 24, nº 47, jan-jun, 2004.

FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Revolução e democracia 1964...** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FON, Antonio Carlos. **Tortura: A história da repressão política no Brasil**. 3ª edição, São Paulo, Global, 1979,

FORTES, Alexandre (org.). **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 3ª edição, São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

_____. **A ditadura derrotada**, São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova.** Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 4ª edição, São Paulo: Ática, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos.** Volume 2: 1921-1926. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HOBSBAWN, Eric J. **Revolucionários: Ensaios contemporâneos**. 3ª edição, Tradução de João Carlos Vitor Garcia e Adelângela Saggioro Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975).** São Paulo: Tese de Doutorado em História Social. FFLCH/USP, 2008.

JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. **Lamarca. O capitão da guerrilha**. 15ª edição, São Paulo: Global, 2000.

LONGHI, Carla Reis. O SNI e seus tentáculos: representações de um projeto de sociedade. In: AQUINO, Maria Aparecida, et alii (Orgs.) **O DEOPS/SP Em busca do crime político.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2002, p.55-119.

LÖWY, Michael. **Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias**. São Paulo: Xamã, 2000.

MACIEL, Wilma Antunes. **O capitão Lamarca e a VPR: repressão judicial no Brasil**. São Paulo: Alameda Editorial, 2006.

MARTINS FILHO, João Roberto. A educação dos golpistas: cultura militar, influência francesa e o golpe de 1964. In: **The cultures of dictatorship: Historical reflections on the brazilian golpe of 1964.** 14-16 out. 2004. Universidade de Maryland, Estados Unidos, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto (Org.) **O golpe de 64 e o regime militar: novas perspectivas.** São Carlos: Edufscar, 2006.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação 1963-1990**. São Paulo: Unesp/Fapesp, 2003.

MAUÉS, Eloísa Aragão. **"Em câmara lenta", de Renato Tapajós: a história do livro, experiência histórica da repressão e narrativa literária.** São Paulo: Dissertação de Mestrado em história Social, FFLCH/USP, 2008.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social.** Tradução de Éster Vaisman. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo Editorial, 1999.

MOLICA, Fernando. **O homem que morreu três vezes: uma reportagem sobre o "chacal brasileiro".** 2ª edição, Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORAES, Denis. **A esquerda e o golpe de 64**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna**. São Paulo: Siciliano, 1994.

_____. VPR: os leninistas e os outros. In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (Orgs.) **Corações vermelhos: os comunistas no século XX**. SP: Cortez, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTA, Urariano. **Soledad no Recife.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. **Militares: pensamento e ação política.** Campinas: Papirus, 1987.

_____. **As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969).** Petrópolis, Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Nilo Dias. **A vigilância da DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil - década de 1950) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática.** São Paulo: PUC/SP, Dissertação de Mestrado em História, 2008.

O'REILLY, Marcos de Mendonça. **A ideologia da corrente militar "Revolucionário-Nacionalista" (1961-1964).** Niterói, UFF, Dissertação de Mestrado, 1985.

PAIVA, Mauricio. **O sonho exilado.** Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PALMAR, Aluízio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos**. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castelo. **Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)** e a Revolta dos Sargentos de Brasília. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PATARRA, Judith Lieblich. **Iara: reportagem biográfica**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

RAGO, Antonio Filho. **A ideologia 1964: os gestores do capital atrófico.** São Paulo: Tese de doutorado em História, PUC/SP, 1998.

REBELLO, Gilson. **A guerrilha de Caparaó**. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira (Orgs.). **Imagens da revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. 2ª edição, São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. (Org.) **Intelectuais, história e política (séculos XIX e XX)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1990.

Revista da Ecemar. Editorial. nº 11, setembro/1979.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1993.

RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO (Orgs.) **História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Campinas: Unicamp, 2007, vol. 5.

RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 2004.

ROUQUIÉ, Alain. (Org.) **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980.

RUIVO, Marina Silva. **Literatura e resistência: estudo comparado de Viagem à luta armada, de Carlos Eugênio Paz e a Geração da utopia, de Pepetela.** São Paulo: Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada, FFLCH/USP, 2005.

SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
SALES, Jean Rodrigues. A luta armada contra a ditadura militar. A esquerda e a influência da revolução cubana. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, Andrea Paula dos. **À esquerda das Forças Armadas brasileiras: História oral de vida de militares nacionalistas de esquerda.** São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado em História Social, 1998.

SANTOS, Cecília MacDowell et alii (Orgs.) **Desarquivando a ditadura. Memória e justiça no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009, Vol. I e II.

SCHILLING, Paulo R. **Como se coloca a direita no poder.** Tradução de Cláudia Schilling Sancho. São Paulo: Global, 1979, Vol. I e II.

SCHWARZ, Roberto. **O pai de família e outros estudos.** 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SILVA, Marcos (Org.) **1964-1968 A ditadura já era ditadura**. São Paulo: LCTE Editora, 2006.

SILVA, Mário Augusto Medeiros. **Os escritores da guerrilha urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política.** São Paulo: Annablume, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Percival. **Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**. São Paulo: Globo, 2000.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Tradução de Ítalo Tronca, Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento.** São Paulo: Globo, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **1964 Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas: Unicamp, 2001.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

VIANNA, Martha. **Uma tempestade como a sua memória. A história de Lia, Maria do Carmo Brito**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VIEGAS, Pedro França. **Trajetória rebelde**. São Paulo: Cortez, 2004.

WESCHLER, Lawrence. **Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores.** Tradução de Tomás Rosa Bueno e Celso Nogueira. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

Sítios consultados

<http://www.eear.aer.mil/historico.htm>. Aeronáutica

<http://www.cta.br/ingresso_fab.htm>. Aeronáutica

<http://www.mar.mil.br>. Marinha

<http:/www.epcar.aer.mil.br>. Aeronáutica

<http:/www.ita.br>. ITA/Aeronáutica

<http:/www.vermelho.org.br>.

<http:/www.scielo.br>.

Fontes documentais

Processos judiciais – Coleção Brasil: Nunca Mais – Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – IFCH/Unicamp.

BNM 8/1964 – 12 volumes
BNM 24/1967 – 6 volumes
BNM 29/1968 – 5 volumes e 3 apensos
BNM 42/1970 – 18 volumes
BNM 67/1970 – 1 volume
BNM 83/1970 – 2 volumes
BNM 95/1970 –15 volumes e 1 anexo
BNM 106/1970 – 3 volumes
BNM 140/1963 – 10 volumes
BNM 144/1964 – 12 volumes e 2 anexos
BNM 153/1971 – 3 volumes e 2 apensos
BNM 192/1971 – 4 volumes e 2 apensos
BNM 229/1969 – 3 volumes e 1 apenso
BNM 231/1969 – 2 volumes
BNM 233/1969 – 5 volumes e 3 apensos
BNM 365/1970 – 1 volume
BNM 414/1969 – 6 volumes
BNM 508/1964 – 4 volumes
BNM 584/1970 – 2 volumes
BNM 631/1970 – 2 volumes
BNM 639/1964 – 5 volumes
BNM 645/1969 – 7 volumes
BNM 672/1970 – 4 volumes e 3 apensos
BNM 701/1973 – 8 volumes e 5 anexos

Anexos da Coleção Brasil: Nunca Mais
Nºs 398 – 361 – 722 – 5907

Entrevistas realizadas pela autora:

Amarantho Jorge Rodrigues Moreira – MNR e RAN
Ariston Lucena de Oliveira – VPR e VAR-Palmares
Darcy Rodrigues – VPR e VAR-Palmares
Dulce Maia – VPR
Daltro Jacques D'Ornellas – MNR
Idalina Pinto
Jelcy Rodrigues Corrêa – MNR
João Quartim de Moraes – VPR
José Araújo de Nóbrega – VPR e VAR-Palmares
Pedro Lobo de Oliveira – VPR

Coleção Militância Política e Luta Armada – Arquivo AEL
Realizadas por Marcelo Ridenti

Amadeu Felipe da Luz Ferreira – MNR
Antonio Roberto Espinosa – VPR e VAR-Palmares
Apolônio de Carvalho – PCBR
Daniel Aarão Reis – MR-8
Ladislau Dowbor – VPR e VAR-Palmares

Realizadas por Denise Rollemberg

Avelino Capitani – MNR e MAR
Daniel Aarão Reis – MR-8

ANEXOS

Listas de militares de esquerda

Fotos

Imagens de documentos

Militares que foram à luta armada

Adamastor Antonio Bonilha	MR-26	major
Adelino Ramos dos Santos	VAR-Palmares	capitão PM
Afonso Claudio de Figueiredo	VPR (?)	capitão Exército
Alaor Silva Brandão	VAR-Palmares	capitão PM
Alberi Vieira dos Santos	Cardim	sargento PM
Alcileo Baptista Nogueira da Gama	MNR	sargento
Alexandre Lopes da Silva	ALN	policial PM
Alfredo Pereira de Araújo	VPR	sargento Marinha
Altair Lucchesi Campos	VPR	tenente Exército
Amadeu Felipe da Luz Ferreira	MNR	sargento Exército
Amado Álvaro Alves Tupiassu	ALN	sargento Exército
Amarantho Jorge Rodrigues Moreira	MNR/RAN	marinheiro
Ângelo Antonio Borgese	VPR	capitão Exército
Anivair de Souza Leite	MNR	sargento Aeronáutica
Antonio Alves da Silva	ALA-AP	cabo Exército
Antonio Duarte dos Santos	MAR	marinheiro
Antonio Geraldo da Costa	MAR/ALN	cabo Marinha
Antonio Prestes de Paula	MAR	sargento Aeronáutica
Araken Vaz Galvão	MNR	sargento Exército
Augusto Henrique Maria D'Aurelle Ollivier	PCBR	oficial
Avelino Biden Capitani	MAR/MNR	marinheiro
Carlos Lamarca	VPR/VAR-Palmares	capitão Exército
Carlos Roberto Pittoli	VPR	sargento Exército
Carlos Roberto Zanirato	VPR	soldado Exército
Carlos Thmoskhenko Soares de Sales	ALN	agente polícia Federal
Cecílio Emigdio Saturnino	ALN	cabo PMMG
Claudio Ribeiro de Souza	VPR	cabo Marinha
Claudionor Soares	VAR-Palmares	cabo Exército
Daltro Jacques D'Ornellas	MNR	sargento Exército
Daniel Ribeiro Callado	PC do B	sargento Exército
Darcy Rodrigues	VPR/VAR-Palmares	sargento Exército
Dario Viana dos Reis	VPR	tenente Exército
Deodato Batista Fabrício	MNR	sargento Exército
Dirceu Jacques D'Ornellas	MNR	sargento Exército
Eddie Carlos Castor da Nóbrega	VPR	major Exército
Edgar de Aquino Duarte	Mov. Marinheiros 64	cabo Marinha
Edival Augusto de Melo	MNR	sargento Marinha

Edivaldo Celestino da Silva	MAR	marinheiro
Edson Neves Quaresma	VPR	marinheiro
Eli Briareu de Oliveira	MEL	soldado PM
Elias Nazario de Souza	VAR-Palmares	cabo Exército
Elias Santos Silva VAR soldado Exército		
Emilio João Pedro Nehme	Várias	oficial
Evaldo Luiz Ferreira de Souza	VPR	marinheiro
Fernando Ryff Correia Lima	RAN	major Exército
Geraldo Gonçalo de Lima VAR Fuzileiro naval		
Gilberto Aparecido de Oliveira VAR soldado Exército		
Hermes Camargo Batista	VPR	soldado Exército
Isko Germer	VPR	tenente PM
Itamar Maximiano Gomes	MNR	sub-tenente Exército
Jarbas Barbosa Lopes	RAN	capitão-tenente Marinha
Jefferson Cardim de Alencar Osório	Cardim	coronel Exército
Jelcy Rodrigues Correa	MNR	sub-tenente Exército
Joacy Pereira de Magalhães	PRT	sargento Aeronáutica
João de Deus Gasso	MR-26	tenente Exército
João Ferreira da Silva	PRT	sargento Aeronáutica
João Jerônimo da Silva	MNR	marinheiro
João Lopes Salgado	MR-8	sargento Aeronáutica
João Lucas Alves	Colina	sargento Aeronáutica
Joaquim Pires Cerveira	VPR	major Exército
Joaquim Barbosa	PRT	oficial
Jorge José da Silva	MNR	cabo Marinha
José Adeildo Ramos	MAR	marinheiro
José Alves da Silva	Colina	sargento do Exército
José Anselmo dos Santos	VPR	marinheiro
José Antenor Cazagrande Zucco	VPR	sargento Exército
José Antonio de Freitas	VAR-Palmares	soldado Exército
José Antonio da Silva VAR soldado Exército		
José Araújo de Nóbrega	VAR-Palmares/VPR	sargento Exército
José Barreto de Souza	VAR-Palmares	sargento Aeronáutica
José Bartolomeu Cavalcante	PC do B	grumete
José Duarte dos Santos	MAR	marinheiro
José Manoel da Silva	VPR	cabo Marinha
José Maria Ferreira Araujo	VPR	marinheiro
José Mariane Ferreira Alves	VAR-Palmares/VPR	cabo Exército
José Mendes de Sá Roriz	MNR	sargento Exército
José Miguel Camolez	RAN	capitão-tenente Marinha

José Milton Barbosa	ALN	sargento Exército
José Raimundo da Costa	VAR-Palmares	sargento Marinha
José Ronaldo Tavares de Lira e Silva	VAR-Palmares/VPR	sargento Exército
Josué Cerejo Gonçalves	MNR	sargento Aeronáutica
Juarez Alberto de Souza Moreira	MNR	capitão Exército
Leonor Tuasco	VPR	sub-tenente Exército
Luiz Maria da Silva	ALN	sargento Exército
Manoel Raimundo Soares	FARP	sargento Exército
Marco Antonio da Silva Lima	MAR	marinheiro
Moacyr Ferreira	VPR	capitão Marinha
Nathan Candido dos Santos	MR-8	soldado do Exército
Onofre Pinto	VPR	sargento Exército
Osnir Geraldo Santa Rosa	REDE	sargento PM
Oswaldo Soares	VAR-Palmares/VPR	sargento Aeronáutica
Otacilio Pereira da Silva	VPR	marinheiro
Paulo César Lopes da S. Rodrigues	ALN	soldado Exército
Pedro França Viegas	MAR	cabo Marinha
Pedro Lobo de Oliveira	VPR	sargento PM
Raimundo Martins Ferreira	VAR	soldado do Exército
Roberto Fernando de Carvalho	VAR-Palmares	major Aeronáutica
Roil de Noronha Soares	Colina	sargento Exército
Severino Viana Colon	Colina	sargento PM
Valdivo de Almeida	Colina	sargento Exército
Wanio José de Mattos	VAR-Palmares	capitão PM
Wilson Mendonça Maia	PORT	sargento Exército
Wilson Tavares dos Santos	VAR-Palmares	soldado Exército
Firmo Chaves		sargento Exército

Fotos

Presidente Goulart sendo abraçado no encerramento do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em Belo Horizonte. Novembro/1961 (Arquivo Nacional)

Presidente João Goulart assina a ¨Lei de remessa de lucros¨.
Janeiro/1964 (Arquivo Nacional)

Integrantes do CPC da UNE, encenando uma peça de teatro na sede do sindicato dos metalúrgicos (RJ), onde estava em andamento a Revolta dos Marinheiros. 25/26 de março de 1964.
(CPDOC/FGV/Cruzeiro, vol.36, n.28, abr 1964)

Rebelião dos marinheiros, em março/1964 (Arquivo Nacional)

Presidente João Goulart na reunião da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube (RJ), na véspera do golpe. (Arquivo Nacional)

Avenida Presidente Vargas (RJ) no dia do Golpe – 31 de março de 1964
(Arquivo Nacional)

Sargento Pedro Lobo (Arquivo da família)

Sargento Onofre Pinto(Arquivo da família)

Onofre e Idalina (Arquivo da família)

Onofre e Kahtia (Arquivo da família)

Capitão Carlos Lamarca
(BNM 165)

Lamarca morto – BNM 135

Sargento João Lucas Alves – BNM 29

Aspecto parcial do cadáver.

Sargento João Lucas Alves – BNM 29

Aspecto da face lateral direita do pescoço do cadáver.

Anexo 29

398

398

PERGUNTAS QUE SARGENTOS FAZEM AO POVO

— Se os Sargentos têm o DEVER de votar, porque não teriam o DIREITO de ser votados?

— Se os Sargentos não podiam ser eleitos, porque registraram suas candidaturas?

— Se os Tenentes, Capitães e Generais pódem ser Deputados, porque os Sargentos não podem, se a Constituição determina que: "Todos são iguais perante a Lei"?

— Se até contrabandistas, assassinos, ladrões, malfeitores de tôda súccia podem ser Deputados, inclusive quando foragidos da Justiça como o Sr. Lupion, nós perguntamos: Será que nós Sargentos estamos abaixo de tudo isso? E se estamos, porque nos confiam a Educação e Instrução Militar dos filhos do Povo nos Quartéis, navios e aviões?

— Se a Constituição diz "Todo o poder emana do Povo e em seu nome será exercido", nós perguntamos: Os cidadãos que votaram nos Sargentos não são Povo?

— Se vivemos em uma Democracia Representativa, porque não querem no Parlamento, a presença de SARGENTOS, Operários, Camponeses e demais representantes do Povo? Ou o mandato legislativo é mais um privilégio de GENERAIS, Banqueiros e Fazendeiros?

— Os Sargentos não têm compromissos com a "Light", nem com a "Good-Year", nem com a "Bond and Share", nem com a "Shell", nem com a "United Press", nem com a "Sidney Ross". Será por isso que não querem Deputados-Sargentos?

— A Assembléia Legislativa Gaúcha não será uma fraude à vontade do Povo, com a ausência do Sargento AIMORÉ ZOCH CAVALHEIRO, deputado legìtimamente eleito pelos Sargentos e Povo do Rio Grande do Sul?

— Se o Subtenente HEROTILDES DE ARAUJO pôde exercer o mandato de Vereador em São Paulo na legislatura passada, porque não pode agora ser Deputado do povo paulista?

— Se o Sargento GARCIA FILHO foi registrado, eleito, diplomado e empossado, tudo de acôrdo com as Leis vigentes, porque não pode mais ser Deputado? Será que as "fôrças ocultas" estão preparando o GOLPE contra as liberdades democráticas? Se estão, repetimos a advertência:

quando a ameaça de um golpe tentar concretizar-se no país, aí então iniciaremos a nossa marcha, e o rufar de nossos tambores confundir-se-á com o martelar das oficinas, e a canção de nossa luta será inspirada no chôro desesperado das crianças famintas do Nordeste.

Aí então, estalando no ar nossos chicotes, como autênticos domadores a serviço do povo, faremos retornarem às jaulas, os gorilas que teimam em continuar às sôltas.

— GORILAS DE TODOS OS TIPOS... —

Vamos aguardar confiantes, a decisão que o Supremo Tribunal Federal tomará nestes dias de AGÔSTO.

Guanabara, 25 de agôsto de 1963.

Pelos colegas de todo o Brasil:

SARGENTO SALVADOR DE SOUZA

25,A

MINISTÉRIO DA MARINHA

DIRETORIA DE ELETRÔNICA DA MARINHA

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

QUESITOS A SEREM FORMULADOS AO INDICIADO SÔBRE SUA PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS DO BRASIL, REALIZADA NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS:

1 - Em que dia e horas entrou no Sindicato dos Metalúrgicos?

2 - Porque a reunião da Associação foi feita no Sindicato dos Metalúrgicos e nao na séde da Associaçao?

3 - Ao entrar já sabia que aquela reunião seria transformada numa sublevaçao?

4 - Ao entrar para sócio da Associação já sabia que ela não era aprovada pelas autoridades navais?
Que o levou a entrar para a Associação?

5 - Julga que não recebia tratamento humano e correto a bordo?

6 - Quem o convenceu a entrar para a Associação?

7 - A quantas reuniões da Associação compareceu?

8 - Quem é o delegado da Associação no local onde serve?

9 - Quais os seus colegas que mais ativamente trabalharam para a Associaçao?

10 - Quais as idéias e programas que eram normalmente tratados nas reunioes?

11 - Quais as pessôas civis ou militares que davam qualquer tipo de apôio ou incentivo às atividades da Associaçao?

12 - Quais as pessôas civis ou militares que eram mais comumente citadas como estando de pleno acôrdo com as idéias que eram expostas e debatidas na Associaçao?

13 - Sabia de ligações da Associação com outras entidades ou organizaçoes sindicais?

14 - Havia a idéia de transformar a Associação em Sindicato?

15 - Quais as autoridades que receberam os membros da diretoria da Associaçao?

16 - Assistiu o filme sôbre a revolução do Enc. Potenkim no Ministério da Educaçao? Quem o convidou a ir? Levou alguém? Quem foi o comentador?

17 - Participou do movimento de Brasilia? O que achou daquêle movimento?

18 - Quais as instruções que recebeu na reunião realizada no Sindicato dos Securitários na semana anterior?

19 - Diga o que fez desde que saiu do Sindicato até se apresentar a bordo?

-1-

M.M. - Diretoria de Eletrônica da Marinha. - Inquerito Policial Militar

(Continuação dos quesitos a serem formulados ao indiciado sôbre sua participaçao na reunião da Associaçao de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, realizada no Sindicato dos Metalúrgicos)

20 - Conhece bem os estatutos da Associação? Sabe quem os organizou?

21 - De quem recebia as ordens provenientes da Direção da Associação?

22 - Quais eram os elementos que você considerava como chefes?

23 - Participou da reunião de 1º de outubro na Rua São José em desagravo à prisao do 1a. Cl. ANSELMO?

24 - Quantos militares ou assemelhados julga que estavam no Sindicato dos Metalúrgicos?

25 - Ao entrar no Sindicato sabia que aquela reunião contrariava frontalmente ordens das autoridades navais?

26 - Porque não saiu do Sindicato quando os oficiais que lá foram, deram ordens para que os MN deixassem a sede do Sindicato?

27 - Porque não se apresentou na sua unidade ao ser dado o regime de prontidao rigorosa?

28 - Você estava armado? Viu alguém portando armas, no interior do Sindicato?

29 - Qual a sua atitude ao constatar que se tratava de uma reunião política, de franca subversao e de frontal desacato e desobediência às ordens das autoridades?

30 - Participou das combinações relativas a organização da reunião?
Sabe o nome de quem trabalhou nessa organização?

31 - Convdou alguém para participar dessa reunião? Por quem foi convidado para dela participar?

32 - Quais as pessôas que fizeram discursos? Quais as pessôas que pregaram a desobediência e a indisciplina?

33 - Quais as praças do seu navio ou estabelecimento que estavam presentes?

34 - Viu MNs deitarem-se sôbre a bandeira Nacional? Quem?

35 - Porque retirou peças do seu uniforme? Viu outros MN ou SD retirarem distintivos ou partes dos seus uniformes?

36 - Ouviu fazerem críticas públicas às autoridades da Marinha? Por quem?

37 - Cedeu partes dos seus uniformes para serem utilizados por civis?

38 - Foi impedido de sair do Sindicato? Por quem?
Impediu alguém de deixar o Sindicato? Por que?

39 - Houve luta corporal, no Sindicato, entre alguns MN presentes?
Porque?

CONFIDENCIAL

M.M. - Diretoria de Eletrônica da Marinha. - Inquerito Policial Militar

(Continuação dos quesitos a serem formulados ao indiciado sôbre sua participaçao na reuniao da Associaçao de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, realizada no Sindicato dos Metalúrgicos)

URGENTE

40 - A que atribui as crises de chôro que tiveram alguns MNs?

41 - O que pretendiam com aquela reunião?

42 - Quem forneceu o dinheiro para as despesas com a reunião?

43 - Houve distribuição de bebida alcoólica?

44 - Ouviu algum orador incitar os MNs à luta entre classes sociais?

45 - Durante a reunião, compareceu ao Sindicato alguma autoridade militar? Quem e qual a sua atitude?

46 - Quais os civis que lá estiveram e o que fizeram?

47 - Quais os atos futuros que estavam programados pela Associação?

48 - O que pretendiam fazer, caso não fôssem atendidas as reivindicações apresentadas pela Associaçao?

49 - É verdade que vários MNs que participaram da reunião foram armados pelo CFN nos dias 31 de março e 1º de abril?

50 - Qual o comportamento da tropa de FNs enviada ao local para retirar os MNs?

Observação: As perguntas poderão ser desenvolvidas ou desdobradas, de acôrdo com a natureza das respostas, de modo a obter o conveniente esclarecimento do fato.

Leopoldo Braz Mesquita Bastos
LEOPOLDO BRAZ MESQUITA BASTOS
CMG - Encº. do Inquérito Policial Militar.

URGENTE

CONFIDENCIAL